Há, na reforma agrária, um sujeito oculto. O sujeito que é gestado no próprio processo da reforma e que, não obstante, não chega com nitidez à consciência do assentado e menos ainda à do acampado. O sujeito oculto só se manifesta quando a terra é objeto de transação, quando nele se revela o titular de renda fundiária, que muitos crêem ser atributo e privilégio unicamente do latifundiário. O beneficiário da reforma agrária é personificação das ambigüidades de sua situação social, bifronte, dupla e contraditoriamente orientado pelos valores da condição de trabalhador e pelos valores da condição de proprietário. Uma duplicidade que os agentes de mediação da luta pela reforma agrária ignoram, pois se a reconhecessem poriam em risco a legitimidade e a difícil coerência de suas idéias e de sua ação.

UFRGS
EDITORA

PGDR

O Sujeito Oculto José de Souza Martins

O Sujeito Oculto

José de Souza Martins

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor
Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor
Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial
Carlos Pérez Bergmann
Claudia Lima Marques
Jane Fraga Tutikian
José Vicente Tavares dos Santos
Marcelo Antonio Conterato
Maria Helena Weber
Maria Stephanou
Regina Zilberman
Temístocles Cezar
Valquiria Linck Bassani
Alex Niche Teixeira, presidente

O Sujeito Oculto

Ordem e transgressão na reforma agrária

José de Souza Martins

UFRGS EDITORA

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

© de José de Souza Martins

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Trema Assessoria Editorial
Editoração eletrônica: Sílvia Aline Otharan Nunes

M386s Martins, José de Souza
O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária / José de Souza Martins. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
238 p. : 14x21 cm

Reimpressão 2015

(Série Estudos Rurais).

Inclui referências.

1. Agricultura 2. Reforma agrária – Sujeito – Identidade – Comunidade. 3. Reforma agrária – Dilemas – Transgressão – Ordem – Inovação. 4. Reforma agrária – Agricultura familiar – Brasil – Impasses sociais – Impasses políticos. 4. Questão agrária – Conflitos – Mediações políticas – Modernidade. I. Título II. Série.

CDU 332.021.8(81):613.115

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Jaqueline Trombin, Bibliotecária responsável CRB-10/979)

A
Jean Hébette
e Juarez Rubens Brandão Lopes

Sumário

INTRODUÇÃO / 9

CAPÍTULO UM

O sujeito oculto da reforma agrária
(estudo comparativo de cinco assentamentos) / 25

A vivência da reforma e a gestação do sujeito / 47

Em busca da identidade e da comunidade / 61

Irracionalidades e tensões no processo da reforma / 78

Ordem e inovação: os dilemas da transgressão / 117

CAPÍTULO DOIS

Impasses sociais e políticos em relação
à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil / 161

Evolução recente e situação atual / 167

Encaminhamentos recentes / 174

Problemas e perspectivas / 181

CAPÍTULO TRÊS

A luta pela terra no Brasil e o conflito de suas mediações políticas / 193

Luta pela terra: a difícil gestação da modernidade / 193

Qual é a questão? / 200

Em busca da saída / 209

De quem é a luta? / 221

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / 233

Introdução

Não são poucos os que crêem que a questão agrária se resolve com o mero ato administrativo da reforma agrária, que o assentamento dos reivindicantes e dos que, teoricamente, dela carecem põe um ponto final em suas necessidades. De fato, porém, a concessão da terra e o assentamento do supostamente sem-terra apenas encerram um drama e dão início a outro. Trata-se do drama do ajustamento sempre problemático e não raro doloroso do trabalhador rural a uma situação social que é completamente diferente de tudo o que ele conhece e já foi, e não raro diferente daquilo que ele deseja e pode ser. Porque a sonhada reforma agrária só é viável e possível na instauração de um modo de vida que é próprio do mundo moderno, bem diverso do mundo em declínio de que, no geral, procede o trabalhador rural carente de terra de trabalho porque carente da oportunidade do trabalho. O assentado é um condenado a viver intensamente não só os benefícios da modernização, mas também as dilacerações que a modernização impõe a todos aqueles que procedem da sociedade que na sua estrutura básica é sociologicamente concebida como tradicional, que foi e tem sido o mundo de nossas populações pobres do campo.

Essa passagem força a ressocialização do assentado para a sociedade do risco e da incerteza que é a sociedade moderna, regulada pela racionalidade e pelas contradições do capital. O que nem sempre de modo apropriado é definido como economia alternativa constitui apenas um recurso de ajustamento ao sistema econômico dominante. É o que, de algum modo, atenua e absorve as ir-

racionalidades próprias da economia capitalista, na definição de um modo singular de inserção social baseada em ações de resistência e de adaptação ao mesmo tempo.[1] Esse é, não raro, um modo de vida que propõe e exige não só dinamismo econômico, mas também criatividade social e uma certa reinvenção da sociedade, até mesmo sua reordenação imaginária segundo os pressupostos da experiência social que acarreta.

É o que me leva, neste livro, a tratar do sujeito oculto da reforma agrária, o sujeito que está na prática cotidiana e vivencial da questão agrária, das tensões e conflitos decorrentes e da prática cotidiana e vivencial da própria reforma, longe das teorias e das ideologias que a ela se referem. Enfim, trato aqui do sujeito invisível desses processos sociais. O sujeito que é gestado no próprio processo da reforma e não o sujeito empírico que a precede. Isto é, o sujeito que não chega com nitidez à consciência do assentado e menos ainda à do acampado, e que só se manifesta eventualmente quando a terra é objeto de transação. Um sujeito que os agentes de mediação da luta pela reforma agrária ignoram, pois se o reconhecessem poriam em risco a legitimidade e a difícil coerência de suas idéias e de sua ação. São os percalços da militância apoiada na doutrina superficial, improvisada e precária.

Refiro-me ao sujeito prático que emerge da dialética da circunstância, daquilo que determina a ação e engendra a contraditória figura humana que protagoniza essa circunstância. O sujeito que, diversamente do que se faz supor nos embates políticos, não tem uma face coerente e unívoca. Antes, divide-se nas ambivalências próprias de sua situação social, nas incertezas de um duplo ser, que está mais na oculta estrutura das relações sociais do que propriamente nas frágeis e idealizadas personificações dessas relações. Falo de um sujeito possível, estruturalmente dado, que governa sem se dar a ver, *um sujeito que se determina por aquilo que nega, como é fundamentalmente o caso da renda da terra.* Assentado também é titular de renda fundiária como o latifundista, mesmo que sua existência social se organize ainda a partir de mediações específicas e próprias de sua situação social e de classe e da dominância que nela tem o trabalho.

[1] Sobre os efeitos sociais de processo semelhante em outro contexto, tempo e lugar, ver Thompson (1979), especialmente p. 62-134.

Estou interessado na teoria e no projeto histórico possível, fundamentados, que nascem dessa prática. E não na doutrina ou na ideologia que procura conformar a prática e nela suprimir aquilo que contraria o fantasioso e ideológico. Trato do sujeito da explicação sociológica e não, fundamentalmente, do sujeito da justificação político-ideológica da reforma. Por isso, os estudos aqui reunidos têm como eixo o tempo social da questão agrária e da reforma agrária, a temporalidade própria dos impasses estruturais, dos dilemas históricos, das indefinições inevitáveis do sujeito histórico ativo, incompletamente constituído e até improvável. No entanto, politicamente real na sua indefinição e até socialmente transformador na sua ação permanentemente inconclusa.

Há, sem dúvida, um sujeito de carne e osso da reforma agrária, no Brasil, aquele que está no catálogo das militâncias, aquele que eventualmente tem fotografia no jornal ou nas exposições de fotógrafos famosos. Esse sujeito, sobretudo quando alcançado pelos programas de reforma agrária, devido à diversidade social de suas origens, de sua experiência, de sua trajetória e de suas aspirações, tem sido, sociologicamente, um sujeito ambíguo. Sobretudo dilacerado e desafiado pela contradição entre a situação social de trabalhador e a situação social de proprietário e titular de renda fundiária, polarizações que marcam profundamente, entre nós, a maioria dos protagonistas da chamada agricultura familiar.

Em contraste com as virtualidades do sujeito invisível, oculto, da reforma, esse sujeito real é, por isso mesmo, essencialmente liminar, inevitavelmente obrigado a viver a duplicidade de orientação das contraditórias referências estruturais de sua vida cotidiana e de sua existência histórica. Mesmo que profetizem em nome dele ou mesmo que se possa vislumbrar em suas contradições a utopia possível. A utopia não depende dele nem dos profetas, verdadeiros ou falsos. São muitos e desencontrados os atores do drama da História; muitas, diversificadas e desencontradas as vontades das categorias sociais envolvidas. O historicamente possível se anuncia, certamente, nessas desencontradas experiências sociais. Mas nem sempre é alcançado, em sua inteireza, na compreensão dos protagonistas.

Na perspectiva de uma teoria das classes sociais e nas adaptações necessárias à compreensão da questão agrária entre nós, são

vários os sujeitos que nela têm interferido ativamente. Os mais notórios são os grandes proprietários de terra, setores fragmentários da massa informe de trabalhadores rurais sujeitos a distintas tutelas, facções da Igreja Católica e de algumas igrejas protestantes, setores do Estado (no Executivo e no Parlamento). E aí, particularmente, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, que no período contemporâneo foi o principal responsável pelo desbloqueio institucional da possibilidade da reforma agrária, com o Estatuto da Terra, mesmo que à custa de sofrimentos descabidos, impostos aos pobres que na terra labutam.

Em meus outros livros, naqueles em que também trato da reforma agrária, a partir de outros ângulos, tenho procurado examinar o tema a partir de diferentes outros sujeitos sociais e institucionais, dentre os indicados acima. A eles agrego agora o exame do tema na perspectiva do que estou chamando de *sujeito oculto e invisível da reforma*, aquele que se propõe como sujeito nas ocultações próprias do processo social, que se manifesta no não pretendido e no não esperado, o sujeito cuja visibilidade depende das revelações da análise sociológica. Não é João, não é José, não é sem terra, não é sem fé.

É o sujeito que surpreende e contraria quando sua verdade social se manifesta em contradição com o desenho ideológico que lhe imputam os que dele esperam conduta diversa. No sujeito oculto que protagoniza a reforma não há mistificações, há a vivência das contradições. É esse *sujeito vivencial* a complicada personagem deste livro. Complicada porque sociologicamente ambígua, marcada pela indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar. Essa ambigüidade carrega referenciais de classe social contrapostos e leva, não raro, a uma problemática prática bifronte, de dupla orientação.

O sujeito da reforma não é simplesmente o chamado "sem-terra", a personagem dos embates e das reivindicações partidárias e ideológicas, que não tem como referência senão a classe social e a luta de classes. Mas ele é, sobretudo, o sujeito de certo modo impersonificável, senão incompletamente ao menos em boa parte, que nasce da trama de relações sociais que definem o processo da reforma. É ele o sujeito que concretiza a reforma agrária a seu modo e conforme sua interpretação. Um sujeito, no fundo, diluído em distintas e contraditórias personificações que não convergem nem atuam com a consistência, por exemplo, de uma classe social. Nem podem sê-la.

Em grande parte, essa dificuldade decorre do modo peculiar como se deu no Brasil a acumulação originária de capital: menos pela expulsão dos camponeses da terra pelos ricos e poderosos, para nela desenvolverem uma agricultura capitalista, e muito mais pela adoção de formas degradadas e anticontratuais de trabalho, da escravidão às diferentes formas de servidão que ainda persistem em vastas extensões do território brasileiro. A expulsão, quando se deu, foi tardia, não seguiu o modelo clássico.

Nesse sentido, nunca foi possível entre nós uma aliança entre o capital e o trabalho contra a renda fundiária e a irracionalidade que a renda da terra representa na reprodução capitalista ampliada, coisa que se deu nos países capitalistas avançados. Ao contrário, a aliança aqui foi a aliança dos avessos. Tivemos, já no tempo da escravidão, uma aliança que vem se ampliando desde então, sobretudo nas últimas décadas, entre o capital e a propriedade da terra.

Até porque, desde os começos das novas classes sociais no século XIX, os senhores de escravos e de terra tiveram que se metamorfosear na vivência da dupla personificação, de proprietários de terra e capitalistas. Aliança que sustenta nossa estrutura social e nossa estrutura política. E nosso atraso social, sem dúvida. Mas que também rege a mentalidade de amplos setores da população, na cidade e no campo, sobretudo neste, não só os grandes proprietários, mas também os pequenos, não só os ricos, mas também os pobres. A propriedade da terra criou no Brasil um histórico referencial básico de identidade de todos, mesmo daqueles que não a tem. O trabalho livre, tardio como fonte de identidade social, nunca suplantou de fato o referencial do rentismo.

A facilidade com que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e organizações similares mobilizam multidões para a identidade provisória de sem-terra, mesmo entre populações urbanas, é testemunho da vitória da propriedade sobre o trabalho como valor de orientação de condutas políticas e de aspirações sociais, como referencial de destino e de opção histórica.

Esse é o latifúndio de mais difícil combate, o da mente colonizada daqueles que, supostamente, deveriam personificar radicalmente as transformações sociais e políticas que estão no elenco das aspirações de muitos, à espera de oportunidade, viabilidade e concretização. Deveriam, na concepção doutrinária frágil dos que os mobilizam e dirigem, mas não podem, porque sua própria situação social contém o bloqueio que define seu rumo possível. É dessas ocultações que trato.

Vários dos problemas apontados neste livro derivam da centralidade que a renda da terra continua tendo também na mente popular. Mesmo as vítimas da renda fundiária, que são os desenraizados, os ameaçados de perder a terra e o vínculo com a agricultura familiar, os que tiveram que migrar para vilas e cidades na busca de um futuro muitas vezes incerto, e os impropriamente chamados de "sem-terra", quando têm a oportunidade do acesso à terra, ainda que através do programa de reforma agrária, regeneram a mediação insidiosa da renda territorial e não raro aderem, numa escala perturbadora, à busca dos frutos fáceis que a renda da terra propicia no rentismo de varejo praticado por populações pobres. São muitos os indícios dessa prática, não só na revenda ilegal de lotes nos assentamentos e regularizações fundiárias como também no inacreditável comércio de terrenos e barracos nas nossas favelas urbanas.

Esse fato é indicativo de completa falta de clareza no ideário dos que lutam pela reforma agrária, ainda que se trate de uma luta socialmente justa e de uma reforma social e politicamente necessária. Raramente percebem que a verdadeira alma do latifúndio não é a extensão territorial, simplesmente. É, também e sobretudo, a renda da terra e a natureza tributária e especulativa da riqueza que cria.[2] Um ônus não só sobre suas vítimas diretas no pagamento de preço alheio às necessidades sociais, do foro, renda ou aluguel, mas sobre a sociedade inteira, obrigada ao tributo da especulação fundiária até no direito elementar da nutrição. O latifúndio tem seu sentido na renda da terra que, em nosso caso, é um elemento fundante da estrutura social que conhecemos.

O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros terra recebida ou indevidamente a vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida. Na verdade, no aparentemente minúsculo ato comercial, ele recria a lógica do latifúndio dentro de si mesmo e nega aquilo que é próprio e essencial da competência e das virtudes históricas do trabalho e da classe trabalhadora. Nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformador.

É grave que as agências de mediação da luta pela reforma agrária, como as igrejas, a Comissão Pastoral da Terra, o MST e as dezenas de organizações que dele derivam, os "movimentos sociais", os sindicatos, não tenham se dado conta disso. Grave porque expressa uma prática alienada, em que a alienação reside no desconhecimento da função desumanizadora da renda fundiária, enquanto mediação de relações sociais que não emancipam o homem das iniqüidades que se apossaram de seus meios de vida e de sua vida. As agências de mediação organizaram seus antagonismos com o capital, mas não conseguiram fazê-lo com a essência da renda da terra, o que ajuda a entender uma certa esquizofrenia numa prática que tateia, mas não fundamenta nem logra alcançar objetivos historicamente postos no cenário político.

Apesar dessas contradições e das dificuldades que inevitavelmente delas resultam e dos equívocos interpretativos que alimentam, é por meio do referido sujeito invisível que a agricultura familiar persiste, insiste e se repropõe. E o faz como alternativa historicamente viável de sobrevivência daquela parcela da população rural que as grandes transformações econômicas marginalizam, descartam e humilham. Desse sujeito trata o primeiro capítulo, que resulta de uma pesquisa comparativa de campo. Um sujeito que nasce, portanto, também, das mediações conflitantes que nessa trama introduz a ação e as concepções de outros protagonistas, o Estado e as organizações de representação e de ação política.

É deles que trato nos dois capítulos seguintes. E os observo nas descontinuidades entre o que estou chamando de *grande dis-*

[2] Tratei das características e implicações da renda fundiária no caso brasileiro em meu estudo sobre *A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária* (Martins, 1995, p. 151-177); sobre as implicações dessa mediação na vida, na mentalidade e na ação do campesinato, ver Martins (2002a, p. 49-117).

curso histórico, o discurso político dos militantes, referido às transformações sociais profundas, e o *pequeno discurso vivencial* dos que lutam pela terra e pelo trabalho na terra.[3] De um lado, o (supostamente) inovador e, de outro lado, o (supostamente) repetitivo, dois âmbitos contraditórios da práxis estudados na sua inter-relação por Henri Lefebvre.[4]

A questão agrária, e a reforma agrária com que se pretende resolvê-la, tem um tempo próprio, desdenhado, infelizmente, por militantes da causa, pesquisadores e governantes. Completamente ao contrário do que se diz, no muito de meia informação que domina o assunto, não estamos em face de um problema de 500 anos. Porque a injusta distribuição da terra se tornou e, sobretudo, se revelou problema, de fato, há apenas algumas décadas. Isto é, passou a criar marginalização social e consciência da marginalização, e passou a mobilizar politicamente como problema que pede solução, unicamente a partir dos anos 50 do século XX, os anos da industrialização intensa e das grandes migrações. Foi na época do rompimento do equilíbrio que nas relações de trabalho rural se introduzira com o fim da escravidão e o advento do trabalho livre.

Antes disso, só existe na fantasia retrospectiva de uma concepção linear e anti-histórica de causação, numa visão do processo histórico em conflito com a ciência e com a própria História. No passado sem conserto, o latifúndio e a escravidão se combinavam harmonicamente, como observou Alberto Torres num ensaio clássico do pensamento brasileiro.[5] De vários modos que a nossa consciência contemporânea repudia, e com razão, havia ordem e na ordem

[3] Zander Navarro, num fundamental estudo para a compreensão do conjunto dos dilemas envolvidos na história e nos rumos do MST, faz uma outra distinção, que se situa no mesmo âmbito de preocupações teóricas que adoto neste livro. Seu estudo tem no centro a noção de *emancipação*, e a partir dela e do que se poderia definir como distância entre ideologia e prática, explica: "Desta forma, tal noção distancia-se, inteiramente, da ambiciosa idéia (fantasiosa nesta quadra da história) da correspondência entre emancipação e a 'grande transformação societária', marcada pela profunda ruptura política com a 'ordem existente'." (Navarro, 2002).

[4] Ver Lefebvre (1968) especialmente p. 17-41.

[5] Ver Torres (1914, p. 11-12).

injusta todos tinham o seu lugar e o lugar de sua sobrevivência.[6] Esse era o mundo da extrema pobreza e, contraditoriamente, da fartura que fundamenta a nostalgia de muitos trabalhadores por esse tempo de injustiças harmônicas. Tratava-se de uma sociedade estamental, uma sociedade de alocações sociais precisas, imobilismos e confinamentos sociais inseridos na mente de todos. Diferente, sem dúvida, do que vemos hoje e do que compreendemos e aceitamos hoje.

Além disso, a questão agrária, neste país, tem sido uma questão dinâmica, coisa que muitos pesquisadores deixam de lado em suas análises. Tem sido variado o elenco de propostas e intervenções que de algum modo afetam a manifestação dessa questão nos problemas sociais que cria. Portanto, cada momento do discurso pela reforma (e do diagnóstico de que deriva) corresponde a um problema (modificado) que já não é exatamente o mesmo da motivação de um discurso anterior e de suas conseqüências práticas e transformadoras.

Do mesmo modo, as diferentes propostas de reforma agrária para resolver essa questão também têm uma dinâmica. Mais do que efetivos projetos de solução do problema, são antes projetos à luz da cambiante percepção que do problema se tem. No conjunto, porém, tudo muda pouco e muda lentamente, tanto a intervenção quanto a consciência social que da questão e da própria reforma temos.

É esse tempo lento que precisa ser incorporado às análises da questão agrária e da reforma agrária. Esse é o tempo ditado pela prática e pelo modo de pensar o problema e a solução que deles têm as vítimas da questão e os próprios destinatários da reforma. E não aqueles que supostamente querem ajudá-los, querem falar por eles e, não raro, querem impor-lhes rumo e destino. Sem essa compreensão da temporalidade peculiar dessa questão crônica, os projetos serão inúteis, as intervenções serão irrelevantes, os discursos serão vazios.

[6] Essas características da sociedade tradicional não estão longe de nós e são fatos ainda vivos em diferentes regiões do Brasil. Dos anos 70 é o documentário etnográfico de Eduardo Coutinho, *Teodorico, o Imperador do Sertão*, filmado no Rio Grande do Norte. Nas fazendas do "major" Teodorico Bezerra, que foi deputado federal, o documentarista registrou a realidade social de um sistema econômico autárquico completo, uma sociedade em miniatura, em que o fazendeiro até mesmo definia e geria o imaginário compulsório de seus dependentes. Devo à gentileza de João Salles o acesso a esse documentário bem feito e esclarecedor.

O clima emocional que se criou em torno da questão agrária e, sobretudo, da reforma agrária, no Brasil, por motivos notoriamente eleitorais e partidários, distorceu completamente suas características próprias, sua efetiva dimensão e o alcance de recursos e medidas para solucionar os problemas sociais que dessa questão resultam. A distorção é completa, mesmo na motivação de muitos trabalhos acadêmicos, que não raro pouco se distinguem da matéria jornalística sensacionalista, de ocasião e de consumo imediato. Daí resulta um volumoso material sobre o que se tem feito com a produção do conhecimento num contexto de impugnações e descabidas intromissões partidárias e religiosas na definição dos parâmetros do conhecer. Galileu ainda vive e padece, de muitos modos, especialmente na resistência à satanização do pensamento crítico. Um dia, os sociólogos terão a oportunidade de examinar o quanto a produção do conhecimento foi afetada por essas intromissões. O quanto a prática que parecia rica era de fato pobre, por ter se tornado refratária à indagação crítica e científica.

A urgência e a relevância de pensar a prática, tendo como referência o tema da reforma agrária, não diz respeito apenas e exclusivamente a um dos setores mais inquietos, e ao mesmo tempo mais identificados com a ordem, na sociedade brasileira do presente, que é o do campesinato ou da agricultura familiar. Pensar essa contradição já é uma tarefa sociológica e política enorme. Diz respeito ao conjunto das decisões políticas nacionais e diz respeito à sociedade inteira. Alguns podem pensar que a questão agrária está espacial e politicamente lá longe, "no campo". Enganam-se. Na verdade, temos aí o núcleo menos conhecido dos nossos dilemas históricos do presente. É em torno dele que nosso drama político se desenrola.

Quando se fala nos problemas sociais urbanos, graves, da violência e da pobreza, nem todos levam em conta que as raízes econômicas e sociais desses problemas estão no campo e não nas pessoas que vêm do campo. Estão nas aberrações sociais que a expulsão e o desenraizamento provocam em toda a parte. Mas não é unicamente no campo que se manifestam e ganham visibilidade. Estão nas opções que a sociedade brasileira fez ao longo de sua história, tendo no centro a preservação de uma estrutura fundiária

injusta que, não obstante, respondeu pela excepcional acumulação de capital que tivemos no último século. Foi o que viabilizou a industrialização e a modernização econômica e social do país. Mas que criou, também, problemas sociais de solução difícil. Sobretudo na decorrente alteração da estrutura de classes e de interesses econômicos que modificaram um sistema que articulava funcionalmente o processo econômico com seus efeitos sociais, mesmo perversos. Essa é a herança e é esse o desafio.

A funcionalidade desse sistema, antimoderna e iníqua, é bem verdade, acabou por se perder no último meio século, e já agonizava desde o fim do regime escravista. Até este momento o país não gerou um novo sistema de equilíbrios nem parece que conseguirá fazê-lo. *Pensar a prática* é, certamente, um modo de começar a pensar saídas, conhecer limites, definir estratégias. É sobretudo um modo de superar a ingênua concepção da ordem social harmônica, que o passado escravista e latifundista nos legou e que curiosamente está na base de programas e ações supostamente "de esquerda". E começar a pensar o presente como um conjunto de contradições que, ao se resolverem, engendram novas contradições, novos desafios, renovações da prática, competência para inovar, criar e inventar. Essa é a sociedade moderna e seus desafios.

Há muita inocência antipolítica e piedosa, de tipo religioso, em querer decretar a questão agrária zero, as migrações zero, os conflitos zero, isto e aquilo zero, as lutas sociais zero, as contradições zero. Nessa inocência está negada a realidade complexa da sociedade contemporânea. Essa orientação nega e desconhece o princípio vital dessa sociedade, que é o do conflito social, das tensões que propõem e pedem o que Henri Lefebvre definiu como práxis transformadora.[7] É nesse embate que a sociedade conserva e reproduz o que lhe é vital e é nele que reconhece e muda o que pede transformação no que historicamente pode ser transformado. É curioso que em nome do socialismo se negue justamente sua concepção fundante da realidade social e política: o princípio da contradição. As pessoas e os grupos ativos que o fazem, auto-indulgentes, julgam-se de esquer-

[7] Henri Lefebvre, no conjunto de sua obra, retoma e sistematiza na sua inteireza dialética e, portanto, no seu movimento, a questão da práxis. Ver, especialmente, Lefebvre (1968).

da e falam como se de esquerda fossem. Não raro torcem o nariz comprido e apontam o dedo torto do imobilismo corporativo na direção de quem se empenha, justamente, no desvendamento do movimento contraditório da sociedade!

Essa inocência antipolítica tem, evidentemente, seus amplos efeitos no modo de fazer política que entre nós se disseminou após a ditadura militar, na cultura irrealista dos novos sujeitos do processo político, no neopopulismo em pleno vigor, no voluntarismo em que se manifesta. Nossa concepção de pensamento político e de ação política está se tornando indigente.

O tema da reforma agrária está entre aqueles em que mais incisivamente recaiu o voluntarismo político neste país, porque no elenco dos mais dramáticos, mais desafiadores, mais difíceis. Sobretudo porque a nossa consciência política, nem sempre articulada com a nossa própria experiência, nossa própria prática, supõe que a questão agrária também e ainda se constitui entre nós em mero débito histórico, mera sobrevivência do passado. No entanto, "mexer" nela implica interferir nas estruturas fundamentais da sociedade brasileira, reordenar as instituições e as relações entre as classes sociais, tocar no vespeiro das regras da acumulação da riqueza e do poder. O que fica muito complicado quando os protagonistas da vontade de mudar tornam-se gerentes da empresa do manter.

Mais uma vez se consuma o que é uma característica fundante da política brasileira desde o Império e é parte do nosso pacto político nacional: é o partido contrário aos proponentes que realiza os projetos nacionais.[8] Esse é o recurso histórico que este país encontrou para manter o progresso nos limites da ordem, para fazer com que a mudança se dê nos limites do que permanece. É evidente que enormes e profundas transformações ocorreram na história deste país a partir, justamente, dessa prudência de fundo colonial, rural e agrícola: o próprio trono fez a independência da colônia; a grande lavoura de exportação engendrou a indústria e a industrialização; o Império engendrou a República e sua peculiar dinâmica no pendular movimento entre ditadura e democracia oligárquica; a República oligárquica engendrou a República quase parlamentarista de nossos dias; o Imperador cedeu seu lugar a um ex-operário que, simbolicamente, inaugura seu mandato e suas relações com o Parlamento por meio de uma verdadeira fala-do-trono.

O novo governo se propôs a fazer a interferência radical na estrutura econômica e na estrutura política, na contradição, porém, de extensos e difíceis compromissos com a ordem estabelecida, com o pacto político da República, que nos rege há mais de um século. Num momento em que o país muda de governo e se volta para a concretização de esperanças que ao longo dos anos foram anunciadas como factíveis unicamente através desse novo governo, é politicamente essencial enfatizar o momento da teoria no balanço da prática. É a hora de pensar e compreender a trajetória do país, mais do que de um partido político que se diluirá inevitavelmente no cenário das realizações políticas que a História elege como historicamente possíveis. É hora de refletir sobre os impasses, o que se fez e o que se deixou de fazer e o que, de agora em diante, supostamente será feito.

Interferir nessas estruturas básicas depende de uma revolução social e política, num cenário difícil em que o partido vencedor não recebeu o mandato dessa revolução. Além do mais, a revolução na estrutura de propriedade deriva mais de concepção teórica do que de uma prática política; mais de experiências históricas outras do que propriamente de uma elaboração teórica consistente de nossa própria experiência, nossos bloqueios, nossas possibilidades. Isso não descarta a relevância de um aperfeiçoamento no regime da propriedade da terra, tanto rural quanto urbana.

É possível que o tempo dessa transformação tenha passado, diluída em outras transformações sociais, como a empresarialização da economia agrícola, a industrialização, a urbanização, as migrações, as acomodações que transformaram as vítimas da estrutura agrária em vítimas da urbanização patológica, residentes distantes do cenário original de seu drama. A questão agrária entre nós é muito mais, em nossos dias, expressão do beco sem saída da questão urbana, por sua vez correlata do insuficiente desenvolvimento econômico e da frustrada busca de migrantes sem destino.

[8] Sobre essa característica da dinâmica política brasileira, sobretudo no Império, mas não só naquele período, ver Leal (1975) e Faoro (1958).

Sobre esse deslocamento do drama social na trama da História pouco se tem dito e pouco se tem pensado. Entre nós é crônico o retardamento da consciência social em relação à oportunidade e à possibilidade dos nossos propósitos históricos. O atraso das propostas e decisões podem, no fundo, estar justificando outras políticas para solução desses problemas, políticas que não estão sendo debatidas. Daí que se prometa uma coisa e se acabe fazendo outra, sem que o destinatário das decisões de fato com isso se incomode.

As tentativas que o governo brasileiro tem feito para acomodar as populações residuais desse impasse histórico, na chamada reforma agrária, têm pedido mais transformações, mais mudanças, ressocializações amplas das vítimas da questão agrária nos programas de reforma agrária. Portanto, novos dramas vividos na subjetividade dilacerada de quem já não tem como manter ou recriar o mundo ordenado da sociedade tradicional que nasceu das ruínas da escravidão. Ainda que a motivação possa ser essa. Esse é o cenário problemático e são essas as contradições de suas relações sociais que pedem a análise do sociólogo.

O principal desafio da luta pela reforma agrária é hoje a compreensão da luta e da reforma, seus desencontros e tensões, suas dificuldades e seus resultados. Fala-se muito em reforma agrária. Mas o substantivo mesmo da luta pela terra e da reforma agrária perde-se no cipoal de baboseiras ideológicas, de afirmações infundadas e de propostas sem consistência. Os trabalhadores sem terra movem-se numa busca difícil, seguem pautas que lhes são alheias, tateiam sem um referencial teórico consistente, orientados por grupos de mediação que têm graves carências teóricas e escassa sensibilidade para o propriamente teórico e interpretativo. Perdem-se nas incertezas próprias de uma obsessão justa que não se alimenta da reflexão fundamentada, do reexame crítico contínuo de sua própria ação. Para o trabalhador, o que conta mesmo, acima de tudo, é a efetiva necessidade social de terra de trabalho. Conta mesmo a luta pela terra e as medidas concretas para interferir na cena agrária demarcada ao longo de um longo tempo por injustiças sociais indiscutíveis e todo o elenco de suas conseqüências. E o que conta para o trabalhador não é necessariamente o que conta para os grupos de mediação, ainda que muitas vezes motivados pelos ideais de

justiça social, mas motivados também por uma ânsia própria de mudar pelos outros sem que os outros necessariamente compreendam a mudança na sua inteireza.[9] Sobretudo, sem que estejam indiscutivelmente de acordo com ela.

Se não compreendermos os momentos dessa reforma social, que se realiza e se arrasta ao mesmo tempo, a luta terá sido em grande parte inútil. Porque, no fim das contas, lutar sem compreender que a luta se explica por seus resultados e por suas dificuldades terá sido lutar pela metade e conseguir pela metade, se é que, historicamente falando, se consegue desse modo alguma coisa que tenha sentido. Terá sido um fazer História às cegas, ao acaso das circunstâncias. É curioso, e certamente esse é um desafio a mais, que haja quem creia que o tatear no fazer História, desde que temperado pelo grito e pela obstinação, pela obsessão ideológica e partidária, já é em si mesmo fazer política. Não é.

É provável que a missão mais importante das ciências sociais esteja justamente no questionamento de certezas como essa. Pesquisar e interpretar para revelar as ocultações próprias dos processos sociais, para iluminar e modificar certezas, constitui a tarefa mais importante da sociologia. Mostrar e compreender as tendências desses processos que têm rumo próprio, independente de vontades e de voluntarismos. A sociologia convida a pensar os fatos e processos incertos no confronto de certezas e convicções. A questão agrária e o tema correlato da reforma agrária constituem, no meu modo de ver, uma das chaves para o deciframento sociológico da sociedade brasileira, seus impasses, seus conflitos, suas esperanças.

São Paulo, depois do Carnaval de 2003.

[9] Um extenso resumo jornalístico de recente tese apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, informa que o autor constatou a existência de, pelo menos, 35 organizações atuando como mediação da luta pela terra no Brasil. Trata-se do estudo de Marco Antônio Mitidiero, *O Movimento de Libertação dos Sem-Terra e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil*, que, no momento em que esta nota foi redigida, ainda não estava disponível para consulta. Ver Arruda (2003).

Capítulo Um

O sujeito oculto da reforma agrária*
(estudo comparativo de cinco assentamentos)

Neste estudo, analiso comparativamente a vivência da reforma agrária em cinco assentamentos estabelecidos pelo governo brasileiro ao longo das últimas décadas, nas cinco regiões geográficas do país. Faço-o por meio da análise dos dados e interpretações contidos em estudos de caso de cinco pesquisadoras, decorrentes de investigação realizada entre o segundo semestre de 2001 e o início de 2002.[10] Os estudos de caso tratam das formas subjetivas de vivenciar e experien-

* Uma versão substancialmente reduzida deste capítulo foi publicada sob o título de *O Sujeito da Reforma Agrária* (Martins et al., 2003, p. 11-52).

[10] Os resultados finais do estudo qualitativo sobre assentamentos e reforma agrária estão nos seguintes estudos de caso, infelizmente, ainda inéditos: Eliane C. Brenneisen, *Da Luta pela Terra à Luta pela Vida. Entre os Fragmentos do Presente e as Perspectivas do Futuro* (Assentamento Sepé Tiaraju, município de Santa Teresa do Oeste, PR); Maria Aparecida Moraes Silva, *Assentamento Bela Vista, a Peleja para Ficar na Terra* (Assentamento Bela Vista do Chibarro, município de Araraquara, SP); Maria da Conceição Quinteiro, *Rio Paraíso, o Paraíso Conquistado* (Assentamento Rio Paraíso, município de Jataí, GO); Maria de Nazareth Baudel Wanderley, *"Morar e Trabalhar": o Ideal Camponês dos Assentados de Pitanga (Estudo de caso no Nordeste)* (Assentamentos Pitanga I e Pitanga II, municípios de Abreu e Lima e Igarassu, PE); Sônia Barbosa Magalhães, *Direitos e Projetos: uma Leitura sobre a Implantação de Assentamentos no Sudeste do Pará* (Assentamento Rainha, município de Itupiranga, PA). Uma versão abreviada dos cinco estudos de caso e deste estudo comparativo introdutório encontra-se em Martins et al. (2003). A pesquisa foi patrocinada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD). Agradeço ao professor Juarez Rubens Brandão Lopes pelas sugestões na preparação da pesquisa e pelo apoio à sua realização.

ciar diferentes momentos e modos de execução da política fundiária que o Estado brasileiro define, desde o Estatuto da Terra, como política de reforma agrária. Embora a designação seja uma só, há entre esses casos significativas diferenças de história, estrutura e concepção, dependendo de peculiaridades próprias da história social e da situação social regionais.

O estudo comparativo se apóia nas conexões de sentido das situações sociais estudadas nos diferentes casos. É o que converge, mesmo nas diferenças próprias de cada caso, que estabelece o quadro de referência da análise sociológica do conjunto dos casos. A partir desse quadro de referência é que se torna possível estudar e interpretar as variações e discrepâncias da realidade social revelada pelos casos. São eles, pois, prospecções em diferentes pontos do espaço social. Por meio deles é possível colher evidências das variações dos processos sociais no marco de uma estrutura social cuja dinâmica advém de ritmos e tempos descompassados, mas também marcados por determinações que particularizam o processo histórico na circunstância de cada lugar, de cada situação social.

Os cinco estudos abrangem, também, o drama social decorrente da desagregação das relações tradicionais de trabalho que, em nome de uma concepção limitada de trabalho livre, sucedeu a escravidão no Brasil. Drama cuja etapa final estamos vivendo e que leva à cena a figura humana nem sempre definida de modo preciso como "sem-terra". Desse modo, a vivência do processo social da reforma agrária, nos cinco estudos de caso e no estudo comparativo que deles resulta, é aqui examinada por referência, também, ao preâmbulo da reforma agrária nas mobilizações e acampamentos. Esses são episódios que, de certo modo e não raro, na atualidade, selam o destino dos assentados e são experiências sociais que se integram à sua mentalidade e à sua situação social.

A significativa diversidade de características da chamada "luta pela terra", nas diferentes regiões do país, revela-se plenamente quando o pesquisador dirige sua atenção especificamente para o vivencial. Isto é, o modo subjetivo de experimentar mudanças sociais no marco do que se pode chamar de "crise estrutural" da sociedade brasileira, onde ela é mais profundamente alcançada pelas tensões referidas ao regime de propriedade, às transformações nas relações de trabalho rural e ao lugar histórico da renda fundiária no processo de acumulação de capital.

Cada caso constitui uma prospecção na vivência, na experiência e na subjetividade dos participantes dos assentamentos. Cada um é uma etnografia do vivido e da experiência pessoal e social de reordenar a vida, a partir da condição de assentado e proprietário de terra, em populações marcadas por histórias familiares de trabalho dependente, na grande propriedade fundiária, ou mesmo de marginalização social, na incerteza de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo. A pesquisa trata de uma massa de população relativamente pequena no conjunto da população brasileira, mas que nos últimos 20 anos ganhou acentuada visibilidade no cenário político, sobretudo em conseqüência do amplo espaço de atuação que a democratização abriu para a ação de grupos e agências extrapartidários de mediação política.

Populações que no passado se expressavam politicamente através das relações de dependência pessoal e de clientelismo político passaram a se expressar também através desses novos grupos, sob uma nova modalidade de sujeição ideológica e de clientelagem.[11] De certo modo, essa novidade assinala a fragilidade dos partidos políticos e do sistema partidário, como meios de expressão da vontade política da sociedade, ainda dependentes de mediadores extrapartidários para o exercício da função partidária. O fato revela, também, um problema que não pode ser ignorado no trato da questão das demandas sociais. A ação desses grupos de mediação responde em boa parte pelo esvaziamento e instrumentalização partidária dos movimentos sociais e pelo declínio do espaço que lhes é próprio na sociedade contemporânea. Esvaziamento, também, da vitalidade que lhes assegura inovação e criatividade tanto nas demandas quanto nas soluções dos problemas que os motivam. A provável novidade política do cenário contemporâneo no Brasil está no surgimento de agências de mediação política das demandas sociais que, entre o cidadão e o partido, interpõem uma rede de ca-

[11] Há vários pontos em comum, sobre a subjetividade dos camponeses, entre o processo de reforma agrária recente no Brasil e a frustrada experiência chilena, que foi analisada por Lehmann (1972).

nalização e, sobretudo, de tradução de demandas populares em demandas político-partidárias.

A reforma agrária tem constituído uma política de correção dos efeitos sociais danosos da tendência à concentração da propriedade da terra, e essa tem sido uma marca da política fundiária brasileira desde o Império. De certo modo, a reforma agrária brasileira, mais do que uma correção das tendências concentracionistas do regime fundiário, tem por objetivo corrigir os efeitos sociais dessa concentração nas relações de trabalho. A reforma proposta pelos setores médios politicamente progressistas, como reforma da estrutura da sociedade brasileira, teve seu alcance compreendido e capturado pelos grupos sociais que vivem o drama da falta de alternativas de inserção social em face do ritmo da modernização econômica e do modelo de desenvolvimento capitalista no país.

A história fundiária do Brasil independente é marcada por ciclos de concentração fundiária e ciclos de desconcentração, sem que essa alternância seja interrompida por alterações radicais no regime de propriedade. A expansão do café, já no século XIX, criou mecanismos poderosos para assegurar a formação de uma grande massa de deserdados que substituísse a escravidão com vantagem nos custos insignificantes e nas possibilidades de acumulação capitalista com base na agricultura de exportação. Desse modo, foi possível criar artificialmente uma população sobrante que tornasse competitivo o trabalho livre com a escravidão em crise e em fase de extinção.

A flexibilidade relativa, embora pequena, do regime fundiário, manifesta nesses ciclos, foi fundamental na industrialização e em nosso desenvolvimento econômico. Quando o café entrou em crise definitiva, em 1929, o próprio mercado se encarregou de abrir espaço para a pequena propriedade nas terras das grandes fazendas.[12] Não só pela transferência efetiva da propriedade através

[12] Ver o estudo clássico de Sérgio Milliet, *Roteiro do Café e Outros Ensaios* (Milliet, 1941). Numa conferência em recuados tempos, Caio Prado Júnior comentou: "A pequena propriedade desenvolveu-se efetivamente em S. Paulo em conseqüência das crises do café. [...] Podemos acompanhar nas estatísticas este processo de decomposição da fazenda em conseqüência das crises, e sua substituição pela pequena propriedade. É sobretudo depois da grande crise de 1929 que o processo de retalhamento das fazendas se precipita. E este processo foi facilitado pela prosperidade do período anterior, que permitira a uma parte dos trabalhadores rurais

da compra e da venda, como ocorreu sobretudo em São Paulo, mas também por outros meios.

A crise da economia do açúcar no Nordeste não implicou a expulsão automática dos antigos moradores. Ao contrário, permaneceram nas fazendas vivendo da economia familiar residual da exploração econômica principal. Essa foi uma adaptação nas relações de trabalho em todo o Brasil, pode-se dizer, como parte da "engenharia social" arquitetada para acomodar uma variedade de arranjos que viabilizassem a superação da escravidão e a disseminação do trabalho livre. Já como conseqüência do surto desenvolvimentista dos anos 50 e 60, sobretudo nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, mas não só nelas, a revalorização do produto levou à redução dos direitos tradicionais da moradia, a uma certa modernização das relações de trabalho, ao aumento da renda em trabalho para permanência do trabalhador na terra e, finalmente, à expulsão dos trabalhadores para a beira de povoados e cidades. A reconcentração da propriedade voltou a ocorrer; quando não foi ela, foi a reconcentração da produção.

O mesmo ocorreu nas áreas do extrativismo amazônico. O declínio da economia da borracha implicou o abandono dos seringais aforados dos estados pelos seringalistas, na permanência dos seringueiros e no estabelecimento de uma agricultura familiar rústica, que assegurou a sobrevivência dessas famílias. Com a expansão econômica da fronteira, motivada pela política de incentivos fiscais a partir de meados dos anos 60, uma onda de expulsões alcançou essas famílias para dar lugar a grandes fazendas de criação de gado.

Portanto, a clientela da reforma agrária procede de um lento e complicado processo de desagregação da velha economia de ori-

melhor aquinhoados pela sorte, reunir pecúlio suficiente para recolher a sucessão das fazendas arruinadas." (Prado Júnior, 1957, p. 236). Um cronista da frente pioneira registrava, em 1924, que desde 1913 o inglês Robert Clark estava loteando cerca de 120 mil hectares de terra em lotes de 36 hectares no que veio a ser o município de Birigüi, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo os compradores "no geral, antigos colonos de café" (Ferraz, 1924, p. 106-107). Ainda em 1954, Richard M. Morse registrava o duradouro efeito descentralizador da crise e sua natureza dinâmica e reversiva, capturada positivamente pelo mercado de produtos agrícolas e pelo mercado de terras: "processo incentivado nessa época pela Cia. Paulista [de Estradas de Ferro], que comprava fazendas, subdividia-as e revendia-as para manter a produção ao longo de suas linhas..." (Morse, 1954, p. 292).

gem colonial e escravista, substituída finalmente por empreendimentos que dependem pouco da massa artificialmente sobrante de mão-de-obra.

As próprias transformações no capitalismo agrícola, concretizando tendências que entre nós se manifestavam já no século XIX, promoveram uma rearticulação das relações funcionais entre agricultura e indústria, abrindo-se um espaço econômico importante para a agricultura familiar e, novamente, para a manutenção da pequena propriedade e até sua disseminação. Diferente do que aconteceu com o café na América Central e no Sul do México, onde vingou a pequena agricultura camponesa (e a enorme pobreza social que criou entre populações indígenas), entre nós a produção de café se deu em grandes estabelecimentos agrícolas, organizados em moldes capitalistas, com base em relações não-capitalistas de produção. Fator de rápida e intensa acumulação de capital, essa acumulação levou a uma igualmente rápida ressocialização da elite cafeeira, ao surgimento de uma classe de empreendedores modernos, à diferenciação da economia, à industrialização e à formação de um mercado interno.[13] A demanda de alimentos repercutiu na economia cafeeira, seja na sustentação do regime de trabalho do colonato, em parte baseado na produção direta de meios de vida e de excedentes comercializáveis, seja na viabilização da agricultura familiar nos momentos críticos do café.

Essa nova fase, que é a que estamos vivendo, coincide com as grandes pressões sociais pela reforma agrária e coincide com a institucionalização da reforma como política social do Estado. Sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária que resultou das pressões sociais encontrou o seu sujeito visível na agricultura familiar que decorre das transformações econômicas mencionadas e, nelas, de novas possibilidades para os produtos agrícolas tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Essas mudanças parecem indicar a criação de um cenário apropriado à efetivação da reforma agrária, como política social, no âmbito das possibilidades econômicas do mercado. Com alterações que podem se tornar significativas na situação social e na vida de populações que vêm ficando à margem do desenvolvimento econômico. Em particular, as que foram descartadas ao longo dos últimos 40 anos pelas grandes e significativas transformações havidas nos processos de trabalho dos produtos agrícolas tradicionais do Brasil, como o café e a cana-de-açúcar.

Mesmo que não tenham ocorrido rupturas e mudanças radicais no regime fundiário brasileiro, nem haja qualquer perspectiva de uma mudança revolucionária no regime de propriedade, tem havido alterações substanciais na concepção do direito de propriedade. Alterações de longo curso vêm ocorrendo desde a Revolução de 30, de modo a restituir ao Estado elementos básicos de domínio eminente do território, condição para que o governo exerça sua autoridade na regulação da chamada função social da propriedade, que as Constituições brasileiras vêm proclamando desde a Constituição de 1946.

Metodologicamente, no estudo comparativo dos casos, tomo como referência básica inicial o caso de mais complexidade e de maior tensão e conflito interno, que é o do Sul, já que se trata de conhecer a vivência da reforma agrária e as contradições que a demarcam. A vivência, portanto, é aqui entendida como prática cotidiana e modo de experienciar as alterações de situação social produzidas tanto pelas várias demandas e lutas pela terra como pelo atendimento dessas demandas no assentamento dos reivindicantes. Como diz respeito, ainda, às tensões próprias dos processos interativos que se dão em situações sociais gestadas pelo movimento contraditório das relações sociais e pelos interesses desencontrados, as interpretações que daí decorrem, a ressocialização inevitável e a mudança de mentalidade que acarreta.

Essa vivência tensa resulta dos elementos anômicos da situação social e nos fala de uma reforma agrária que não deixa de ser atingida pela anomia. Anomia que determina os relacionamentos nas demandas e ações dessa parcela minoritária da população, na sua dificuldade para abrir espaço de inserção social numa sociedade regulada por mecanismos de peneiramento e de pressão por contínua ressocialização e ajustamento das pessoas. É no vivencial que os grandes dilemas da transfor-

[13] Num estudo pioneiro, de 1960, sobre a formação do empresariado paulista a partir da acumulação de capital propiciada pelo café, Fernando Henrique Cardoso sublinha as condições sociológicas específicas que associam esse processo à fazenda baseada no trabalho livre, que se difundiu no Oeste de São Paulo. Na fazenda escravista de café do Vale do Paraíba e nas fazendas escravistas de cana-de-açúcar do Nordeste essas condições não existiram (Cardoso, 1969, p. 186-198).

mação social se propõem e é ele que define o que a reforma agrária, no fim das contas, vem a ser, independentemente das intenções políticas de quem a planeja e administra ou de quem pensa que a controla e dirige.

Cada pesquisadora abordou o respectivo caso, de preferência, numa perspectiva etnográfica, de modo a assegurar uma ampla riqueza de situações e, ao mesmo tempo, uma ampla riqueza de interpretações a respeito da própria experiência das populações em diferentes momentos e de diferentes modos alcançadas pelo programa de reforma agrária do governo federal. Esse programa, cujas bases foram estabelecidas pelo Estatuto da Terra, de 1965, e nos princípios e experiências decorrentes da Lei de Terras, de 1850, não tem uma história uniforme e estável. Ao contrário, ao longo de diferentes governos, foi interpretado diferentemente e diferentemente executado, no geral muito marcado, durante longo tempo, por sua associação prática com a Lei de Segurança Nacional. Associação que tinha objetivos calmantes para um cenário social de tensões e conflitos decorrentes de amplas transformações na organização econômica das fazendas e profunda crise no acesso dos trabalhadores à terra e ao trabalho.

A política nacional de reforma agrária nasceu e foi implantada com o sinal negativo de manter nos limites da ordem as populações do campo alcançadas pela profunda crise nas relações de trabalho. Crise decorrente, em grande parte, de um processo amplo e significativo, ainda que lento de décadas, de modernização do país e, sobretudo, de sua economia agrícola. Após uma insistência inicial na continuidade meramente quantitativa da política de reforma agrária do Estado brasileiro, que fora abrandada pelos constituintes de 1988, o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu as bases de uma reformulação ampla das orientações do Estado brasileiro em relação à questão agrária e à questão social que dela decorria e decorre. Ao nomear Raul Jungmann ministro, elegeu, finalmente, o sujeito social ativo e positivo da reforma agrária, na agricultura familiar. Esse processo está em curso, e avaliações como esta fazem parte dos esforços para aperfeiçoar essa opção em função do protagonismo do Estado nessa questão, independentemente de governos.

Na pesquisa qualitativa, menos do que os resultados positivos da reforma, que os há, muitos e variados, o que se procurou ver é o modo como a reforma agrária propõe um elenco de dilemas sociais num cenário e num propósito amplos de modernização social e econômica e de transformação social. A reforma agrária seria pobre se se limitasse a concretizar a demanda modesta dos que falam e pressionam em nome dos pobres e dos que sofrem, não raro sem clareza do que efetivamente é e sem clareza quanto aos limites com que se defronta. Mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos. Desse modo, seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação sociais. Mesmo que grupos neopopulistas e autoritários procurem colonizar esse novo espaço de liberdade e de afirmação social das possibilidades de ascensão de populações desvalidas, um dos principais aspectos da reforma diz respeito, justamente, à dimensão democrática de sua reinserção social nas oportunidades do presente.

Os vários casos estudados mostram que há até acentuado conflito no interior das facções que compõem um assentamento. Esses conflitos estão relacionados com a história da luta de cada grupo. Ou seja, são conflitos decorrentes de diferenças de origem de cada facção e diferenças de experiência e propósitos. O caso de Araraquara (SP) denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo menos estruturado. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para os plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou. No caso do Paraná, há um conflito parecido, decorrente da interveniência de clientelismo patrocinado por dirigentes do MST, uma política de favores baseada no parentesco. Ou seja, a mística da reforma é restritiva e peneiradora.[14] Na concepção

[14] As desigualdades sociais e étnicas no interior do MST são, provavelmente, um poderoso fator de desenvolvimento da sociabilidade de tutela na relação entre dirigentes e sem-terra. Num estudo sobre a ação do MST no Estado de Santa Catarina, Ari Lazzarotti Filho constata que 61,5% dos sem-terra catarinenses são caboclos, enquanto apenas 21,4% dos dirigentes o são; 21,5% dos sem-terra são descendentes de italianos, enquanto 78,6% dos dirigentes o são (Lazzarotti Filho, 2000, p. 5). Em outras regiões do país pode-se observar a mesma distribuição gravemente desigual de militância e liderança, em particular no Nordeste, para onde têm sido enviados dirigentes de outras regiões, em particular do Sul e do Sudeste. Esse descompasso tem se revelado também um descompasso de mentalidades e provável causa do voluntarismo que marca a atuação da organização política.

dos próprios assentados, a reforma agrária na prática não está aberta a todos os pobres: há pobres que a merecem e há pobres que não a merecem. Há resistência tanto ao "lúmpen" quanto aos poderosos das organizações de apoio.

De certo modo, essas orientações anunciam uma mentalidade seletiva, de classe média, fundada em valores significativos e tradicionais do mundo do trabalho. O MST contribui poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo. Contribui ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm um vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento. A pressão é quantitativamente maior do que a qualidade do compromisso com a reforma agrária por parte dos recrutados e por ela beneficiados. Esse desencontro, que até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso foi de motivação partidária mais do que de motivação política, compromete e desqualifica a reforma agrária no intuito barato de desqualificar as políticas sociais do governo. Ou de pressionar com o intuito de forçá-lo a executar uma política que não é necessariamente a sua. Os indícios claros de continuidade do desencontro no novo governo não são surpreendentes. De certo modo, o MST atira no próprio pé. Não é, portanto, estranho que haja conflitos no interior dos assentamentos, até envolvendo os dirigentes da organização.

Os cinco casos estudados mostram uma grande diversidade de origens sociais da população assentada. Ao contrário do pressuposto difundido, não há uma categoria unificadora que possa abranger todos numa uniformidade de situação de origem, como a de "excluído" ou a de "pobre" ou, mesmo, a de "sem-terra". A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em conseqüência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários no Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia, não raro abandonados pela

decadência da economia extrativista. Vários passaram por categorias de transição, como a de "bóia-fria", em São Paulo e no Paraná, ou "clandestino", em Pernambuco ou na Paraíba. São os sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações "lúmpen" nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiência rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica.

Essa característica diversificada da clientela do programa de reforma agrária, que faz dela uma categoria residual de vários setores da economia, pode ser um dos fatores de referência do modo como vive a sua experiência. E referência, também, das tensões e conflitos nos assentamentos, dos problemas de abandono da terra e repasse de lotes e outras formas de desorganização social. Sobretudo, como fator de expectativa de inserção em atividades ocupacionais "mais altas" e melhor remuneradas ou "mais fáceis" (caso dos arrendamentos da terra da reforma agrária para as usinas de açúcar). Ou seja, trata-se de uma população que está entrando numa situação de anomia ou que já está mergulhada num estado de anomia ou que dele não consegue sair, apesar de beneficiada pelo programa de reforma agrária.

Um desses sinais é a revenda de lotes, que aparece em toda parte, do Sul ao Norte, o que mostra a força da renda da terra como motivação de uma cultura do parasitismo social, cercada de esforços notáveis para construir um arcabouço de justificação social e ética dessa modalidade de inserção no sistema de apropriação e distribuição da riqueza. As agências de mediação da luta pela terra, sem o saber, vêm agregar a esse arcabouço justificativas políticas que ampliam o arsenal de argumentos para sustentar uma prática que reafirma a legitimidade da arcaica economia do tributo como meio de inclusão. Seus argumentos *estão centrados no combate ao latifúndio e não no combate à renda da terra.* Tomam a aparência pelo essencial. O que reafirma o que há de mais problemático em nossa tradição agrária, cuja contestação, justamente, sustenta tanto a luta pela reforma agrária quanto a própria reforma agrária.

Em São Paulo, o arrendamento da terra às usinas de cana, mais do que os benefícios sociais da reforma agrária, mostra um novo meio de modernização no relacionamento entre o capital e a renda da terra, em que a usina paga ao assentado um tributo ínfimo e lucrativo para usar a terra produtivamente. Portanto, um incremento nos lucros privados e na racionalidade da empresa agroindustrial às custas da reforma social. Nos diferentes lugares, as lutas sociais parecem comprometidas por essa cultura de inserção econômica parasitária que é, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência em níveis econômicos modestos e não emancipadores.

Em toda parte, o que inclui as cidades, observa-se uma grande massa humana de desvalidos que procura aproveitar as brechas na irracionalidade de um sistema econômico fortemente marcado pela renda da terra e pela especulação imobiliária, e fortemente marcado, também, por uma ampla margem de ilegalidade e irregularidade no trato da questão fundiária. A ilegalidade dominante abre espaço para a legitimidade do dominado para atuar nos interstícios do regime anômalo de propriedade. Nesse quadro, a compreensão do conjunto de conflitos e demandas sociais que passam pela questão da propriedade fundiária depende menos da questão fundiária em si e muito mais da situação social em que vivem amplas parcelas do povo brasileiro. Como se observa tanto no campo quanto na cidade, precariamente absorvidas pelo sistema institucional e pela contratualidade das relações sociais. São os que estão à margem do contrato social.

Essa marginalidade não diz respeito unicamente à propriedade da terra nem principalmente a ela. Muitos crêem que o acesso à propriedade da terra pode constituir um meio de inclusão social e, sobretudo, de emancipação dos pobres, como se a inclusão fosse uma conseqüência e a propriedade da terra a causa. No seu conjunto, a sociedade brasileira traz marcas fundas de mecanismos sociais, econômicos e políticos que reiteradamente marginalizam e excluem. A seletividade no acesso aos benefícios sociais do desenvolvimento opera em todos os âmbitos: nas igrejas, na política, nas escolas, na economia, no serviço doméstico. Essa excludência arraigada remonta às bases estamentais da sociedade brasileira, que difundiu uma cultura da diferenciação social baseada em privilégios de nascimento e também em privilégios de posse. À medida que a sociedade vai sendo dilacerada de vários modos pela própria economia, as vítimas dessa excludência desenvolvem estratégias autodefensivas de inserção social e o fazem segundo a própria lógica da sociedade que as marginaliza. Pegam carona nas irracionalidades dos outros, embarcam nos projetos de grupos que não nascem necessariamente de sua própria adversidade. Não é estranho, pois, que tanto o MST como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sirvam, em diferentes lugares, ao mesmo propósito. E que ambos se vejam envolvidos em ações e demandas de "clientes" que têm propósitos diversos do que eles próprios anunciam e realizam.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao contrário do que se pensa, não construiu um modelo de reforma agrária para lidar com a questão agrária. E dificilmente o novo governo poderá fazê-lo.[15] As mudanças de orientação e os procedimentos adotados naquele governo configuram, no final, um "desenho" de reforma, mas certamente não configuram um modelo. A reforma agrária como todas as reformas sociais, num regime democrático, tende a ser uma reforma interativa. O Estado, através de suas agências, interage com as demandas sociais e constrói, nos limites das opções políticas do governo, e de suas possibilidades, os procedimentos e as medidas que podem constituir uma resposta política a essas demandas. O governo Fernando Henrique atuou com base na premissa de que a clientela da reforma

[15] Os autores de um estudo recente, de caráter prospectivo, patrocinado pela FAO, sobre a agricultura familiar e a reforma agrária no Brasil falam em "quatro visões sobre o papel atual da Reforma Agrária no processo de desenvolvimento econômico do Brasil": a) a do "novo mundo rural", de José Graziano da Silva que "embora reconheça algumas das virtudes da Reforma Agrária, considera muito limitadas as possibilidades de criação de empregos agrícolas por meio de assentamentos e de apoio à agricultura familiar. Sugere, em conseqüência, uma 'Reforma Agrária não essencialmente agrícola'. [...] a Reforma Agrária teria um papel meramente social [...]" Uma segunda proposta seria a do uso do crédito fundiário para redistribuição de terras, através do mercado, proposta do Banco Mundial concretizável no Banco da Terra. A terceira seria "a reforma 'ampla, massiva e imediata' do MST. Esta proposta está calcada nas reformas agrárias dos países asiáticos que, em condições excepcionais (guerras e revoluções), conseguiram eliminar totalmente o latifúndio de suas áreas rurais e implantaram rapidamente o esquema da agricultura familiar." A quarta proposta foi a do governo de Fernando Henrique Cardoso – "a visão da Reforma Agrária 'viável' [...]. Chamada por alguns de política de assentamentos, contém um pouco de cada um dos ingredientes vistos acima [...]" Ver Guanziroli et al. (2001, p. 188-189). Duas dessas propostas, conflitivas aliás, estão no elenco das disputas no interior do governo do presidente Luiz Inácio.

agrária é uma clientela de cidadãos, cujas demandas são legítimas. Coisa bem diferente do que prevaleceu durante todo o regime militar, na concepção de que a demanda de reforma agrária era socialmente justa, mas politicamente subversiva. Portanto, um crime de causas sociais administráveis contra a segurança nacional. Politicamente, também, o governo Fernando Henrique atuou com base na premissa de que as agências de mediação da demanda por reforma agrária são coadjuvantes legítimas das demandas e da pressão sobre o Estado, embora as próprias agências em nenhum momento tenham se reconhecido, e atuado, como co-responsáveis pela solução dos problemas que têm denunciado. Mas não deixam de ser meras coadjuvantes, já que os mediadores legítimos seriam os partidos políticos.

É possível que o novo governo, do presidente Luiz Inácio, inaugure uma inversão nessa relação, quebrando o pacto republicano, como evidenciam as nomeações na área de política social, em particular na da reforma agrária. Especialmente na nomeação de membros da Igreja e do MST para funções de decisão e aconselhamento em seus altos escalões. Mas isso não deve alterar significativamente os procedimentos e o desenho da ação, em grande parte legitimados no governo anterior justamente pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no controle que estabeleceram em muitos assentamentos.[16] O que foi

[16] Em trabalho atual (e pessimista) sobre a situação crítica do MST nos anos recentes e as condições de sua atuação do cenário já definido do governo do presidente Luiz Inácio, Claudinei Coletti conclui: "O resultado desse processo é o crescente isolamento político do MST, o que contribuiria, também, para explicar o recuo político desse movimento no momento atual." (Coletti, 2003, p. 57). No meu modo de ver, o ambíguo vínculo do MST (e da CPT) com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na impossível conciliação de movimento social e poder, deve complicar ainda mais o terreno de atuação dessas organizações de mediação da luta pela terra. O fato de que não tenham sequer vislumbrado a possibilidade da crise e tenham, ao contrário, optado pela hostilização e satanização do pensamento crítico, que sublinhava e sublinha as contradições próprias da situação social e política da sua atuação, pode ter-lhes sido fatal a médio e longo prazo. O que o autor está interpretando como "refluxo do MST" dificilmente poderá ser debitado exclusivamente na conta do chamado "neoliberalismo", o que quer que isso queira dizer na singular situação histórica do Brasil contemporâneo. Boa parte da perda de vitalidade do MST tem outras proveniências: de um lado, o deslocamento do PT para a direita como parte de uma estratégia de chegar ao poder, causa de grandes incômodos a seus militantes e simpatizantes mais identificados com a linha justa de outros tempos. De outro lado, a fragmentação do campo de atuação do MST, sobretudo em virtude da disputa de sua clientela potencial por outras já numerosas organizações políticas. Finalmente, uma das causas mais poderosas tem sido as significativas mudanças nas opções e orientações da Igreja Católica, berço do MST no âmbito da Pastoral da Terra. Essas mudanças têm se dado em vários planos. Em primeiro lugar, a linha diversa que a cúria romana tem imprimido na indicação e nomeação de novos bispos. Onde um bispo "progressista" é substituído por um bispo "conservador", em geral declina a CPT e, com ela, a principal base local de sustentação do MST. Em segundo lugar, um sutil realinhamento de posições da CNBB que, desde a presidência do falecido cardeal Dom Lucas Moreira Neves, vem impondo restrições à desenvoltura de ação dos chamados assessores, elos importantes da CPT e do MST, de modo a restituir aos bispos a primazia, como é norma e tradição, da palavra e da opinião. Alguns desencontros entre a opinião de assessores e a opinião da entidade e dos bispos indicam um encolhimento do território em que o MST pode se manter e se expandir. Sobretudo se tivermos em conta que esse é o canal do apoio material e político que a organização recebe do exterior, em particular da Europa. Porém, a solidez organizacional tanto do MST quanto da CPT pode fazer com que essas agências de mediação, em face da situação crítica, evoluam no sentido de uma revisão de vínculos e de uma reavaliação de funções.

decorrência de uma permissão governamental tácita e de uma orientação política democrática num quadro de intolerância e enfrentamentos por parte das oposições. Sobretudo, convém ter em conta que, desde o início dos anos 80, a política agrária do Estado brasileiro decorre, indiscutivelmente, da interação, ainda que tensa, com os movimentos de luta pela terra, que compreendeu razoavelmente bem o projeto social neles implícito e o converteu em diretriz de políticas sociais. De certo modo, vários aspectos positivos da Constituição de 1988, no que se refere à questão agrária, têm a mesma origem.

Por isso mesmo não só não há um modelo de reforma agrária como também não há um modelo de assentamento ou modelo de regularização fundiária. Existem os limites da lei e das normas que regem as soluções a serem oferecidas em diferentes situações e circunstâncias. Em boa parte, por isso mesmo, as demandas das agências de mediação, que são demandas políticas, não foram consideradas equivalentes às demandas dos próprios trabalhadores rurais. O Estado oferece aos trabalhadores o seu elenco de soluções e deixa a critério da relação entre trabalhadores e mediadores a aceitação ou não das providências de governo. Daí as tensões entre trabalhadores e agências. De certo modo, foi um ato político não interferir na mobilização dos trabalhadores, até para legitimar a reforma e torná-la viável. O governo deixou que as agências de mediação o fizessem, mesmo que levantando bandeiras distantes da realidade brasileira e das possibilidades históricas do país.

No fundo, ao adotar essa linha de conduta, o governo conseguiu agentes mobilizadores de grande eficiência e, ao mesmo tempo, deixou por conta do confronto espontâneo o processo de verificação social do desencontro entre a fantasia do militante e a realidade do trabalhador. Nem por isso o governo deixou de insistir no diálogo com as agências, mesmo onde o diálogo não cabia, quando se tratava de ações governamentais próprias do Estado. Valorizou, sobretudo, o diálogo com as agências legais de mediação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sem deixar de reconhecer a legitimidade de grupos que não estão legalmente investidos da autoridade da mediação. O novo governo terá, com dificuldades já evidentes, que estabelecer os novos parâmetros desse diálogo, sem o qual nem o governo irá adiante nem as agências de mediação sairão de onde estão, imobilizadas e sem criatividade há muito tempo, especialmente o MST e a CPT.

Ao invés de fazer uma simples síntese dos relatórios apresentados pelas cinco pesquisadoras que realizaram o trabalho de campo, optei por fazer uma leitura sociológica dos relatórios, na perspectiva de uma sociologia do conhecimento, uma sociologia da sociologia. A possibilidade da comparação se manifesta nos temas estruturais que "amarram" os cinco estudos, sobretudo nas revelações propriamente sociológicas da pesquisa, os temas postos à margem da reflexão habitual. Porque os estudos sobre a reforma agrária no Brasil, com exceções que certamente há, tendem a ser discursos sobre uma ridícula disputa de paternidade. Todos amam a criança, mas não gostam dela ou questionam a sua legitimidade. Quase que um pedido de teste de DNA para saber quem gerou e quem pariu a reforma.

Optei por fazer uma leitura das revelações aparentemente irrelevantes que podem surgir da comparação. A comparação indica o que é propriamente estrutural, o que persiste, o que se subpõe aos destaques que procuram mostrar a realidade social da reforma segundo parâmetros que correspondem a motivações auto-indulgentes. Mas que não correspondem necessariamente à complexa diversidade de motivações, mentalidades e orientações que demarcam a "subjetividade" da reforma e a situação social da vivência da reforma.

Adotei como ordem de leitura e compreensão dos estudos de caso o que se poderia chamar de geografia imaginária da vivência da reforma agrária, do sul para o norte, da experiência socialmente mais densa e mais problemática para a experiência mais difusa e menos característica. Essa ordem de leitura acrescenta, comparativamente, informações que não são explícitas nos relatórios individuais. Enfatizo, assim, as observações possíveis, próprias do uso do método comparativo.

Os estudos de caso realizados são prospecções qualitativas na rica diversidade de experiências sociais que há em cada unidade de referência. Numa perspectiva qualitativa, o que se pode fazer é construir uma panorâmica da diversidade do que tem sido a *vivência da reforma agrária* em diferentes regiões do país. Isto é, do que tem sido a diversidade dos modos de reinclusão social das populações pobres por meio da reforma. Muito mais o *como tem sido* essa experiência de vida do que *quantos têm sido* por ela abrangidos. Se pensarmos na dinâmica interativa da política de reforma agrária, mencionada antes, o que interessa é compreender os efeitos sociais da reforma. E, também, a perspectiva que abrem para que essa interação se mantenha na continuidade necessária da intervenção do Estado nas situações causadoras dos problemas sociais que desembocam na demanda do remédio político da redistribuição de terra.

Nesse sentido, indiretamente, o ponto de vista adotado foi o da *realidade da reforma contra a hipótese de que não tenha sido realizada*, esdrúxulo argumento dos que, a pretexto de reivindicarem uma reforma agrária, contra ela se insurgem, combatendo-a, desqualificando-a ou boicotando-a. Levo em conta que para a alternativa da realização da reforma agrária tem havido considerações sobre a alternativa de programas de subsídios sociais que não impliquem em ações governamentais no âmbito de uma política de combate à concentração fundiária no país. Argumenta-se que os custos econômicos e políticos dessa alternativa não-reformista seriam menores do que os custos da reforma e produziriam o mesmo efeito, isto é, assegurar a sobrevivência das populações pobres do campo. A pesquisa trabalhou com a suposição alternativa de que, mais do que mera sobrevivência (o que certamente não justificaria uma reforma agrária), essas populações buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é o da economia familiar. Com base na não-dispersão da família e na esperança de assegurar

um futuro aos filhos. Estamos, portanto, falando em *populações que lutam por um projeto de vida* e não de populações que apenas lutam por sobrevivência, como querem os que têm uma concepção pobre dos pobres. A fome dos pobres vai muito além de três refeições ao dia. Um ponto nuclear dos resultados da pesquisa é o conjunto de evidências de uma competência socialmente criadora para reinventar inovadoramente situações sociais. Justamente aquelas que foram destroçadas pelos efeitos desagregadores e transformadores ao longo da longa e lenta onda de modernização da economia rural, em particular da economia agrícola.

Uma pesquisa que abrangesse todas as experiências de reforma agrária no Brasil, em seus diferentes momentos, desde os projetos de colonização derivados da antiga Lei de Terras até os assentamentos mais recentes, não só apresentaria dificuldades de execução quanto exigiria um tempo de execução maior do que o aconselhável na circunstância atual. Melhor seria que a pesquisa qualitativa se concentrasse nos assentamentos executados ou iniciados ou no governo de Fernando Henrique Cardoso ou no período histórico que se inicia no final do governo militar com o caso da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Esse tipo de pesquisa é muito dependente de dados da memória dos participantes e do que da vivência da reforma subsiste como interpretação pessoal. Portanto, não pode abranger um período de tempo excessivamente longo.

O caso da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, dá início a uma nova fase da história da reforma agrária no Brasil porque dá início, de fato, ao protagonismo ativo das populações que lutam pela terra e dá início, também, a uma virada, sem volta, de repercussões internas ainda não avaliadas nas respectivas instituições, nas pastorais sociais de duas igrejas envolvidas nos dilemas sociais gestados pelas contradições do nosso regime de propriedade: a Igreja Católica e a Igreja Luterana. Antes desse período, a redistribuição da terra era baseada em iniciativas do governo com base em considerações de natureza demográfica e econômica, como a da pressão econômica sobre a terra em áreas de minifúndio e em áreas de latifúndio. Toda a proposta do Estatuto da Terra é baseada num conceito de tensão social que é apenas tensão social latente. A tensão aí considerada não se traduz a não ser

como anomalia política, seja em demanda ativa de regularização fundiária seja em demanda ativa de redistribuição de terras. O regime, aliás, criminalizava a demanda ativa, como mencionei antes. Os primeiros atos de execução do estatuto foram, não raro, acompanhados de prisões de líderes dos movimentos de reivindicação e processos policiais por razões de segurança nacional.

Encruzilhada Natalino cristaliza as tensões e a demanda pela reforma agrária com base nos princípios da não-violência e da resistência pacífica, que tinha adeptos na Igreja Católica, como era o caso de Dom Hélder Câmara: a visibilidade pública e a obstinação como forma de demanda de soluções para problemas sociais. Foi lá, também, que o Estado brasileiro usou pela última vez, sem êxito, o aparato completo da repressão militar para enquadrar a demanda popular nos limites dos objetivos da política de segurança nacional (no demorado confronto foram usados a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, setores especializados do Exército e o Serviço Nacional de Informação – SNI).

O governo federal só em parte concretizou seu empenho de forçar o deslocamento dos envolvidos para projetos de colonização particular no Mato Grosso. Mas, ao mesmo tempo, a pressão dos acampados fracassou no âmbito governamental. O governo militar saiu derrotado, mas os acampados não saíram vitoriosos. Justamente por isso, teve lugar ali uma iniciativa que é precursora das iniciativas do governo Cardoso na política alternativa de viabilização do acesso ao mercado de terras, como o Cédula da Terra e o Banco da Terra. A Igreja Católica tomou a iniciativa de reunir recursos financeiros e promoveu a compra das terras para assentar os remanescentes do acampamento. Apesar da presença da Igreja no novo governo, ela própria acabou se insurgindo contra essa via de solução da demanda de terras para a agricultura familiar. Tudo indica que o Banco da Terra será extinto e que a expansão da agricultura familiar dependerá, daqui para frente, exclusivamente de desapropriações indenizadas com recursos do próprio governo, cujo custo será incluído no débito dos assentados, como é de lei.

Desde então, a *demanda ativa* por reforma agrária se tornou um fato político e vem polarizando tanto a pressão por reforma quanto a ação de reforma. O fato mais positivo dessa mudança está em que,

pela primeira vez na história brasileira, o acesso à terra de trabalho deixa de ser um efeito residual de políticas econômicas em que tanto a necessidade quanto a solução da necessidade são definidas de modo técnico, nos gabinetes governamentais. Esse novo período da história da reforma agrária se caracteriza pela iniciativa dos participantes tanto na definição do que é essa necessidade quanto na definição de como deve ser resolvida. É o que *faz do destinatário da reforma agrária um protagonista ativo das propostas da reforma.*

Que o governo de Fernando Henrique Cardoso tenha assumido esse protagonismo criativo dos demandantes de reforma agrária não quer dizer que seja essa uma opção definitiva do Estado. Nem quer dizer que os próprios funcionários dos setores governamentais encarregados da reforma tenham assumido essa opção do governo, que é também opção dos movimentos sociais, não obstante a oposição destes àquele. A própria pesquisa apresenta evidências desse desencontro. Além disso, na transição de governo, já se pode antever um novo ciclo de embates entre uma orientação tecnicista e uma orientação de inspiração popular no trato da questão agrária e na proposição de uma reforma agrária para o Brasil.

O aspecto mais positivo desse protagonismo está, sem dúvida, no fato de que as populações envolvidas na reforma e por ela beneficiadas a ela chegam parcialmente ressocializadas para a experiência da reforma, ou predispostas para a ressocialização. Isto é, reeducadas para formas modernas não só de uso da terra e de organização da respectiva economia familiar, mas motivadas para a afirmação ou renovação de valores sociais relativos à organização da família, à organização da vida comunitária e à afirmação de uma identidade com base na tradição do trabalho familiar. Há aí um reavivamento, renovação e modernização dos valores tradicionais relativos à vida comunitária e a seus "dividendos" na reorganização da economia familiar.

Enquanto as populações envolvidas na demanda de reforma agrária caminharam depressa na formulação de sua visão de mundo, de sua experiência, de seu modo de atuar antes e depois do assentamento, o Estado avançou pouco na ressocialização de seus próprios quadros de agentes de intervenção na questão agrária. Embora na definição de uma política agrária o governo de Fernando Henrique

Cardoso tenha avançado muito em relação a todas as tradições de política fundiária do Estado brasileiro, a prática dessa política ainda se move aquém do ritmo da demanda. Ela não se dá como rotina de ação do Estado, mas sempre como conjunto de ações de natureza excepcional e de emergência. A *rotinização da reforma agrária*, como procedimento cíclico de desconcentração fundiária provocada e redistribuição de terras em favor do fortalecimento da agricultura familiar, depende dessa ressocialização, que por sua vez depende de um amplo conhecimento não só do desencontro entre agentes da reforma e destinatários da reforma, mas também das possibilidades de *atuação criativa por parte do poder público.*

Curiosamente, dois equívocos convergem e se encontram nas dificuldades atuais. Do lado dos que fazem legítima pressão pela reforma, a Igreja Católica e o MST, a pressão é acompanhada por reiteradas críticas quanto ao suposto de que o Estado age a partir de fatos consumados, isto é, não é o governo que toma a iniciativa na redistribuição de terras. No final, esses críticos deixam como alternativa de intervenção na questão fundiária justamente a superada política do Estado que antecipa providências com base em seus próprios pressupostos técnicos, econômicos e demográficos, não necessariamente alinhados com o que é próprio da demanda popular.

Ao mesmo tempo, é evidente que, nessa perspectiva, o fato de que os trabalhadores sem terra e também os sem direitos (que não são cogitados nem reconhecidos pelos tutores de ocasião), embora nem sempre, tomem a iniciativa de criar na prática a demanda de uma política agrária, lhes aparecem, no fundo, como o contrário do que efetivamente são. A população, nesses atos, se liberta dos grilhões seculares da dominação patrimonial e dos muitos modos de servidão que juntaram, entre nós, o poder econômico, o poder político e o poder religioso. Nessa nova modalidade de interação entre o povo e o poder, uma interação afirmativa e libertadora, em que o povo se propõe como sociedade civil e moderna, a sociedade brasileira revela os frutos de uma modernização social e política inestimável. Quem questiona o Estado e o governo por aceitarem essa metamorfose do povo em sujeito, no fundo nem compreende os processos sociais e políticos em que estão envolvidos ou, pior, proclamam nesse questionamento a reacionária op-

ção pela tutela dirigista que vem impondo aos que têm fome e sede de justiça e se batem pela própria emancipação.

Do lado do governo, por força da própria tradição estatal do relacionamento do funcionário público com o cidadão, referida à dominação patrimonial e ao Estado clientelístico, o relacionamento não é interativo. O funcionário é essencialmente um cumpridor de ordens, um executor de políticas governamentais. Portanto, também aí, a atuação dos serviços de intervenção corresponde, no fundo, a uma concepção de que o destinatário da reforma é e deve ser um receptor passivo das iniciativas governamentais. Nos dois casos, há uma óbvia desatualização no que se refere ao que deveriam ser as formas concretas das políticas públicas no campo da reforma agrária.

Entretanto, é importante reconhecer que, em se tratando de uma proposta de pesquisa, dos dois lados há forte movimentação no sentido dessa atualização. Em ambos há explícito ou implícito reconhecimento da necessidade de modernizar com urgência a relação entre o Estado e a sociedade no segmento específico daqueles que vivenciam diretamente os problemas sociais decorrentes da concentração fundiária.

As agências e os agentes da política de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, e os próprios "clientes" dessa política, podem ter o seu desempenho sensivelmente melhorado a partir dos resultados de uma pesquisa voltada justamente para o *conhecimento do que é a vivência da reforma agrária.* Refiro-me à *reforma agrária como processo social, vivo e ativo, de reformulação de mentalidades e de relações sociais a partir de uma inflexão na experiência de vida do beneficiário, representada pelo acesso à terra, enquanto proprietário e protagonista de um direito.*

Certamente, o modo como se dá esse acesso tem implicações profundas nessa experiência de vida. É fora de dúvida que, no caso da Encruzilhada Natalino, a peculiar experiência de seus participantes e o modo insólito e novo como tiveram acesso à terra repercutiu no modo como exercitaram a "reinclusão" social. O mesmo se pode dizer dos que foram beneficiados pelos assentamentos decorrentes de ocupação de terras desapropriadas pelo governo, dos que tiveram acesso à terra a partir de sua própria competência para adquiri-la com meios oferecidos por programas de financiamento de sua aquisição, dos que se beneficiaram por ações de regularização fundiária, etc.

Esta pesquisa pode ser vista como uma espécie de *"arqueologia" da vivência da reforma agrária.* De um lado, porque permite conhecer o elenco das adversidades dessa experiência, que pode interessar ao governo para aperfeiçoar os mecanismos de sua intervenção na questão agrária e na realização da reforma agrária. De outro lado, porque permite conhecer a criatividade dos beneficiários da reforma agrária, as técnicas sociais que desenvolvem e mobilizam para enfrentar as adversidades, sua competência criativa na construção das relações sociais possíveis e necessárias em face de sua opção por uma reinserção social digna e ativa, cidadã. Esse conhecimento é essencial no treinamento dos agentes da reforma para que também eles sejam agentes cidadãos da ação do Estado.

No conjunto, os resultados da pesquisa oferecem um panorama do alcance da reforma agrária, seus significados, a qualidade das mudanças sociais dela decorrentes, e também de suas dificuldades e de seus bloqueios, bem como dos pontos de intervenção possível para removê-los.

A vivência da reforma e a gestação do sujeito

A compreensão da questão agrária enquanto questão social, ou a compreensão das implicações sociais da questão agrária, depende de que se compreenda, também, a gênese do sujeito social que a personifica e vivencia. Essa gênese é essencial para a compreensão sociológica do horizonte, das ações e da mentalidade dos protagonistas da luta pela reforma agrária e também da concretização da reforma agrária, mesmo quando tudo já parece resolvido ou, ao menos, encaminhado.

Os 50 anos de debates sobre a reforma agrária e de variadas lutas para concretizá-la, e as décadas de realização de uma reforma agrária com a qual nem todos parecem de acordo, nos põem diante de um cenário social que precisa ser situado e explicado. Os cinco estudos de caso que constituem a base deste estudo comparativo mostram que na estrutura de cada assentamento há uma razoável diversidade de participantes quanto à origem social e quanto ao modo de interpretar a própria experiência e a própria luta. Nessa diversidade

nos deparamos com populações residuais e descartadas das velhas relações de trabalho agrícola, pastoril e extrativo originadas da crise das duas escravidões que tivemos. Resíduos de um processo histórico lento, sem dúvida.

O fim da escravidão indígena, no século XVIII (embora de vários modos ela persistisse em circunstâncias específicas), não teve motivação propriamente emancipadora. Foi antes meio de consolidar a escravidão negra, marginalizando nas relações econômicas uma mão-de-obra indígena que não entrava no circuito comercial do tráfico humano e não produzia lucros para o principal beneficiário econômico do tráfico negreiro, a Coroa portuguesa. Essa mão-de-obra indígena, teoricamente libertada dos mecanismos de coerção social e de trabalho compulsório, manteve-se, no entanto, submetida a formas de sujeição e de exploração econômica não muito diversas das vividas até então. Veio a constituir a base da força de trabalho da indústria extrativa na Amazônia, modelo a que também foi reduzida ao longo do tempo a massa de migrados do semi-árido nordestino que para ali se dirigiu. E, também, a população de agregados dos canaviais do Nordeste. Mantida como uma espécie de mão-de-obra de reserva empregada na agricultura de subsistência, mediante pagamento de renda em trabalho, reentraria significativamente na economia de exportação quando, em meados do século XIX, a escravidão negra entrasse em crise. A instituição do morador, no sistema de morada, mão-de-obra residente nas fazendas e sujeita a tributos em trabalho e espécie, ganhou nova vida e centralidade na substituição do negro cativo, não raro vendido e exportado para os florescentes cafezais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Foram esses moradores que protagonizaram um dos episódios mais significativos da história social brasileira antes do golpe de Estado de 1964, o da formação das Ligas Camponesas com a sua bandeira de reforma agrária radical. No fundo, uma luta contra a renda da terra em trabalho, que indiretamente abriu as portas da sociedade brasileira para a extensão das relações salariais e da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. A reforma agrária entrava aí como adjetivo em relação a soluções de natureza política, mais do que social, que escapavam, como se veria no desdobrar dos fatos, completamente do controle dos trabalhadores e de quem os apoiava.

No Sudeste cafeeiro, por ser o café uma cultura tardia, que se tornou economia rentável apenas no século XIX (diferente da cana, que vinha do século XVI), e por ser uma cultura mais complexa do que a da cana-de-açúcar, com uma sucessão de etapas de trabalho que exigiam mais mão-de-obra permanentemente disponível, o regime de colonato se estabeleceu sem apelo significativo a populações pobres remanescentes do passado. Os trabalhadores oriundos do colonato, na maioria descendentes de imigrantes estrangeiros, ao serem alcançados pela crise de modernização da agricultura dos anos 50, penderam mais para a formalização contratual das relações trabalhistas do que para a solução da reforma agrária. Os resíduos dessa massa de trabalhadores, que acabaram em ajustamentos precários e temporários na condição de assalariados sazonais, só induzidos e tardiamente convergiram para a demanda de reforma agrária.

Bem diferente foi a situação dos remanescentes das populações indígenas e mestiças que na Amazônia viveram a sofrida experiência do específico cativeiro da escravidão por dívida, na extração da borracha e da castanha. A crise dessas economias no século XX abriu bolsões de autonomia para seus trabalhadores em algumas regiões, no abandono de castanhais e seringais por seus donos. Terminada, porém, com a onda de modernização apoiada em incentivos fiscais que na Amazônia Legal revalorizou títulos de aforamento e de propriedade e estimulou falsificações de documentos. Culminou tudo com ações violentas contra posseiros, remanescentes das velhas populações de origem indígena ou migrantes que peregrinaram do Nordeste em busca de terras supostamente livres porque abandonadas ou devolutas.

A formação de núcleos coloniais no Sul e no Sudeste, e excepcionalmente em outras regiões do país, abriu um espaço para a pequena propriedade no direito inaugurado com a Lei de Terras de 1850, que fez da propriedade plena o discutível meio de modernização das relações de posse e da própria lavoura de exportação. Foi criação meramente demonstrativa de espaços para abrigo da agricultura familiar, a partir do século XIX. Uma espécie de válvula reguladora, tanto de um exército de reserva de trabalhadores para a grande lavoura quanto uma espécie de regulador imaginário e imaginariamente compensatório na abertura para o trabalho livre de uma sociedade amplamente apoiada no trabalho escravo.

Desde o começo, a pequena agricultura foi pensada como forma adjetiva de acesso à terra, embora fosse, institucionalmente, um meio de atenuação dos amplos constrangimentos sociais de um regime latifundista e escravista de posse e uso da terra. A pequena propriedade, de vários modos, nasceu entre nós como alternativa de curto prazo, como meio de acesso à terra que pedia recomeços cíclicos, renovação de demandas sociais de um grupo humano que não era numeroso, demandas que não comprometiam a reprodução econômica da grande lavoura nem afetavam as instituições. Cada geração tinha que começar sua própria busca de terra com base na ética do trabalho que as elites políticas do Império haviam estabelecido como o meio regulador do acesso à propriedade: o afã do trabalho como fundamento dos meios para que a geração seguinte pudesse ter acesso à terra de trabalho.

Mas também esse sistema entrou em crise. O desenvolvimento econômico do país, dos anos 50 aos anos 70, e suas turbulências e recuos, teve como uma de suas implicações a ampla valorização da propriedade da terra, fosse como meio de produção, fosse como reserva de valor e meio de especulação. A renda da terra tornou-se um meio de anômala acumulação de capital. Fechou mais ainda aos pobres a porta que por séculos lhes permitira acomodar-se em nichos protetores de sobrevivência subalterna no interior de um sistema econômico iníquo. Um sistema que nunca incorporou plenamente a igualdade jurídica como fundamento das relações de trabalho ou de inserção social. Também a agricultura familiar defrontou-se com o grave obstáculo da renda da terra para se reproduzir e assegurar às novas gerações meios de recomeçarem em novo patamar técnico e econômico a trajetória de pais e avós.

Nas diversas regiões, portanto, marcadas profundamente pelas peculiaridades próprias do processo de crise e transformação das velhas modalidades de economia e de emprego, surgiram específicas condições de gênese do que veio a ser a difusa massa daqueles aos quais nada mais resta senão a demanda de terra para trabalhar. Mas essa demanda comporta uma etnografia que lhe revele as nuanças, as ambivalências e incertezas, a busca confusa de uma alternativa de sobrevivência num mundo que já não é, para muitos, um mundo de oportunidades. Ao contrário das ideologias que prescrevem

um inevitável destino de redenção na reforma agrária para os que foram sendo lentamente empurrados para a margem da economia, a própria experiência de vida dessas populações, como esta pesquisa indica, é marcada por uma busca mais ampla. Busca provavelmente quimérica, na procura de uma certeza onde a incerteza é maior, como nas atividades urbanas, no comércio, nos serviços ou mesmo na indústria. Nem por isso o imaginário dos que a consciência dominante considera clientes inevitáveis de um programa de reforma agrária é menos importante para compreender as tensões e contradições da reforma agrária e mesmo dos que lutam por ela.

É nesse quadro de pouca definição e certeza, na muita certeza dos que, de diferentes modos, queriam uma reforma agrária, no governo de Fernando Henrique Cardoso e na oposição a ele, que foram criados canais de expressão e condução das demandas informes dessas populações e é nele que temos muitos problemas e algumas soluções. De fato, os agentes de mediação da presumível demanda única de reforma agrária acrescentam a essa demanda suas próprias concepções do que poderia ser a solução para os problemas sociais que resultaram dessas crises da velha economia latifundista e de exportação. E acrescentam, portanto, problemas decorrentes da imposição de um curso forçado para a situação adversa das populações pobres do país.

Neste texto, sempre que surgirem evidências desses desencontros, serão eles analisados nos efeitos miúdos e nas tensões localizadas, nas repercussões que se apresentam no próprio processo da reforma agrária, na vivência e na experiência desse processo. Mais de um século e meio depois da Lei de Terras, os por muito tempo comedidos programas brasileiros de redistribuição de terras a trabalhadores rurais continuam presos na confusa armadilha de dilemas resultantes fundamentalmente dos desencontros entre o que querem e podem os diferentes grupos de elite, no governo e na oposição, e o que querem e podem os desvalidos destinatários desses programas.

Esse é o cenário de aparecimento das diferentes categorias de reivindicantes de alguma modalidade de nova relação com a terra e com o direito de propriedade. Diferentes categorias que o senso comum e a mídia reduziram a uma categoria só e abstrata, a de sem-terra, uma designação que acoberta diferenças de propósitos, de necessidades e

de reivindicações dos próprios trabalhadores, tanto os que reivindicam quanto os que são atendidos. E que, por outro lado, dificulta a compreensão dos processos sociais da crise e das contradições envolvidos na diversidade dos conflitos e pressões fundiários.

Em seu estudo de caso de um pequeno assentamento no Paraná, Eliane Brenneisen observa justamente que "se as trajetórias de vida dos agricultores assentados guardam semelhanças em determinados aspectos, as diferenças entre eles são maiores ainda e são essas diferenças que tornam cada história, uma história singular." Ela sublinha a "diversidade de situações encontradas nesse assentamento. Nele estavam desde os agricultores posseiros que já se encontravam na fazenda muito antes da ocupação da área pelos agricultores sem-terra, agricultores lideranças regionais do MST que já se encontravam na luta desde o início do Movimento, agricultores que passaram por sucessivas perdas e se encontravam extremamente pauperizados, agricultores que haviam passado por outros assentamentos e experiências organizacionais, até filhos adultos de agricultores que foram assentados nos primeiros projetos de reforma agrária a partir da ação do MST."

Nos outros assentamentos estudados, também foram observadas desencontradas trajetórias de vida, embora menos intensas no Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte, onde fora menor a diferenciação social, ainda que mais radical, e menor também a diversificação das funções econômicas tradicionais.

Em conseqüência desse quadro, as histórias pessoais nos vários assentamentos, das diversas regiões, acabam sendo um elenco de singularidades, mesmo num grupo pequeno e com grande probabilidade de ser relativamente homogêneo, como no assentamento do Paraná. Essa falta de homogeneidade reforça a suposição que levanto de que os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem a massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, da desagregação de velhas relações de trabalho, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas. Nesse sentido, histórias pessoais que não confirmam a suposição de uma clientela de reforma agrária oriunda exclusivamente da história social de desagregação da pequena comunidade rural, agrícola, pela inviabilização da agricultura familiar espontânea.

As histórias, nos diferentes casos, são preferencialmente histórias de pessoas que haviam sofrido os efeitos do desenraizamento decorrente das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura, de um lado, e à pequena agricultura dela subsidiária, de outro. Por diferentes vias, são todas oriundas da desagregação do grande sistema agrícola e extrativo da economia de exportação, que resultou dos arranjos entre o fim da escravidão, a instituição da propriedade fundiária plena com funções de criar um sistema de coerção nas relações de trabalho e a forma possível de trabalho livre substitutivo do trabalho escravo. A desagregação desse arranjo, nos anos 60 e 70 do século XX, abriu espaço para o trabalho temporário não enraizado e sem complementaridade com outros ajustamentos em relação a formas enraizadas de moradia e trabalho. De fato, a explosão de visibilidade do precário equilíbrio que esse sistema estabelecera na grande lavoura mostrou que, mais do que o vínculo trabalhista, o que se rompeu foi o vínculo de moradia, a agregação à grande propriedade, produto do crescimento da renda fundiária. A luta pela terra em boa parte se apresenta, em primeiro plano, embora não exclusivamente, como luta pelos direitos de moradia, uma carona pega na possibilidade da reforma agrária. Isto é, luta por alguma forma de enraizamento. Luta, portanto, contra os efeitos socialmente desagregadores do mercado. Numa perspectiva bem geral, luta contra a modernização econômica como condutora do desenvolvimento social.

Os assentamentos estudados por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em Pernambuco, ampliam a compreensão dessa diversidade. Eles nos levam a formas e arranjos pouco considerados e pouco convencionais na combinação das novas relações de produção, próprias de um proletariado fabril emergente, com velhas e peculiares relações camponesas de arrendamento da terra. Seu estudo de caso trata de assentamentos em terras desapropriadas da Companhia de Tecidos Paulista, de cujo grupo econômico (Lundgren) faz parte a rede varejista das Casas Pernambucanas. A mão-de-obra da empresa era constituída pelo "recrutamento de famílias de camponeses do interior do Estado, positivamente valorizadas pelas suas supostas qualidades morais: a fábrica empregava os filhos e, sobretudo, as filhas dessas famílias, oferecendo muito freqüentemente aos pais um roçado; a autorização de uso das terras de sua propriedade por pe-

quenos agricultores, que se comprometiam a produzir alimentos a serem vendidos obrigatoriamente na feira de Paulista, freqüentada por operários da fábrica."

A história do grupo de Paulista nos fala de uma época em que a agricultura de alimentos estava, de diferentes modos, articulada com o processo de industrialização, basicamente na função de produzir alimentos a preços baixos para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho. Mas também em função, nesse caso específico, de ordenar o mercado de trabalho racionalmente, incorporando a essa racionalidade a mão-de-obra residual da agricultura e/ou transformando a mão-de-obra doméstica residual em mão-de-obra principal (as moças, tecelãs) e convertendo a mão-de-obra agrícola principal (o lavrador) em mão-de-obra subsidiária da indústria. Uma maximização de recursos humanos tendo como centro o aproveitamento da mão-de-obra barata rural e os ganhos extraordinários daí provenientes. O que incluía produzir em áreas de mão-de-obra barata para mercados de preços altos: produzir tecidos em Pernambuco e vendê-los em São Paulo e no Rio de Janeiro. A desagregação desse modelo de uso da velha mão-de-obra agrícola ocorreu de vários modos em diferentes setores da agricultura e do extrativismo, em todo o país, e é dessa desagregação que surge a massa dos deserdados que acaba tendo suas demandas canalizadas para a luta pela reforma agrária.

Os cinco estudos de caso reúnem evidências de que o sujeito da reforma agrária, além de ser o produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o Incra seu ingresso num programa de assentamento. E bem diferente, também, do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor, a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST. Experiência e ideologia que são mais produtos de uma engenharia de controle social do que de convicções e consciência social legitimamente referidos a experiências sociais reconhecíveis. O efetivo sujeito da reforma agrária tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sendo sobretudo familística e vicinal.

Maria Aparecida Moraes, no assentamento de São Paulo, constatou que "atualmente o assentamento tem 176 famílias. As 26 famílias restantes foram sendo incorporadas após esse processo inicial. Por meio dos depoimentos foi possível perceber a existência da rede de parentesco como sendo o elemento responsável pela instalação destas últimas famílias."

Em todos os casos estudados, as pesquisadoras observaram a importância tanto da rede de parentesco na mobilização, na luta e no modo de inserção nos assentamentos, como da rede de parentesco simbólico, de lealdades comunais e de solidariedades antigas, baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores. Relações que, apesar do familismo, longe de se basearem unilateralmente na generosidade da dádiva e da ajuda, invariavelmente envolvem compensações e retribuições não econômicas e até mesmo a cobrança de tributos em trabalho, como sempre foi próprio da sociedade tradicional, mesmo entre aparentados.

O sujeito, portanto, da reforma agrária brasileira tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa. Abrange mais de uma geração e de modo algum pode ser pensado como família nuclear constituída pelo casal e pelos filhos menores, como curiosamente estimam até mesmo agentes de mediação profundamente envolvidos na luta pela reforma agrária.[17] A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico. Inclui até mesmo a velha figura do agregado e protegido.

Desse modo, o sujeito é constituído por uma rede de parentesco e agregações, algo muito parecido com a família brasileira do período colonial. A teia básica de relações sociais imediatas dos assen-

[17] Em suas estatísticas sobre os conflitos rurais, a Comissão Pastoral da Terra invariavelmente usa como multiplicador o tamanho médio da família nuclear brasileira para indicar o suposto número de pessoas envolvidas. Ora, justamente as áreas de conflito social no campo são aquelas onde menos tem sentido pensar em família nuclear, que é mais uma concepção técnica e, na melhor das hipóteses, de classe média urbana. A imbricação de família extensa e comunidade, na realidade das relações sociais dessas regiões, torna complexo o estabelecimento de indicadores numéricos que satisfaçam essa curiosa necessidade emocional de números para defender uma causa cuja justeza independe deles. Justa porque o é estruturalmente, no sentido de que os conflitos decorrem de contradição histórica cuja superação é neles que se propõe e não em artifícios e mediações ideológicos.

tados é, antes de tudo, um elenco de relacionamentos que revigora uma sociabilidade primordialmente familista e uma mentalidade acentuadamente patriarcal. Mais do que relação meramente econômica, é também uma relação de dominação. Nas manifestações, nos protestos, nos acampamentos e nos assentamentos há um sujeito social invisível a militantes, manipuladores e técnicos, e é ele o sujeito efetivo da reforma agrária, um ente coletivo cuja coletividade não coincide com o coletivismo da manipulação ideológica.

O próprio Incra trabalha com a idéia de família nuclear, embora existam nos assentamentos fortes resquícios da família extensa. O que não exclui a existência de exploração intrafamiliar, os agregados pagando a agregação com algum tipo de retribuição em trabalho. Os números assinalados por Moraes parecem indicar um sistema de obrigações em que, mesmo não sendo espacialmente família extensa, os núcleos familiares espacialmente dispersos mantêm relações de dependência e reciprocidade. Como foi sublinhado num seminário dos pesquisadores, há uma oculta reforma agrária popular dentro da reforma oficial, um efeito multiplicador no interior dos assentamentos em que a agregação espontânea parece funcionar como uma compensação para os casos de desistência e revenda de lotes. Uma reforma agrária oculta que contraria também as diretrizes e orientações ideológicas do MST, sobretudo no que ela tem de intuito restaurador e tradicionalista.

Esse núcleo oculto da reforma agrária se expressa em diversas circunstâncias e nos momentos de impasse, particularmente nas fortes preocupações com o direito dos filhos e descendentes à herança das terras recebidas na reforma agrária. Eliane Brenneisen localiza aí a resistência às tentativas de impor a posse coletiva aos assentados, do assentamento que estudou no Paraná, mesmo num caso em que MST e técnicos do Incra coincidem no propósito coletivista.

A herança, como princípio regulador do aceitável e do inaceitável nas relações de propriedade, nos fala também de uma concepção de família que é a da família extensa, basicamente, de três gerações. Nos fala sobretudo de uma concepção de trabalho bem diversa da que ganhou sentido na sociedade capitalista: a complementaridade do trabalho das diferentes gerações na constituição do patrimônio da família. Esse é o coletivo e o máximo de coletivismo, o da família comunitária,

extensa. Cada um sabe que terá direito ao que é de todos, à parte que lhe cabe por justiça no todo que ajudou a construir. As regras não são formais nem racionais. Esse não é um mundo de direitos, mas de reciprocidades morais. O sujeito de direito é o grupo familiar.

Não é, pois, surpreendente que a morada e a instituição da morada (ou "sistema de morada", como a define Wanderley) esteja no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial de seu imaginário e de suas formulações utópicas. Ela é de certo modo um identificador de sacralidade na cultura rural brasileira, e nessa condição reavivada na mentalidade do sujeito da reforma agrária. É nela que se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar, em que se renova a sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra. São esses os ordenadores da peculiar forma de esperança envolvida na luta pela terra e na valorização extra-econômica da terra como mediação da vida. São, portanto, valores fundantes da sociedade tradicional e da tradição. Mesmo que haja outras dimensões, especialmente econômicas, envolvidas na mediação da morada e na própria luta pela terra. Quem se limita ao tema da terra, vê o secundário e o decorrente e não o principal e fundante das relações sociais. Mas isso não exclui nem conflita com considerações de natureza utilitária e prática.

No assentamento de Araraquara (SP) há 176 famílias. Dessas, apenas 30% têm casa no lote. A maioria vive na agrovila. Mas a grande maioria dos depoentes manifesta o desejo de morar no lote. A agricultura familiar só pode desenvolver-se com moradia perto do trabalho. Os lotes são muito distantes da agrovila e pedem longas caminhadas e perda de tempo. Não residir no lote inviabiliza a produção doméstica de animais de pequeno porte, hortas, enfim, a produção vinda do quintal, que é das mulheres. É fundamental para a reprodução do grupo familiar a produção de excedentes como alternativa para complementar a renda. "Nos lotes é possível desenvolver uma sociabilidade diferente daquela da agrovila", comenta Moraes.

Essas considerações práticas não anulam a intensa valorização da morada, até o limite de verdadeiro fetiche de uma sociabilidade peculiar e resistente. Maria Aparecida Moraes recolheu no mesmo assentamento a história de vida de dona Zulmira que, ao sair das terras em que era arrendatária, desmontou e carregou con-

sigo sua casa, remontou-a no acampamento e desmontou-a novamente para remontá-la no assentamento, ao receber sua parcela de terra. O que sugere uma curiosa e persistente sobrevivência de direitos relativos ao regime de enfiteuse e à legislação sesmarial. Os produtos do trabalho estão sujeitos a um direito autônomo e específico em relação à terra e seu domínio. Ao retirar-se da terra, que não é sua, a moradora carrega consigo a casa construída com seus próprios braços. A propriedade da terra, ou o seu domínio, nessa concepção, não captura a obra nela realizada. Uma sobrevivência também disseminada nas concepções de direito à terra dos posseiros da região amazônica.

A história de dona Zulmira inclui uma fotografia da última colheita de berinjelas na terra de arrendamento. Essa foto é o núcleo referencial da história dessa trabalhadora. Saiu da terra arrendada para um acampamento. Por meio dessa foto, dona Zulmira faz de sua história uma história dos frutos do trabalho. É o trabalhar que fica. A foto ajuda a reter o fruto do trabalho como testemunha do que se esvai, do que se dilui no mercado. Há uma dimensão não mercantil mesmo naquilo que esse modo de produção destina ao mercado. É nesse sentido que a casa se propõe como metáfora da distinção entre o ter e o ser, a casa como criatura do trabalho, e não a mercadoria, e a terra como meio de produção dos frutos do trabalho na sua duplicidade de instrumento do ter e do ser.

Maria de Nazareth constatou esse mesmo núcleo valorativo entre os seus entrevistados de Pernambuco. Deles ouviu: "Eu só gosto de plantar o que come e vende. Se só come e só vende, não é lavoura." Uma concepção de vida cuja proposta é ir além da subsistência, alargar as possibilidades da economia familiar sem dela fazer uma economia empresarial ou patronal, como notou a pesquisadora, uma forma singular e composta de inserção social. Sobretudo, uma precisa concepção de trabalho que é o próprio núcleo da agricultura familiar, o trabalho definido por seus resultados.

No assentamento Rio Paraíso, em Goiás, Maria da Conceição Quinteiro recolheu depoimentos e indícios que vão na mesma direção. Na narrativa de sua busca familiar de terra de trabalho, uma das assentadas, dona Maria, explicou:

> O que eu queria era de possuir um pedaço de chão e trabalhar e morar, porque eu tava cansada da vida de cidade, de viver de fazenda em fazenda. Eu tinha vontade de ter um lugar pra mim morar... [...] nós subimos beiradiando o córrego, chegou ali, meu velho falou assim: sô, achei o lugar nosso. Falei: achou meu velho? Ele falou: achei, vamos lá agora. E era aqui...

No mesmo assentamento, dona Eva articula o morar, o plantar, o colher e conviver num sistema de definições que justamente nos mostra a centralidade e a complexidade do sistema de morada:

> O bom da reforma agrária é essa. É dar dignidade pras pessoas. A senhora viu aqui mesmo quantas pessoas morando bem, né? Tendo a hortinha dela, tendo os bichinho dela, né? É, tá tendo a pessoa, tá tendo a dignidade, que na cidade, sem dinheiro, não se tem, né? [...] É muito bom. Por isso é que eu falo, aqui é um lugar muito bom de se viver. Por isso, né? Porque tem e a gente conhece todo mundo. É, as pessoas daqui, todo mundo se dá bem. É um lugar muito pacato, muito bom aqui.

Um sistema de morada restaurado e enriquecido pela experiência de instabilidade e sofrimento em terra alheia. Vivenciando relações sociais essencialmente reprodutivas, que são as da família e da comunidade, cujo caráter afetivo as faz resistentes a rupturas e dissociações, como referências imediatas da sociabilidade, os assentados podem compreender a instabilidade e a descontinuidade que decorrem do vínculo precário com a terra. São as experiências negativas que agudizam a percepção do que nelas se nega e, por meio delas, a estratégia do recuo para o seguro em face do inseguro é que reaglutina valores, relações e concepções. dona Eva, de Rio Paraíso, faz a contraposição de negativo e positivo para expor a coerência de sua opção:

> Ah! Melhorei em tudo, né? Porque aqui a gente é dono, né? É proprietário, a terra é da gente. Aqui o que a gente faz, a gente planta um pé de mamão, a gente vai colher ele, se plantar um pé de laranja, né? Vai ter. Quando a gente tava na terra dos outros, não, né? Não tinha garantia, vencia o contrato e o pessoal pede e acabou! Ou você entrega a terra ou ela... como arrendou que não tem como você pagar, né? Então você é obrigado a entregar a terra, né? E aqui é nosso, aqui a gente vai melhorando cada dia, né? E, depois tem, é, também, é o conforto que a gente tem aqui, né? Morando aqui, perto da cidade, tem escola, tem mercado, tem tudo! E a gente tem uma vida

> mais tranqüila como se fosse na cidade, né? E depois a vida no campo é bem mais saudável, e depois a gente tá em cima do que a gente tá olhando todo dia ali, acompanhamento, né? Ou se a gente morasse na cidade e viesse, tem que vim todo dia, o gasto também seria outro. O bicho não é, o olho do dono é que engorda o gado, que nem diz o ditado certo, né? E a gente tá a família junta aqui, quer dizer, mais ou menos, né? Por que os filhos tem que sair, estudar, né? Mas isso é uma coisa natural da vida, né? Porque os filhos não é da gente, é pra sair, né?

"Ter dignidade" certamente é expressão que vem "de fora", expressão mais ou menos tomada como sinônimo de "ter conforto" e "ter conforto" como oposto de "desconforto", isto é, "desconforto" como o morar em terra alheia e conforto como o "estar em cima do que é da gente", da nossa terra. "Morar" e "ter terra" significam, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar. Essa separação, tão urbana, torna obrigatório o dinheiro como mediação do viver (cotidiano) na cidade, e o conforto como uma função do dinheiro e não do trabalho. A roça e o morar na roça, morar no lugar do trabalho, dispensa a mediação do dinheiro no dia-a-dia e o desconforto que essa mediação acarreta. O dinheiro é aí excepcional e não-cotidiano.

Esses são os demarcadores da consciência do desenraizamento e da consciência do que é o enraizamento. A cidade não deixa de ser valorizada e desejada, mas não é um lugar de destino, é um lugar do ter certas coisas necessárias – a escola, o mercado (o que comprar), que podem ser tidas mesmo quando se mora na roça. Esse "morar" é muito singular, é mais do que habitar. Diz respeito a um modo de viver, à convivência com o espaço, com a natureza. Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de moradia e trabalho, o enraizamento. São todos valores camponeses e da sociedade tradicional. Nessas verbalizações, é importante a lateralidade do mercado e não a sua centralidade. Mas isso não quer dizer que nas relações econômicas isso seja de fato assim. Antes parece indicar uma consciência camponesa dos destroçamentos sociais e morais que o dinheiro e a mercadoria podem promover na vida de pessoas cujo modo de viver e cujo modo de pensar estão permanentemente em tensão com a ameaçadora coisificação da pessoa e seus meios de vida.

Quinteiro transcreve verbalizações simples e completas sobre o tema, como esta, em que "trabalhar" e "ter casa" são usados quase como sinônimos:

> A gente estava esperando, a Deus querer, ganhar um cantinho para viver. [...] porque nós tinha uma esperança de ter uma coisa boa na vida, que era a nossa terra pra gente trabalhar. Ter a casa da gente. Ter sossego da gente. Nós tinha uma esperança de ter um cantinho melhor. Uma vida melhor. Ter um sossego.

A fórmula está posta aí, na indissociação de terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego, isto é, da supressão do risco do desenraizamento em conseqüência de vontades pessoais e fatores impessoais. Esse é um dos aspectos do conservadorismo de orientação do agir de acampados e assentados. De fato, a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência.

Em busca da identidade e da comunidade

Não obstante a suposição corrente de que a luta pela terra se desenrola em torno de valores e lealdades comunitários, a realidade de acampamentos e assentamentos é conflitiva. Os cinco estudos de caso assinalam uma diversidade de episódios e fatos que mais falam de uma conflitividade societária, demarcando uma situação social em que o comunitário se apresenta como busca difícil, permeada por tendências desagregadoras. Em seu estudo sobre dois assentamentos de Pernambuco, Maria de Nazareth Wanderley transcreve um depoimento e assinala um fato que dá a medida dessas dificuldades: "As vizinhas que moravam perto de mim na barraca eu não vi mais não, porque tem muita gente que mora na área 4, área 3. Aí é muito longe. Não pegou por aqui. Pegou na área 4, área 3 e área 2." E numa nota de rodapé:

> Sobretudo em Pitanga II registraram-se sérios conflitos entre os acampados, que resultaram em alguns assassinatos brutais. O próprio Incra reconheceu a presença de indivíduos que não eram trabalhadores rurais, muitos

dos quais são apontados pelos demais como sendo madeireiros infiltrados, ou seus testas-de-ferro, interessados apenas na devastação da mata local.

A comunidade que se expressa no entusiasmo da memória dos fatos passados, que se consubstanciaram no acampamento, preâmbulo do assentamento, revela nesses episódios e referências a sua fragilidade. Os muitos problemas que em várias partes do país envolvem participantes de ações de ocupação de terras, as muitas e diversificadas motivações discrepantes, o rentismo que motiva muitas, os valores anticomunitários dessas motivações nos falam também de uma comunidade frágil, mesmo quando aparentemente se afirma no assentamento. A história dos assentamentos se revela uma história de ganhos sociais indiscutíveis, mas também de perdas pelo caminho: os que desistem, os que se agregam sem autenticidade, os que negociam posses e "direitos", os que mesmo assentados preferem viver de renda da terra. Só muita filtragem (a seleção natural de que alguns assentados falam) deixa entrever a débil comunidade possível, que terá ainda pela frente, para sempre, seus inevitáveis antagônicos nas forças sempre desagregadoras do mercado, do dinheiro e da renda fundiária. São as contradições que devem viver os que, mesmo pela via de ideais comunitários e dos movimentos sociais, chegam à modernidade e ao mundo que o capital construiu.

Alguns assentamentos, com presença do MST, mostram tentativas de criar um cimento comunitário, na busca de um certo equilíbrio entre os contrários, na reserva de terras para uso coletivo, na obrigatoriedade da co-participação em certas atividades e em certas opções também coletivas, na criação de superestruturas ideológicas e políticas, supostamente, baseadas em valores comunitários e coletivos. Mas também aí surgem as crises e corrosões, como nos casos estudados no Paraná e em São Paulo.

A orientação comunitária na fase de ebulição, de agregação para ocupar e acampar, parece mesmo o indício de valores residuais de uma história que está no fim e não no começo, o que resta para firmar um "eu" com um mínimo de dignidade. Por não serem comunidades autênticas, essas comunidades residuais tornam-se vulneráveis justamente por estarem abertas ao estranho, na motivação limitada da busca de terra que não chega a constituir um filtro poderoso de identificação ou de afirmação de identidade. O comunitário parece estar mais na euforia da festa, do provisório e passageiro do acampamento e da ocupação, cuja história sofrida acaba sendo a história da seleção natural dos iguais, dos que "estão juntos" na busca e nos atos.

Não apenas nessas tensões a viabilidade do comunitário, como construção de identidade, se mostra problemática. Outra referência identitária, a memória como documento de uma história pessoal compartilhada, também é esfacelada no próprio processo de migração e desenraizamento que culmina na condição de sem-terra. Uma pedagogia da memória, no intuito de reconstruí-la como elemento de identidade na sociabilidade do assentamento, foi proposta por Maria Aparecida Moraes no assentamento de Bela Vista do Chibarro (Araraquara, SP) e se constituiu num experimento revelador. Ela se propôs a realizar com os assentados uma oficina de argila. A oficina de argila foi criada em função da pesquisa para descobrir a experiência e o saber passados dos assentados: "Em razão do processo de desenraizamento, provocado pelas inúmeras migrações durante a vida, a cultura, o modo de vida do mundo de antes, foram perdidos em parte ou até mesmo totalmente."

Nas entrevistas, "[...] as lembranças do passado chegavam ao presente sempre de uma forma muito fragmentada". As respostas eram breves quando a pesquisadora tentava saber algo sobre a indústria doméstica, os valores de uso, os objetos de argila, os teares domésticos. Muitos dos moradores são originários do Vale do Jequitinhonha ou do sertão do Nordeste, onde o artesanato de argila das mulheres é uma atividade importante. No entanto, a pesquisadora constatou entre eles o preconceito contra o barro e o uso das panelas de barro, coisa do passado.

A memória fragmentária, o esquecimento parcial ou total das práticas e saberes e o preconceito contra o uso dos objetos produzidos no âmbito doméstico dão algumas indicações importantes sobre as armadilhas das transformações sociais e culturais e a transição do rural ao urbano, a modernização. Na vida dessas pessoas, a modernização foi proposta como perda, como substituição, isto é, como dominação e aniquilamento daquilo que de fato sabiam fazer e lhes pertencia.

No confronto entre os objetos produzidos pelas próprias mãos e os objetos produzidos industrialmente e obtidos por meio do co-

mércio, da compra, o que é mediado pelo dinheiro aparece revestido de um prestígio associado ao próprio dinheiro. É provável que a mediação do dinheiro destaque a produção de objetos de comércio como indicativa de uma modalidade de trabalho "superior", que é aquela que "traz dinheiro", isto é, que tem o reconhecimento e o prestígio sociais, que na obtenção do dinheiro se revela. Ou seja, algo que o outro está disposto a comprar, a pagar. O dinheiro aparece aí como uma relação de poder e um meio de legitimação social da atividade que resulta em dinheiro, e de desprestígio da atividade cujo máximo reconhecimento é o próprio âmbito doméstico.

A hierarquia social dos produtos aparece aí. Aparece também na troca simples de produtos agrícolas entre os assentados apenas no final da feira semanal, quando a troca poderia se dar antes da ida ao mercado, em função de necessidades definidas. A troca da sobra parece indicar que a troca simples é uma forma residual de escambo do que não obteve o reconhecimento de prestígio e valor através do mercado. É aquilo que quem tem dinheiro não quer. É uma mercadoria pobre e mercadoria de pobre. Esse aspecto está presente, também, no assentamento do Pará: a preferência pela criação de gado, que acarreta prestígio de fazendeiro e de "grande" ao assentado, e não a preferência pela lavoura.

Essa definição diferencial dos prestígios não é exclusiva da clientela da reforma agrária. No Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte, o desprestígio da lavoura branca em relação à criação de gado é encontrada com freqüência. Em pesquisa que fiz no Maranhão, colhi argumentos das crianças de povoados em relação à unidade social dos alimentos de prestígio desigual: carne e arroz, e o implícito reconhecimento da miserabilidade do arroz em relação à carne.[18] As referências, em outras situações, ao caráter diabólico do mercado e do dinheiro parecem indicar uma modalidade de consciência crítica em relação às devastações e desorganizações que o mercado e o dinheiro promovem na vida das populações pobres e desvalidas em transição para o propriamente mercantil. Portanto, uma contraditória atração e recusa pelo que é desejado, o que o dinheiro viabiliza, e pelo que é temido, o mal dos sofrimentos que acarreta nas separações de pessoas e na desagregação sobretudo da família.

[18] Ver Martins (1997, p. 113-144).

Nesse sentido, a idéia difusa da economia alternativa, nome que lhe dão os mediadores da luta pela reforma agrária, parece explorar a racionalidade econômica residual que há em modos de produzir e em atividades econômicas cuja grandeza é inferior àquela que pode atrair o grande capital, mas é superior àquela em que o assalariamento só é possível por meio de relações degradadas de trabalho.

Tem havido difusa concepção de que as demandas sociais dessa população decorrem de uma valorização do passado. A experiência da pesquisadora mostra que o passado foi destruído, parcial ou totalmente, suas referências estruturais se perderam, são conscientemente recusadas, censuradas, proibidas à memória. Mas ao mesmo tempo fica implícito que a manipulação ideológica das agências de mediação amplia essa censura e se propõe como memória substitutiva, a memória dos excluídos, uma memória abstrata e sem substância, sem relações concretas, sem práticas que restituam ao trabalhador, de fato, sua autonomia. Fica a dúvida: o que mede as demandas sociais, o passado ou a manipulação ideológica?

A autora desse estudo de caso usou a oficina de argila como técnica de pesquisa para reavivar a memória do conhecimento e a cultura popular, como fonte de informação, mas também como fonte adicional de mobilização social para ampliar as alternativas da economia alternativa do assentado. Usou a técnica como fonte de identidade social e individual. Aqui identidade é mais do que a definição corriqueira de identidade. Identidade é a construção do meio de identificação positiva com o alternativo dessa faixa intermediária de alternativas econômicas e sociais. Não é reconstruir a identidade, mas construí-la contra o passado, contra a manipulação ideológica e a instrumentalização política e contra, também, as tendências destrutivas do mercado. Maria Aparecida Moraes assinala a "importância da identidade. Uma das hipóteses explicativas para os diferentes conflitos internos é a dificuldade do processo de construção da identidade social e individual do assentado."

Esse é um ponto importante. A condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, que assegure a inserção positiva do assentado na realidade que o assentamento cria e possibilita. O fato de serem clientes do programa de reforma agrária e por ele beneficiados não é fato de identidade, como pode ter sido o

passado e como seria supostamente a condição de assalariado. Nesse caso, bem concretamente, os conflitos entre facções de assentados demonstram que a reforma agrária, mesmo quando estão abertamente envolvidas as agências externas de mediação, como a CPT, o MST e o sindicato, não é em si mesma suficiente para concretizar a inclusão social plena e para superar as situações de anomia.

Pessoas que supostamente estão voltadas para objetivos comuns, mesmo quando têm origens diferentes, não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa idéia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade. Essa dificuldade talvez explique o revigoramento da família extensa como unidade social de trabalho e consumo, e referenciais de tipo familista, como sujeito da participação num assentamento.

Assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa no curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência, próprios da sociedade inclusiva. Nesse caso, a inventividade social do assentado é menor do que se supõe, embora seja real. Minha impressão é que as identificações com o que é dominante, em termos econômicos e sociais, mesmo onde o MST está presente, demonstra a fragilidade do alternativo e das possibilidades do alternativo. No fundo, a reforma agrária aparece como um meio de retomar de modo não-anômico um destino que foi truncado pela dificuldade de permanecer no "curso certo" da inserção na sociedade de mercado. A adesão ao Banco da Terra e a disposição de muitos para pagar pela terra sugerem que essa hipótese deve ser considerada.

A memória não deveria ser apenas memória fragmentária do passado. Mas na sua recuperação, na sua restauração transformada, deveria ser também memória das perdas ocasionadas pelo desenraizamento, memória do dilaceramento. Não o sendo, talvez indique na oficina de argila uma tentativa de ajudar, de interferir a partir de uma concepção de memória que é referência sociológica necessária, mas, provavelmente, nunca foi de fato a memória das vítimas do desenraizamento. A experiência da oficina é, sem dúvida, um procedimento para expor, descobrir, revelar o sentido do atual na perspectiva dos fragmentos da perda. Porque, no fim das contas, o que foi perdido em termos de relações sociais foi de fato perdido. E a situação social atual só fragmentariamente contém elementos capazes de revelar sentido no que havia perdido sentido completamente. "Muitas lembranças foram aflorando à superfície; cenas, cenários, pessoas, objetos, sons, cantos...", assinala Moraes. As pessoas lembram, também, do ritmo do corpo, do trabalho, da importância do corpo no trabalho. Ou seja, a memória é, num certo sentido, memória prática e do que é prático.

A memória é, portanto, memória da sociabilidade envolvida naquele tipo de trabalho, naquela situação social. A memória é memória de conjunto, de relacionamentos, de atividades associadas entre si. O cântico não é lembrado isoladamente, do mesmo modo que o trabalho não é lembrado isoladamente. É memória do mundo criado pela economia do excedente, dominado pelo trabalho concreto e pelas concretas relações que dele decorrem.

Não é o mundo do trabalho abstrato, impessoal, voltado para o ganho, a vida mediada pelo ganho, como no assentamento. No entanto, cabe perguntar: por que há lugar para o reavivamento dessa memória num mundo em que suas relações não têm, em princípio, condições de retorno, de reconstituição? Porque o "novo mundo" do assentamento contém um espaço e um tempo para o residual, para revitalização parcial de atividades e relações que podem constituir um complemento social importante, numa vida agora dominada pelo mercado e pelo dinheiro.

Trata-se de considerar que a mercantilização das relações sociais não consegue dominar plenamente a vida e os relacionamentos das pessoas nessa situação singular. Cabe questionar, portanto, a assimilação da categoria "trabalhador rural" pela categoria "trabalho assalariado", tão comum na ideologia dos grupos partidários que tentam arrecadar os pobres do campo para sua grei.

A memória, porém, ressurge como lembrança, como recordação de um outro tempo, lembrança nostálgica do passado. Mas não surge como memória das experiências passadas numa situação social nova em que essas experiências têm residualmente algum sentido, como contraponto do mercantil que edifica uma identidade e funda uma esperança, a esperança de relações sociais protegidas contra a coisificação do mercado e do dinheiro e seus efeitos desagregadores.

De fato, a função estruturante dessa memória está na legitimação do equilíbrio que ela permite entre as impossibilidades do pas-

sado e as ameaças do presente. É nesse equilíbrio que a identidade limítrofe pode surgir e se firmar. Aliás, essa rememoração de atividades econômicas esquecidas aparece como atividade econômica possível de jovens e mulheres, isto é, no assentamento, os que são secundários, marginais em relação ao núcleo econômico essencial de atividades definidas como masculinas e adultas, como forma de diminuir o assalariamento de mulheres e jovens, como forma de compatibilizá-los com o núcleo autônomo da economia familiar.

Segundo assinala a pesquisadora, a experiência foi considerada por outros pesquisadores e militantes políticos como ingerência em suas próprias atividades,

> [...]em seus assuntos particulares. [...] foi também uma das formas de viabilizar a pesquisa de campo, sem confrontos com aqueles que se julgam representantes dos assentados, seus porta-vozes, impondo-lhes, muitas vezes, projetos que não condizem com a experiência trazida por eles.

Esse é um detalhe interessante. Não consideraram a ação da pesquisadora como ingerência na vida dos trabalhadores, mas ingerência em sua própria vida de agentes de intervenção na vida alheia. Ou se consideram únicos no direito de ingerência, como se os assentados fossem uma colônia de seus partidos e organizações.

Apesar da maior disponibilidade das mulheres para o apelo à memória e à construção da identidade, o desencontro de gerações indica um amplo processo de "contaminação" diferençada dos vários membros do grupo familiar por uma grande variedade de "invasões" e estranhamentos na trajetória social das famílias que acabam "caindo" na condição extrema de sem-terra. No assentamento de sua pesquisa, Moraes identifica dois grupos de jovens: os que pretendem dar seguimento à luta dos pais, porque conhecem o trabalho agrícola e com ele se identificam, e os que não têm essa tradição, foram educados no meio urbano, muitos dos quais esperam se tornar assalariados urbanos: "A procura de qualificação profissional traduz o anseio de deixar o trabalho árduo no campo em direção à cidade."

Há duas irmãs, Lena (secretária em uma clínica) e Dinha (babá), ambas moram em imóvel alugado, em bairro residencial de Araraquara, filhas de pais pernambucanos, imigrados, trabalhadores rurais assentados. Logo que chegaram ao assentamento, em 1993, estranharam: "Foi um declínio... foi um declínio muito grande do estilo de vida que a gente tinha em Pitangueiras." Narra Moraes que

> a partir do momento em que chegaram no assentamento, contou Lena, seu irmão começou a beber, criando problemas e preocupações entre os membros de sua família. [...] O pessoal que a gente conhece saiu para trabalhar... Todos eles... Saíram para trabalhar e não pensam em voltar não... Os [pais] que eu conheço... querem que [os filhos] voltem, principalmente o meu pai! Mas não têm como se sustentar lá. O que o sítio rende não dá para sobreviver! [...] Eles [aqueles que partem] falam que lá é tudo muito complicado, que lá não é futuro, eles falam que lá não tem futuro, tudo é ilusão!

Esses depoimentos de quem tem família no assentamento e dele saiu contrastam com as concepções idílicas dos que querem a todo custo legitimar o trabalho no campo e a reforma agrária como uma saída e um modo de inclusão social indiscriminadamente para todos. Mesmo onde a realidade local abre alternativas de integração num mercado de trabalho mais amplo. De fato, temos aí as expressões das dificuldades de ajustamento que cercam sobretudo as novas gerações. A reforma não é avaliada a partir de concepções estereotipadas da chamada exclusão social, da miséria e da injustiça social, como fazem os militantes. Não há justiça em "voltar para trás". Os jovens expressam uma longamente construída ideologia da recusa da vida agrícola e do trabalho manual. Não há espaço aí para a idéia de começar a construir de novo as possibilidades do entrar na economia moderna. São de uma geração que deveria estar colhendo os frutos plantados pela geração passada, e não de uma geração que deveria estar plantando os frutos que não poderá colher.

Há, portanto, uma provavelmente ampla parcela de candidatos reais ou potenciais ao programa de reforma agrária que oscila penosamente entre aceitação e recusa dessa alternativa de vida. Sua mentalidade já não está construída com base na experiência de vida do trabalho agrícola e da vida no campo. Suas referências são urbanas e é esse o modo de vida que ordena seu entendimento do que é o trabalho e de quais devem ser os frutos do trabalho. Não é estranho que o estudo de Abramovay (2001) sobre Santa Catarina indique a existência de pequenas propriedades agrícolas para as quais não há herdeiros. Os filhos migraram para as cidades, especialmente São Paulo.

Esses depoimentos nos falam, também, de uma intensa convivência de estilos, de uma contínua transição entre o campo e a cidade, e vice-versa, um contínuo ir e vir que estabelece referenciais críticos que solapam o ideário de uma vida pastoral plácida no limite dos efeitos desagregadores do urbano. Não é estranho também, portanto, que não poucos assentados tenham optado por viver na cidade, longe dos lotes que receberam, fazendo do campo apenas um complemento e extensão da vida urbana e, até mesmo, de alguma atividade econômica urbana. A tentação de reduzir a posse da terra a mera fonte de renda territorial é compreensível nesses casos. Caberia verificar se a origem tumultuada do assentamento de Araraquara, com variadas e desencontradas referências e imposições, não seria responsável por essa falta de identidade que é também falta de identificação com a proposta da reforma agrária.

Moraes observa, ainda, que

> há também casos de jovens que vivenciam situações de exclusão, dentro do próprio assentamento. Estes, não estudam e não possuem lotes para cultivar, sendo levados a prestar serviços informais e temporários, ora para outros assentados, ora para as usinas da região, na quebra do milho, no corte de cana ou na colheita de laranja.

Um dos problemas do programa de reforma agrária é justamente o de não prever a reentrada cíclica de novos clientes provenientes das novas gerações de famílias de assentados. Que os filhos de assentamentos anteriores fiquem no vestíbulo do programa com a mesma demanda e no mesmo nível de formação e qualificação de seus pais sugere claramente um problema. Indica que o avanço social e educacional que a reforma deveria representar para as novas gerações acabou não se concretizando nos assentamentos da década de 80.

Um tema a ser sublinhado no estudo comparativo é justamente o das diferenças de proposta nas diferentes etapas do programa de reforma agrária a partir do Estatuto da Terra. De fato, o que se repete aí é a função original, que vem da Lei de Terras, de que o núcleo colonial deveria constituir um celeiro de mão-de-obra temporária para a grande lavoura. Nesse sentido, essa persistência compromete a reforma social que deveria existir no programa de reforma agrária. É possível que esses assalariados temporários da nova geração nas famílias de assentados indiquem uma sutil transformação: sua função é a de complementar a própria agricultura familiar com rendas adicionais. Supondo-se, no entanto, que além de agricultura familiar se possa falar em economia familiar.

Os jovens querem seu próprio lote. A constatada gravidez precoce das moças e essa demanda de autonomia econômica por parte dos rapazes sugerem uma igualmente precoce constituição de famílias, o que cria uma pressão adicional sobre o programa de reforma agrária. Isso põe em evidência o problema demográfico como um problema que não tem sido discutido em relação à reforma agrária, porque é tema tabu, sobretudo em virtude da óbvia presença das igrejas no cenário. Mas também porque os técnicos da reforma agrária e os militantes da causa política da reforma não estão preparados para compreender e debater esse tema delicado.

O fato de que existam fatores de comprometimento de uma identidade a ser construída na vivência do processo de reforma agrária, no assentamento, como esses, não anula o afã de encontro e reaglutinação que motiva a luta pela reforma agrária ou pela regularização fundiária. Apesar dos fatores adversos à memória e do comprometimento da memória do que se foi, que é também do que se poderia ser, convém lembrar que os dados da pesquisa mostram claramente que há uma outra "comunidade" prévia na situação dos sem-terra, que atravessa e ordena sua experiência de luta e reivindicação.

Ela se manifesta na rede de relacionamentos prévios, base de circulação de informações sobre possíveis ocupações de terra, mobilizações, acampamentos. Essa rede latente indica os relacionamentos preferenciais, arrola os que devem ser notificados e convidados para ações de colheita de benefícios pessoais e comunitários. A rede persiste mesmo quando a sociabilidade do grupo se decompõe, na migração, nas viagens, nos distanciamentos, nas separações. A comunidade é mais do que compartilhar costumes e modos de fazer e pensar. É memória de vínculos de sangue, deveres de obediência e deferência, ritos de lealdade, retribuições, pagamentos simbólicos.

Maria da Conceição Quinteiro colheu evidências nesse sentido relativas ao modo como a invasão da terra foi articulada no assentamento que estudou e ao modo como a informação foi compartilhada:

> Tudo começou nos idos de 1985 quando, à "boca miúda", correu por Jataí, entre os trabalhadores rurais, assalariados, arrendatários etc, do sudoeste do cerrado goiano, que a fazenda Rio Paraíso tinha vasta área improdutiva. [...] Um grupo desses trabalhadores iniciou a mobilização, apoiados pelo sindicato rural, que encampou a luta.

A área foi identificada e a invasão foi sugerida e formalmente orientada pelo próprio advogado do sindicato. Ele sugeriu critérios de tamanho de demarcação do lote de cada um. As pessoas se juntaram em função do boato de que tinha uma terra para ser invadida, que iam "ganhar terra". Mas o boato, nesses casos, tem destinatários, chega a uns e não a outros.

Maria de Nazareth Wanderley, por sua vez, detalha os relacionamentos envolvidos na ocupação das terras que vieram a ser os assentamentos que estudou em Pernambuco:

> Quase todos os parceleiros entrevistados em Pitanga II afirmam ter passado por Pitanga I, trabalhando na parcela de um parente ou um antigo vizinho. [...] São estes familiares e amigos dos parceleiros de Pitanga I que decidem realizar uma nova ocupação da mata e reivindicar uma segunda parte do antigo latifúndio, que já fora parcialmente desapropriado. [...] Desta vez, solicitam o apoio prévio da CPT, que realiza várias reuniões na própria Mata. [...]A ocupação acontece em 23 de agosto de 1987 e conta inicialmente com a participação de 45 famílias. Uma vez iniciada, a notícia se espalhou e muitos outros criaram coragem e, estimulados por parentes e vizinhos, vieram também para a mata. Um levantamento feito no início de setembro, já registrava a presença no Engenho Monjope, de 206 famílias, que perfaziam um total de 1.085 pessoas.

E agrega depoimentos sobre a mobilização da rede de lealdades e deveres: "Foi um compadre do meu pai, que ele já morava na primeira área que existe, área I. Aí ele disse pro meu pai que ia sair terra de novo." E também este: "Aí o que nós fizemos: 'menino, vamos nos reunir e ocupar o restante'. Eu e os amigos fizemos uma reunião. Gente até da Paraíba veio. Nos agrupamos. Aí quando tinha 160 no livro, pegado o nome..." Indicações de que a rede se estende por um território insuspeitadamente imenso.

Os laços de amizade e parentesco constituem, como se vê, a base de circulação das informações, além de revelarem um estado de prontidão para receber esse tipo de notícia. A concepção de vizinho não deixa de ser importante, porque nos revela um quase parentesco que obriga a incluí-lo na lista de distribuição de notícias de natureza patrimonial, como essa. Ao mesmo tempo revela que vizinho é um parente potencial. A comunidade existe não no espaço imediato, mas na rede de parentesco, amizade, vizinhança e, sobretudo, na rede dos que participam da circulação e distribuição de notícias relativas à possibilidade de restituir a espacialidade do comunitário, de reconstituir a comunidade também como território comunal, como no caso de permitir que o outro trabalhe no lote de um assentado até que obtenha seu próprio lote.[19]

Wanderley sumaria as observações:

> A união de todos é uma referência unânime dos nossos entrevistados. Ela foi particularmente favorecida pelo fato de que, como já foi visto, a maioria dos que viveram no acampamento eram vizinhos, se não parentes ou compadres, portanto, já se conheciam há muitos anos.

Aqui, mais uma vez, parece evidente que os acampados já eram uma comunidade em busca ou à espera de um território. Mais do que uma comunidade perdida, uma comunidade "suspensa", uma comunidade constituída virtualmente nas relações reais de vizinhança, de parentesco e de parentesco simbólico. A crise dos vínculos tradicionais de dominação pessoal, a crise do regime de morada e a expulsão da terra fizeram explodir o poder pessoal que cimentava os relacionamentos entre os subalternos, e revelaram a mutilação da comunidade, a sua pobreza, como comunidade sem território, como comunidade em busca de território. A pobreza se revela, aí, não só como falta de lugar para morar e trabalhar, mas como lugar para completar ou recompor a comunidade das relações sociais reais, que sobrevivera na

[19] Desdobro, aqui, a concepção de unidade mínima de vida econômica e social, desenvolvida por Antonio Candido em relação aos bairros rurais de São Paulo (Candido, 1964). A pesquisa cujos resultados aqui analiso mostra que a concepção popular de unidade mínima de vida econômica e social se derrama sobre um extenso território, mesmo fora do alcance das relações cotidianas de vizinhança, numa espécie de unidade máxima de referência. Evidentemente, não estou me referindo à noção de bairro e de vizinhança apenas, que cobre necessariamente uma espacialidade definida, como mostrou Antonio Candido. Estou me referindo ao espaço imaginário da família extensa.

morada de favor em terra alheia. O "alheio" e o "nosso" se propõem como antagonismo quando o "alheio" deixa de ser "nosso".

É evidente que a luta pela terra e a tensa adesão ao programa de reforma agrária não contêm a obstinação de propósitos que se pode inferir da literatura panfletária, do material de propaganda das agências de mediação, da compreensível convicção profissional dos funcionários dessas agências e da necessidade ideológica de sustentar a imagem pública de um coerente projeto histórico. Ora, justamente por ser histórico, é necessariamente um projeto marcado por contradições e tensões. Importa, pois, compreendê-las na forma em que se manifestam, não raro no próprio cotidiano dos assentados.

De fato, os sem-terra e os assentados vivenciam relações sociais que confirmam suas demandas e, ao mesmo tempo, as fragilizam em descontinuidades fora do controle dos próprios agentes sociais. Daí que estejamos em face de um cenário de ambivalências e relutâncias, mais do que de certezas. Uma espécie de dupla e antagônica orientação pode ser observada na sucessão das gerações e na consciência dos assentados de que a reprodução de sua condição social não é o mesmo que repetição de um estado social. Pode-se observar, mesmo, a ausência de valores fundantes da condição camponesa nas formas de expressão das novas gerações, nos filhos de assentados.

Moraes usou o recurso de pedir às crianças do assentamento de Araraquara que escrevessem sobre profissões almejadas e fizessem desenhos relativos ao mundo em que vivem. Nas manifestações das crianças, em *redações*, quanto a suas pretensões relativamente ao futuro, a permanência no lote do assentamento não aparece em nenhuma delas. As profissões almejadas são: modelo, artista, dentista, cantor, rico (sic), profissões urbanas ou difundidas pela mídia. "Em contrapartida, os *desenhos* refletem o mundo rural em que vivem tanto na agrovila como nos lotes." Formas distintas de expressão, redações e desenhos revelam o quanto sua diversidade já expressa uma certa fragmentação das consciências, uma certa duplicidade de orientações em face do conhecido e do apenas suposto. Uma consciência ambígua, na verdade.

Os diferentes meios de expressão – redação, desenho – dão lugar a diferentes objetos de fabulação. As redações falam de um *vir a ser* marcado profundamente pelo *parecer* (pelo que parece ser) e já não

mais pelo trabalho. É muito significativa a escolha do menino que diz que quer ter a *profissão de rico*. Ou seja, uma completa eliminação dos meios que a tradição, a ética do trabalho e os próprios princípios da sociedade capitalista definem como componentes de inserção e participação nessa mesma sociedade. A riqueza não é aí um produto, é um estado. Já as crianças que usaram o recurso do desenho falaram de um *ser vinculado a um cenário*, que é o cenário onde vivem, rural. Não é o cenário do trabalho, porém, mas sim o da moradia. Os dois meios de expressão nos falam de crianças passivas em relação ao núcleo vital da existência, o trabalhar e o produzir. Portanto, antes de tudo, não nos falam de aspirações e sim de fantasias que resultam de uma educação que desvinculou o viver do trabalhar e o trabalhar dos resultados do trabalho.

Moraes continua:

> Vale a pena acrescentar que a análise das trajetórias dos jovens precisa ser incorporada àquela dos pais. Por inúmeras vezes, ouviu-se dos pais a preocupação com o futuro dos filhos. O estudo é o projeto mais importante e o mais almejado. Enxergam o estudo como possibilidade de ascensão social. Por outro lado também almejam que os filhos continuem na terra, pelo menos um deles, principalmente um dos filhos homens, Vale a pena citar um caso específico. Numa família com quatro filhos, apenas um jovem, o mais novo, pretende ficar no lote. [...] se trata de questão importante relacionada à reprodução do grupo familiar e do projeto de reforma agrária.

Além do tema da "reprodução do grupo familiar", que essas constatações indicam, há seguramente outras motivações. É possível dirigir as indagações sociológicas também para outro âmbito: o da dimensão fenomênica dessa insistência em permanecer na terra, em ter esse vínculo com a terra, em ter algum filho ainda ligado à terra. E creio que a hipótese poderia se situar na contradição entre a aspiração de ascensão social e o temor da ascensão social, dos seus efeitos desagregadores, por parte dos pais. Tudo parece indicar que os pais têm clara consciência de que a educação e a ascensão social que ela possibilita também afastam os filhos dos pais, abrem um abismo cultural entre eles, que passam a falar uma língua estranha, a adotar valores estranhos em relação aos de seu grupo de origem. Deixa, progressivamente, de haver uma língua comum, costumes e práticas comuns, hábitos comuns.

A educação cria um núcleo de referência e de orientação das novas gerações que se torna, também, um núcleo de referência crítica em relação à geração anterior, em relação aos pais, uma dificuldade de compreensão e de comunhão. Mudam as necessidades, os jovens têm novas necessidades. Para mim, esse é um dos temores que animam a adesão à reforma agrária e o anseio de que os filhos fiquem, ao menos um dos filhos, com os pais. Trata-se de construir uma ponte entre as gerações, um compromisso de unidade na diversidade. Trata-se de evitar a solidão dos pais, de assegurar um liame de presença e participação, um trato entre as gerações, um nexo comunicativo.

No fundo, o que está em jogo é uma consciência de confinamento em limites definidos de mobilidade social por parte dos pais, a certeza de que não podem ir além desses limites, de que não podem sair de um universo demarcado de compreensão das relações sociais e de comunicação com os outros. Além desse limite, os códigos são desconhecidos, a interação é sujeita a duplos sentidos, tensões e conflitos, descontinuidades e rupturas. É nesse desencontro que se instaura a possibilidade da solidão e do abandono. Ao mesmo tempo, essa é, no fundo também, uma recusa – prudente – do mundo agrícola e tradicional. A aceitação condicional se dá na tentativa de conciliá-lo com o moderno, com a educação voltada para o agrícola. Além da reprodução social, está em jogo a segurança da parentela, da rede de parentesco.

No assentamento de Jataí (GO), em que a exposição dos assentados aos efeitos corrosivos da urbanização extrema é menor, a conciliação entre a escola e a agricultura parece mais fácil e são mais suaves as interpretações, na palavra de dona Luzia:

> [...] eu creio que é 80% aqui, não vamos dizer assim que estejam bem, mas tá com a vida já controlada, dá pra ter um certo conforto em casa, filho na escola tudo. Quer dizer, filho na escola todo mundo tem, né? Mas alguns vêm só até aqui, terminou aqui acabou. Outros já, que tem aqui aquele ônibus que leva pra cidade, aqui já tem aluno universitário [...], mas eu acho que já melhorou um pouco isso aí, já foi pior.

A escola aparece entre outros indicadores subjetivos de realização social, de "conforto". A medida dessa realização é o percurso pleno de toda a trajetória social possível, até a universidade. Portanto, um amplo alargamento da concepção de escola e uma ampla indicação de que uma escolarização a meio caminho representa um "aquém", uma insuficiência de realização. É nessa possibilidade ampla que a vida se revela "controlada", em que o assentado se considera, enfim, salvo dos riscos de degradação inerentes à incerteza e à instabilidade próprias dos desenraizados. Reenraizar-se constitui, assim, a meta, e um reenraizar-se que tem indicadores objetivos na consciência subjetiva do assentado.

A autora desse depoimento fala de *uma escala de conformismos* na extensão desse possível. Um derrotismo parcial inerente à realização das possibilidades. O que parece nos falar da durabilidade de realização das possibilidades. No passado, a ascensão social realizava-se ao longo de pelo menos três gerações. No presente, o tempo de realização das expectativas tem sido encurtado. A autora do depoimento toma como escala de tempo de suas avaliações o tempo de uma única geração.

A preocupação com uma escola que impeça as separações de pais e filhos, que assegure a contínua reconexão entre o mundo dos pais e o mundo dos filhos, fica clara na proposta de uma assentada desse mesmo assentamento de Goiás. Ela pede, muito sensatamente, uma escola de agricultura familiar. Portanto, uma modernização da escola conhecida e uma inserção da escola no mundo dos assentados e dos que se devotam à economia da família.

Em seu estudo dos assentamentos de Pernambuco, Maria de Nazareth Wanderley também encontrou evidências desse processo ambivalente, que é o dos dilemas da ascensão social dos assentados. Mas de um modo em que a ambivalência se torna reveladora tanto de relutâncias existenciais quanto de demarcações limitantes da ascensão. Algo presente na consciência do assentado: o desejo e a busca da ascensão social e o temor de suas conseqüências, sobretudo na crise e afastamento das gerações.

Wanderley levanta a seguinte hipótese sobre a luta pela terra:

> [...] ela não pode ser entendida banalmente como apenas um caminho entre tantos outros que poderiam surgir, tendo em vista que está inscrita na trajetória social dos agricultores nela envolvidos. Seja negativamente – não ter outra profissão – seja positivamente – ser agricultor – ter terra é uma necessidade para quem é agricultor.

E ilustra sua hipótese com afirmações de trabalhadores sem-terra: "Acampou porque estava decidido a lutar para conseguir terra, pois é agricultor e agricultor sem-terra não dá certo. [...] Acreditava [no acampamento] porque o nosso futuro era esse mesmo, não tinha outro."

Vista desse modo, como já foi possível verificar nos outros estudos de caso, a luta pela terra é a luta pelo enriquecimento das possibilidades da única alternativa, da única certeza, em face das mudanças que resultaram na orfandade decorrente da crise e ruptura das relações tradicionais de dependência pessoal. Eram relações que viabilizavam a relativa paz, e também a pobreza, da economia de excedentes própria dessas populações à margem do mercado e nele incluídas com base no cálculo não capitalista da produção. De uma situação de ausência de riscos econômicos reais transitaram para uma nova situação de riscos econômicos praticamente plenos, apesar da assistência financeira governamental que subsidia a transição e a adaptação na nova situação social e econômica. Esses camponeses se tornaram sujeitos de relações de contrato e não mais sujeitos de relações sociais baseadas no trato e na palavra.

Nesse sentido, dizem, o futuro pessoal é a agricultura, pois "não têm leitura". A agricultura é, assim, para eles, uma profissão residual. As aspirações sociais são "construídas" no interior de um terreno demarcado de possibilidades. A "falta de leitura" delimita o âmbito dessas aspirações e, aparentemente, gera um terreno de criatividade social, de metas sociais, de técnicas sociais. É possível supor, portanto, que o caráter fragmentário da luta pela terra contenha uma grande diversidade de lutas, de sujeitos e de metas "subjetivas" mediadas pela possibilidade da reforma agrária.

O futuro era esse mesmo, não tinha outro. Era e é o modo de ampliar as possibilidades da única alternativa com que se deparam, a única que a vida e o peso da inserção social subalterna lhes legou.

Irracionalidades e tensões no processo da reforma

Esse quadro de dificuldades subjetivas e sofrimentos do assentado, suas incertezas e seus dilemas, é agravado justamente por aqueles que querem apoiá-lo e ajudá-lo a sair da situação de anomia em que se encontra, tanto o governo quanto as agências de mediação mais ativas, em especial o MST. E há uma razão para isso: mergulhado numa situação de anomia que resulta de um lento processo de desenraizamento, como foi mostrado antes, de sucessivas perdas de referências sociais e de perdas culturais, o sem-terra não tem condições de oferecer a um programa de reforma social um projeto próprio de reinserção social coerente e exeqüível. Mesmo que suas experiências sociais anteriores não tivessem sido dilaceradas nessa crise, ainda assim ele estaria numa situação de distanciamento em relação ao atual e ao possível.

A experiência de Maria Aparecida Moraes, na oficina de argila, é bem indicativa de uma "perda de memória" das experiências e dos saberes sociais do passado. Uma acentuada invalidação do conhecimento que organizava a vida e a sobrevivência. A reforma agrária não é nem pode ser um movimento de restauração de uma idílica e falsa idade de ouro dos trabalhadores rurais. É espantoso que haja setores da sociedade ativa e agressivamente empenhados nessa restauração, levantando bandeiras que nada têm a ver com as necessidades e possibilidades da sociedade contemporânea e mesmo com aquilo que o próprio sem-terra vislumbra, deseja e pode. Como aconteceu em outros países, tanto em sociedades capitalistas quanto em sociedades socialistas, o camponês, o trabalhador rural, o sem-terra acaba sendo vítima de experimentos de mudança social sem qualquer raiz na sua cultura e nos seus horizontes.[20] Experimentos que no geral

[20] Comparando-se os resultados desta pesquisa, quanto às tensões e irracionalidades que envolvem o assentamento de novos agricultores, com experiências brasileiras do passado, chega-se à surpreendente conclusão de que esses problemas são basicamente os mesmos ao longo de mais de um século de história de intervenção na questão fundiária. Basicamente as mesmas tensões ocorreram no Núcleo Colonial de São Caetano (São Paulo), fundado pelo governo imperial em 1877 para assentar colonos italianos (Martins, 1973). E no Núcleo Colonial de São Bernardo, onde foram assentados, no mesmo ano, os antepassados vênetos e italianos de Marisa da Silva, esposa do presidente Luiz Inácio. Num outro episódio, ocorrido quase 80 anos depois, após a Segunda Guerra Mundial, o do assentamento de colonos italianos no Núcleo Colonial de Pedrinhas, um núcleo colonial privado, na região de Assis, dificuldades similares ocorreram (Pereira, 2000). O estudo de Pereira, que é um estudo sobre aculturação de imigrantes estrangeiros, é também um estudo pioneiro das dificuldades culturais envolvidas em políticas de assentamento no país, tema completamente descuidado pelos estudiosos da reforma agrária. Essas dificuldades são, mais do que os fatores propriamente políticos, um fator poderoso de tensão e desajustamento do assentado numa situação social para ele antropológica e sociologicamente nova.

fracassam a um custo econômico alto para a sociedade e a um custo moral enorme para suas vítimas.

Não obstante, justamente porque referido a uma situação anômica, não há como promover a reinserção social do sem-terra sem propor-lhe, o que não raro significa impor-lhe, um projeto que deriva de interesses que não são necessariamente os seus. Que a reforma agrária não seja concebida como elaboração das possibilidades contidas nos fragmentos de memória que tenham sentido no desenrolar possível do processo histórico, constitui um retrocesso, sem dúvida. Expressão de uma generalizada falta de reconhecimento da reforma agrária como processo pedagógico que dá resultados econômicos que, por sua vez, dão resultados sociais nas amplas mudanças que promove.

É inevitável, portanto, numa avaliação de um programa de reforma agrária, examinar tensões e contradições que nela ocorrem. É necessário compreender desencontros que, tanto nas agências oficiais quanto nas agências externas, interferem de vários modos no programa, dificultando a reforma, tornando-a intervenção de efeitos sociais lentos e nem sempre produzindo todos os resultados esperados.

Parte do problema está na desarticulação da ação das diferentes instâncias do Estado, como o governo e o Judiciário, sem recíproco reconhecimento de interveniência no processo da reforma. E daí surgem danos para os sem-terra, num cenário de violência e drama totalmente descabido, como mostra Eliane Brenneisen em relação ao assentamento do Paraná:

> Contudo, o menos esperado ocorreu. Depois de dois anos de ocupação da fazenda, de já terem organizado suas roças, transformando parte da terra nua em terra produtiva, de já terem adquirido porcos e galinhas para a subsistência, de já terem, enfim, mesmo de maneira precária e através de muito esforço, reconstruído, de alguma maneira, suas vidas naquele local, a justiça estadual julgou procedente a ação de reintegração de posse ajuizada pela empresa J. Malucelli e a desocupação da área ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2000, data e horário sucessivamente relembrados nas entrevistas, por homens, mulheres e crianças. [...] Da ação de desocupação, ficaram as lembranças e as marcas profundas. Nas entrevistas ou nas conversas informais, voltavam ao ocorrido e relatavam detalhadamente como se deu esse processo. Sucessivamente voltavam-lhes à lembrança a incerteza e o medo que sentiram, o de perderem tudo o que já haviam dado como conquistado. Esse medo já os estava rondando desde uns 15 dias antes do despejo. Haviam percebido uma movimentação atípica de pessoas e de veículos desconhecidos nas redondezas e a presença do antigo encarregado da administração da fazenda, hospedado há oito dias na residência de um agricultor vizinho. [...] Como medida de segurança, na semana anterior à ocorrência do despejo, já não dormiam mais nos seus barracos ou casas. À noite, mulheres e crianças eram reunidas num só local, para que não ficassem sozinhas, e os homens embrenhavam-se no mato, revezando-se nas vigílias. [...] Mesmo assustados, no dia-a-dia, pelo menos no período diurno, a vida transcorria dentro da normalidade possível. Trabalhavam nas suas roças e, quando necessário, deslocavam-se até a cidade. As crianças continuavam freqüentando a escola no distrito de Santa Maria do Oeste, localizado a 5 km do acampamento. [...] Aproximadamente dois anos após a ocupação da área, numa manhã de muita neblina do dia 16 de fevereiro de 2000, aconteceu a tão temida ação de despejo. Como costumam se expressar, o local "havia amanhecido forrado de policiais".

Apesar da desapropriação e, portanto, da legalização do ato de ocupação e do reconhecimento do direito à terra aos assentados, a justiça atuou lentamente, com base nos próprios desencontros da lei, e determinou a consumação do ato de despejo. Ou seja, a justiça agiu desconectada do conjunto das medidas e decisões de política social, atuando em conflito com o Executivo e, de certo modo, com o espírito da lei. Os três poderes parecem em conflito no que à reforma agrária se refere.

Toda a pressão social vai sobre o Executivo, muitíssimo menos sobre o Legislativo e nada sobre o Judiciário. Essa esquizofrenia do poder se abate sobre as populações que tentam pressionar e abrir caminho para sua reinserção social. Nesse plano, o Executivo está mais avançado do que o Legislativo e muito mais do que o Judiciário. A transição, para essas populações obrigadas a práticas transgressivas para encontrar uma via de ajustamento social, é marcada por um amplo drama e muita incerteza em conseqüência, justamente, da transição inconclusa do Estado brasileiro para uma estrutura moderna, com base numa afinação entre a lei e sua aplicação, a lei entendida como ato regulador da política social do Estado e dos chamados direitos sociais.

Os efeitos dessocializadores da incerteza não alcançam apenas os valores e normas tradicionais. Alcançam, também, a função social e a credibilidade das instituições. Compreende-se, portanto, que a experiência social de viver no acampamento e na incerteza, ao menos

inicial, do assentamento abra um vazio enorme na compreensão que o cliente ou o cliente potencial da reforma agrária pode ter do processo que vive e da credibilidade das mediações institucionais responsáveis de fato por sua reinserção social e por seu reenraizamento.

Essa descrença parece criar uma ampla base de falta de confiança na ação governamental e nas decisões de seus funcionários. Portanto, esse vazio certamente estimula a criatividade autodefensiva do grupo, mas o faz para estratégias transicionais de sobrevivência, desperta uma inventividade provisória sem grande efeito na reinserção social definitiva dessas populações. Certamente, esses momentos são momentos que incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos, como essa de não permanecer à noite na casa, de reunirem mulheres e crianças em lugar protegido, de instituir um sistema de vigilância, etc. É muito pouco provável que essa experiência emergencial e transitória não semeie as bases de relacionamentos duradouros em situações de normalidade, através, por exemplo, do compadrio e dos casamentos entre as famílias.

A análise da dessocialização e da ressocialização dessas populações não pode deixar de lado a durabilidade da incerteza e o tempo da transição. Nesse período as regras estão parcialmente suspensas e não só ameaçadas pela impossibilidade de verificar a eficácia das expectativas orientadoras da conduta.[21] Portanto, um quadro social de incerteza tanto em relação aos companheiros quanto em relação aos vizinhos, aos agentes de mediação, aos agentes do governo e às próprias instituições. Um amplo cenário de desamparo social e político, além da própria incerteza econômica. Um cenário de devastação social que põe à prova a competência socialmente criadora e inovadora das populações que, por diferentes razões, ficaram

[21] Tenho me referido, em meus livros, à função ressocializadora da participação dos trabalhadores rurais em acampamentos e assentamentos, no sentido sociológico da reeducação que, de algum modo, os alcança no envolvimento ativo numa experiência subjetiva de transformação social. No entanto, devido às características etnográficas deste livro, especialmente de seu primeiro capítulo, tenho aqui a oportunidade de tratar dessa ressocialização na dialética de seus momentos, à luz de casos concretos. Ou seja, na complexidade de um processo que é, ao mesmo tempo, de construção de uma nova e problemática identidade social e de perdas, na dessocialização que a acompanha para abrir espaço ao advento do novo ou à redefinição das orientações existentes de referência: novas interpretações, novos valores.

à margem das relações sociais regulares. Uma indicação de que a sociabilidade depende de mecanismos de reintegração social contínua dos membros da sociedade, mesmo num processo cujo escopo imediato e intencional é o questionamento prático de regras e leis.

Qualquer falha de funcionamento, qualquer desconexão nos relacionamentos, qualquer supressão de elo nas relações faz com que o vazio se abra e os mecanismos de socialização para situações sociais duradouras deixem de operar. Quando se pensa em anomia deve-se pensar não só no desencontro entre normas e situações, mas também no amplo e não raro demorado drama do anômico. É compreensível, portanto, que ao longo dessas demoras sejam muitas as desistências e os descartes, os muitos que desistem e se vão. E, também, a desorientação e a aceitação meramente parcial das metas estabelecidas politicamente.

Para compreender as particularidades do drama, retomemos com Brenneisen os detalhes de um dia de terror que foi o do despejo e da ação violenta dos funcionários da justiça e da polícia:

O fato de serem algemados e tratados como 'foras da lei' era reiteradamente lembrado e descrito por eles. Principalmente o fato de terem sido algemados diante dos filhos, despertava-lhes incômodo sentimento diretamente relacionado às motivações deles ao ingressarem na luta pela terra. Conforme nos relataram ao ingressarem nas fileiras do MST, a opção que haviam feito era a de não se tornarem 'bandidos'. Era, acima de tudo, uma opção pela dignidade e pela honestidade, valor que lhes era tão caro e que procuravam ensinar aos filhos. [...]

> Enquanto a Justiça estadual julgou o processo de reintegração, tramitava, junto à Justiça federal, outro processo movido pelo Incra e, julgado apenas um mês após a desocupação, concedendo a desapropriação definitiva da fazenda, o que permitiu que os agricultores retornassem ao local.

Não obstante o enorme avanço na orientação do Poder Executivo federal em relação à questão agrária, a descriminalização das lutas pela terra e a adoção de uma política fundiária de cunho social para resolver os problemas, diferentes setores da estrutura do Estado atuam autonomamente e em desacordo com as orientações gerais confirmadas e adotadas pelo país na Constituição de 1988. Na

verdade as ambigüidades da Constituição, ao cercarem de dúvida essas orientações e decisões, abriram um amplo espaço de nova conflitividade, que atenua e limita de fato a opção pela reforma agrária como procedimento de política social.

Não só as polícias atuam como se a ocupação de terra fosse um fato criminoso e o trabalhador fosse um bandido, mas a própria justiça não raro atua desconectada de outros âmbitos de decisão: estava em andamento no âmbito do governo o processo de desapropriação da fazenda abandonada. Além disso, tramitava na própria Justiça Federal um processo relativo ao assunto. O que significa que embora o Executivo tenha adotado uma orientação socialmente positiva em relação ao problema, o Estado em seu conjunto não o fez.

Ao mesmo tempo, a luta do MST, ao invés de reconhecer as incongruências do Estado e atuar sobre elas, cobrando coerência de orientação do Legislativo e do Judiciário em relação à opção mais avançada do Executivo, optou por manter o Executivo sob pressão, poupando os outros poderes, numa espécie de ampla oposição partidária, que implicou medidas de prudência para assegurar a lei, o que de fato representou retrocesso em prejuízo dos trabalhadores.

No comportamento da polícia e da justiça, mas também no comportamento do MST, quem se manifesta é o Brasil arcaico, o Brasil da dominação pessoal e do poder oligárquico, por parte das elites, e da concepção monárquica da presidência da República por parte dos chamados movimentos sociais. Os grupos que lutam por transformações sociais, e lutam em nome dos grupos populares, em nenhum momento levantaram o verdadeiro problema político que está por trás dos embates, que é o da modernização plena do Estado. Essa seria a forma de instituir o reconhecimento da legitimidade das demandas sociais das populações que têm sido colocadas à margem do desenvolvimento econômico. Ou seja, a sociedade civil atua a partir de uma concepção insuficiente e pobre de cidadania, partidarizando o governo quando sua polêmica é de fato com o Estado e, portanto, se desenrola num plano mais amplo, o plano das contradições do próprio Estado. Por outro lado, independentemente do governo e sua orientação política, as forças que resistem à modernização do Estado e que insistem em formas arcaicas e rentistas de extração da riqueza e da acumulação do capital atuam no interior dos

próprios poderes do Estado, em nome de uma concepção patrimonialista de dominação, sem que sejam molestadas.

Essas irracionalidades dramáticas não estão desconectadas de outras no que é propriamente rotineiro dos assentamentos, como, segundo Moraes, dizem os assentados de Araraquara:

> [...] o financiamento nunca chega na hora certa... você faz o projeto, manda para o Incra, tem que ser aprovado, o Incra manda resposta para você, só que nunca vem na hora certa, você entendeu? Você faz o projeto para plantar, tem o tempo certo do plantio e esse dinheiro nunca chega no exato momento, chega depois que passou o tempo do plantio, você preparou a terra uma vez, duas, o mato já cresceu de novo. Você não tem mais recurso, já não tem mais verba para plantar, dependendo do dinheiro do governo. Se você não planta também eles colocam você como lote improdutivo, irregular e foi o nosso caso. Hoje nós estamos "irregular", está notificado esse lote e desde noventa e quatro nunca pegamos financiamento. O finado meu pai pegou um financiamento, pagamos certinho...

Não só esse, mas os outros estudos sobre casos concretos indicam as enormes irracionalidades que cercam a história da reforma agrária no Brasil. A própria estrutura do setor público, as práticas dos bancos e das agências de financiamento, o ritmo das providências, o excesso de burocracia, tudo conspira contra a reforma agrária. Tudo funciona para descartar o trabalhador. O trabalhador do modelo oficial de assentado é um trabalhador integrado e sem problemas e não, justamente, um trabalhador à margem, no limite das possibilidades de inserção. Se fosse o trabalhador do modelo de assentado, não precisaria do programa de reforma agrária. Poderia ser atendido por outros programas, "normais".

Esse é um caso claro de pessoas que vivem no limite das possibilidades de inserção na "normalidade social". Ora, justamente o programa de reforma agrária é um programa social que vem sendo tratado como programa econômico, *para* pequenos empresários. O que se pretende com ele é, justamente, outra coisa, que seja um programa social que assegure esse modo de reinserção econômica das populações em risco de marginalização.

Em Goiás, Quinteiro encontrou situação semelhante, conforme se lê no depoimento de dona Rose, que indica, porém, a criatividade compensatória dos próprios assentados:

Só para começar, o Banco do Brasil não quer mais mexer com a gente. A gente é pequeno e aí eles não têm interesse, então a solução para nós seria a cooperativa de crédito que a gente tá criando.

Um dos problemas é, sem dúvida, nos vários assentamentos, o conjunto de dificuldades de uma inserção social que não flui automaticamente do ato de assentar e do acesso à terra. O sistema financeiro, mesmo quando atua como agente do programa federal de reforma agrária, atua autonomamente, com diretrizes próprias, de mercado (financeiro), orientadas para o lucro. Atua, portanto, como fator de concentração fundiária, em direção oposta à das diretrizes da reforma.

A racionalidade do banco não está ordenada conforme a racionalidade própria da condição de agricultor familiar. O cronograma do banco não segue o cronograma do lavrador nem o banco se sensibiliza com o drama do produtor que por meio da reforma agrária está entrando no mundo moderno, da razão, do contrato, da economia, da política. De fato, outros casos falam de situações em que o uso do dinheiro vindo do banco é orientado para outras finalidades. No beneficiário do programa de reforma agrária não raro se confundem e conflitam as figuras do produtor e do consumidor. Não existe mais, ou na nova situação não existe, o equilíbrio articulado que combinava produção e consumo. As irracionalidades do atendimento das agências governamentais acentuam a gravidade dessa articulação, fazendo com que produção e consumo conflitem entre si ao invés de se complementarem.

A reforma agrária não expressa apenas a dificuldade de acesso à terra, os problemas decorrentes da concentração da propriedade fundiária. Ela expressa, também, a dificuldade de acesso ao crédito e à comercialização. Esses depoimentos indicam que a associação histórica entre terra e capital no Brasil não só produziu um modo peculiar e novo de concentração da propriedade fundiária, mas produziu, também, um conjunto de concentrações econômicas que anulam parcialmente ou dificultam a reforma agrária.

É possível que parte dos desistentes e dos que optam pela revenda de terras, mesmo sendo ela ilegal, no fundo revelem uma compreensão desse conjunto de dificuldades e estejam optando por solução mais cômoda. Uma compreensão em grande parte demarcada

pela redução progressiva do tempo que subjetivamente podem tolerar como tempo necessário para o reenraizamento. No final, ao transformar-se em rentistas, na venda da terra ou no seu arrendamento a terceiros, tanto quanto qualquer latifundiário, entram no "jogo do sistema", nas suas urgências financeiras e econômicas e no seu ritmo. Entram no mesmo ritmo que cerca o desenraizamento e a rapidez da decadência social, da perda de perspectivas.

O processo do desenvolvimento econômico não dissemina apenas os desenraizamentos, mas dissemina também um padrão de conhecimento e consciência do desenraizamento e das estratégias de sobrevivência que daí decorrem. O desenvolvimento excludente propõe *um modo de vida marcado e demarcado por formas transgressivas de driblar suas conseqüências,* as quais reincluem as vítimas desse processo num padrão de relacionamentos sociais que empurra continuamente seus descartes para fora. Nele, a batalha pela reinclusão é uma batalha permanente e de todos. Em boa parte, é esse mecanismo de exclusão-inclusão que define os referenciais da ressocialização das vítimas do modelo econômico, que são também os referenciais da luta autodefensiva para contornar e driblar seus efeitos perversos.

No conjunto, as próprias dificuldades da reforma agrária, seus recuos eventuais e seus insucessos parciais, mesmo que mínimos, sugerem que o que a situação pede é uma reforma social abrangente que combine não só a criação, na economia, de um "departamento econômico agro-reformista", como indica a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas também um conjunto de medidas propositalmente organizadas para promover a correção das desagregações sociais e da anomia delas resultante. Para fazer uma ponte pluridimensional de integração social, de correção de suas adversidades em todos os planos da realidade apontados pelos sujeitos e vítimas do desenraizamento. No fundo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário deveria abranger um conjunto de políticas de reinserção social que dele fizessem um "sistema" de intervenção que fosse além da economia agrícola dos pequenos produtores.

Já no caso da Amazônia, as aparentes incongruências da política agrária refletem deformações próprias de uma sociedade que se move em função do dominante e das dominações. De um lado, o Estado brasileiro parece orientar-se por uma concepção única da

questão agrária, de suas conseqüências sociais problemáticas e da reforma agrária que as resolveria. Mas, por outro lado, é lá também que fica evidente como as agências de mediação da luta pela reforma agrária balizaram e uniformizaram sua concepção da ação do Estado. Como resultado, tanto a mediação se revela poderosa quanto se revela ruim. Sônia Magalhães funda seu estudo de caso nesta constatação:

> [...] no sudeste paraense estão localizadas cerca de 30% das terras destinadas para assentamento do país e foram implantados 292 projetos de assentamento, dos quais 240, isto é, 80%, o foram a partir de 1995. Grande parte destes assentamentos é resultado de ocupações realizadas a partir do final dos anos 70 e especialmente ao longo da década de 80, período em que esta região se destacou pelo maior número de conflitos fundiários do país. [...] E, é principalmente para aqueles ocupantes de terra de outrora que estes assentamentos serão implantados. [...] Assim é que, no caso analisado, a implantação dos assentamentos é, de fato, uma ação tardia do Estado de reconhecimento de uma situação de reforma agrária promovida pelos camponeses há quase duas décadas. Esta ação, por sua vez, não é vivida, percebida ou reconhecida pelos camponeses como reforma agrária. Todas as ações voltadas para a implantação do assentamento são enquadradas no âmbito de um referencial mais amplo – os direitos, assegurados pela efetiva ocupação da terra. Direitos que eles têm porque lutaram, conquistaram a terra e nela permaneceram ao longo de aproximadamente vinte anos. Para estes camponeses, o reconhecimento dos direitos não depende da intervenção estatal e, portanto, eles consideram que a ocupação da terra, no caso, a reforma agrária eles a fizeram no passado, independente e contra o Estado. A ação atual de implantação do assentamento é vista como mais um projeto, dentre outros implantados, que dependem de muita organização e determinação.

O tema dos direitos se difundiu no campo através dos sindicatos e da luta sindical. Lygia Sigaud já havia feito uma etnografia do termo em relação às experiências de lutas sociais dos trabalhadores rurais de Pernambuco (Sigaud, 1979). Ela mostra concretamente a difusão entre os trabalhadores da região da cana, provavelmente a partir da ação das próprias Ligas Camponesas, da informação e da consciência de que havia nas leis direitos que lhes eram assegurados, burlados, no entanto, por patrões e fazendeiros. Tanto lá quanto nos cafezais do Sudeste, no momento da desagregação dos velhos cultivos e dos velhos regimes de trabalho, como o sistema da morada e o colonato, os sindicatos nascentes apoiaram sua legitimidade na mesma lei que lhes deu origem e que assegurava direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. A "luta pelos direitos" foi uma luta pelo cumprimento do que a lei já assegurava. Com o Estatuto da Terra, tornou-se possível encarar a dupla possibilidade da ambígua situação dos trabalhadores rurais: direito à terra, direito aos direitos do trabalho, não raro, conforme Margarida Maria Moura, direitos territoriais interpretados como direitos trabalhistas pelos tribunais (Moura, 1988).

A "luta pelos direitos" tornou-se um programa dos trabalhadores rurais de todas as partes, mesmo no Pará. O Pará, porém, teve uma peculiaridade. A ação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) difundiu a concepção, própria do partido, quanto a "áreas liberadas" e difundiu, também, a idéia de que os direitos eram direitos próprios, fundamento de uma legitimidade alternativa, expressão de uma nova ordem social. Grupos assim chegaram ao extremo de induzirem trabalhadores rurais à recusa de títulos de propriedade para regularização da posse em nome desse direito próprio e coletivo e da recusa de um direito "outorgado" pelo Estado.

Na verdade, a ação do Estado, no sentido de enquadrar posses e posseiros no programa de reforma agrária, tem por objetivo revestir de legalidade a situação em que se encontram, para evitar justamente a violência no campo, os despejos, a grilagem e as expulsões. Portanto, a motivação do Estado não é aí a de chegar tarde. A motivação de desativar focos de tensão social, uma motivação política, está proclamada no próprio Estatuto da Terra. Sem essa providência a questão persiste e os conflitos se eternizam. Aí a motivação do Estado não é a motivação primeiramente econômica de viabilizar uma economia alternativa, supostamente já implantada pelos próprios interessados. A motivação é própria do Estado: suprimir os fatores de conflito. O Estado entra aí como gestor do contrato social, como magistrado nas relações conflitivas de interesse que podem ser, também, relações de classe.

Entra aí, também, porque vê nessa economia de posseiros uma utilização antieconômica da terra ou uma subutilização da terra. Portanto, a interferência do Estado é no sentido de trazer os posseiros

para o âmbito do seu programa fundiário, que não se limita a ser um programa de redistribuição de terras, mas um programa de fomento da agricultura familiar e de modernização da inserção das populações pobres do campo na economia.

É nesse plano que, para o Estado, não há diferença entre os assentados do Sul e os regularizados do Norte. Ambos devem ser trazidos para o âmbito de um sistema econômico no qual se procura assegurar lugar e participação a populações que de fato ficaram à margem da modernização econômica e social possível. E desde o Império esse programa é definido como um programa fundiário e, mais recentemente, um programa de reforma agrária. Isto é, aqui a reforma agrária não é apenas redistribuição de terra, mas redistribuição de oportunidades de reinserção ou de inserção no sistema econômico, forma de atenuar ou neutralizar as forças que tendem a dele expulsar ou descartar os inaproveitáveis de uma economia crescentemente seletiva e crescentemente dominada e regulada pela lógica do mercado e do lucro.

O que estamos observando é a redução do espaço para populações que desde a Colônia desenvolveram estratégias de sobrevivência à margem da economia dominante. Em termos territoriais, o latifúndio colonial era um território de abrigo dos excedentes populacionais, que podiam, assim, desenvolver sua própria economia de subsistência e de excedentes. A Amazônia tem sido um dos últimos redutos dessa estratégia e dessas possibilidades.[22] São sobreviventes de uma era em que a terra não tinha valor e em que a renda da terra não tinha expressão. Eles vêm de um mundo em que o trabalho é que era o bem precioso e isso eles tinham, a força de trabalho.

A política militar de ocupação da Amazônia, com base nos incentivos fiscais, inverteu a relação entre trabalho e terra, converteu a terra em mercadoria e fez dela meio de lucros especulativos. Portanto, a "reforma agrária espontânea" dos próprios trabalhadores tem sentido para eles, em sua mitologia heróica mediada pela mitologia própria dos grupos de mediação. Mas não tem nenhum sentido nessa nova realidade em que a terra vem para o primeiro plano e passa a regular a irrelevância da força de trabalho e da economia de excedentes, portanto uma economia secundária. A interferência do Estado, mesmo tardia em relação à "reforma agrária" espontânea, não é tardia em relação à efetiva reforma agrária, aquela que atua sobre a renda da terra, neutralizando-a e oferecendo ao trabalhador a alternativa de um lugar novo e diferente na economia de mercado.

Nos casos de São Paulo e do Paraná, são outras ainda as irracionalidades que perturbam sua dinâmica e suas possibilidades: são assentamentos marcados por conflitos internos das facções que os compõem e pelos desencontros de orientação dos agentes de mediação. Em Araraquara, o principal conflito resultou do assentamento de um grupo de famílias de sem-terra vindos de Promissão (SP), que haviam estado antes em Sumaré e tinham uma experiência de três anos em acampamento. Esse grupo foi tratado com grande hostilidade pelos outros assentados.

Aqui, de outro modo, fica evidente uma mentalidade excludente em relação aos iguais. Os pobres não são necessariamente solidários entre si nem se reconhecem em categorias como pobre, excluído. É o que sugere que se considere outro fato: o acampamento e o assentamento juntam e separam, ao mesmo tempo, ainda que na situação de dessocialização própria do provisório. A junção, o encontro, o acampamento mostram uma interessante capacidade de criar socialmente, de estabelecer as bases, os critérios e a dinâmica da *invenção social*. Mostram, ao mesmo tempo, os limites dessa criação e dessa invenção. *Mais do que um projeto, existe aí um modelo de estrutura social*, demarcada, limitada: entra fulano, sicrano não entra; entra agora, depois não entra. Aparentemente, os *mínimos sociais*, de Antonio Candido (1964), se revelam aí de outro modo: também como *máximo social* – máximo em termos demográficos e máximo em termos do número e do tipo de relações sociais que cada um pode suportar, compreender e dinamizar. A partir desse limite se estabelece a conflitividade. Ou seja, no interior das grandes categorias históricas ou políticas (classe social, pobre, excluído, etc.) há uma conflitividade anterior, um *débito de sociabilidade* que resulta de uma impossibilidade estrutural de que essas categorias sejam mediação e determinação dominante do processo social. Essa é também evidência da permanência e eficácia da idéia do *bem limitado*, a concepção de que tudo existe em quantidades limitadas.[23] Os que conseguem a terra estabe-

[22] Ver Ianni (1978).

[23] Ver Foster (1965).

lecem um limite quantitativo a que outros também a consigam. Essa é outra dimensão do conservadorismo camponês, aliás.

Os esforços de coletivização forçada, a partir de fora, e de opções ideológicas dos agentes de mediação, e até de funcionários do Incra, esbarram nesse limite. A coletivização não é uma necessidade técnica ou econômica, não é um requisito de racionalidade econômica, de produtividade. Não se inscreve na cultura brasileira e nas tradições populares do campo, em nenhuma área do país. O tema do *máximo social* ajuda a compreender essa dificuldade, o *máximo de inovação possível*. Isso vale também para o Incra, na tentativa de impor a criação de suínos para consertar a irracionalidade da opção por um frigorífico, como aconteceu no assentamento do Paraná, um frigorífico que não funciona. O moderno não entra como requisito de racionalização econômica, mas como resultado do que é economicamente viável. Essas irracionalidades falam muito mais sobre as incongruências e desconhecimentos dos agentes de mediação do que de resistências à inovação por parte das famílias agricultoras. Há nessas realidades um limite sociológico e antropológico que precisa ser reconhecido.

No assentamento de Bela Vista do Chibarro, há comportamentos divergentes dos diferentes grupos ali assentados, que criaram identidades singulares na fase da respectiva luta pela terra e nas trajetórias específicas que percorreram. Em particular, a diferença representada pelo grupo de Promissão decanta os níveis desiguais de luta e consciência social dos diferentes grupos, expõe-lhes as contradições e os expõe à ação, também fragmentadora, de grupos externos, como a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo e a Pastoral da Terra. O resultado dessas intervenções tem sido uma sucessão de projetos falidos: bicho-da-seda, vacas holandesas. Alguns assentados, com oposição do grupo de Promissão, começaram a plantar cana para fornecer às usinas da vizinhança, o que representa um retorno à monocultura da imensa fazenda desapropriada, de uma antiga usina, para criar o assentamento. Um certo fracasso da luta pela reforma agrária promovido pelos próprios assentados.

Fica evidente, então, que o ideológico também tem limitações e limites. Na medida em que o grupo mais consciente e experiente de Promissão retira da prática valores e orientações fundados na própria experiência de luta e cria um universo alternativo e diferente para se mover, trabalhar e atuar, os demais se sentem ameaçados pela ideologia mais avançada desse grupo. Embora igualmente inseridos na luta pela terra, não conseguem compreender todas as virtualidades e implicações dessa luta. Não conseguem entender os valores que lhe são próprios, nem a nova demarcação do território da ação, do permitido e do não permitido. De certo modo, embora o conteúdo seja outro, há aí o mesmo problema dos grupos de mediação: suas idéias giram em falso, em torno de um eixo ideológico voluntarista, não giram em torno daquilo que a prática ensina.

As dificuldades para tradução da prática num corpo de idéias que assegure compreensão do que está sendo feito, e das possibilidades criativas dessa prática, estão presentes nos vários assentamentos. Brenneisen observou as oscilações entre prática e conhecimento da prática no assentamento do Paraná:

> Os anos 90 foram, portanto, marcados pelas tentativas de se desenvolver o cooperativismo no MST, com ênfase na formação de CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária). Porém a partir da segunda metade dos anos 90, diante do insucesso no desenvolvimento dessas experiências em diversos assentamentos, iniciaram-se as discussões internas reavaliando o modelo proposto. Quando essas discussões e reavaliações ainda estavam sendo processadas, não possuindo ainda contornos precisos, as lideranças estaduais e regionais, objetivando equacionar a situação, decidiram pela implantação de tipologias organizacionais semi-coletivas nos assentamentos que estavam sendo instalados no Oeste paranaense, ou seja, parte da área não seria fracionada e deveria ser destinada à organização coletiva e a outra parte dividida entre as famílias... [...] "Se tinha uma vivência socialista dentro de uma CPA, mas o nosso país é capitalista! Mas mesmo assim nós acreditamos que a cooperação é a melhor saída..."

Esses experimentos, que são na verdade cópia de modelos adotados em outros países, revelam os limites e dificuldades da criatividade própria dos trabalhadores rurais assentados. Há aí o reconhecimento de que os trabalhadores estão presos num círculo vicioso de reprodução do atraso, reduzidos a tradições no trato da terra (aqueles que a tem) que não condizem com uma racionalidade econômica compatível com os níveis modernos de produção e de organização da produção. Aqui não está claro o tanto que o imaginário suposta-

mente socialista também bloqueia a organização racional da produção que, ao responder ao mercado dominado pelo capital, pede igualmente uma organização empresarial da produção. É óbvio que a escala da produção e a organização da produção que o MST quer implantar deriva do ideário da valorização do trabalho, da elevação dos níveis de vida do trabalhador, de uma proposta implícita de alteração radical das necessidades ampliadas de quem trabalha. O meio escolhido é, porém, não raro, problemático.

As dificuldades vêm também da inconsistência de convicções de muitos assentados, na verdade nem sempre oriundos de um movimento social, mas recrutados sem critério pela organização política que pretende organizar os desvalidos, vítimas da anomia que os inabilita a curto prazo para programas políticos ousados ou fantasiosos:

> O Incra apresentou para nós a proposta e a direção do Estado concordou porque muitas famílias que vêm ao assentamento não têm aptidão para a agricultura e poderiam no futuro vender o lote. Com o lote desvinculado é improvável que alguém queira pegar um lote com uma parte individual e outra coletiva.

Esse é um aspecto interessante do problema, pois sugere um uso instrumental da ideologia coletivista com o objetivo, justamente, de barrar quem não tem identificação, no fundo, com a ideologia da agricultura familiar.

Além disso,

> nesse projeto de assentamento foram incorporados cinco agricultores solteiros, três deles de uma mesma família, filhos do presidente da Coara, já na sua segunda gestão, procedimento, pois, muito próximo daqueles próprios das relações clientelistas, nas quais se beneficia a parentela.

De vários modos, lealdades e proteções próprias da sociedade patrimonial se manifestam em ações do MST. Condutas próprias do essencial da sociedade que, justamente, se nutriu do monopólio da propriedade da terra como forma de dominação pessoal com base na troca de favores. O fato revela a insuficiência da socialização política de dirigentes e agentes do MST. Para concretizar suas próprias metas sociais a organização deveria romper com a sociedade tradicional, adotar condutas modernas, racionais. A distância entre a conduta requerida para concretizar o ideário da organização e a conduta efetiva, orientada por valores e referências clientelísticas, não fala apenas de um elemento anômico da situação particular do caso relatado. Fala também da persistência do tradicional nos relacionamentos em geral, pois a própria direção do movimento não estranhou o favoritismo dos parentes do dirigente. Em outras palavras, além das dificuldades econômicas para efetivar um modelo coletivista de exploração da terra, há dificuldades sociais e culturais para levar adiante uma transformação profunda nas relações sociais, compatível com a ideologia do movimento.

As tensões no assentamento não parecem desvinculadas da tensão entre o pensar e o fazer:

> O plano da direção do MST era propriedade coletiva. Acabou propondo 60% individual e 40% coletiva. Também houve resistências: queriam lotes individuais. Tensões fortes entre os assentados e as lideranças do MST por dois motivos: a) regime de propriedade e uso da terra (individual contra coletivo); b) destinação econômica: pecuária de leite e suinocultura.

Esse é um dos episódios em que fica evidente que organizações como o MST atuam com base no pressuposto da *separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual*. Negam ao trabalhador as *virtudes do pensar*, um pensar usurpado politicamente e, num certo sentido, a idéia de que o pensar legítimo, no trabalho da terra, é unicamente o pensar político e, tudo indica, o pensar do dirigente político. É evidente o *autoritarismo* que há nessa concepção do que devam ser as transformações sociais no campo, submergidas num agir econômico orientado de fora. Nega-se aí o querer social do trabalhador. No fundo, o que temos é o controle político como controle social e como modo de impor uma disciplina do trabalho dominada por uma vontade política que transcende a vontade dos indivíduos.

Também no âmbito governamental os técnicos não parecem distantes desse mesmo divórcio que confinou setores da classe média nos limites do trabalho intelectual e técnico, privando-os da compreensão de uma prática de transformação que pede outro tipo de compreensão e outro tipo de intelectual.

É o caso do desencontro entre o planejamento do Incra (no que se refere a uma escala de distribuição de recursos) e as necessidades reais dos assentados. Verba para currais saíram antes da verba para as casas dos assentados que, por isso, foram morar nos currais. Esse parece é um caso eloqüente de um pensamento técnico que não é mediado pelo reconhecimento da precedência da *pessoa* nas políticas sociais.

Em seu estudo de caso, Eliane Brenneisen assinala as dificuldades resultantes de uma "teoria" que não nasceu *daquela* prática:

> Parte das famílias de agricultores opuseram-se às novas determinações. [...] A tentativa era de impor mesmo ao grupo uma organização considerada ideal e, principalmente, idealizada por essas lideranças, ou melhor, idealizada pelas instâncias superiores do Movimento... [...] Na modalidade pretendida, a posse da terra se daria coletivamente, ou seja, não haveria fracionamento da área. Essa modalidade pressupunha ainda a divisão técnica do trabalho, a remuneração por horas trabalhadas e a distribuição das sobras entre todos os participantes do projeto. [...] Um dos entrevistados, referindo-se ao receio que tinha caso se mantivesse o que se propunha, assim se expressou: "Um podia passar a perna no outro. Um podia trabalhar, trabalhar e não mandar no que ele faz! Daí tivemos medo de um dia não dar certo e a pessoa resolver sair e não ter direito. Se cada um tem o seu, ele se manda, não é?"

O verbo *mandar* (mandar-se) é sugestivo e revelador. Expressa a mentalidade própria do mundo do mando e não do mundo da cooperação. Os dilemas aí indicados e a solução autoritária de impor aos trabalhadores a organização coletiva da posse da terra e do trabalho chamam a atenção para a ausência de instituições comunitárias, que pudessem servir como herança de referência numa reordenação das relações sociais rompidas pela perda do acesso à terra. É nesse sentido que o MST se propõe (e o próprio Incra, de um certo modo) como produto de uma luta pela terra totalmente diversa das lutas camponesas em outras sociedades, mesmo latino-americanas, em que havia uma tradição camponesa a ser considerada, uma referência articulada de algo a restaurar para enfrentar as adversidades da concentração da propriedade fundiária.

Ao ser desencadeada a luta pela terra como proposta decorrente da reação, é bom que se diga, conservadora contra as migrações e contra o desenraizamento, ficavam faltando os canais e liames que dessem sentido à luta e à proposta econômica e social nela implícita. Daí a anormal importância que teve a CPT, os próprios trabalhadores procurando-a para ter dela resposta. No trabalho de assessoria ficou evidente a pergunta implícita do "que fazer?" em face das forças desencadeadas e sem controle. A falta de alternativas para absorção dos excedentes populacionais do campo na cidade abre o protesto das instituições e mediações do controle social preocupadas com o desenraizamento e as migrações.[24]

Portanto, voltando ao *mandar*, são sutis as distinções que fazem os trabalhadores rurais para decidir se são eles que mandam ou se são mandados. A importação de estruturas de dominação, mesmo em nome de formas sociais de organização econômica da produção supostamente inovadoras, acaba sendo interpretada à luz dos estreitos limites conceituais do mandar/obedecer da cultura popular do campo. Aliás, mais do que obedecer, obedecer sem margem de coparticipação nas decisões, uma dificuldade para encontrar meios democráticos de envolver os trabalhadores em tentativas de inovação social. Algo parecido com o que foi e é feito pelos agentes de extensão rural. Aqui nem se trata de acelerar e forçar a mudança. Trata-se de desconhecer os *limites sociais e culturais* à aceitação de mudanças. A partir do momento em que as sugestões são incompreensíveis e as imposições são indecifráveis, revela-se toda a força dos critérios básicos de referência para integrar as ações de reforma agrária, que são alguns critérios fundamentais, como o da herança, da sucessão das gerações, do patrimônio da família.

As objeções também indicam os limites do compartilhar, no medo ao outro que faz corpo mole no trabalho. Mas, ao mesmo tempo, há tolerância em relação aos membros da família, que certamen-

[24] Essa concepção do problema agrário é explicitada, pela primeira vez, na carta pastoral de 10 de setembro de 1950, de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha (MG). Nela, as migrações do campo para a cidade são interpretadas como um risco para os trabalhadores migrantes, o de ficarem expostos ao proselitismo comunista urbano. A carta pastoral de Dom Inocêncio resultou de um encontro de estudo em sua diocese, de que participaram os proprietários rurais, naquele momento, em todo o Brasil, os mais preocupados com o que então era chamado de êxodo rural, que reduzia nas fazendas a oferta de mão-de-obra barata. De fato, as pastorais sociais não se libertaram dessa orientação conservadora, como se vê na escolha de seus sujeitos de referência e destinatários de sua ação, e nos diagnósticos que a orientam. Ver Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1976).

te não têm o mesmo vigor nem fazem o mesmo esforço no trabalho. Há regras relativas à tolerância no ser usado e explorado pelo outro. No entanto, a idéia do pagamento de um salário, como forma de tornar eqüitativo o esforço de cada um no esforço coletivo, que foi sugerida no assentamento do Paraná, pressupõe justamente o contrário, a igualdade formal dos envolvidos no trabalho coletivo. Ora, toda concepção de trabalho coletivo da tradição popular brasileira está apoiada na generosidade dos mais fortes em relação aos mais frágeis, apoiada na desigualdade dos membros de uma mesma unidade de referência: a família, a comunidade de parentesco ou de vizinhança, aqueles em relação aos quais se tem obrigações de reciprocidade, em trocas geralmente desiguais. Não se deixando, evidentemente, de levar em conta que o comunitário é aí sempre excepcional, resultando de alguma adversidade ou de uma situação de urgência, como a doença, a velhice ou a morte.

Isso nos põe diante de outros problemas, em especial o do significado da reforma agrária para essas populações. Um certo sentimento de culpa nas invasões nos fala de uma busca de concretização de um direito, o de ter terra para trabalhar, mas também de uma consciência da transgressão como meio de consegui-la, o que fere o direito do outro: um objetivo legítimo através de um meio ilegítimo. A reforma agrária e o assentamento, enquanto processos sociais, são fatos contraditórios e problemáticos para a consciência do beneficiário e sua família, algo de deciframento difícil por ele próprio. Quando se pensa em ressocialização do acampado e do assentado é preciso levar em conta essas combinações incombináveis, que juntam uma proposta moderna, de reinserção compensatória dos trabalhadores rurais numa economia que opera para desenraizá-los, com valores e concepções da sociedade tradicional e patriarcal; expectativas de ação política próprias da sociedade patrimonial; propostas ou imposições de inovação social e econômica que se chocam com os valores de referência dos trabalhadores, inovações que eles têm dificuldade para compreender e aceitar.

Ter direito à terra que foi ocupada é outra preocupação reveladora: embora o discurso das agências de mediação seja um discurso sobre *a terra de todos*, a leitura aí revelada é oposta, a de que "todos têm direito à *sua* terra". Ou seja, o bem de todos é para ser compartilhado, um pedaço para cada um, uma soberania individual sobre uma porção do planeta, como dizia Marx ao se referir à propriedade privada da terra, terra que é um bem social. Essa reivindicação nos diz que o sujeito da reforma, apesar dos discursos, *não é um sujeito coletivo* e sim primariamente o indivíduo e, por meio dele, sua família, o indivíduo enquanto personificação do familístico e do comunitário. O direito à terra se concretiza num senhorio privado sobre a terra, cujo pleno sentido reside na possibilidade de legá-la aos filhos, aos herdeiros. Mais do que a terra *stricto sensu*, ou a terra-mercadoria, trata-se da terra concebida como depositária do trabalho familiar, do homem que domina a coisa e não da coisa que domina o homem, que é o sentido da propriedade na sociedade capitalista. Na concepção dos verdadeiros trabalhadores da terra, que ainda se orientam pelos valores da sociedade tradicional e camponesa, a terra é legado dos frutos do trabalho nela contidos, legado do manejo da terra, do seu "amansamento", como ainda se diz em várias regiões do país. É o trabalho que cria esse direito. O direito à terra só se realiza e se confirma quando se estende a mais de uma geração da mesma família. Ele não se esgota no indivíduo, no sujeito abstrato do contrato social. Ele se confirma e se legitima em outro sujeito, a família e, como vimos, família extensa, real e simbólica. Daí, também, que as obrigações familiares imponham a obrigação do acolhimento a membros da família que não são apenas os sucessores, mas podem ser os colaterais e até os remotos.

Eliane Brenneisen ouviu dos assentados do Paraná:

> Nós íamos morar num hectare de terra cada um, num hectare de terra ia fazer uma moradia, daí o restante todo coletivo de porco. Tudo coletivo e cada um ia ter uma função pra trabalhar. Daí nós começamos a observar que não dava porque uns trabalhava e outros não. Aí tinha gente que queria meio que trabalhar nas costas dos outros. Aí nós demos um racha. Vimos que não ia dar!

O trabalho é, nessa interpretação, mais do que a categoria abstrata da interpretação política da economia. O trabalho é concreto. Mas, ao mesmo tempo, há algum critério de comparação, um critério de medida: quanto de trabalho de um vale o tanto de trabalho de outro, mesmo que façam coisas até substancialmente diferentes en-

tre si. O critério do salário é uma tentativa de resolver a dúvida, mas salário é contrapartida de trabalho abstrato. Se trabalho para um patrão, então não indago sobre a relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Se o "patrão" sou eu, então o trabalho concreto é a medida do trabalho abstrato. Querer medir o trabalho concreto por uma escala de medida do trabalho abstrato não resolve o problema da justiça que os trabalhadores esperam na colheita dos frutos de seu trabalho num assentamento. O que está em jogo é o que os trabalhadores consideram trabalho, nessa situação, em oposição ao que os dirigentes do MST reconhecem como trabalho, personagens que são do mundo do trabalho abstrato, o trabalho capturado e mediatizado pelo capital. Esse não é o mundo do trabalhador.

As mudanças que a reforma agrária traz à vida dessas pessoas são mudanças de organização induzidas de fora, com interpretações e mentalidade de fora. A reforma não revoluciona necessariamente as relações sociais, razão pela qual não revoluciona também a concepção do que é trabalho. A referência continua sendo o trabalho concreto, o trabalho camponês e do passado, o trabalho que se materializa em valores de uso e em coisas visíveis. Daí, também, a necessidade de uma imensa engenharia ideológica para enquadrar as relações resultantes da reforma agrária e para tentar dar-lhe um novo sentido, o sentido do que é novo. O novo está na mediação situacional nova e só lentamente ganha sentido e compreensão na experiência do que é vivenciado como se novo não fosse.

E a pesquisadora acrescenta:

> Uma outra razão apresentada, por aqueles que se opunham à modalidade definida referia-se aos direitos de herança. Argumentavam que numa modalidade fundamentada na posse coletiva da terra não haveria garantia de que seus filhos, futuramente, tivessem seus direitos de herança assegurados. "Você vê, porque a gente vai ficando velho e quando vê morre, fica pros filhos. E num coletivo fica enrolado. Os filhos vão ter que tocar o mesmo que o pai tocava."

Duas idades preocupam o assentado. A primeira é a idade de ficar velho, em que o pai passa a ser sustentado ou ajudado pelos filhos. Isso é possível com base em arranjos informais no interior da família, em coações e deveres morais. Algo que se torna excessivamente regulamentado e com gente demais "mandando" pode tornar esses arranjos impossíveis. Uma segunda idade é a idade da morte. Aparentemente, há aí o temor de uma vinculação rígida dos filhos a obrigações e limitações assumidas pelo pai: "vão ter que tocar o mesmo que o pai tocava". O que parece indicativo de uma dinâmica interior na família do agricultor que não está circunscrita por um pedaço fixo de terra e por limitações de natureza espacial. Ao contrário do que supõem os ideólogos da luta pela reforma agrária, o assentamento não é o fim. É apenas o começo, na medida em que deve abrir horizontes e possibilidades. Nesse sentido, os trabalhadores são mais modernos do que seus dirigentes.

A pesquisadora observa, ainda, que

> além da coação que sofriam por parte das lideranças do Movimento, os agricultores também eram coagidos pelos técnicos do Incra, para que se enquadrassem na modalidade definida. "O Incra vinha e dava pressão [...] que quem não queria o coletivo dava 24 horas pra desocupar a área. [...] Eles eram vendidos pra turma do Movimento. Então eles vinham e colocavam todos nós contra a parede. Nós seis, no caso, então nós seis ficávamos na parede, meio obrigados porque eu vim pra cá na realidade pra ser 50% no coletivo e 50% no individual. Daí quando eu cheguei aqui era 100%!"

Mesmo que haja discrepâncias e até conflitos entre os agentes do governo e os agentes do MST, há também funcionários e técnicos identificados com as metas da organização e que desenvolvem uma ação direta para enquadrar os assentados em suas diretrizes partidárias e doutrinárias, sem vínculo com os pressupostos e diretrizes do Estado. Podem-se entender as razões pelas quais o assentado se sente "mandado" e alguns até mesmo empregados de uma organização rica, que seria o MST. Há aí a anulação do trabalhador rural como sujeito de ação e sujeito do processo histórico.

A autora fala, também, da diversidade de origens dos assentados, migrantes do Nordeste que foram para o Sudeste e depois para o Sul. E se refere às experiências sociais no provisório dos assentados:

> Uma segunda situação encontrada nesse assentamento é a dos dois agricultores que romperam com as lideranças do MST e estabeleceram lugar próprio de moradia, em local distante dos demais. Ambos eram filhos de agri-

cultores assentados, encontravam-se, portanto, já há algum tempo no MST. Quando perguntamos a um deles há quanto tempo participava do Movimento, respondeu ter sido criado debaixo de lonas, pois encontrava-se na luta desde os onze anos de idade. [...] A história da família desse agricultor é a mesma de muitos que migraram para o Oeste do Paraná nas décadas de 40/60, quando migraram do Rio Grande do Sul em busca de terra de arrendamento. O primeiro acampamento do qual esse agricultor sem-terra participou, ainda criança, juntamente com seus pais, foi o "acampamento da Vila Góes", instalado à beira da estrada, em meados de 1987, ocasião em que permaneceu no local por dois anos... [...] Foram mais de quinze anos perambulando de um acampamento a outro, de uma ocupação a outra, até conseguirem estabelecer-se num assentamento. Porém, os anos de luta ainda não haviam terminado. A quantidade de terra que os pais possuíam tornara-se insuficiente para abrigar os filhos já adultos e com suas próprias famílias formadas, não lhes restando outra alternativa senão a de reingressarem na luta pela terra. [...] O fato dessas duas famílias de agricultores já se encontrarem no Movimento de longa data fez com que resistissem às tentativas de imposição de um modelo, do qual já eram conhecedores das experiências malsucedidas. [...] Mais experientes, principalmente um deles, que possuía experiência partidária (filiado ao Partido dos Trabalhadores no seu município de procedência) começaram a opor-se nas reuniões às determinações das lideranças.

A história e o perfil de ação desse grupo "anômalo" no interior do grupo dos assentados correspondem a alguns fatos de grande importância na compreensão do processo de reforma agrária no longo prazo. De um lado, a rapidez do esgotamento da solução do assentamento. De uma geração para outra, a nova geração retorna à luta pela terra, o que permite pensar no caráter cíclico dessa luta. Essa característica poderá se esgotar com o tempo, mas tudo indica uma lentidão no alcance das soluções e um recomeçar sem fim. São famílias em busca de terra, que se encontram na solução provisória ou na falta de solução dos acampamentos. Famílias que estão nesse circuito há mais de uma geração e há mais de meio século ou mais, desde quando os arranjos nas relações de trabalho que sucederam a escravidão começaram a esgotar-se. A reforma se esgota também. É verdade que estamos falando de um perambular ao longo de uma história de vacilações na política agrária do Estado brasileiro. Portanto, na luta pela terra muito marcada pela incerteza dos resultados.

De outro lado, esses casos nos falam do esgotamento da própria estratégia de luta do MST. Aparentemente, enquanto organização e grupo de mediação o MST "evoluiu" para um modelo de luta e de ocupação da terra que é, em boa parte, cópia de modelos adotados nos países socialistas, só que aqui o país não é socialista. A própria pedagogia partidária do PT e a própria experiência de toda uma adolescência passada em acampamentos, como é o caso de alguns assentados do Paraná, esgota a experiência, alicerça a teimosia e a afirmação de um ponto de vista próprio em relação às tentativas de manipulação por parte da organização.

É provável que esses longos anos de maturação não tenham sido suficientes para anular a dimensão política da experiência. Daí a insistência em ficar, mas ficar à parte, resistir ao mandonismo e insistir numa proposta própria. Que, no fundo, é a continuidade da adesão limitada dos pais e dos outros aos propósitos da organização. Estamos, portanto, em face de um duplo esgotamento cíclico: o da reforma e o da luta pela reforma, na proposição de um recomeçar que perturba consciências e ações. Ambos os processos se mostram aí processos de médio e curto prazo.

Um dos assentados expõe com simplicidade prática o seu drama:

> Quando perceberam que não chegariam a um consenso, decidiram por retirar-se do grupo, delimitando lugar próprio para moradia o mais longe possível dos demais e numa das extremidades da área: "Era metade coletivo e metade individual. Três meses depois mudou tudo! Só que pra mim não servia, eu tenho muita criança [...]. Na proposta que eu vim eu iria continuar mas eles foram mudando, com um hectare eu não sobrevivo [...] Eles até queriam me expulsar, mas não é assim. Se eu não tivesse aceitado a proposta inicial, tudo bem, mas eles foram mudando e pra mim era inviável. Hoje todos estão arrependidos."

A vitalidade própria e a autenticidade da organização tradicional da família e da agricultura familiar se manifestam aí. O divórcio entre o "projeto" do assentado e o "projeto" dos assentadores fica aí claro. A *concepção de vivência* inclui o cálculo prático que o assentado faz com base no modo tradicional de organizar o equilíbrio entre o tamanho da família e a área de terra de que necessita para dela obter o sustento da família. Portanto, não apenas o futuro das novas gerações entra no

jogo da demanda de terra, mas também o momento específico de sustento dos imaturos. Isso sugere uma concepção flexível de área de terra compatível com o tamanho da família.[25] De outro lado, os critérios políticos do MST entram em confronto com as necessidades vitais dos assentados e com o projeto que nessas necessidades vitais se apóia. Ou seja, há um nítido divórcio entre teoria e prática e entre quem faz teoria e quem faz a prática, o que indica uma práxis política pobre, marcada por irracionalidades como essa.[26] Uma verdadeira falta de identificação com o modo de pensar e com as necessidades dos que precisam de terra para trabalhar e sobreviver.

Em relação a esse assentamento pode-se dizer que cada assentado tem uma história singular e uma experiência de necessidades, privações e luta singular. As histórias pessoais nesse assentamento não têm uma tendência linear e uma conjunção de causas similares e trajetórias coincidentes. Contrariam as explicações causais e questionam as tentativas de enquadramento num projeto supostamente histórico de superação de contradições e dificuldades sociais.

A busca do próprio rumo, a reconstrução das concepções e dos valores fundantes da identidade perdida e a criação de referências novas na nova prática de assentado e na luta para chegar a essa condição abrem novos desencontros no que é, também, uma situação social de encontro e de elaboração de novos valores e convicções. Em São Paulo, Moraes observou que

> um outro elemento desta diversidade refere-se à recriação de laços comunitários entre os habitantes de lotes vizinhos que pertencem à Comunidade de Santa Clara, ligada à cidade de Araraquara. [...] A recriação destes laços de sociabilidade, mediada pela religião católica, constitui-se numa espécie de economia moral, que, além de sedimentar a convivência entre estas pessoas, dando-lhes o sentimento do pertencimento ao lugar, ao território, contribui para o sucesso econômico de todo o grupo. Outro ponto importante é que todos os integrantes desta comunidade não aderiram e se colocaram totalmente contrários ao plantio de cana. Sempre se referiam ao assentamento com o sentido de pertencimento comum, a nossa Bela Vista, algo que não foi observado em nenhum outro momento. O modo de vida deste grupo se enquadra na definição de agricultores familiares, que produzem para a subsistência e também para o mercado, além de possuírem a indústria doméstica. Quanto aos outros grupos, pertencentes às igrejas evangélicas, muitos plantam cana, enquanto outros são contrários. Das dezesseis famílias ligadas ao MST, a maioria aderiu ao plantio de cana.

Fica claro aí que o MST não é de fato o depositário da utopia nem da prática que lhe corresponda. A concepção comunitária derivada de uma prática religiosa, do grupo católico, de fato introduz uma causação moral de sociabilidade baseada numa concepção do todo, que não desagrega o econômico nem o privilegia. Já o MST não parece saber lidar com esse todo nem com essa concepção de totalidade, de raiz comunitária, que é uma totalidade fundante.

O cenário da reforma agrária reaviva ou mesmo gera particularismos conflitantes. Longe, portanto, do ideário de partido, de uma reforma agrária inevitavelmente orientada para um modelo econômico e social oposto ao sistema capitalista. A diversidade de origens e de histórias é reconstituída por Moraes para explicar o cenário conflitivo da reforma: após a desapropriação, houve longa disputa em torno da ocupação das terras da Bela Vista. Inicialmente, a ocupação foi feita por 75 famílias selecionadas pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e pela Comissão Agrária Estadual do Incra. Além delas, havia 8 famílias que já moravam nas terras da Usina. Em seguida o Estado nomeou uma comissão municipal que tinha por objetivo fazer um cadastramento de todos os trabalhadores da região e selecionar os que deveriam ocupar a Fazenda Monte Alegre (do Estado) e da Bela Vista. Foram selecionadas 120 famílias de acordo com normas de seleção do Incra. O processo ficou conturbado com a vinda de 36 famílias do Vale do Ribeira, que estavam acampadas na Usina Tamoio, e 27 famílias provenientes de Promissão. Os maiores desentendimentos ocorreram no momento da chegada das famílias provenientes de Promissão. Houve uma verdadeira guerra. Os que já estavam instalados temiam a perda das terras obtidas. Organizaram-se, fecharam todas as entradas do assentamento. Formaram verdadeiras trincheiras com homens, mulheres e crianças, armados

[25] Ver as constatações de Regina Celi Miranda Reis Luna no Vale do Pindaré, Maranhão (Luna, 1983).

[26] Relembro Caio Prado Júnior em sua crítica a um vício inverso do pensamento brasileiro de esquerda, o de encaixar a realidade concreta nos conceitos abstratos formulados autonomamente e sem vínculo com a prática (Prado Júnior, 1966, p. 33).

de paus, pedras, carabinas, etc. Teria havido descumprimento de acordos pelo Incra. O Incra despejou o grupo em Promissão e apontava a Bela Vista como saída. Mas a Bela Vista era objetivo da demanda de outro grupo, da própria região. Não havia afinidades entre os diferentes grupos. A questão era quem teria prioridade. O grupo do Vale do Ribeira já estava organizado antes da desapropriação. E havia o grupo de 75, que incluía os que garantiram o primeiro processo de ocupação.

Tudo parece indicar que havia uma forte concepção da ocupação da terra como sebaça, como saque, como prêmio pela agilidade e pela esperteza de ocupar a terra "sem dono". Uma espécie de captura dos despojos. Essa mentalidade tem estado presente em muitas situações em que o direito de propriedade aparentemente cessa em virtude do advento de fatos de anormalidade: o caminhão carregado de mercadorias que sofre acidente ou tomba é saqueado; lojas e armazéns em face de algum episódio anormal, como incêndio, são saqueados; o morto em acidente é saqueado. A velha tradição brasileira da sebaça se reinstaura quando o proprietário supostamente não está em condições de defender o que supostamente é seu. É o que vem de uma concepção que se arraigou durante o período colonial. A terra abandonada, não cultivada, poderia ser ocupada e regularizada por pessoas que da terra precisassem. Daí também o recurso ao Incra e ao governo para regularizar o transgressivo e irregular. No fundo, permanece forte uma tradição que deriva da Lei de Sesmarias.

Os particularismos e desencontros de interesses refletem a enorme importância das experiências singulares da pobreza e da luta por alternativa de vida, que se cristalizam em identidades provisórias, de que derivam conflitos no interior do grupo maior, politicamente considerado homogêneo, na ocupação ou no assentamento. A intervenção técnica dos próprios agentes do Estado acaba complicando a situação e acentuando a conflitividade existente. Maria Aparecida Moraes observa que:

> O agravamento dos conflitos foi acrescido com a proposta do Incra de reduzir para 12,5 ha o módulo das terras em resposta à demanda de 16 ha dos trabalhadores e também pela intenção deste órgão em autorizar a vinda de mais 55 famílias de Promissão. Na realidade, havia uma pressão muito grande em Promissão, já que as famílias estavam acampadas havia mais de três anos. [...] um conflito entre os interesses do Incra e daqueles que já haviam entrado na terra, amparados pelo Sindicado e pela Feraesp. [...] Em relação ao grupo das 36 famílias, compostas por trabalhadores da região e do Vale do Ribeira, que ocuparam as terras sem a permissão do Incra, houve uma ordem de despejo no dia 4 de julho de 1990. Uma reunião dos trabalhadores decidiu pela permanência das famílias e a organização de piquetes nas quatro entradas da fazenda. Novos conflitos...

Há aí uma sobreposição de concepções de direito. Em relação à terra já ocupada e, portanto, imaginada como própria, o Incra se presumia senhor de direito, regulando já não mais o acesso à terra, mas a quantidade da terra do acesso, depois de ter convencionado uma área mais extensa. Na cabeça dos ocupantes, a ocupação da área já definia um direito, do mesmo modo que a precedência da ocupação já definia um direito. A ordem de despejo deriva de uma outra concepção de direito, como se fosse direito de propriedade.

A homogeneidade suposta do assentamento é questionada na prática não só pelas heranças do passado recente, mas também pelas limitações da situação atual, como observa Maria Aparecida Moraes:

> [...] a maioria dos assentados iniciou a trajetória no espaço rural, e, em muitos casos, em outras regiões do país. Em determinados momentos, viveram e trabalharam no meio urbano ou residiram nas cidades e trabalharam na área rural. Os pais dos depoentes são de origem rural. [...] Foi também possível observar que boa parte dos filhos atualmente trabalha fora do lote, possuindo as mais distintas ocupações na cidade ou na área rural.

Trata-se, provavelmente, do caso mais claro de um destino que não se concretiza, o do encerramento do vínculo com a agricultura como desdobramento inevitável da proletarização. Há uma faixa de persistência ocupacional entre cidade e campo na qual se situa uma parcela da população que, parcialmente descartada pela agricultura, insere-se apenas mal nas ocupações urbanas. Esse não é um terreno seguro de oportunidades, constituído pela própria dinâmica do mercado, mas um terreno de ações de intervenção tanto do governo, quanto dos grupos políticos que estão em busca de uma causa e de um ator.

Porém, esse ator é confuso. Nem sempre quer ser ator de uma inovação social. Nem sempre está convencido de que há nesse espaço o lugar para se firmar como sujeito. Isso fica claro na conduta dos

assentados que optaram pelo arrendamento da terra aos grandes produtores de cana. Isso também sugere que a condição de assentado depende de que ele assimile a mística que pode dar vida à peculiarís-sima situação a que foi relegado ou condenado. O positivo dessa situação depende dessa mística. Caso contrário, ele reentra no círculo vicioso do empobrecimento que o levará novamente à condição marginal, de "lúmpen".

Portanto, *existe uma dimensão anômica na vivência da reforma agrária*: no viver daqueles que se orientam por valores do parasitismo social que existe na renda da terra e que não mobiliza o sujeito como criador das relações sociais de sua própria emancipação como pessoa. A reforma agrária brasileira está, desde há muito, em diferentes graus, invadida por essa dimensão anômica. A reforma na reforma, que começou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso quando Raul Jungmann foi nomeado ministro, anulou um ponderável elenco de fatores de anomia nos novos assentamentos, que são muitos. Mas não alcançou em cheio os assentamentos anteriores, dominados por estruturas sociais de orientação que preservam problemas que não foram a seu tempo resolvidos.

Uma parte dos beneficiados pela reforma agrária acabam sendo alcançados pelos mesmos mecanismos sociais que resultam no imponderável da exclusão e dos problemas sociais. Ou seja, há um modo anômico de ser alcançado pelo processo da reforma. A mobilização das agências de mediação provavelmente atenua essa anomia. Mas, ao mesmo tempo, cria outras tensões, como no Paraná, outras fontes de desorganização social.

Maria da Conceição Quinteiro observou a mesma coisa em Goiás: cerca de 60% dos lotes já não pertencem aos ocupantes originais. Foram vendidos a pessoas que tinham dinheiro e queriam terra. Muitos vieram do Sul, com máquinas e crédito. É região de cerrado. Há uma diferenciação social reconhecida pelos assentados: autoclassificam-se em três categorias, quanto a ter dado certo ou não sua participação no programa de reforma agrária:

> No assentamento destacam-se três grupos de acordo com o desempenho na atividade agropecuária e com o nível da tecnologia utilizado: a) os bem sucedidos, os que "deram certo"; b) os bem sucedidos, mas com dificuldades, que se encontram num patamar intermediário e, c) os que "não deram certo", que pelejam com muitas dificuldades. [...] Parece que estes, a maioria pioneira, venderam suas terras, isto é, a sua dignidade e autonomia.

Uma assentada, dona Luzia, explica:

> Os que vão bem, usam adubo, técnica moderna.Esse outro vai subindo. Eles começam a arrendar a terra desses que não produzem bem, é, tem intermediário, que vai levando, empurrando vai vivendo, e tem um que vai, sai fora.

Aqui se confirma o desvio para a renda da terra como fonte de ganho e meio de vida. Não se trata de busca da terra para trabalhar e, por meio do trabalho, ganhar e sobreviver. A terra como meio de obtenção de um tributo que contraria completamente a ideologia de valorização do trabalho enquanto meio legítimo de inserção e participação social, que é a ideologia dos que combatem a exclusão social e se batem pela reforma agrária.

O conjunto dos estudos de caso indica os eixos polares antagônicos e combinados que dão sentido à vivência da reforma agrária e suas dificuldades. De um lado, o trabalho como fonte da legitimidade do acesso à terra; de outro lado, a renda fundiária como negação dos valores que se articulam em torno do trabalho e de sua valorização.

Um dado adicional é o de que a reforma agrária não freia o processo de diferenciação social e de concentração da produção que ela supostamente deveria interromper. Como na produção de cana, em Araraquara (e, de outro modo, na criação de gado, no Pará), a via do arrendamento da terra dos assentados por parte dos fazendeiros e dos assentados de êxito acaba incorporando à produção agropecuária concentrada a terra desconcentrada. *Não há, propriamente, nenhuma incompatibilidade entre desconcentrar a propriedade e concentrar a produção.* Ao contrário, a produção, que era dependente da renda fundiária do rico, transfigurou-se no seu contrário: a renda fundiária do pobre torna-se dependente da produção, uma inversão dos parasitismos sociais. Nessa perspectiva, a luta pela reforma agrária reduz-se, para muitos, a uma luta pelo butim da renda da terra, algo tão iníquo quanto o latifúndio. A resistência que há nos assentamentos ao assentado que arrenda terra vem do fato de

que, ao negar os valores próprios do trabalho, ele se torna um parasita social duplamente: do Estado, do qual recebeu a terra; da produção, da qual cobra renda, contraditoriamente perdendo para quem arrenda sua terra parte dos ganhos dela obtidos.

Quinteiro comenta:

> Os "chegantes" são bem-vindos pelos residentes pioneiros ou não. [...] O rodízio de donos das parcelas é também considerado salutar, pois promove uma certa 'seleção natural' contra aqueles que não se identificam com os trabalhos da terra e com agricultura familiar, e isso, também, significa "não ter dado certo". No início do assentamento, a vinda dos "chegantes" trouxe benefícios para os pioneiros, pois alguns deles traziam maquinário indispensável às "lidas da roça", dada a tradição agrícola de que faziam parte. Os aportes tecnológicos e/ou capitais trazidos pelos primeiros "chegantes" contribuíram para a consecução do projeto de reforma agrária. [...] Como também para a ressocialização dos assentados quanto ao aprendizado de novos usos e concepções no trato da terra e no dos animais.

E transcreve lúcidos testemunhos de assentados, como dona Maria:

> "Eu tava falando assim, que hoje já não é aqueles novos, aqueles que entrou quando eu entrei. Já é outros de segundo, terceiro, já por diante, então, eu sou contra esse tipo de coisa." Por quê? "Eu sou contra porque eu acho que no momento em que tirou um pedaço de chão, é você que mora, é pra você viver seu resto de vida. Tem que ocupar, buscar, pelejar, não é? [...] Agora eu não sei se é por isso que a reforma agrária é muito lenta. [...] Mas isso ninguém segura. Não, a lei não permite. [...] Por isso que nós defendemos o sistema do Banco da Terra, que aí sim nós vamos identificar as famílias, porque nos acampamentos não tem como a gente identificar. Dessa forma, nós não nos preocupamos muito com quem está saindo, mas com quem está entrando no assentamento."

Esses trechos de depoimentos indicam a força da renda territorial no funcionamento do sistema econômico e o modo como ela conspira contra a reforma agrária preconizada pelo MST, na medida em que reforça, para o próprio assentado, a legitimidade das funções do questionado Banco da Terra. Aparentemente, os imigrados do Sul, potencialmente capitalistas, pois vêm com máquinas, dinheiro e crédito de suas contas bancárias lá do Sul, não seriam candidatos aceitáveis no programa de reforma agrária. Isso parece indicar que há um equívoco no programa: o de que a reforma agrária se destina aos pobres e aos "excluídos". Destina-se, na prática, a uma população já enraizada, com mentalidade empresarial, que busca mecanismos de reprodução e preservação do seu enraizamento. Aproveita a renda da terra diferencial que há, na migração, entre o preço da terra no lugar de destino e o preço da terra no lugar de origem.[27] Viabiliza a reinserção na agricultura e a permanência na lide agrícola. Aparentemente, há uma categoria de população que tem seu ponto de encontro nos acampamentos e que se remunera com renda territorial pelo trabalho de fazer posse, uma modalidade esdrúxula e anti-social de fazer acumulação não capitalista de capital.

Essas anomalias, que o são do ponto de vista do ideário da reforma agrária, acabam compondo um elenco de valores negativos, também "fora" do assentamento, que definem o perfil do assentado e o "débito de imagem" que ele é obrigado a carregar por longos anos, como registra Quinteiro:

> Agora, lá fora, lá na cidade, os assentamentos são mal vistos? São mal falados? Como é que é? Tem preconceito? "Tem, ainda tem um pouco, ainda tem um pouco. Porque as pessoas não entendem o que é reforma agrária. Elas não sabem o que é reforma agrária. Elas imaginam que reforma agrária é uma bagunça. Que é o que a mídia mostra, né? A mídia mostra muito o lado ruim da reforma agrária, né?" (dona Eva) [...] por que é discriminado? "Porque primeiro que mora na reforma agrária. Em segundo lugar que nós temos trinta hectares em Jataí. Quem tem trinta hectares em Jataí é uma pessoa mendiga. Os fazendeiros num olham pro pequeno, banco não olha pro pequeno, órgão nenhum gosta de olhar por pequeno. O povo lá do assentamento é péssimo. Eles olham como se fosse.
>
> Como é visto lá fora a imagem de quem é assentado? Dona Maria: "Os invasores, né? Nós somos até hoje os sem-terra. Já tem 16 anos o nosso assentamento, e é visto até hoje. Ainda outro dia o rapaz que tava lá arrumando o telefone da Telegoiás ele falou assim, ele ligou e falou: olha eu estou

[27] A *Gazeta Mercantil* de 26 de setembro de 2002 publica notícia sobre empresas americanas que estão comprando terras no Centro-Oeste do Brasil para cultivar soja: aqui a terra custa 10% do que custa nos Estados Unidos para o mesmo cultivo.

aqui na invasão. Eu fui lá e puxei a orelha dele. Aqui não é invasão, é Projeto Rio Paraíso, mas lá fora, tanto aqui em Rio Verde, em Jataí, qualquer cidade, é a invasão até hoje, se bem que aqui eu acredito que deva ter umas, no máximo que 20 famílias, isso se chegar a 20 que é dos invasores. Talvez nem chegue a isso. Os outros tudo comprou, pagou, muitos já tem até título de terra, mas a gente até hoje ainda é visto assim.

É, se a gente vai fazer uma compra na cidade, mesmo com dinheiro pra pagá à vista, fala cê mora aonde? Pega a fichinha lá pra fazer, pegar o endereço, eles falam assim: onde é que cê mora? Na Fazenda Rio Paraíso. Ah! Lá na invasão? Então isso a gente encontra, só que eu acho que talvez a gente já se calejou um pouco e nem leva em consideração, já num tem esse tipo.

A hipótese de que a venda da posse para comprar terra mais adiante (no caso do Pará, até mesmo a própria terra) parece indicar uma carência de mecanismos de "lavagem" da aquisição da terra por um meio que o próprio assentado não considera legítimo, que é a ocupação. A razão dessa estratégia está no fato de que a luta pela terra não consegue criar o seu próprio padrão de legitimidade, dificuldade que parece aumentar com o fato de que os agentes mediadores da luta também não a legitimam segundo o código próprio da clientela potencial da reforma agrária. *A reforma agrária e a luta pela terra não conseguiram criar um ideário próprio de legitimidade, oposto ao ideário latifundista.*

O depoimento fala do tamanho do lote familiar como um signo de degradação, lote de mendigo. Nessa visão de beneficiados pela reforma agrária, só o latifúndio empresta dignidade ao possuidor de terra, uma marca muito própria da sociedade escravista e senhorial. O confronto com o funcionário da telefônica mostra como o ideário latifundista é disseminado: uma generalizada falta de convencimento da legitimidade do assentamento.

A terra em si, ainda que cercada de apoio, não é suficiente para promover uma revisão de valores e, portanto, uma reorientação nos relacionamentos. A nova situação decorrente do assentamento não rompe a dependência em relação aos valores dominantes. No fundo, assentado acaba sendo uma "profissão" degradada que, por isso mesmo, não legitima a posse da terra obtida no programa de reforma agrária. O beneficiário da reforma tem a necessidade social de vestir as máscaras sociais disponíveis no elenco de imagens aceitáveis e legítimas.

E só pode fazê-lo através de um percurso social fora da situação social "anômala", recusando a identidade de quem luta por um direito social porque essa luta ainda é a que produz a identidade de transgressor.

Há aí uma validação da ordem e uma recusa das funções sociais transformadoras da desordem. Compreende-se, pois, que o beneficiário da reforma agrária não seja exatamente o destinatário da reforma agrária. A identidade do assentado tem mais legitimidade para o assentado como identidade de quem compra do que como identidade de quem luta pela terra. *Nessa visão, "sem-terra" é, assim, não um substantivo, mas um adjetivo; não um sujeito, mas um defeito.*

Maria de Nazareth Wanderley fez constatações nos assentamentos de Pernambuco que bem indicam o dramático e a consciência dramática da crise do sistema de morada e sua importância para compreender as orientações ambíguas em relação à terra obtida por meio da reforma agrária: "Eu era como um ambulante no meio do mundo, limpando as canas do senhor de engenho." E anota:

As pessoas que se envolveram na luta pela terra, em Pitanga, são todas de origem rural e em sua grande maioria são originárias de família de 'moradores'. [...] São filhos de moradores de engenho, usina ou fazenda. Seus pais pagavam foro pela autorização para cultivar uma pequena roça e, em numerosos casos, deviam ainda pagar a condição (um ou dois dias de trabalho por semana). Alguns poucos eram pequenos proprietários.

Mas também ali "há um certo número de parceleiros que não participaram da ocupação e da luta inicial pela terra. São pessoas que adquiriram posteriormente a parcela dos beneficiários iniciais. A posse é transferida oficialmente, através de documento assinado no Incra."

Essa diferença entre *ocupantes* e *compradores* de terra sugere, para estes últimos, a desnecessidade de teatralizar a pobreza e as carências materiais, que se observa em outras situações de reivindicação e luta. Portanto, os estudos de caso nos falam de diferentes fontes de legitimidade no acesso à terra. Aqui, mais radicalmente do que em outros casos, fica evidente o processo de desenraizamento, as transformações sociais profundas decorrentes da crise das relações de trabalho baseadas na morada. Fica evidente, portanto, o processo de construção da *visibilidade* das referências legitimadoras da ocupação da terra como um direito.

Os diferentes casos falam também da necessidade que os compradores têm de legitimar suas posses, seu lote, sua parcela, porque estão comprando o que é fruto de transgressão do direito alheio, o do proprietário ou suposto proprietário. Em outros casos, o sentimento de culpa é evidente, o que impõe o relevo da racionalização do que foi feito, sobretudo em comprar o que é alheio.

"Eu era como um ambulante no meio do mundo..." Essa é, certamente, uma forte expressão da incômoda consciência do desenraizamento: é um estar, mas no mundo do outro, limpando as canas do senhor de engenho.

Mesmo na peculiar situação da Amazônia, onde o regime de propriedade plena não se firmou com a mesma solidez do Sul e do Sudeste, os mesmos problemas se repetem. E até se agravam em face da consciência da possibilidade da regularização fundiária. Em seu estudo de caso, Sônia Magalhães observa:

> Por razões que não foi possível identificar, apenas duas famílias retornaram efetivamente em 1978. As demais, de um total estimado de 20 a 30 famílias, ou venderam os "direitos" assegurados com a primeira ocupação ou simplesmente abandonaram a terra. Daquela primeira geração de 1974, apenas uma família ainda permanece em Rainha. Pode-se falar, então, em uma segunda geração que se estabeleceu entre 1978 e 1988, da qual ainda permanecem 41 famílias (52%) e uma terceira geração que se instalou em momentos diversos, a partir de 1988, durante toda a década de 90.

Portanto, os alegados "direitos" não dizem respeito a uma reforma agrária alternativa. São ainda o limitado e peculiar direito de posse, produzido pelo trabalho, direito secundário em relação a outros direitos e a direitos de outros, como os da arrendatária do seringal, por exemplo. Tanto que a maioria dos que se foram não voltou, não se sentiu, de fato, com direito à terra. Mesmo dos que se estabeleceram depois, apenas metade permaneceu. Portanto, a terra foi ocupada por três ondas sucessivas de ocupantes, o que é a própria negação de qualquer direito fundiário, quando muito apenas direito de uso. Os direitos vendidos foram os direitos que o costume local considera direitos gerados pelo trabalho, isto é, o direito de usufruir da terra amansada, preparada para o trabalho, para a roça e o plantio. Um direito que estava contido na legislação sesmarial e permaneceu não só na memória dos valores relativos ao trabalho, mas também na experiência e na vivência daqueles que não foram severamente alcançados pelas transformações econômicas e sociais. Não há aí nenhuma reforma agrária alternativa.

O ponto mais importante do estudo de Magalhães é o que trata da fragmentação e "redistribuição interna" dos lotes, venda, revenda, reaglutinação. Isto é, a terra sujeita às vicissitudes do uso. Diz ela:

> Vale observar que, igualmente, da cartografia original da ocupação camponesa, composta de lotes de 21 ha, pouco restou. Aproximadamente, 75% dos lotes têm até 50 ha, verificando-se um amplo fracionamento das primeiras ocupações.

O caso do Pará é particularmente revelador. A autora relata casos específicos de vários lotes em que o primeiro ocupante fragmentou-o e revendeu a terceiros, que por sua vez revenderam a quartos, e outros casos de recomposição parcial dos lotes. Um amplo cenário de venda de "direitos", trocas e cessões entre os próprios trabalhadores e também para pessoas de fora: fazendeiros e comerciantes.

E ela conclui:

> Verifica-se, igualmente, que a compra e venda do lote não significam necessariamente uma descampenização, antes devendo ser vistas como estratégias diferenciadas de recomposição das próprias relações camponesas... [...] Desnecessário torna-se dizer que todas estas transações comerciais, bem como as sucessões na cadeia de propriedade estão alicerçadas em regras consuetudinárias expressas na categoria direitos... [...] Não há a figura do contrato escrito ou de qualquer papel que ateste a compra e venda dos lotes. São transacionados, pois, os direitos da ocupação, válidos neste contexto tanto no interior quanto no exterior do universo camponês.

Um significativo quadro de alterações no que deveria ser o projeto de assentamento pode ser observado:

> De acordo com o cadastramento realizado pelo Incra, havia em 1999/2000, 90 famílias instaladas em Rainha. Em 2001, constatamos a existência de 79 famílias. O Incra trabalha com a categoria de "beneficiário da reforma agrária" e isso significa que havia 90 lotes incluídos no Projeto de Assentamento. Além destes lotes foi identificada por este Instituto a existência de 9 "lotes não familiares", isto é, fazendas. Em campo, identificamos que do total

de 90 lotes, 8 já haviam sido transacionados, sendo os 8 lotes vendidos a fazendeiros já estabelecidos no local.

Portanto, em curto tempo, quase 10% dos lotes destinados a assentamento já haviam sido vendidos a fazendeiros. De certo modo, os grandes fazendeiros se conformam em pagar o tributo da renda fundiária aos "beneficiários da reforma agrária" como meio de obter título legítimo. Isso configura uma espécie de parasitismo social próprio do tráfico de renda fundiária, em tudo semelhante ao extenso fenômeno amazônico da compra de "direitos" de arrendatários por parte das grandes empresas que ali se instalaram com base nos incentivos fiscais.

De fato, estamos em face de um resíduo da economia mercantil. O comércio dos lotes não nos fala de comunidade nem nos fala de uma economia do dom, e sim de uma economia dominada pelo dinheiro e por regras de escambo que têm o dinheiro como referência. O que há de diferente é o conjunto de adaptações e complementações próprias de uma sociedade pobre. É o caso dos critérios para estabelecer a equivalência entre um lote grande e um lote menor com abundância de água. Mais do que diferenciação interna do campesinato o que temos é um conjunto de acomodações para confirmar uma diferenciação preexistente que decorre da heterogeneidade das origens dos ocupantes. Não são comunidades que firmam seus direitos à terra possuída em comum, como em tantos casos, mas ajuntamentos em que as relações sociais são cimentadas pela tomada da terra. Valeria a pena saber que sociedade daí resulta. O tempo nos dará as evidências e os resultados.

A autora mostra que há uma grande instabilidade mesmo nesse relacionamento. Portanto, a ocupação da terra é etapa no cumprimento de um projeto que não tem a permanência na terra como destino. É lugar e momento de passagem numa trajetória que passa pela arrecadação de renda da terra, pela conversão de terra pública em terra privada, conversão que se realiza na venda dos direitos. Tradicionalmente, os direitos eram assegurados pela marca de ferro, de ferramenta, pelos sinais de trabalho, na derrubada da mata, no primeiro roçado. Aparentemente, a complexidade das sucessões indicadas nos fala de ocupações não legitimadas pelo trabalho. Algo bem distante do comprometimento com a ideologia da agricultura familiar e da idéia de constituição de uma unidade produtiva centrada na família.

Portanto, onde a alternativa do ideário da reforma agrária se concretiza em benefício da agricultura familiar e do reenraizamento das famílias, o faz como resíduo positivo em meio a um conjunto de resultados negativos, em que esse ideário é inteiramente contrariado. E a um custo social e econômico não avaliado, a um preço não debatido.

Ordem e inovação: os dilemas da transgressão

Muito do que ocorre no estabelecimento dos assentamentos, na configuração que assumem ou na instabilidade do que deveriam ser, depende de que os assentados tenham ou não passado pela experiência prévia do acampamento, o que não ocorre em todos os casos. O acampamento, quando existiu na história de um grupo de assentados, é o preâmbulo quase decisivo do que poderá ser o assentamento, e constitui hoje uma indiscutível mediação da luta e da própria reforma agrária. Fala-se muito nele como recurso de ressocialização prévia dos futuros assentados, o que se confirma na observação de seus resultados. No entanto, essa ressocialização deveria ser examinada, também, em conexão com as técnicas de *dessocialização* nela envolvidas, sem o que fica difícil compreender a gestação dessa cultura da reforma agrária que hoje se encontra predominantemente sob controle das agências de mediação – sindicatos, movimentos de sem-terra e igrejas.

O período de acampamento parece mais a etapa final da *dessocialização*, de decomposição da sociabilidade anterior. Da circunstância do reduzir ao nada para começar de novo. A politização depende dessa modificação. Ocupa o vazio do aniquilamento de valores. As outras experiências são experiências de ajustamento do já vivido à possibilidade de sua regeneração a partir de uma interpretação da situação social nova criada pela reforma agrária.

Conforme observa Maria Aparecida Moraes, o perfil dos assentados inclui não raro passagens pela cidade e a situação de acampamento é muito difícil. Há muitas desistências. O número dos que vão para o assentamento é bem menor do que o dos que se dispuseram a acampar. Há aí, digo eu, um processo de socialização que é, ao mesmo tempo, um processo de dessocialização, de anulação de referências culturais, valores e normas, peneiramento do que não pa-

rece ter sentido na adversidade da transição. Um passar a limpo a escritura do tempo. Enfim, ruptura.

No Paraná, o processo igualmente demorado, os dilemas, as incertezas quanto a lealdades, é também responsável por regenerações, conciliações, arranjos, negações da ruptura, um momento muito específico de sociabilidade, como observou Eliane Brenneisen:

> Para a manutenção das famílias nesses momentos iniciais, além da organização das roças, os agricultores utilizavam-se de uma diversidade de estratégias de sobrevivência, desde o trabalho como "diaristas" nas fazendas vizinhas, cujo pagamento era feito em espécie ou através da troca de trabalho pelas sementes de que necessitavam para a realização de suas roças até a retirada e comercialização de parte da madeira remanescente no local. Algumas famílias recebiam ajuda de parentes que, mesmo com parcos recursos, procuravam ajudá-los repartindo com eles gêneros alimentícios de primeira necessidade, como leite para as crianças menores ou arroz e feijão enquanto não produzissem esses alimentos em suas próprias roças. Aos poucos foram estabelecendo contato com os proprietários dos estabelecimentos comerciais instalados no distrito de Santa Maria do Oeste, conquistando sua confiança, chegando a adquirir (de pelo menos um deles) do proprietário do supermercado instalado no distrito, produtos alimentícios de primeira necessidade para serem pagos posteriormente, quando houvesse condições favoráveis para tanto. [...] procuravam ainda ajudar uns aos outros, dividindo o pouco que possuíam.

Houve também empréstimo de ferramentas:

> A inventividade social das famílias de agricultores visando à sua sobrevivência não tem limites e o tempo do acampamento, longe de ser um período tão somente pautado pelo compasso de espera, é um período dinâmico de busca da reconstrução de suas vidas, ainda que paire sobre eles a incerteza de permanência no local, mesmo que remota. [...] É essa esperança e antevisão de futuro que possibilita a resistência dos agricultores sem-terra às agruras sofridas no tempo do acampamento.

As observações da pesquisadora mostram que o período transitório do acampamento não constitui unicamente um período de ressocialização dos acampados, mas também de revigoramento de elementos fundantes da sociabilidade tradicional do comunitarismo territorial dos trabalhadores rurais, a sociedade de vizinhança e suas relações de dependência econômica e política, ainda que em novas e outras bases. De fato, esse é um período que se propõe como o da experiência social do provisório, do destino suspenso, da incerteza. É mais do que um período de espera. É um período de teste de concepções tradicionais de solidariedade e relacionamento social numa situação social com outra e incompreensível pauta de significados.

A busca de apoio em proprietários vizinhos é, num certo sentido, demonstração de uma grande ingenuidade política, já que a invasão da terra constitui, na prática, uma declaração de guerra contra o regime de propriedade personificado justamente pelos proprietários vizinhos a que recorrem. Também eles estão mergulhados na incerteza. Tanto que o fazendeiro invadido também recorreu a um deles para utilizar sua casa como base de apoio da sua reação contra o esbulho e base de alojamento do capataz que disso se encarregaria. Esse proprietário vizinho ficou dividido, e marcado, pela ambivalência em que foi lançado pelo pedido de solidariedade vicinal dos grupos opostos. Mais tarde, após o assentamento dos sem-terra, seria discriminado como agente do outro lado, indício de uma concepção de sociabilidade baseada em lealdades absolutas, sem ambigüidades. Lealdade que não tiveram da parte do PT, que não se interessou por eles, e sim da parte do político do PSDB, que os ajudou.

Os contrários se embaralham num sistema de relações baseado em regras rígidas e pré-modernas, regras das comunidades de pertencimento e de vizinhança. A cobrança de apoio dos vizinhos foi, na verdade, uma cobrança prévia dos juros da solidariedade vicinal. Não estamos, portanto, em face propriamente de uma inventividade social absoluta. O que vemos aí, em primeiro lugar, é a revitalização de valores e normas de orientação da sociedade tradicional e de origem, aquilo que as pessoas se sentem no direito de esperar dos outros, dos vizinhos, mesmo desconhecidos. Uma espécie de teste do que sobrou da sociabilidade prévia, uma verificação de lealdades sociais.

O teste, na verdade, revelou que sobrou do passado e do tradicional muito mais do que se poderia esperar numa situação de ruptura tão ampla. Também os moradores locais, os já estabelecidos, atuaram no sentido da regeneração de valores e orientações que a invasão parece ter rompido. A invasão, isto é, a transgressão do direito de propriedade e de todo o sistema essencial de valores

a ele associado deveria, em princípio, acarretar uma reordenação geral das relações sociais a partir do fato inequívoco do conflito inerente à invasão. Porém, dos dois lados, dos estabelecidos e dos adventícios, mecanismos de restauração da ordem operaram "naturalmente", automaticamente.

Isso quer dizer que a inventividade social dos acampados fica circunscrita ao residual de um provisório bastante amparado pela competência de persistir das relações sociais tradicionais. Trata-se de uma inventividade relativa, em grande medida regulada pela lógica da restauração do tecido social rompido. Em Araraquara, os próprios ocupantes reagiram contra novos ocupantes, exatamente como se fossem legítimos proprietários da fazenda, até mesmo de armas nas mãos, uma guerra de sem-terra contra sem-terra.

No caso do Paraná, a adoção, por parte do MST, de critérios rígidos de seleção dos sem-terra que seriam assentados no Sepé Tiaraju relacionou-se com uma clara idéia sobre a função dos acampamentos na preparação de assentados que tivessem perfil compatível com as orientações da organização política:

> Um dos fatores mencionados por essas lideranças, para a mudança no procedimento, relacionava-se a necessidade de um longo período de acampamento. As lideranças estaduais entrevistadas, por mais paradoxal que pareça, concebiam que os anos de luta, privações e sofrimentos tornar-se-iam imprescindíveis ao ajustamento das famílias a uma organização nos moldes idealizados pela direção do MST e incessantemente perseguidos durante todos estes anos. O depoimento de uma liderança, integrante da coordenação estadual do MST [...] justificando o procedimento utilizado no Assentamento Verdum, confirma o exposto: "(...) O processo de assentamento seleciona as pessoas. O oportunista não resiste a tanto tempo de sofrimento. Só resiste aquele que tem realmente necessidade e aquele que ideologicamente entende que o futuro é esse. O tempo vai selecionando. Os que não aceitam a organização vão abandonando. Além disso o processo de acampamento serve também de evolução da consciência da pessoa [...]."

Aqui nos defrontamos com o acampamento e sua durabilidade como projeto social e político e como técnica social de sujeição. Aí fica claro que o projeto político da ação é submeter os candidatos à terra no programa de reforma agrária a um período de confinamento, em que os liames sociais permanentes são substituídos por vínculos provisórios e administrados. No espontâneo do isolamento demorado existe uma intenção, que é a de erodir a sociabilidade dos acampados, esvaziar de conteúdo as relações sociais preexistentes, as referências e os valores. Sobretudo, expor o caráter anômico de relações e concepções resultantes de uma trajetória de desenraizamento e ajustamentos precários. Fazer nascer a necessidade de vínculos sociais depurados dos compromissos e referências que antecederam e motivaram a entrada no movimento.

A técnica social é também uma técnica política, cujos desdobramentos estão no protelar a possibilidade da solução dos problemas, uma forma eficaz de desgastar a ação governamental e comover os grupos de apoio, exacerbar o drama e dar-lhe a dimensão de um impasse estrutural, de uma contradição que não tem solução técnica e administrativa, mas unicamente solução política, num projeto de supostas e nem sempre claras transformações sociais profundas. A depuração, no entanto, acaba criando minorias, excluindo os frágeis, os que têm urgências reais de sobrevivência, os que poderiam ter seus problemas resolvidos com o acesso à terra. São descartados os que não têm condições de alimentar, com seu drama prolongado e seu sofrimento manipulado e ampliado, o projeto dos setores radicais da classe média, os novos protagonistas de um ideário político sem povo, em que o povo entra, não raro, como entravam os submissos do voto de cabresto nos currais eleitorais dos "coronéis" do sertão. Só que agora com uma função "progressista", que parece ser a justificativa dessa "nova" dominação.

É aí, certamente, que pesquisadores vêm detectando o reavivamento de práticas clientelistas de tipo arcaico nesses grupos que atuam em nome da hipótese da revolução social e socialista. Só a docilidade dos participantes, enfraquecidos na sua combatividade pelo demorado confinamento ideológico, pode explicar a aceitação de concepções de acesso à terra desvinculadas da tradição cultural conhecida dos nossos trabalhadores rurais. No fundo, são eles objeto de experimentos políticos e sociais, viáveis unicamente numa história social de sujeição que ainda é um dos dolorosos legados da escravidão, juntamente com o latifúndio. Fosse outra a herança e essa história seria outra: os pobres da terra não entrariam na cena histórica puxados pelo fórceps do voluntarismo político, ampara-

dos pelas mãos trêmulas dos que não conseguem ter a sua própria causa social e política.

O caso do Paraná, justamente, evidencia as contradições que alcançam os assentados:

> A distância que existe entre o projeto estratégico político da direção do MST e o projeto de vida dos agricultores que se engajaram na luta pela terra é significativa. Se no tempo do acampamento, justamente por se encontrarem todos juntos, num mesmo local e numa mesma condição, estabelece-se entre os agricultores uma maior solidariedade, isso não necessariamente significa que o processo de socialização propiciado tenha sido suficiente para diluir as diferenças existentes ou para que abdiquem de seus projetos de vida em prol de uma suposta causa socialista. Pelo contrário, é nesse período que as diferenças aparecem, que as divergências afloram, que se estabelecem novas afinidades e que se renovam as esperanças de reconstruírem suas vidas tal como almejam, ou seja, através da reconstrução do modo de produção familiar. As resistências às proposições das lideranças são, na verdade, resistências a uma outra racionalidade, diferentes daquela que lhes é própria na organização de suas vidas. O agente mobilizador no tempo do acampamento é a possibilidade de retorno aos seus lugares sociais de origem, e é isso que faz com que enfrentem as agruras de viver em condições extremamente precárias, por longos períodos ou até mesmo por anos a fio.

O trecho sintetiza os desencontros. Porém, o acampamento pode ser efetivamente o cenário e lugar de ressocialização dos sem-terra para a nova realidade de assentado e da agricultura familiar. É preciso considerar, no entanto, que a agricultura familiar que os espera como projeto possível num assentamento não é a mesma agricultura familiar de que procedem e que entrou em crise, do que resultou sua situação anômica de sem-terra. Portanto, há elementos sutis e contraditórios presentes nesse processo de transição de uma situação social a outra. Isso, aparentemente, os ideólogos do MST compreendem. O acampamento é a experiência concreta do provisório, do nada e da nulificação de todas as heranças que possam ter existido um dia. O acampamento é muito mais o momento de vivência de um processo de dessocialização, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteavam lealdades e condutas.

A ressocialização se propõe, na verdade, no momento do assentamento, o momento do definitivo, de estabelecer as bases espaciais e sociais da convivência, dos relacionamentos, das referências. Há diferenças significativas entre a situação e a experiência social do acampamento e a situação e a experiência social do assentamento. A sociabilidade do acampamento é provisória e transitória, cuja temporalidade está limitada a fragmentos do tempo social, momento de um processo cujo tempo é outro. As referências da estrutura social ficam entre parênteses. Não há conflitos visíveis, estruturais, no acampamento. Ali, todos os valores e normas duráveis perderam o sentido. Trata-se apenas de reconstituir as referências sociais mínimas para assegurar a coexistência provisória. Ali, não há ganhos sociais efetivos, apenas perdas sociais. Já na situação de assentamento, os trabalhadores têm pela frente o desafio do permanente, do estrutural, do definitivo. Ali chegam, como mostra o trabalho de Maria Aparecida Moraes, com os cacos de experiências sociais desagregadas ao longo da vida, os resíduos da experiência social do desenraizamento.

Mesmo assim, equipados com uma memória fragmentária que pode servir, eventualmente, de matéria-prima para o reordenamento social. O MST não está em conflito com um "projeto de agricultura familiar" derivado do passado. Ao organizar acampamentos, o MST procura dar visibilidade e consciência ao vazio que o desenraizamento criou, dar-lhe consistência, definir contornos, tornar visível a falta de perspectiva, de horizontes. Portanto, é nesse vazio que opera, que procura indicar a saída política e a proposta social que lhe corresponde. Define uma pauta de reescrita da vida. Depende de uma pedagogia que nos conflitos posteriores se revela frágil no insucesso da ressocialização política que pretende propor e concretizar.

Assim como os sem-terra aderem à organização com base na premissa de lealdades próprias da sociedade tradicional, assim também ocultam outras referências de uma sociedade potencial que reintegra os resíduos do passado, os fragmentos da longa e demorada experiência do desenraizamento. A nova situação social do assentamento pede preenchimentos cotidianos, em primeiro lugar, e não preenchimentos históricos, de longo prazo, não essenciais para a vida de todo dia. Há uma escala de urgências próprias do vivencial. É ela que domina o novo momento do processo.

O novo momento não é um modo de produzir já conhecido. Quando muito, é um modo de viver parcialmente conhecido. No

assentamento, as potencialidades das experiências sociais do passado, articuladas em torno da agricultura da família e da comunidade rural, têm possibilidade de se manifestar, de se propor como nova reordenação social, uma etapa superior do que fora o passado, um novo mundo e um novo modo de possibilidades em que as experiências fragmentárias acumuladas revelam a competência de sua força de recriação de referências sociais básicas, elementos de uma estrutura social nova.

Certamente, há esforços para retomar estruturas de relacionamentos que foram referências ao longo da vida. É o que se vê quando os assentamentos tentam agregar outros membros da família, além dos filhos. Uma forma de restabelecer o princípio da lealdade e do favor como cimento dos vínculos sociais. É justamente aí que tanto o MST como o Incra encontram barreiras e dificuldades. Essas agências representam a perpetuação da instabilidade e da incerteza e acabam sendo protagonistas da cultura do acampamento, a cultura do provisório, as meras estratégias de sobrevivência. Justamente aquilo que resume e sintetiza a longa experiência do desenraizamento. O assentamento é o antagônico dessa experiência, é o oposto, a negação da nulificação da pessoa, a busca da ressocialização, da reordenação da experiência e da vida.

Os próprios assentados podem compreender as diferenças profundas estabelecidas entre eles, segundo tenham ou não passado pela experiência característica do acampamento. Diz Moraes:

> No que tange ao Grupo de Promissão, uma de suas marcas é a passagem pelo acampamento. Portanto, os relatos sobre este período são muito significativos. Consideram que aqueles momentos foram decisivos para se compreender o significado de luta pela terra. Por isso, diferenciam-se dos outros que não ficaram acampados, que não sabem o que é viver em baixo de lona preta. Quando se reportam àqueles que estão plantando cana, afirmam que muitos deles não dão valor à terra, porque não sabem o que é a luta pela terra, identificando, portanto, luta pela terra com o tempo de passagem pelo acampamento. Afirmam, ainda, que os outros conseguiram a terra de mãos beijadas, sem esforço.

O grupo de Promissão passou pela experiência coletiva do sofrimento, da incerteza extrema do sem nada, da dessocialização, do

rompimento das identificações com valores e concepções da realidade que os pusera à margem, sem alternativas, sem destino, em face do nada. É muito provável que tenham passado, aí, pela experiência concreta da vivência de valores e relações sociais opostos ao da sociedade dominante. Encontram no assentamento, com os mesmos direitos, pessoas que não passaram pela ruptura com o existente, tanto que são desse outro grupo os que, justamente, traem o benefício da reforma agrária ao se tornarem plantadores de cana, ao arrendarem terra para a usina, ao se tornaram meros beneficiários da renda da terra. Questionam, portanto, a legitimidade do benefício. O grupo de Promissão compreende que o desenraizamento revelara os significados ocultos da injustiça e da perversidade da renda fundiária como fator de pobreza e de iniqüidade. A identidade desses trabalhadores é constituída em torno do trabalho e da ética do trabalho. E não em torno da terra. A terra é negada na aspiração de ascensão. A reforma agrária é outro modo de expressão da ética do trabalho. Há aí um certo reavivamento dos valores da ordem.

No caso de Araraquara, estudado por Moraes, trabalhadores reclamam do esquema repressivo adotado pelo MST e, dizem, pela CPT, no acampamento. Damião, relata as dificuldades:

> Nós com o MST e a CPT fizemos um acampamento grande lá em Promissão. Eu consegui arrumar para os meus irmãos: o Domingos, o Cosme, o Tio João... Quando nós nos reuníamos, eles diziam: — Olha, você não precisa levar a família, vocês podem ir, depois voltam para buscar as famílias. E as pessoas ficavam lá no acampamento, e a cada quinze dias mais ou menos, nós íamos ver as famílias em Limeira, só que nós estávamos a uns trezentos e poucos quilômetros de Limeira. E muita gente não tinha condições Eles tinham uma guarita na entrada, e eles não queriam que o pessoal fosse para casa. Eles davam três dias para as pessoas irem e voltarem de Limeira. E aí algumas pessoas, que passavam mais que três dias, eles expulsavam do acampamento. As próprias lideranças faziam isso. E eu não concordava com isso, porque eles voltavam para Limeira e muitos não tinham dinheiro para voltar ao acampamento.

Os conflitos nesse assentamento talvez se expliquem porque os padrões de sociabilidade que constituem a referência dos diferentes grupos ali reunidos são padrões comunitários, o que inclui relações

de parentesco real ou simbólico. Em boa parte, o conflito pode se institucionalizar, como no caso do grupo de Promissão, ou tende a produzir mecanismos de incorporação do estranho às regras próprias do comunitarismo de origem.

Sociologicamente, estamos em face de uma situação rica de possibilidades interpretativas. O mundo comunitário, cuja rigidez é proclamada pela teoria, parece conter uma flexibilidade interior que, através do conflito, permite erodir mecanismos de resistência à incorporação do outro e do estranho. De fato, esse mundo tem regras de pertencimento e de incorporação. A convivência forçada, criada no encontro acidental de um ato político, não tem como ser assimilada num mundo de regras lentas em face de situações sociais de emergência e rápidas. Daí a provável função dos acampamentos na ralentação da transição, no estabelecimento de um ritmo mais demorado de identificação do outro e de reconhecimento dos liames que atam o acampado ao mundo desse outro.

No fundo, também, um tempo de reconhecimento de que na crise de ruptura de valores, regras e relacionamentos que estão vivendo existem continuidades e permanências: o núcleo essencial da visão de mundo, das mentalidades e da convivência não é rompido plenamente ou, ao menos, preserva referências que podem ser reconstruídas mesmo na diferença de histórias pessoais e grupais.

A consciência de que a ocupação da terra alheia é um ato transgressivo indica a necessidade de racionalizar o ato, de encontrar no próprio universo valores e normas que legitimem o que parece não ter legitimidade. No fundo, o assentamento nos fala de uma situação social de grandes descontinuidades e de demanda de enorme esforço de construir um mundo novo a partir de rupturas profundas, de desconhecidos e desconhecimentos.

Tudo isso indica que o assentado não é uma pessoa aberta para o inesperado nem aberta para o repentino. No fundo, há uma grande violência envolvida na sua mobilização e na sua indução para saltar por cima da lei e das regras que ordenam as relações sociais responsáveis pelas injustiças de que é vítima. Essa talvez seja a razão de um grande número de desistências já no momento da mobilização e dos atos preparatórios e decisões que culminam no acampamento e podem culminar no assentamento.

Ao contrário da concepção difundida de que se trata de um ato seguro de reivindicação de um direito, a pesquisa nos indica que há uma enorme insegurança na transição, um medo enorme e uma culpa intensa que não chegam a ser aliviados pelas racionalizações que procuram legitimar a decisão e o ato. A persistência da consciência de culpa mesmo onde o assentamento está regularizado e decidido é bem indicativa dos temores profundos que cercam esse processo e, sobretudo, do arraigado de valores e concepções da sociedade tradicional.

O fato de que o reivindicante de terra se sinta mais à vontade na ocupação de terra pública ou terra do governo do que ocupando terra presumivelmente privada e alheia não questiona, obviamente, a legitimidade alternativa de seu ato. Apenas indica que se trata de uma legitimidade em gestação e em processo, provisória e possível, solitária em face da lei, da ordem e do dominante. Uma legitimidade que, pelos valores que propõe, fundados na precedência moral do trabalho, tem a possibilidade histórica do seu acolhimento social e político. Mas de compreensão difícil mesmo para quem luta pela terra de trabalho, cuja referência está, contraditoriamente, na estrutura social injusta e não estritamente no ato subjetivo que se consuma na transgressão. Seria uma grande bobagem supor que a constatação sociológica da incômoda culpa que sente o ocupante de terra envolvido nos movimentos sociais seria ao mesmo tempo um fechar de olhos para a ampla margem de ilegalidade que há na gênese do latifúndio brasileiro, tanto o antigo quanto o mais recente. Como se pesquisar e constatar fosse o mesmo que tomar partido ou, pior, inocentar quem da iniqüidade se nutre. Como se a ciência tivesse por missão canonizar os eleitos do autoritarismo e do voluntarismo político dos grupos corporativos que tutelam os pobres e os que trabalham e que acenam com a bandeira vermelha das transformações sociais e políticas profundas.

No mínimo, haveria que levar em conta a substancial e enorme diferença histórica que há entre o ato delinqüente da grilagem de terras, de motivação criminosa, egoísta e privada, mãe do latifúndio improdutivo e da especulação imobiliária, e o ato político de ocupação de terras improdutivas por quem delas precisa para trabalhar, um

ato de motivação social e altruísta.[28] Isso, é evidente, não suprime nesse mesmo ato político a contradição que nele introduz a peculiaridade do objeto: o acesso à propriedade da terra no programa de reforma agrária não anula a renda da terra que dela faz parte e que estruturalmente questiona e compromete a dimensão propriamente social da reforma, como se vê nas revendas ilegais. No fim, o que conta mesmo como reforma social na reforma agrária é o elenco residual de avanços positivos nas relações sociais dos assentados, na produtividade aumentada do trabalho familiar, no bem-estar das famílias, no incremento da educação dos filhos, na liberdade, na civilidade. Na inserção, portanto, não num modo de vida existente, como pretende o mecanicismo interpretativo dos includentistas, e sim na construção de um novo modo de vida que questione e transforme esta sociedade apoiada na marginalização e na pobreza.

Em Pernambuco, Maria de Nazareth Wanderley registrou indicações pungentes do enorme sofrimento envolvido nas ações que o reducionismo político ou técnico ignora ou subestima: "a luta pela terra representa uma experiência extremamente dolorosa para os que dela participam e exige uma extraordinária capacidade de resistência". Os próprios assentados arrolam detalhes, nada diferentes da experiência de assentados em outras regiões:

> A luta era grande debaixo de lona, sofrendo, criança doente, às vezes a gente não tinha como socorrer uma criança, também não podia deixar a luta, tinha que seguir até o fim. [...] Começou meu sofrimento: bichos, piolho, doença de olho, mosquito da conjuntivite, fumaça, sujeira, cocô, meus lençóis alvinhos ficaram pretos de serem lavados em poça de água. Dormia num catatau de vara. [...] O que era ruim no acampamento: ficar debaixo do barraco de lona, não tinha colchão, a cama era de vara e havia muita muriçoca. Morreram algumas crianças no acampamento.

Esses trechos de depoimentos mostram um fato que até agora não foi sublinhado nos estudos sobre a luta pela reforma agrária: o acampamento como teatro da pobreza, como recurso para dar visibilidade à pobreza que há na vivência da crise de desagregação dos vínculos sociais tradicionais.

No cenário de legitimidade circunscrita da luta pela terra há uma legítima dimensão teatral nas lutas populares, por meio da qual os atores procuram sensibilizar o conjunto do imaginário dominante. Há aí uma pedagogia do subalterno para educar os outros setores da sociedade, alheios à dolorosa experiência da privação de alternativas de sobrevivência digna e do que muitos preferem chamar simplificadamente de "exclusão social". Aqueles para os quais pobreza, privação e fome são uma coisa só.

Cada vez mais as lutas populares, sobretudo as lutas camponesas, se desenrolam no terreno do imaginário, o imaginário como palco cênico e lugar de embates em torno de valores, muito mais do que em torno de coisas. A pobreza própria que do latifúndio decorre nunca teve visibilidade como tal. Quando muito ganhou versões coloridas na literatura e na pintura, uma espécie de celebração do rústico como manifestação de autenticidade e como símbolo da nacionalidade. Mesmo a crise do latifúndio tradicional, e a desagregação das relações de trabalho que ele continha, apenas revelou que "o sertanejo é antes de tudo um forte", mas nunca de fato o revelou como um carente, como vítima de privações que comprometiam e comprometem a própria condição humana.

"Não poder deixar a luta", mesmo com criança passando mal, bem indica a necessidade de sustentar a encenação, de não perturbar o roteiro para não deslegitimar essa dimensão social da luta que é a sua expressão dramática.[29] A referência aos lençóis alvinhos, enegrecidos pela água de poça, é bem indicativa de uma estética da pobreza prévia que se perde na encenação. O dar-se a ver e a manipula-

[28] Não desconheçamos, porém, que vários grupos e organizações de classe média que tutelam a luta pela reforma agrária no Brasil têm procurado alargar politicamente a concepção de "terra improdutiva", como se tem observado nos últimos anos, deixando para trás a *motivação social* para sobrepor a ela a *motivação político-partidária*. Aí se busca, mais do que mudanças no regime de propriedade, mudanças políticas abrangentes. É possível que essa metamorfose tenha violado a barreira da legitimidade própria das ações de mudança social, legitimidade particularmente ampla em relação aos arcaísmos e injustiças que se aglutinam em torno do nosso direito de propriedade. Um direito que tem se mantido anacronicamente distante da sociedade moderna e da própria modernidade capitalista. As tensões e os desencontros entre o MST e a CPT, de um lado, e o governo do Partido dos Trabalhadores, de outro, constituem, no meu modo de ver, evidências desse limite e de sua ultrapassagem.

[29] Ver Goffman (1995), especialmente a partir da p. 191.

ção desse dar-se a ver nos fala de um teatro popular de luta que tem sido completamente ignorado nas análises políticas porque, nessa dimensão, para as mentes certinhas e autoritárias da linha justa na ação política, parece questionar a legitimidade das lutas sociais.

Essa perda é também uma referência, toma um valor prévio como referência do sofrimento da transição. O pranto constitui para o pesquisador um momento desse teatro, a representação prevista no roteiro (e nos diz que na pesquisa é preciso estar atento a essa teatralidade). Mas, como é próprio das situações de teatralidade no mundo popular e sertanejo, esse representar é literalmente tornar presente o ausente, ou seja, reviver como atual a experiência social da racionalização do sofrimento, da tomada de consciência das privações reveladas pela e na crise do latifúndio e das relações de trabalho que lhe eram próprias.

Uma das pessoas entrevistadas por Wanderley manifesta cruamente o específico desse momento de passagem, justamente por isso destinado ao esquecimento:

> Não sinto saudade de nada, porque acampamento é muito ruim. Acampamento todo mundo quer mandar em você. Por exemplo, hoje tem uma reunião com o governador, por acaso você não pode ir, o representante já fica insatisfeito com você. Já diz assim: "Você não quer se mexer. Você quer pegar na boquinha." Todo mundo manda em você. Você arma a barraca aqui. O cara diz: "Aqui, não! Lá!" Aí você tira. Vem outro e diz: "Essa barraca não tá boa aqui não! É lá!" Aí eu falava: "Isso é um inferno!"

A clareza dessa afirmação apenas reforça o abismo que há entre acampamento e assentamento. Como há um fosso entre o Estado e os clientes dos programas sociais. A luta é para fazer a ponte entre quem pode e quem precisa, esse é o modo de conseguir as coisas. Não é estranho que nos anos 70 e 80 as lutas populares no campo tenham sido canalizadas pelos sindicatos como lutas pelos direitos, isto é, direitos reconhecidos e consagrados em lei, mas não concretizados na realidade da maioria dos destinatários. E a própria origem e luta do MST é, no final das contas, em boa parte, uma luta pela concretização desses direitos. Não se trata de luta para que a reforma agrária seja implantada; trata-se de assegurar o direito aos benefícios que podem ser obtidos com a reforma agrária.

Mas há fossos, também, entre os sem-terra e os sem-terra. Moraes, em vários momentos, se refere à história de dona Zulmira, que é a narrativa da luta para conseguir aquilo que é um direito, para tornar real o que já existe como direito. Dona Zulmira conta a história do seu grupo na decisão de ir para o assentamento de Araraquara:

> Aí eu fui para o Vale do Ribeira, cheguei lá, juntei o grupo de gente que quis vir, muita gente ficou lá porque não acreditou. [...] Em quinze dias a gente estava aqui dentro, às sete horas da manhã, nós viajamos a noite inteira, às sete horas da manhã a gente estava entrando na Bela Vista, aí o pau comeu! Aí a coisa ficou feia mesmo! Porque os que estavam lá não queriam nos aceitar... Fomos o segundo grupo a entrar lá.

Na interpretação da pesquisadora,

> o fato de ter havido a guerra para impedir a entrada dos acampados de Promissão revela que a prática das lideranças locais, na verdade, refletia os moldes da propriedade privada, ou seja, não conseguiram enxergar que a terra tem um destino social e não privado. [...] Vai-se produzindo neste novo contexto uma rede de relações de dependência, muitas vezes, caracterizada pela outorga e clientelismo.

O conflito contrapôs recrutados pelo Incra/Sindicato, de um lado, e acampados, de outro. Isto é, os que chegaram à terra burocraticamente por via legal e os que chegaram a ela por um meio que os próprios assentados recusavam. Ou seja, de um lado a forma legítima de acesso à terra e de outro a forma ilegítima de acesso. Um certo moralismo legalista que considera o segundo grupo como grupo transgressor, fora da lei e, portanto, sem direitos.

Um dos assentados, o sr. Elias, bóia-fria, expõe a concepção do que é legítimo no acesso à terra:

> Reforma agrária para mim foi a melhor conquista que eu já vi. [...] eu já trabalhei muito... eu não tinha conhecimento da Reforma Agrária. Eu tinha conhecimento aí de 1980 para cá, que começaram essas invasões. Graças a Deus nunca invadi terra de ninguém, também achava errado entrar naquele conflito porque... Isso aqui para mim foi uma conquista, assim eu costumo dizer que foi Deus que preparou. [...] Nunca fiquei debaixo de plástico, não sei se vou dizer isso por orgulho ou a sorte, porque também eu

> respeito as pessoas que sofrem, que através deles também a gente conseguiu chegar aqui. Para mim foi uma conquista, eu acho que a Reforma Agrária é a coisa certa para o homem do campo. Mas infelizmente tem pessoas que não é do ramo, às vezes está até perdido nem é por causa dele é porque não sabe mesmo manejar a coisa, eu acredito nisso.

Esse é um dos muitos depoimentos colhidos nos cinco assentamentos em que o assentado revela vergonha por ter participado de invasão de terra – nesse caso, vergonha se tivesse participado. Porque beneficiado pela invasão, precisa justificar o invasor, e a justificativa não é de classe, de origem e de direito. A legitimidade da ocupação da terra vem do sofrimento nos acampamentos. E acampar significa estar no limite da privação. Esse é o limite ético do direito de propriedade, direito do proprietário. Esse regulador ético justifica a invasão. Por isso, o entrevistado precisa estabelecer uma restrição: esse direito não alcança quem está lá sem ter direito de estar.

Dona Maria, rezadeira, pensa do mesmo modo. Ela e o marido eram meeiros no Paraná. Têm uma filha freira. Foram para o Mato Grosso. Moraram dez anos como posseiros em terra indígena. Os índios iam à casa deles e diziam que a terra era deles, índios. Até que um dia os índios resolveram mesmo pelo conflito.

> Aí foi onde nós entregamos a terra para eles. Nós saímos antes de acontecer alguma coisa conosco. É que eu falei para ele (o marido): "Assim como nós entramos, por conta própria, nós vamos sair, vamos respeitar os direitos deles", porque... se a gente não respeitasse os direitos deles, a gente poderia perder até a vida. E outra, eu pensava assim: era uma falta de respeito muito grande que nós estávamos tendo com eles, porque a terra era deles...

Aqui se reforça a consciência de que a invasão viola direitos, nesse caso direitos de pobres e desamparados, como os índios. Mesmo assim, tentaram enganar os índios durante dez anos. Saíram quando ficaram com medo. Essas referências, como as demais, são indicativas de algo bem oposto à ideologia oficial do MST, que preconiza o acesso à terra como um direito absoluto: aqui o direito é residual – tem precedência o direito de quem estava lá, o direito de quem a terra sempre foi. A consciência aí presente não é consciência de quem luta por um direito, mas consciência de quem transgride e moralmente erra. Isso nos fala de um abismo entre os assentados – e acampados – e o MST.

Essa consciência básica de uma certa ilegitimidade no acesso à terra, por meio da luta pela terra, se desdobra para fora do assentamento, no preconceito, e para dentro, na vergonha. Segundo Moraes:

> É possível constatar, também, o preconceito que recai sobre esses jovens assentados, quando ingressam no ensino médio e são obrigados a estudar em escolas situadas no meio urbano. A entrevista realizada com Lena e Dinha, mostra que a "mentira" é uma forma recorrente de se tentar encobrir a vergonha do estigma de 'assentadas', ou como chamam os moradores do meio urbano: "pés-vermelhos", "brucutus", ou ainda, "mortos de fome". [...] Nas palavras de Lena: "quando a gente começou a estudar a gente não falava que a gente morava lá (risos). Não falava! O pessoal falava assim: 'o pessoal de lá é tudo índio, tudo brucutu! Eu não vou lá não'. Então a gente não falava que a gente morava lá. 'A gente mora por aqui mesmo!' ...eles falam que o pessoal da Bela Vista é tudo morto de fome, que não tem o que comer, que são briguentos, matador de pessoas, que são ladrões... Tudo isso eles falavam da gente de lá! ...Chamavam a gente de pé vermelho (risos) ...a gente ficava, assim, quieta, não gostava de comentar, não! A gente não gostava... de ser chamado assim, porque a gente não era isso...

Mais do que simplesmente preconceito, há aí a "leitura" popular do que a concepção de exclusão contém. Em primeiro lugar, a identificação dos assentados com os acampados e com a imagem que a mídia deles difunde, além da difusão que disso fazem as agências de mediação das lutas no campo, como as igrejas e o próprio MST. Portanto, imagem de gente sem raiz e sem rumo, que vive ao léu.

As jovens foram golpeadas por essa imagem porque também elas vêem assim os assentados. Em boa parte porque não chegaram à propriedade da terra pela via do esforço próprio, do trabalho, e sim pela via transgressiva da invasão, das marchas, dos desafios, dos acampamentos, da violência coletiva e política. Todas as definições dizem respeito a pessoas cuja vida é a negação do trabalho e de tudo que o trabalho propicia, embora sejam pessoas trabalhadoras. Abriu-se a época em que o trabalho já não produz os efeitos da ética do trabalho.

Em segundo lugar, a identificação dos assentados com gente primitiva, tosca, inculta, gente atrasada. De certo modo a recusa de com elas conviver, pelo temor da contaminação pela inferioridade, uma afirmação da necessidade de manter barreiras sociais na separação dos desiguais.

Há aí, também, persistente, a idéia de que viver na cidade, ainda que miseravelmente, é socialmente mais do que viver no campo, e melhor. A imagem do campo ainda é a imagem de uma sociedade referida a formas degradadas de ser e de relacionar-se. Portanto, um mundo de inferioridade social real, que aproxima os homens da condição animal, dos que têm contato com a própria terra – pés-vermelhos – andam descalços, maior sinal da inferioridade estamental da população do campo desde as origens da sociedade brasileira.

Quinteiro observou o mesmo problema em Goiás, na persistência de ressentimentos quanto à discriminação que sofreram e sofrem, considerados invasores, produto da imagem regional negativa da reforma agrária e de seus beneficiários. De certo modo, as revendas de terra confirmam a adesão à reforma como oportunismo por parte daqueles que o fazem, como benefício indevido à custa do governo e, supostamente, do grande proprietário. É o que facilmente leva à imagem de que os assentados são desordeiros. Esse é um tema raramente considerado nos confrontos dos protagonistas da reforma agrária. A reforma propõe uma identidade, altera a situação social dos beneficiários, pede uma reconciliação entre *o que se é agora* e o *reconhecimento da legitimidade desse ser agora.* Porque, de fato, o assentado é beneficiário de uma transgressão, coisa que ele próprio reconhece. *O processo social da reforma acaba sendo um processo de afastamento em relação à sociedade de que o assentado deseja ser membro.* Essa é também uma dimensão da orientação conservadora.

Não seria impossível que o recurso no acampar-assentar-vender para comprar fosse uma estratégia de "lavagem" da propriedade da terra obtida no programa de reforma agrária. Porque negativamente concebida pelo próprio assentado, em conseqüência da transgressão originária desse direito, para reentrar na condição de proprietário pela "via legítima" da compra. É o que parece sugerir o caso estudado no Pará e as "genealogias" dos lotes, organizadas pela pesquisadora. Nesse caso, a luta pela terra inclui uma "zona de sombra", que não se resolve por meio de ideologias políticas e que se apóia em valores de difícil remoção. O comportamento daqueles dos assentados de hoje, no Paraná, que cresceram em acampamentos, filhos de outros assentados, ao enfrentarem o MST, parece confirmar essa hipótese e apontar os elementos ocultos envolvidos nessa questão social, quando enfrentam a organização e recusam a transformação de suas diretrizes políticas em diretrizes econômicas. A durabilidade do ideológico dos acampamentos é limitada e, geralmente, curta.

Esse reentrar no regime de propriedade por uma via que não seja a via assistida da reforma agrária, como privilégio, parece legitimar a alternativa da nem sempre devidamente chamada de "reforma agrária de mercado". Por seu lado, o preconceito dos vizinhos e das populações das áreas próximas, até mesmo contra os filhos de assentados na escola, sugere que, no fundo, o programa de reforma agrária é popularmente entendido como um programa de injustiça social, um programa que beneficia quem transgride o direito de propriedade, mas se omite em relação às "pessoas ordeiras", que não invadem terra alheia.

O fato de que o MST se ocupe exclusivamente da sua própria clientela, e dos que lhe são politicamente leais, pode estar sendo interpretado como prática de uma injustiça contra os que se consideram verdadeiros pobres, os que trabalham e têm pouco. A reforma agrária pode estar sendo entendida como um prêmio indevido a quem não fez do trabalho e das privações que dele decorrem o meio legítimo de afirmação da identidade e da inserção no mundo. Nesse imaginário, quem acumula, acumula porque trabalhou mais do que o suficiente para viver, porque se privou dos benefícios imediatos do trabalho e evitou o desperdício.

Logo, os pacotes dos benefícios que chegam aos assentados parecem antes prêmio indevido à ociosidade e ao não-trabalho, que é como muitas vezes são interpretados os acampamentos. O MST e a Igreja conseguiram mobilizar os pobres da terra, mas não conseguiram convencê-los da legitimidade dessa mobilização. O discurso político-partidário e a ideologia dos direitos dos pobres não têm sido suficientes para retirar dos direitos assim obtidos a mácula da transgressão original, de que fluem os direitos supostos. O fato de que haja tanta gente disposta a "comprar direitos" de acampados em vias de assentamento ou de posseiros em vias de regularização é bem indicativo de uma população que não entra diretamente na demanda de reforma agrária, mas entra nos benefícios da demanda e da pressão.

A incômoda consciência da transgressão ganha reforços em casos como o estudado no Nordeste, sobretudo nos cuidados quan-

to ao *status* jurídico da terra a ser ocupada, de preferência mediante ocupação do que está menos distante do legalmente possível.

É evidente o fato que, embora originários do regime de morada em terras de engenho, nenhum deles resistiu nas terras do próprio engenho, nenhum reivindicou direitos sobre a terra de trabalho. A ocupação, por esse grupo, de terras do Exército na região indica um fato recorrente na história das ocupações de terras: a preferência por terras públicas, isto é, terras do governo, meio mais fácil de sensibilizar as autoridades ou causar-lhes temores políticos para obter o que desejam. Uma tentativa de encontrar o elo mais frágil do direito de propriedade e agir sobre o ponto de mais fácil ruptura. Algo parecido com o que fez o advogado da Contag que, em Goiás, sugeriu a estratégia de demarcar lotes no tamanho do módulo previsto em lei – agir fora da lei, mas "dentro" da lei, isto é, reduzir a área da fricção política resultante da ocupação e aumentar a probabilidade de regularização da terra ocupada.[30]

O temor da ilegalidade, de transgredir a lei, aparece reiteradamente nos depoimentos colhidos nos cinco assentamentos, como nestas afirmações de assentados de Pernambuco, do estudo de Wanderley:

> A gente sempre tinha aquela esperança. Sempre a gente confiava muito em Deus, minha família e a família do meu esposo é muito evangélica. A minha família a gente sempre pedia muito a Deus, porque a gente sabia que ao mesmo tempo a gente estava agindo de maneira errada, porque era dos outros; porque a gente tava acampando, mas eu acreditava que Deus tinha deixado a terra para todos os seres humanos. Precisavam de um lugar para morar, então, a gente tinha mais era que batalhar, outra coisa, se a gente não lutasse, como é que a gente iria saber se ia ganhar ou não. Mesmo se a gente não estivesse aqui hoje, a gente não ia saber se não tivesse tentado. [...] Meu cunhado foi e disse: "tem um acampamento lá por dentro da mata da Paulista". Eu disse: "Rapaz, invadir terra dos outros é bronca!"

O teatro imposto pela dominação patrimonial e pela dependência pessoal tem também sua referência na certeza de que a ocupação da terra é uma transgressão, é um agir errado. Além do mais, uma interpretação bem protestante da experiência da luta pela terra, como se fosse um mandato para cumprir o desígnio de Deus, mas um Deus de provações, um Deus que "desenha" o possível, mas a realização desse possível depende do agir e do penar dos homens para saber se era efetivamente essa a vontade de Deus. Portanto, Deus também faz parte do teatro, uma espécie de diretor de cena que define os marcos da atuação, da *performance*, e apenas aplaude no final, por último, ao conceder a terra. Um Deus cujo protagonismo é, aliás, lembrado "primeiramente por último" como membro supremo da comunidade dos grandes: "Dependendo da união da gente e dos homens de poder, e Deus primeiramente, a gente acreditava que ia chegar a esse ponto de ter nossa terra para trabalhar. [...] Não tinha medo (no acampamento); estava junto do pessoal grande."

Do mesmo modo e com as mesmas cautelas quanto ao agir na pressuposição de legalidade, na região amazônica, a ocupação das chamadas terras livres sempre esteve sujeita a critérios. Nunca partiu da suposição de um direito soberano "dos camponeses" sobre a terra. O depoimento a seguir, coletado por Magalhães, esclarece a esse respeito:

> [...] quando eu cheguei era tudo isso aí do Estado, da Nação Brasileira, porque nós fomos recrutados justamente pra isso, pra explorar a riqueza da Nação [...] pra colonizar. E a senhora sabe o que nós enfrentamos; era essa mata bem aí virgem, virgenzinha, malária que esses meninos não se levantavam [...] E nós lutando, lutando [...] Era gente de todo lado, tudo por dentro dessa mata procurando terra.

A narrativa dá indicações de que se trata de pessoas que entraram na região nos anos 70, na época do discurso do general Médici sobre "a Amazônia sem homens para os homens sem terra do Nordeste". É o que sugere a informação de que "fomos recrutados". "Terra da nação" é outra expressão regional que se difundiu na época para indicar terra devoluta, terra que podia ser ocupada livremente. Gente na mata "procurando terra" é outra indicação de gente procurando terra livre, terra que ainda não tivesse sido apossada. Tudo isso nos fala de critérios e nos fala também do próprio Estado recrutando, determinando e legitimando a ocupação. Portanto, nada mais distante de uma ocupação popular da terra com conceitos próprios de direito.

[30] A agilização do programa de reforma agrária nos últimos anos induziu ocupações de terras, até mesmo estimuladas por autoridades municipais, como foi observado em Rondônia. Ver Lopes e Garcia (2002, p. 285).

Um entrevistado, nessa perspectiva, tenta definir o sentido de apossar, de fazer posse, de tornar-se posseiro:

> Apossear você vai e se aposseia. Não quer dizer que pra uma roça. Você já tira os picos dela, no tamanho que você quer, ou seja, às vezes o tamanho não é o que você quer, mas é o tamanho que sobrou pra você ali. Se você diz assim: essa terra aqui eu me aposseei, quer dizer, ele já tinha uma roça lá e já tinha os picos feitos, né, como diz essa área aqui é minha, tá. Um direito dele assim, um direito de aposse.

Aí fica mais claro que "apossar" é um ato que se consuma segundo regras. Se a área já está em parte na posse de outros, a posse só é possível na terra que sobrou. Portanto, existe um respeito pelo "direito" do outro. No mesmo depoimento, o depoente informa qual é o fundamento desse direito: o trabalho, fazer a roça. Mas mostra o aparecimento de um componente novo que não existia na tradição da posse: a colocação de piquetes demarcatórios. Ou seja, a posse não é mais regulada apenas pelo trabalho na terra realizado, mas também pela pretensão de posse sobre as terras circundantes.

Essa idéia de uma terra que ultrapassa o necessário ao cultivo indica uma clara consciência do esgotamento do território das terras livres e da impossibilidade de manter um regime de posse da terra com base na agricultura itinerante ou agricultura de roça. Na convenção popular do processo de ocupação de terra está implícita, de agora em diante, a regra da reserva de terra para o roçado, a itinerância no interior de um mesmo lote, a posse já diluída no formato espacial da propriedade.

Portanto, nada de um direito inventado pelo povo e sim um direito popular que se esforça por ajustar-se ao que é propriamente legal, construído na expectativa da lei e do Estado, um reconhecimento preliminar da autoridade do Estado na legitimação do direito de propriedade. As mudanças e adaptações no costume de fazer posse de terra não confirmam, portanto, o intuito de uma verdadeira reforma agrária popular nem a proclamação de uma concepção própria de direito à terra. Trata-se de um direito residual do direito dominante, uma espécie de expectativa de reforma agrária, um direito preferencial às terras da nação com base no trabalho. E nesse sentido, sem dúvida, uma reafirmação do trabalho como fonte de legitimidade do direito à propriedade da terra, sem conflito, porém, com o direito de propriedade.

Quando não é o direito atual, é o direito antigo, como neste caso do Pará, relativo a terras aforadas do Estado e abandonadas pela dona do seringal. Diz Magalhães:

> Com a morte do marido, no final da década de 60, Ceci praticamente abandona o castanhal, que fica sob a guarda de um antigo morador, residente em sua sede. Uma das primeiras moradoras narra como encontrou a sede do castanhal em 1974: "Na sede dela ninguém nunca imaginava de que ali tinha sido fazenda, não tinha mais nada. Só tinha aquela casa velha, que eles moravam, já tudo caindo as paredes de barro e aí, ó, ninguém mais via sinal de curral. O que tinha ainda era um sinflone (*sic*) velho, largado lá, todo caído [...] Você não jurava que era... ninguém via mais uma quinta, ninguém via nada. [...] Aí disse que a terra era devoluta, todo mundo podia vir morar."

A terra abandonada, como no regime de sesmarias, pode ser ocupada: "todo mundo podia vir morar". Mas nota-se que houve toda uma verificação, uma comprovação de abandono, até que alguém dissesse que a terra era devoluta. Aliás uma expressão própria do vocabulário colonial: devoluta era a terra abandonada, vazia, sobre a qual o possuidor perdera o direito de uso, restituída automaticamente ao senhorio do rei.

Há outras coerções que levam ao conformismo com o mandato de regras que ultrapassam pessoas e gerações, como nos mostra Maria Aparecida Moraes na conversa com um jovem assentado: o esforço de Claudemir

> para superar as dificuldades através do trabalho e manter sua família, está assentado na ética do trabalhador rural, valor transmitido por sua finada mãe, a quem gostaria de um dia provar, mesmo que morta, o valor do "filho que ela deixou aqui na terra. [...] voltei para o assentamento porque foi onde minha mãe faleceu. Eu não esqueci! Porque minha mãe trabalhou muito no lote, eu não ia esquecer! Voltei para cá e agora estou vendo se consigo um pedaço de terra para mim... agora eu tenho já a minha idade e sei cuidar mais um pouquinho da minha vida... Mas eu quero mostrar para minha mãe e para o meu pai, que ela deixou um filho dela aqui na terra, e para o meu pai, trabalhador e que não quer deixar fazer... o que ela fazia: de trabalhar na roça, quebrando milho, arrancando feijão,

> mostrar para minha família que eu tenho que dar um exemplo para eles porque são todos trabalhadores também. Quero mostrar para eles que eu sou um trabalhador, eu não sou criança mais e esquecer que só porque ela foi, eu não vou pensar que agora eu também vou... porque um dia vou ter que ir também e ela já foi. Agora, eu tenho que pensar que eu tenho uma família para eu cuidar, que são dois filhos."

O depoimento nos fala de um *trabalhador rural que não se pertence.* Ele tem o mandato de um destino a cumprir. Todo o temor de Claudemir é de que possa romper a seqüência desse mandato. Não é só uma questão de ética do trabalho. O trabalho é a forma prática de cumprir o mandato, de tornar real esse compromisso. No corpo do trabalhador há um corpo maior, que é o corpo da família, que reúne vivos e mortos, os mortos continuam ditando regras, lembrando valores. É em nome deles que a continuidade se estabelece, que o destino se define. Claudemir dá a impressão de que o momento da morte da mãe, que tudo indica ter ocorrido quando era criança, é um momento de interrupção da ordem natural da vida, a mãe que morre antes do tempo de ter cumprido o compromisso de deixar o legado do trabalho. Claudemir quer aliviar a parte do mandato da mãe revelando que está pronto para assumir o legado, já não é criança. Pode legar a seus filhos o que sua mãe lhe legou.

Essa é a sociabilidade de referência dessa população, uma sociabilidade em que os vivos e os mortos dialogam, convivem. Isso é mais do que um conjunto de valores, do que uma orientação ética: essa é a realidade social que viabiliza a efetivação, a realização dos valores. Claudemir já se vê simultaneamente como vivo e como morto: pensa no legado que deixará aos filhos, no seu dever de pessoa que não se pertence, mas pertence a esse outro coletivo, esse ser suprapessoal que comanda a vida, que define regras, que firma valores, que administra o legado e o fardo.

Essas investiduras, essas heranças e obrigações, essas determinações estruturais são exercitadas com facilidade na alternação de posições sociais: não só o filho que assume o mandato da mãe, mas também o sem-terra que assume o mandato de dono-de-terra. Como fica evidente no caso do Sr. Pedro, de 84 anos, originário do Vale do Ribeira, entrevistado no assentamento de Araraquara:

> [...] aí vem esse pessoal de Promissão, que é um povo considerado, um povo excluído lá, porque eles não se engajavam no trabalho do MST, eles eram meio rebeldes lá, e eles estavam numa ponta de terra lá, entendeu? E aí, é... começou correr o boato que eles iam invadir a Bela Vista, e aí, a gente pegou arma mesmo... primeira vez que eu peguei em arma na minha vida... Uma espingarda velha que não ia matar ninguém, mas peguei (risos) E, aí, nós fechamos cinco pontos da fazenda, cinco entradas, porque disseram que eles iriam invadir, e eles vinham para arrebentar tudo mesmo, então houve toda uma... um período aí, de muita ansiedade... e o pessoal fazia plantão, passavam a noite e o dia, e até que esse povo chegou, o povo de Promissão, eles chegaram numa madrugada e... e aí, ficaram espiando a gente, a gente espiando eles... E até hoje, parece que tem problema por conta dessa coisa que foi mal.. foi mal negociada foi mal colocada... E até hoje tem um... tem um ranço, aí na relação, então...

A narrativa nos fala da duração da conflitividade. Materialmente, o problema estava resolvido, mas se instituíra uma espécie de conflito fundador dos relacionamentos, uma marca estrutural que permanece porque, no fundo, é nessa conflitividade, em torno dela, que se organizam as relações sociais, as aproximações e os afastamentos. Aproximações e afastamentos que ficam como referências na ordenação do processo interativo. Ou seja, contam as relações face a face, não as relações abstratas, como as relativas à luta de classes. Inimiga não é a outra classe e sim quem disputa a terra comigo, quem se apropria de parte do que já é mínimo e não está disponível para todos, um bem limitado. Reagiram como donos que têm sua terra invadida. Agiram como os latifundiários e nem poderiam agir de outro modo, nos marcos ordenadores de sua conduta. O que sugere que a dinâmica dos relacionamentos, mais do que ao confronto de classe convida à alteridade nas posições sociais: dono, sem-terra, um certo dualismo estrutural.

Moraes assinala com precisão as complexidades do processo da reforma agrária, a gestação do tempo social próprio de uma transição em que as estruturas sociais de referência não se combinam, impondo aos assentados um bifrontismo anômico que os tolhe:

> [...] por que alguns conseguiram êxito e outros não, já que todos partiram das mesmas condições? [...] Na realidade, a construção do novo espaço social incorpora estes traços do mundo tradicional. Não se trata de um mero

retorno ao passado, mas da recriação de valores do passado e do presente, formando uma simbiose. Portanto, além dos conflitos, a vida cotidiana é constituída por estes laços de solidariedade, baseados na tradição e também nas relações de parentesco. [...] Há, todavia um outro ponto a ser considerado. Apesar de que todos os moradores dos lotes afirmaram que na agrovila os conflitos são muitos, a análise feita acima não corresponde à idéia de que na agrovila não haja solidariedade e nos lotes não haja conflitos. [...] onde existe a predominância dos conflitos na agrovila, nem todas as pessoas dos lotes são munidas por laços de solidariedade. Algumas delas vivem completamente isoladas das demais, graças às discórdias existentes.

Um ponto importante, portanto, é o de que independente das mediações situacionais físicas – lote ou agrovila – a conflitividade permeia ambas a situações. As pessoas se estranham nos novos espaços, se desconhecem. A questão sociológica é, portanto, a dificuldade maior ou menor que possam encontrar para construir a sociabilidade nova que corresponda aos novos meios e que corresponda aos recursos oferecidos para que superem a desorganização social de que provêm. A questão sociologicamente importante, aqui, é como conseguem, e com que dificuldade, superar essa desorganização, as dificuldades que enfrentam e o modo como as interpretam.

Tudo isso indica que a nova inserção social é vivida ainda como momento do desenraizamento prévio, como se fosse uma sina dos pobres enfrentar permanentemente adversidades. Numa situação social e econômica que está sendo proposta como positiva, tanto pelo governo como pelas agências de mediação, a experiência da reforma agrária, sua vivência, é levada adiante com sinal negativo, como drama, como um renascimento penoso e cheio de incertezas.

O que, por seu lado, indica a enorme falha e ineficiência das agências de mediação e dos mediadores em geral. Isso indica que a reforma agrária deveria ser proposta como um projeto integral de reformulação da vida e de socialização para um novo modo de viver. Tudo parece indicar que os agentes da reforma trabalham com a pressuposição de que basta oferecer oportunidades, sobretudo econômicas, principalmente a terra, que elas por si promoveriam todas as readaptações necessárias. Não levam em conta que essas populações passaram não só pela experiência social do desenraizamento, mas passaram por um longo e penoso processo de dessocialização e de privações materiais, sociais e culturais.

Sabe-se pouco sobre a experiência de vida que nos acampamentos obtêm seus moradores, a experiência que questiona as experiências prévias, as mentalidades, os modos de vida. Mas o acampamento, se abre a perspectiva da utopia, o faz no marco de um amplo processo de perda social e cultural. Antigos valores e referências perdem o sentido, embora sobrem outros, os essenciais à situação de emergência da transição. Mas o que dura se esvai. E o novo que ali se anuncia ainda não tem sentido, porque ainda não é e nem sempre será. Os acampamentos do MST aceleram essas perdas. E a própria ação das agências religiosas vai na mesma direção, sobretudo desqualificando o Estado e sua política: portanto a indispensável agência de reinserção e de reordenação das relações sociais e de difusão das oportunidades.

Os agentes de mediação difundem entre as vítimas da situação social adversa o seu próprio pessimismo de classe e o seu próprio ceticismo. Sua utopia é, na verdade, uma síntese de negatividades, de pessimismos e de uma esperança postergada numa ampla e destrutiva negação do presente. Portanto, essa recriação parcial do passado e reinterpretação do presente nos remete para um dos pressupostos da cultura da pobreza[31], juntar os fragmentos e a partir do fragmentário interrogar o presente para construir seus significados híbridos, os mínimos sociais de uma vida residual até aqui marcada pela incerteza.

No entanto, a pesquisa de Quinteiro, em Goiás, mostra que os assentados querem reformular a própria imagem, querem ser considerados como pessoas corretas, ordeiras, ajustadas aos valores da ordem. Esse é o embate cotidiano, que está fora do controle da política de reforma agrária. Mesmo o MST não tem como controlar no dia-a-dia a presença ativa desses valores de orientação dos assentados e seus vizinhos.

Daí informações nem um pouco surpreendentes, como esta de dona Vilma, de Goiás:

> Aí a gente tava desde o começo, conhecia as famílias e ajudamos o Incra, porque chegou muita gente. Aí foram trocando, foram notificados que não podia ficar. Não foi fácil, muitos se recusava a sair.

[31] Ver Lewis ([s.d.], p. 7-30).

O envolvimento dos próprios invasores e do sindicato promotor da invasão no processo de regularização do assentamento mostra os "transgressores" como agentes ativos do estabelecimento da ordem e da supressão das marcas e regras da desordem: novos invasores removidos, demarcações anuladas, limites de inovação e transformação social estabelecidos. A "reforma agrária" dos próprios trabalhadores defronta-se com a ordem estabelecida e perde. Vale mesmo é a concepção de reforma agrária do Estado e seus critérios de ordenação social e de ordenação da relação homem-natureza, a relação com a terra e o uso da terra.

Nessa perspectiva, dona Rosilda retorna ao velho discurso conservador, que vem do Império, do trabalho como fonte de legitimidade da propriedade da terra:

> Todos, e qualquer um de nós, que for querer adquirir as coisas tudo de uma vez, ela tem que ser da maneira errada pra vim, não é? Porque você não adquire uma riqueza de um dia pro outro, você num adquire uma formatura de um dia pro outro, num é mesmo? Que hoje em dia, Maria, nós tamos sabendo aí de médico que finge que é médico e não é, compra um diploma, pra quê? [...] Então, aquela pessoa que é educada através do diálogo e da "rédea curta", quando ele se torna um adulto, ele pode adquirir as coisas, mas ele vai saber que tem que ser ali, ó, trabalhando, economizando e procurando adquirir as coisas de pouco, né? Com amor e dando valor àquilo que ele tá adquirindo, valorizando todos os dias de seu trabalho, né? De tudo. Então, a pessoa que tem tudo assim liberdade, ele nunca vai saber adquirir as coisas, ele não vai sabê esperar a hora certa, não é mesmo? Eu acho que é assim.

A depoente assinala de maneira precisa a ideologia do trabalho que preside a ascensão social e define o tempo dessa ascensão. A ética do trabalho e o trabalho como fundamento do ter é que regulam esse ter, o seu tempo, o quanto leva para ter algo. A legitimidade do ter decorre do trabalho e dos frutos do trabalho. Os discursos anteriores nos dizem, também, que essa ética do trabalho depende de condições sociais determinadas, de um cenário possível do trabalhar, do colher os frutos do trabalho e do transformar esses frutos do trabalho em um modo de vida. Esses depoimentos são uma verdadeira etnografia do lugar do trabalho na vida das populações pobres.

Um cenário, portanto, nos vários assentamentos, de dilemas e ambivalências, de duplicidades e duplas orientações, pendências interiores, tensões, emoções, como observou Wanderley:

> O que mais impressionou no contato com os assentados, foi a carga de emoção que a rememoração das histórias vividas trouxe à tona. Três senhores choraram durante a entrevista e em momentos diferentes de nosso questionamento. Para falar da vivência da reforma agrária pelos sujeitos nela envolvidos, pareceu-nos, portanto, necessário incorporar estas manifestações à nossa própria maneira de recortar o objeto pesquisado.

No fundo, há aí uma enorme e peculiar solidão, a que é própria de uma transição inconclusa, de um esperar sem esperança. Esse choro expressa a grande tensão experimentada na transição do mundo da dominação patrimonial, do paternalismo na experiência do assistido, da comunidade, para o mundo racional da autonomia e do negócio, da produção para vender e do vender para comprar. Expressa o impacto subjetivo do rompimento dos liames tradicionais de dependência pessoal, as relações de favor. A solidão da experiência societária deixa marcas profundas em estruturas de personalidade organizadas em torno de outros valores. Esse pranto demonstra o sentimento de perda e, ao mesmo tempo, indica que os valores de referência para vivenciar e avaliar a reforma agrária são valores que a ela não correspondem, pois estão referidos a um passado que entrou em crise e a uma sociedade que desmoronou. O passado impossível encarna enganosamente no presente difícil e adverso.

Esse é certamente um tema fundamental para avaliar a vivência da reforma agrária. Não é o novo que articula os valores de orientação da experiência e sim o velho, o que já não pode ser. Essa generalizada insatisfação, que se encontra nos vários assentamentos, expressa esse desencontro de tempos e a insuficiência da ressocialização experimentada ao longo do processo de integração no programa de reforma agrária. As carências que daí decorrem são insaciáveis, o que abre um amplo espaço para sua transformação em referência de uma utopia que, no fundo, celebra o passado ao anunciar a esperança na criação de uma nova sociedade, uma sociedade que será nova porque fará do passado uma referência. Os grupos de mediação têm tido enormes dificuldades para compreender essa contradi-

ção e para resgatar nela os efetivos elementos de mudança social, o possível e novo aí anunciado.

Um agricultor do assentamento estudado no Paraná por Brenneisen explicita a visão que tem do MST e que em nada corresponde ao que o MST pretende ser, uma visão, no entanto, alimentada por esse conjunto de referências arcaicas que persistem:

> Eu sou suspeito pra falar do Movimento porque eu gosto do MST [...]O MST como organização não precisa de comentários. Em 1993 ele ganhou um prêmio [...] O MST foi considerado um dos melhores da América Latina. O MST é maior do que a gente imagina e também rico em capital. Quanto vale essa área? Quanto vale o centro comunitário desapropriado na Mitacoré? Tudo aquilo está avaliado em um milhão de reais. [...] Se formos analisar, o MST cresceu muito. Se não fosse por ele, eu não teria essa terra e assim é com muitas famílias. [...] O MST ajuda um grande número de pessoas.

A mitificação do MST pelos assentados é aí similar à que se estabelece entre o patrão e o empregado: o MST é rico, o MST ajuda as pessoas. A organização não é reconhecida como obra de muitos.

Mas há também a visão oposta e crítica:

> O MST é bom, mas sempre tem uns jaguaras no meio. [...] Nós fomos usados para ganhar essa terra e quando conseguimos mudou a proposta para um hectare!? Nós fomos iludidos! Viemos aqui com uma proposta e depois que conseguimos a terra a proposta mudou. [...] Eles queriam comer o que não plantam e administrar o dinheiro dos outros, só isso!

As duas opostas concepções do que é o MST convergem no estranhamento em relação à organização. Nos dois casos, os próprios sem-terra não se consideram a entidade, não se sentem parte dela. Consideram-se por ela tutelados e não agentes e protagonistas. Na "ajuda" recebida e na "ilusão enganadora" ambos nos dizem a mesma coisa: eles não são o MST, o MST é outra coisa, a riqueza e o poder, o contrário da vontade dos sem-terra, o antagônico de suas aspirações, sua história. Para eles a relação com o MST é, em qualquer caso, uma relação de dominação. Basicamente, o que nos dizem é que o MST não tem um diálogo democrático com a sua "clientela", não constrói a sua prática em cima da competência histórica e dos limites de seus "militantes". Reconstitui, assim, sob nova capa e nova ideologia, o cerne da dominação clientelística da estrutura oligárquica. Mesmo que a organização não pretenda isso nem se proponha a reproduzir as relações de dominação de um passado que abomina. Mas tem dificuldade para compreender a refuncionalização da dominação oligárquica na sua atuação. Quando um dirigente fala sobre qualquer assunto no tom do capataz, passa aos liderados a mensagem precisa de quem é que manda e restaura nas relações internas todo o sistema de significados que ao capataz sempre esteve ligado.

Um dado fundamental é a interpretação dessa dominação como apropriação dos frutos do trabalho do trabalhador: "comer o que não plantam e administrar o dinheiro dos outros". Essa é, provavelmente, a concepção nuclear de uma ideologia popular que não admite a legitimidade da divisão do trabalho, da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. De fato, o MST não conseguiu introduzir na sua ideologia política o reconhecimento da legitimidade do trabalho político como componente da sociedade nova que propõe. O militante, por isso, passa a ser considerado parasita, o que vive do suor alheio, o que toma decisões em relação àquilo que não produziu, àquilo que não é seu. E um "não é seu" que estabelece parâmetros de legitimidade em relação ao "meu" e ao "do outro": há o que é "do outro", que é legitimamente "do outro". Daí as culpas em relação à invasão de fazendas.

"Ganhar a terra" é mais uma expressão nesse conjunto de idéias que acentua os contornos do universo em que se movem: o mundo da dádiva, da ajuda, da bondade e também o mundo do direito ao poder sobre a própria obra, o próprio trabalho.

Na prática, observa Brenneisen que

> Muito antes da instalação efetiva do assentamento, as relações comerciais já eram estabelecidas com base na confiança e permaneciam assim. Essas relações amalgamadas extrapolam as relações comerciais, de clientes/fornecedores, atingindo relações políticas, [...] perpassando todas elas pelas relações de amizade, confiança e lealdade. [...] Um outro aspecto observado é o esforço que os agricultores fazem para serem reconhecidos pela comunidade. O fato de possuírem crédito, de serem reconhecidos como homens de família, honestos e trabalhadores, estava presente em suas falas.

Um aspecto da realidade social do assentado é o de que ele, como em qualquer grupo social, depende de um *grupo de referência*

para constituir e afirmar sua sociabilidade, suas relações sociais estáveis e permanentes.[32] Grupo com o qual possa estabelecer relações de reciprocidade, relações de troca material, política e simbólica. Porém, no geral o grupo de referência dos assentados é abstrato e invisível, não é um grupo constituído e instituído. Não há relações de reciprocidade nem com o MST nem com o Incra. Aí as relações são de dominação, de mando e obediência – e de antagonismos e recusas. Os agentes, tanto de uma organização quanto de outra, nem têm relações sociais estáveis com os assentados nem têm com eles relações permanentes. Não são relações pessoais, propriamente ditas. O funcionário do Incra é um papel social, uma função numa estrutura, que pode ser preenchido por diferentes pessoas ao longo do tempo. O Incra é uma instituição abstrata. O dirigente do MST é um absenteísta, um ocasional, um transmissor de ordens, o tutor de uma relação de orientação que é na verdade uma relação de mando em nome de uma organização política igualmente abstrata. Tanto o Incra quanto o MST "se humanizam" quando adquirem cara e personalidade na relação de favor, na relação que gera a necessidade de retribuição, ainda que com lealdade. A racionalidade do ato político ou do ato econômico passa longe do que, no geral, os assentados podem compreender e aceitar.

Essas são indicações de reconstituição dos princípios e orientações da sociedade tradicional, ainda que por meio de agências políticas supostamente comprometidas com a sociedade moderna. Uma indicação importante de que mesmo no mundo sólido da tradição há espaço para coexistência com valores políticos a ela estranhos. Apenas quando há conflito de valores os da tradição se sobrepõem aos demais: a lealdade no mundo do favor é mais importante do que a obrigação política, também ela sujeita a regras da lealdade. Além disso, o MST aparece assimilado como entidade patronal. Não compreendem nem vivenciam a concepção de movimento social, provavelmente porque o MST é uma organização rígida e hierárquica, tendo deixado de ser efetivamente um movimento social, se é que algum dia o foi.

[32] Sobre a teoria do grupo de referência, ver Merton (1964, p. 230-283).

Em outras circunstâncias, o dirigismo e o mandonismo de que ele deriva estão expressamente propostos, como observou Quinteiro, em Goiás, e relatou dona Maria, uma assentada:

> [...] o Dr. Rudinei, advogado do Sindicato, descobriu essa área, convocou aqueles associados do Sindicato para entrar nessa área. Invasão. Eles começaram a trazer à noite o pessoal pra cá. Nós era um dos que veio [...] convocou, tinha uns líderes, fez a reunião, falou pro povo para cada um medir 50 braços (braças) e ficar ali dentro respeitando o direito uns dos outros.

A importância das agências de mediação da luta também como autoras da iniciativa da luta pela terra fica evidente aí. Quando os trabalhadores se agruparam para concretizar a ocupação da fazenda, fizeram-no através do canal aberto pelo sindicato, segundo as diretrizes e recomendações do sindicato, uma luta dentro da ordem como o sindicato é instituição da ordem: cuidados no tamanho demarcado, comissão de negociação, manutenção da ordem interna. A transgressão limitadíssima à transgressão do que é do outro, do proprietário que, contra o previsto na Constituição, mantinha parte de sua fazenda em estado improdutivo. Na verdade, uma ocupação de terra em nome da lei, em nome do contrato social e da contratualidade das relações sociais, e não em nome de uma transformação social profunda.

Já no assentamento, o mundo do clientelismo rapidamente se recompõe, como revela a fala de um dirigente:

> Tenho que ter ligações políticas, saber cobrar reivindicações políticas, saber cobrar, reivindicar, se não nada anda. Cada coisa que conseguimos foi uma peleja [...] porque eu ia atrás de tudo que tava no poder, não me interessava se era da oposição ou da situação. Eu quero é solucionar o problema da minha comunidade, da qual fui eleito (Sr. Albano – Associação dos Pequenos Produtores).

Tudo se resolve à moda antiga, pelos meios próprios da dominação patrimonial e clientelística. Fica aí evidente a *função política das dificuldades* e das desnecessárias carências criadas ao longo do processo da reforma agrária. Dificuldades que se erguem para concretizar o atendimento de necessidades como a de escola, assistência médica e dentária, etc. Cada item depende de uma peleja, promessas, troca de

favores, reciprocidades. A luta despolitiza a luta. Cada necessidade social e a consciência da necessidade social pede uma peleja que fragmenta a luta.

No assentamento estudado em Pernambuco, Wanderley anota um depoimento precioso sobre o revigoramento dos elementos mais incisivos do oligarquismo e da dominação patrimonial num governo de esquerda, que apóia a ação dos sem-terra:

> De modo especial, em Pitanga II, impressionou e confortou os acampados, a forma como o então Secretário Estadual do Trabalho, antigo advogado da Fetape, enfrentou os policiais. "Inclusive quando houve o despejo, a gente tava na área. Com 5 dias veio o oficial de justiça pra tirar a gente, veio o despejo. Miguel Arraes, na época, mandou o assessor dele... ainda me lembro: Veio na área e disse: 'O povo, o povo é meu...' Ainda me lembro quando ele disse isso. 'O povo é meu. Deixe que eu vou resolver o lugar para botar o pessoal.' Aí botaram a gente na Barragem Monjope." "Dr. R. deu uma força. Brigou com os homens, dizendo: 'Esse povo não tem para onde ir. Eles querem terra para trabalhar.'"

A rememoração detalhada da fala do secretário de Estado, que representava o governador Miguel Arraes, mostra com clareza esse pertencimento à comunidade tradicional da dominação pessoal: "Esse povo é meu..." Uma típica expressão do coronelismo sertanejo, que indica proteção e dominação ao mesmo tempo. Sugere que quando os pobres se inquietam e eventualmente lesam direitos dos grandes, no regime do poder pessoal, o arranjo se dá entre os grandes, aqui entre agências do governo, entre o Executivo e o Judiciário. A lei, ao ser cumprida contra a agressão ao direito de propriedade, acomoda no informal do agente da lei a própria transgressão, como um direito. Há um direito embutido na transgressão, direito que deriva menos do anúncio de uma sociedade nova e mais da reafirmação dos valores e do poder próprios da sociedade velha.

Os invasores agiram rigorosamente no marco das regras próprias da sociedade patrimonial – desde o soldado que ia praticar o despejo até o governador e seu secretário que burlaram a execução da lei para fazer cumprir as regras do poder pessoal e do patrimonialismo. Isso dá ao acampado a certeza de que estava abrigado junto ao manto protetor do "pessoal grande", como disse um assentado. A lei se aplica unicamente aos que estão fora desse sistema e dessas regras.

Por isso, o drama exige teatralidade, o teatro do servilismo, uma vez que, na concepção popular, pobre é apenas o homem servil, o que pede e não o que exige. Algo bem diferente do que ocorre em outras áreas do país, onde a agressiva reivindicação de direitos tende a se autonomizar em relação a esse "direito" próprio do mundo patrimonial, que é o direito de proteção.

A pauta radical do discurso dos que estão mais próximos do MST ajuda a descolar a proclamação desse direito do cativeiro lingüístico de que é parte. Aqui o "direito" ainda não está liberto, ainda é concessão de quem pode, dos grandes. Por isso, é possível rastrear, em todas as partes, sentimentos de culpa em relação à ocupação de terra alheia, como é possível rastrear critérios de prudência na ocupação da terra, fazendo-a de preferência em terra pública, em terra desapropriada e terra que pode ser desapropriada. Portanto, a luta pela terra se move muito mais no terreno do permissível do que no terreno do possível e do transgressivo. É ela desde a origem, basicamente, uma luta consentida, os próprios sem-terra identificando o terreno do consentimento e nele se movendo. Não é estranho, portanto, como consta do estudo de caso desenvolvido por Wanderley, que a reforma agrária acabe se constituindo no principal estímulo à luta pela reforma agrária, no principal fator de encorajamento. A transgressão se reveste aí de uma legalidade potencial, uma antecipação de legalidade.

Uma contrapartida desse mesmo processo pode ser encontrada nos registros de Sônia Magalhães, em sua pesquisa no Pará. Ali, os posseiros, cuja situação é regularizada pelo Incra com base no modelo oficial de reforma agrária, estão distanciados da concepção governamental de assentamento. Convivem com ela na dominância de seus próprios costumes, ajustam ao que lhes é imposto aquilo que conseguiram livremente:

> [...] à ênfase na divulgação por parte do Estado do número de projetos de assentamento e/ou de famílias assentadas corresponde também uma espécie de modelo de processo de implantação de assentamento que se caracterizaria por três fases seqüenciais: acampamento – desapropriação – assen-

tamento. Para estas fases componde um pacote de ações pré-determinadas aplicável em qualquer situação, independentemente, inclusive, das defasagens temporais e espaciais que possam haver entre elas. / Se do ponto de vista político e mesmo do ponto de vista científico a hegemonia daquele modelo, cuja visibilidade política foi conquistada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, tem seu significado e sua razão de ser, do ponto de vista da execução da reforma esta hegemonia acaba por, de um lado, obscurecer a situação social de milhares de camponeses cuja luta pela terra tem outros marcos sociais, históricos e espaciais. E, de outro lado, acaba por criar situações artificiais de assentamento [...].

A própria vitalidade do MST e suas orientações políticas em relação à questão fundiária, as táticas escolhidas para a luta pela terra e o modelo prático dessa luta foram os grandes responsáveis pela orientação geral e uniforme que o Estado brasileiro acabou adotando nos últimos anos para resolver a questão fundiária. Antes do aparecimento do MST, os posseiros da Amazônia estavam no centro do cenário da luta pela terra, eram os protagonistas mais destacados e de maior visibilidade. E assim foi durante cerca de dez anos. Foi a sua situação social adversa que deu nascimento à Comissão Pastoral da Terra, que levou adiante uma luta extrapolítica, em nome dos direitos humanos, pela regularização da situação fundiária dos posseiros ameaçados e atacados por pistoleiros a serviço das grandes empresas beneficiadas pela política de incentivos fiscais. Ou despejados por oficiais de justiça e policiais militares no cumprimento de decisões de juízes apegados unicamente a formalidades processuais. Foi a pressão da Igreja e da Contag pelo cumprimento do Estatuto da Terra que definiu um modo de atuação governamental e uma prática de política fundiária basicamente marcadas pela regularização das posses.

O aparecimento do MST, no mesmo momento em que chegava ao fim o regime militar, tentava aproveitar aquele momento histórico em que parecia haver a oportunidade de uma revolução agrária no Brasil, sob a forma de extensas e maciças desapropriações de terra. Aquele parecia ser o desaguadouro natural dos muitos anos de luta pela terra, envolvendo milhares de trabalhadores, com base em milhares de focos de tensão social. Parecia o momento de somar e sumarizar essa luta num projeto social que fosse ao mesmo tempo um projeto político. Era também a saída para as limitações que os agentes de pastoral começavam a encontrar em sua ação, o trabalho bloqueado pelos limites da regularização fundiária e a dificuldade de ampliar o alcance da luta pela terra, de ultrapassar as limitações das demandas restritas dos trabalhadores e fazer da política fundiária uma política de promoção humana e de desenvolvimento da consciência política dos pobres do campo.

A inquietação vinha essencialmente dos agentes de pastoral originários do Sul do país, os que haviam passado por alguma exposição à politização, através de grupos de esquerda. A crise da soja desencadeara no Sul uma crise social imensa, pequenos agricultores endividados por terem abandonado a lógica da agricultura familiar e adotado a lógica do agronegócio, devotando-se à monocultura e expondo-se sem remédio às graves oscilações do mercado internacional. Além disso, explodia a crise das próprias ações de promoção humana realizadas pela Igreja na pastoral indígena: a revolta dos índios kaingang do Rio Grande do Sul, que se estendeu por todos os núcleos da nação kaingang até o Estado de São Paulo, levou os índios a expulsarem de suas terras os colonos que arrendavam essas terras a preços simbólicos através da Funai.

O caso dos pequenos agricultores do Sul era muito mais complicado do que o dos posseiros da Amazônia. Não se resolvia com mera regularização fundiária. Pedia uma política de reconstituição da agricultura familiar, o que demandava terras que precisavam ser desapropriadas e pagas, demandava recursos para construção de casas, aparelhamento técnico dos agricultores, em suma a reversão ampla do que era na verdade um completo processo de descarte e marginalização. Do ponto de vista político, a situação dos sem-terra do Sul era muito mais promissora e interessante do que a dos posseiros da Amazônia. A luta tinha que ser mais completa e atingia profundamente o Estado, questionava a política fundiária governamental e com ela questionava o próprio poder público.

O aparecimento do MST e o surgimento do PT combinaram-se num processo de constituição de um canal de expressão de reivindicações sociais novas e até razoavelmente distantes do contido no próprio Estatuto da Terra. Além disso, depois de muitos anos de ação das esquerdas pela transformação da questão fundiária numa questão trabalhista, de renúncia à tese da reforma agrária como meio

de resolver o problema social do campo, surgia uma "nova esquerda", de inspiração religiosa, católica e protestante, mesclada com ideologia leninista, brigando pela inversão da própria opção das esquerdas: a precedência da luta pela terra no lugar da precedência da luta pelos direitos trabalhistas. Em parte porque o tipo de expulsão que os colonos estavam sofrendo no Sul não comportava reivindicações trabalhistas. O direito à terra surgia, portanto, como um direito moral à vida e à sobrevivência, como alternativa à marginalização.

A reversão da luta pelos direitos trabalhistas em favor da luta pela reforma agrária deslocava a compreensão do processo político, e a própria ação política, do proletariado agrícola em formação para o campesinato em vias de desaparecimento. Desfavorecia os comunistas (descrentes na reforma agrária, que reputavam fator de fortalecimento do capitalismo, o que efetivamente é) e favorecia os católicos, cuja mensagem social é "fraca" em relação ao operariado e é "forte" em relação à família camponesa.[33]

[33] Do lado católico não houve, até hoje, nenhuma explicitação sociologicamente consistente das posições políticas da Igreja na opção pelo campesinato como sujeito de referência desse modo peculiar de sua entrada nos embates próprios da luta de classes. Em grande parte porque os grupos mais ativos desse envolvimento adotaram a ideologia de seus adversários comunistas, adaptando-a ao pensamento social católico. A disseminação da Teologia da Libertação, como referência doutrinária dos grupos de base da Igreja, uma doutrina católica apoiada na dialética de Marx, ajudou a confundir os militantes, que se sentiram dispensados de produzir uma teoria de sua prática, com base, justamente, nos mesmos procedimentos dessa teologia, especialmente na perspectiva da vertente representada pelo padre Gustavo Gutierrez. Essa modalidade de alienação representa, sem dúvida, uma perda. A rica e inovadora experiência da militância católica nas pastorais sociais constitui, no meu modo de ver, uma preciosa fonte de revelações sociológicas essenciais à revisão crítica do marxismo sem raízes que se difundiu entre nós. Do lado comunista, é essencial ainda hoje a leitura dos trabalhos de Caio Prado Júnior, a única tentativa consistente de produzir racionalizações teóricas sobre a complexa realidade social do campo, ajustando-as ao privilégio do operariado e do modo especificamente capitalista de produção como tipo ideal redutivo das peculiaríssimas relações sociais atrasadas do agro brasileiro (Prado Júnior, 1957, 1966). Esse autor, porém, teve dificuldades para discernir antropologicamente a força reprodutiva do capital na mediação de relações sociais arcaicas. Estava sobretudo preocupado em justificar que não eram relações feudais (no que tinha razão). No meu modo de ver, os arcaísmos e a diversidade de tempos das relações de trabalho no Brasil devem ser compreendidas como expressões da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Ver Martins (1979).

Durante os anos 70 e boa parte dos anos 80, os pesquisadores universitários interessados nos rumos do desenvolvimento da agricultura estiveram também eles divididos entre "apostar" no surgimento de uma classe operária revolucionária no campo, cuja luta se pautaria pelos códigos conhecidos da luta sindical (e a própria CPT aderiu a essa alternativa em São Paulo) e os que minoritariamente apostavam na alternativa "oposta", de um ressurgimento do campesinato e das lutas camponesas, centrado na questão fundiária e na demanda por reforma agrária. A própria Contag que pendera para o lado da luta pelos direitos trabalhistas, relutava em face das limitações dessa luta, sobretudo em decorrência do desenvolvimento tecnológico e da substituição de mão-de-obra por máquinas na grande lavoura.

A luta do MST, nascida no Sul e dali expandida para outras regiões, acabou se tornando, também, uma luta silenciosa pelo estabelecimento da hegemonia dessa organização sobre todos os outros agentes das lutas sociais no campo, impondo o seu diagnóstico do problema mesmo onde ele cabia mal, como na Amazônia, e impondo o formato das soluções admitidas na sua perspectiva.[34] Pode-se dizer que o MST, nesse processo, conseguiu impor sua hegemonia, assumindo uma conformação dirigente e propriamente político-partidária. Tenho poucas dúvidas quanto ao fato de que a organização não esteja empenhada em impor suas diretrizes agrárias ao próprio Partido dos Trabalhadores, no qual já atua como facção organizada. As tensões internas no novo governo federal parecem confirmar essa tendência.

Portanto, ao impor sua hegemonia, ainda que precariamente, em relação aos grupos fragmentários de posseiros, que na Amazô-

[34] Essa característica na tendência histórica da organização tem sido observada também por outros autores: "Outro resultado da proeminência auto-assumida pelo Movimento foi a decisão de afrontar diretamente todas as demais organizações populares do campo brasileiro (infelizmente, com o apoio dos ativos, embora minoritários, setores radicalizados do clero católico), procurando a todas fagocitar, onde fosse possível. As regiões rurais onde atualmente existe uma diversidade de organizações representativas dos pequenos agricultores e dos assalariados rurais não encontra, em praticamente nenhum estado, qualquer forma de cooperação entre tais organizações. Pelo contrário, há uma surda luta entre estas forças sociais, combatendo pelo controle e influência sobre setores sociais que são praticamente os mesmos, tornando longínquas as possibilidades de democratização social dessas regiões." (Navarro, 2000, item 6).

nia lutavam pela regularização de suas posses e resistiam à expulsão das terras que ocupavam, o MST não encontrou trabalhadores organizados nem dotados de um referencial ideológico suficientemente consistente para rever e diversificar suas próprias orientações e concepções. Com isso, fragilizou ainda mais a luta já frágil de numerosos núcleos de resistência à expansão territorial do grande capital. Embora refratário ao diálogo e à negociação, pela agressividade de suas manifestações e por sua competência para impor orientações monolíticas a outros grupos que também lutavam pela terra, o MST se transformou num interlocutor indireto e silencioso na relação das diversificadas lutas pela terra, e seus protagonistas, com o Estado.

Com isso, bloqueou a possibilidade de que as lutas dos posseiros evoluíssem para um projeto específico e ampliado de regularização fundiária que fosse igualmente um projeto de inserção dessas populações em novas alternativas de desenvolvimento social. Ora, o Estado dialoga com interlocutores ativos, aqueles que por sua capacidade de pressão e força de persuasão são capazes de pôr na agenda política do governo as suas demandas. Portanto, na sua intransigência em recusar o diálogo e na sua insistência em pressionar, mesmo onde não cabe e até quando não cabe, o MST acabou impondo ao país uma orientação de política fundiária que não cobre todas as situações adversas nem cobre todas as soluções possíveis.

No principal instrumento de consciência de que dispõem os trabalhadores rurais, que é a palavra, e nas adaptações e reformulações de sentido que a envolve, pode-se observar um processo que poderia ser definido como de desenraizamento dos "conceitos", a palavra fora de lugar. Como em Magalhães:

Desde 1997/1998, os pequenos produtores de Rainha participam ativamente do que chamam greve – grandes e duradouras mobilizações em frente à sede do Incra, em Marabá, visando ao atendimento das reivindicações camponesas na região, especialmente título da terra, financiamento para a produção e implantação dos projetos de assentamento. Estas mobilizações, inicialmente denominadas Gritos da Terra, passaram a partir de 1998, a ser reconhecidas como "acampamentos". [...] Para os camponeses de Rainha foram e são momentos espetaculares, durante os quais afirmam o máximo de sua condição social, de suas dificuldades e de seus direitos: "Vem o caminhão aqui buscar nós. Nós contribui com madeira, com rancho, com o que tem. É aquele mundo de gente lá arranchado. Vem a ordem: hoje é pra ir até a estrada tal... Aí vai... É bandeira, chapéu, camiseta, o grupinho do MST gritando e forte mesmo que é nós que temos terra e não temos condição de continuar na terra. Temos o direito da terra e não temos o direito de continuar nela. Quem ia esperar isso?" [...] "Nós fica duas, três semanas até mais, até mais, naquele sufoco. Mas este é um direito nosso. Nós que amansamos esta mata, que bem eu nem foi muito, mas muitos deles aí, que chegaram aqui só na lama. Quem tem mais direito do que nós? Os novos que é os novos têm direito... Nós nem se fala. Se é pra grevar nós vai e greva", como diz Francisco B. [...] "Esta terra é nossa. Tem 20 anos, tem gente com 30 anos aqui pelejando, com os bagulhos no lombo, como burro. Agora que vem uma coisa pros pobres, pra nós que estamos aqui abandonados, é por causa dos nossos direitos Dos nossos direitos de ter a terra e de ficar na terra", diz Lobato.

O uso da palavra "greve" e a invenção do verbo "grevar" devem merecer uma atenção particular. Eu já ouvira o uso da palavra greve na Amazônia como sinônimo de agitação, revolta, algo mais do que a greve propriamente dita. Aqui a necessidade de reinventar a palavra decorre do seu estranhamento e da sua desconexão da realidade social original e sua aplicação a uma realidade social completamente outra. Ou seja, a palavra "greve" vem de um vocabulário político referido a uma situação social e de conflito do mundo urbano e operário, completamente diferente da dos trabalhadores rurais do Sul do Pará em luta pela permanência na terra. Traficada de um meio a outro pelos agentes de mediação, os agentes da luta política, sofre redefinições e adaptações, "cola" numa experiência social bem diversa: *uma palavra da luta "gruda" numa luta sem palavras*, sem conceitos, sem vocabulário próprio, sem lugar efetivo no vocabulário político e sem lugar efetivo na consciência social dominante.

Esse *tráfico de palavras* evidencia também a falta de enraizamento dos militantes e agentes de mediação, o caráter em grande parte postiço de sua mediação. O que por sua vez revela, ainda, uma certa esquizofrenia das lutas sociais no Brasil contemporâneo: um conjunto de lutas sem código e, portanto, sem doutrina, sem eixo de referência. Esse é um dos aspectos da anomia. Tudo isso revela, também,

uma população sem história política, sem uma cultura política, sem uma efetiva história de confrontos sociais de alcance político. O que expressa os resultados de uma ampla estrutura social de dependência, de tutela, de ser unicamente através do outro, de agir através do outro. Uma população desprovida de recursos próprios de expressão social e política: daí a importância da religião, dos grupos de mediação, do iluminismo das elites esclarecidas e da classe média radical, pontes entre o passado da dependência pessoal e a possibilidade da emancipação social e política. Mas mediações que efetivamente não emancipam, senão lentamente. A resistência ao mando no interior do MST, caso do assentamento do Paraná, numa segunda geração de famílias que têm uma longa história de envolvimento com o MST e de vida em acampamentos, já indica os efeitos emancipadores lentos dessas mediações.

Um segundo aspecto desse precioso depoimento, diz respeito aos esforços de "engenharia" política para incluir na luta mais ampla do MST um grupo com demandas específicas muito singulares. Aqui, já não é luta pela terra, mas luta pela regularização da situação fundiária, obtenção do título de propriedade, agregação ao elenco dos que podem se beneficiar das políticas públicas com base na condição de proprietários de terra. É no mesmo contexto das palavras traficadas que surge também a militância traficada: "vem o caminhão", "vem a ordem", "é bandeira, chapéu, camiseta".

As palavras de ordem, os comandos, são pelos próprios trabalhadores canalizados para sua concepção de "direito", reforçando-a, dando-lhe a legitimidade que advém de uma encenação de soberania, de força, nos "momentos espetaculares". Ou seja, é no espetáculo que o tráfico de significações ocorre, que as energias desencontradas de trabalhadores e organização se combinam, que os códigos se mesclam, se confundem. E cada um captura nessa mescla de significados os que são adicionais para o seu próprio vocabulário. Dela, cada um sai tão solitário quanto entrou, solidão que é suspensa pelo espetáculo. No momento do espetáculo a rotina da marginalidade e do tempo do trabalho em condições adversas é suspensa. O espetáculo transforma o secundário em principal, faz do irrelevante protagonista do drama (e às vezes da tragédia, como em Eldorado de Carajás).

Ainda não sabemos quais são os efeitos dessa interrupção e dessa inversão programada, administrada, manipulada. O comando tem sentido na festa, no espetáculo. De outro modo não teria sentido. A estrutura social dessas alternâncias é a mesma das manipulações decorrentes da dominação pessoal e clientelística. É a mesma e é completamente diferente, ao mesmo tempo: ela convoca agora não só à obrigação de obedecer, mas à obrigação de obedecer a uma orientação feita em nome de uma certa concepção de sociedade. A libertação é compulsória, produto da obediência, da negação do arbítrio e da liberdade. A festa tem sua recompensa: "agora que vem uma coisa pros pobres". Enfim, "essa terra é nossa". A festa diz isso. Esses "nós" e "nossa" derivam da festa, são produtos da festa necessária.

Um terceiro aspecto decorre dessas indicações. São populações que se juntaram aleatoriamente, vindas de tantos lugares, de tantas solidões, de tantas desagregações, tantas crises, tantos perecimentos, tantas perdas. É a festa que define o sentido do "nós", que articula as relações, que inventa a comunidade. "Essa terra é nossa", porém, ainda é a palavra (e a consciência) do momento da luta, diverso do momento do trabalho.

Capítulo Dois

Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil*

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Mas que, como tem sido observado por diferentes pesquisadores, não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural. Os que fazem objeção ao uso da concepção de agricultura familiar têm suas razões. Mas a alternativa da concepção de agricultor familiar tem suas imprecisões. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século, primeiramente pelos antropólogos.

Uso a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores da tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias da reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, a subsistir, a permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e novos desafios

* Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre *Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com Ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI*, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001. Fiz no texto original e nas notas algumas modificações e acréscimos para atualizá-los e torná-los compreensíveis à luz das mudanças políticas recentes.

que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais. Seu marco de referência não é fixo, nem puramente interno. O marco é a situação cambiante da sociedade na qual a família se insere.

A redução da economia familiar à sua dimensão econômica deixa de lado o caráter auxiliar da economia em relação à estrutura social e aos valores da organização patriarcal da família rural, mesmo quando se expande e dissemina na cidade. Essa estrutura e esses valores têm funções sociais autoprotetoras em face de uma sociedade que desenraíza e exclui. Tem sido esse o meio de forçar a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em conseqüência do desenvolvimento econômico.

A agricultura familiar, além da produção agrícola propriamente dita, inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação a filhos e netos. Isso quer dizer doações periódicas e remessas econômicas oriundas de ganhos obtidos em outros setores da economia. Sem contar subsídios compartilhados pela família com base nos deveres da reciprocidade e da dependência pessoal, desde a aposentadoria ou a pensão até a bolsa-trabalho. Isso vale tanto para as famílias mestiças de origem colonial no Nordeste quanto as de origem européia no Sul. Todas socializadas nas tradições da cultura camponesa.

Em geral, ignora-se que a renda da terra está também inserida no imaginário dos pobres do campo, o comprar para vender terra e casa como forma de renda adicional no patrimônio da família (ou obter a terra em assentamentos para revendê-la em seguida, como está sobejamente provado, em alguns casos envolvendo quase metade dos beneficiados pelo programa de reforma agrária).

Essa multiplicidade de fontes de ganho, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônio só se explica e se compreende se levarmos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento familiar nuclear, como supõem os organizadores dos censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos. Recentemente, um grande jornal de São Paulo deu destaque à notícia de um trabalhador do município industrial e suburbano de Diadema que, imigrado da zona rural do Nordeste, trabalhou durante 35 anos em empresas da região para se aposentar e retornar ao sítio que deixara na terra de origem, nesse longo tempo cuidado por parentes. Uma séria dificuldade, sem dúvida, para estabelecer diagnósticos que vão desde a pobreza rural e urbana até o projeto social e histórico do sujeito da chamada agricultura familiar. A persistência e o reavivamento de práticas culturais rurais e camponesas em nichos de imigrantes nas grandes cidades fala-nos de uma resistência ao desenraizamento e de uma relutância em ser o sujeito definitivo que os censos supõem.

Mesmo quando não estamos em face dessas perturbações conceituais, conviria levar em conta que a agricultura tradicional brasileira nunca foi estritamente agrícola e continua não sendo. Não só porque inclui alguma atividade de criação de animais domésticos, como tradicionalmente inclui uma variedade até grande de atividades artesanais e semi-industriais que não representam pouca coisa nesse universo. Uma boa parte das atividades de transformação no interior da agricultura familiar está, no meu modo de ver, na autonomia que essas atividades podem ganhar em algumas circunstâncias, como expressão da própria dinâmica dessa economia que, no extremo, muitos consideram rotineira e sem vida.

Um bom exemplo é o da cerâmica praticada habitualmente na economia familiar tradicional, uma arte que permanece. No Alto do Moura, em Caruaru (PE), essa velha atividade auxiliar da agricultura se autonomizou, em particular devido ao prestígio que ganhou o Mestre Vitalino, e é hoje fonte de renda de um grande número de famílias e fator de uma urbanização especializada. Em muitos outros lugares do país é possível encontrar desdobramentos semelhantes da pluriatividade da agricultura familiar. Quando se dispuser de um censo antropologicamente sério das atividades econômicas no Brasil, poderemos compreender a rica diversidade disso que vem sendo considerado simples e rústico. Índios camponeses do Nordeste se deslocam sazonalmente para São Paulo para trabalhar na zona cerealista, na carga e descarga de caminhões. No bairro em que moro, encontrei não faz muito os homens de uma família inteira de lavradores de Minas Gerais, que deixam a roça periodicamente para, durante seis meses ou pouco mais, empreitar em família a construção de

casas em São Paulo. Uma habilidade que não é desconhecida das populações rurais.

Portanto, as potencialidades e a diversidade interna da chamada agricultura familiar devem ser levadas em conta quando tratamos do tema aqui proposto.

Além do mais, falar em reforma agrária e agricultura familiar no Brasil, e das políticas estruturais com elas relacionadas, depende de uma compreensão do quadro histórico em que esses temas se propõem e da compreensão do modo como se propõem enquanto desafios de políticas sociais mais do que simplesmente de políticas econômicas. Quando se fala em história há, geralmente, o mau entendimento de que se está falando no passado, o que perturba e limita interpretações.

Neste texto, as considerações de natureza histórica dizem respeito à história do presente, à temporalidade ainda aberta de impasses históricos propostos, mas não inteiramente resolvidos. Estou falando de um processo em curso, de um ciclo não cumprido, de contradições ainda abertas. Não importa a duração cronológica desse tempo inconcluso, do mesmo modo que, para fins analíticos, importa pouco a demora de sua conclusão.

A premissa de fazer considerações sobre a evolução recente das políticas estruturais relativas a esses temas interessa mais pela "evolução" do que pelo "recente". Porque, no fim, são elas respostas a impasses e desafios históricos. De nada adianta as políticas estruturais "evoluírem" se os impasses se regeneram, se desdobram e se complicam, como em geral ocorre neste país; se na mudança, de algum modo, os problemas permanecem.

Um ponto central no trato desses temas é o relativo às resistências sociais e políticas, tanto à reforma agrária quanto à opção por uma política de apoio e difusão da agricultura familiar. Diversamente do que ocorria há meio século, hoje não é a "direita" que resiste a essas opções de políticas públicas e sim a "esquerda". Uma resistência fundada no primeiro plano que, na política brasileira, nos últimos anos, ganham as supostamente grandes opções históricas de fundo doutrinário e filosófico. O que está prioritariamente em jogo não é apenas a adoção dessas políticas, mas sobretudo o seu alcance histórico e a sua radicalidade.

Um dos aspectos complicados do problema da reforma agrária no país refere-se ao desencontro histórico entre a questão agrária e o discurso sobre a questão agrária, que aos poucos a inscreveu na consciência nacional. No geral, esse discurso tem sido um discurso urbano e dos setores médios da sociedade. Um discurso que não ganhou corpo, propriamente, nos precisos momentos em que a questão agrária se manifestou em crises e até conflitos graves. No mínimo, na história contemporânea do país, há desproporções acentuadas entre a gravidade do problema e a intensidade do discurso, entre as dificuldades sociais e a consciência das dificuldades. Ora o problema é grave e a consciência é superficial, ora o problema é menos intenso e a consciência é dramática. De modo que as políticas públicas em relação às questões sociais parecem se desenvolver no intervalo entre o apogeu dos problemas e o apogeu da consciência social a eles relativa. O que dá ao Estado, em particular, a característica de uma agência aparentemente não afinada com as demandas sociais. Quando as demandas se encorpam, distante de sua raiz, os problemas já foram acomodados e de algum modo encaminhados segundo as orientações de um Estado em relação ao qual a sociedade civil se mantém residualmente em atraso.

É o que ocorre, justamente, quanto às questões do campo, como o problema agrário, as relações de trabalho e, também, a pobreza. O país tem vivido uma crônica experiência de atraso na tomada de consciência e na formulação da consciência social e política em relação à crise das relações sociais – tanto as relações de propriedade quanto as relações de trabalho, quanto as relações econômicas e a desigualdade decorrente. Não é raro que o protesto social mais vivaz e indignado ocorra muito depois do declínio das dificuldades mais agudas, como acontece com o chamado trabalho escravo, o regime de peonagem ainda praticado em grandes fazendas. O momento mais grave e numericamente mais significativo dessa degradação das relações de trabalho ocorreu nos anos 70. Mas o protesto mais sistemático e contundente ocorre quase 30 anos depois, quando o presumível número de cativos está reduzido a 1% do que era, o que, evidentemente, não tira a gravidade do problema.

O mesmo se pode dizer da questão agrária. O regime de propriedade foi instituído pela Lei de Terras, de 1850, já como parte da

estratégia dos grandes fazendeiros de assegurar o controle político sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Esse regime começou a dar significativos sinais de obsolescência cem anos depois, nos anos 50. Mas o protesto social organizado contra ele só ganhou alguma robustez nos anos 80, 30 anos depois do problema se manifestar, quando começara a se intensificar a expulsão de trabalhadores residentes das grandes fazendas e sua substituição por trabalhadores assalariados temporários.

Em grande parte, essa peculiar "demora cultural" está causalmente relacionada com o fato de que quem protesta e propõe soluções não é necessariamente quem sofre as conseqüências, não é diretamente a própria vítima. No Brasil se usa insistentemente (e significativamente), em alguns setores preocupados com as questões sociais, a expressão "dar voz a quem não tem voz". Isso é bem a indicação de uma duplicidade de protagonismo político: de um lado, o de quem se incomoda com os problemas sociais e fala, e, de outro, o de quem precisa de solução para os problemas que vive e supostamente não pode falar por si mesmo.

Não se fez ainda um grande esforço para reconhecer que o caráter estamental de origem da sociedade brasileira vem aos poucos gestando uma espécie de "estamento reivindicante", que fala e reivindica em nome de terceiros, em nome dos pobres. É o que venho definindo como grupos de mediação.

Durante muito tempo, as funções desse estamento foram desempenhadas por setores esclarecidos das elites, como o dos que no século XIX, e ainda no Império, eram chamados de "liberais exaltados".[35] No período ditatorial recente, com o cerceamento das liberdades políticas, houve um certo empobrecimento intelectual e político das elites e a ascensão social das classes trabalhadoras, com maior acesso à escolarização e à informação. Criou-se, finalmente, a possibilidade de surgimento do "estamento" referido, constituído basicamente de agentes recrutados na classe média, que se tornaram, não raro, profissionais da mediação.

[35] Sobre as estratégias de conservadores e liberais na "arquitetura" da abolição da escravatura, ver Beiguelman (1981).

Os temas aqui propostos ficam de difícil compreensão se não se leva em conta, portanto, não só o peculiar modo de manifestação dos problemas a que se referem, como também o peculiar modo como se tornam objeto de consciência. Os agentes de políticas públicas nessas áreas não só decidem ou implementam decisões, como o fazem na interlocução inevitável com essas mediações interpretativas, as interpretações que propõem, os diagnósticos que elaboram, a defasagem que representam.

São muitos os episódios de tensões e conflitos, até graves, na história republicana do país, relacionados com a questão agrária. É essencial compreender como a questão tem se proposto enquanto questão social e desafio de ação política. Para fazer um corte e demarcar de algum modo o início de uma conjuntura histórica, proponho que se tome como critério uma certa continuidade do discurso político sobre a questão agrária. É essa continuidade que define o tempo de sua contemporaneidade, o seu caráter atual. Nesse caso, a sua atualidade remonta às transformações sociais que culminaram na formação das Ligas Camponesas, nos anos 50. Não se trata aqui, esclareço desde logo, de "contar uma história", mas de definir os momentos de constituição de um problema histórico e estrutural da sociedade brasileira e da sua dinâmica. Há um nexo de significados e um feixe de contradições singulares entre o acontecido e o concebido que se propõem, desde então, relativos às tensões sociais no campo.

Evolução recente e situação atual

A questão agrária se manifestou, no momento "inicial" da atualidade, como questão social, a do aumento do foro dos canavieiros de Pernambuco, o aumento do pagamento da renda da terra em trabalho. Mas o *grande discurso político*, que tentava dimensionar historicamente as dificuldades dos trabalhadores, remetia o problema para um plano propriamente estrutural, um impasse histórico. Isto é, para a questão agrária propriamente dita, enquanto impasse resultante do regime de propriedade, que dificultava o desenvolvimento e a modernização das relações de trabalho e a constituição do mercado interno. Um bloqueio ao desenvolvimento capitalista do país e sua

modernização econômica e social. O *grande discurso político* propunha que o problema decorria de uma etapa vencida da história, o que pedia uma atualização das instituições, tanto as relações de trabalho quanto o regime de propriedade. Isto é, propunha as reformas sociais de base e, num certo sentido, o que Caio Prado Júnior definiu como a Revolução Brasileira (Prado Júnior, 1966).

Porém, a interpretação das causas históricas das tensões estava num plano e os problemas imediatos dos trabalhadores, em que se manifestavam, estavam noutro. O tempo político da eventual atualização do regime de propriedade da terra, dependia e depende de negociações complicadas em torno de interesses de classe. Tinha, por isso, e tem, uma lentidão que não correspondia e não corresponde à urgência e à dinâmica de transformações nas relações de trabalho, às injustiças que cria, à pobreza que amplia e cuja forma altera. Relações que dependiam e dependem, em grande parte, da vontade unilateral do empregador, sobretudo em face da fragilidade política crônica do trabalhador rural, agravada numa conjuntura de inevitável racionalização econômica das relações de trabalho. Um processo que foi e vem sendo enfrentado em desvantagem por um trabalhador socializado na tradição da dependência pessoal em relação ao proprietário de terra e, por isso mesmo, vulnerável.

O que aparecia no *grande discurso* genericamente interpretado como *questão agrária* era uma *questão trabalhista* no plano imediato, o plano do *pequeno discurso* das necessidades cotidianas de sobrevivência dos pobres. A qual, por não poder ser legalmente encaminhada como tal, na época, na ausência de uma legislação do trabalho rural, foi encaminhada através da brecha legal existente: a da Lei do Inquilinato. Portanto, como questão de aluguel e de moradia e como questão relativa ao pagamento da renda da terra. Assim, a questão trabalhista ganha visibilidade como questão agrária. A reforma agrária se propõe, portanto, como solução para um problema das relações de trabalho no campo que não podia ser resolvido no âmbito da legislação do trabalho. É o que parece responder, também, pela lentidão da resposta, a reforma agrária, e pela variável forma que assume, sobretudo para alguns, relativamente tênue em face da radicalidade própria da questão fundiária.

Os grandes fazendeiros furtaram-se ao reconhecimento da necessidade social e histórica de uma legislação do trabalho e dos direitos do trabalhador, no século XIX, quando do fim da escravidão. Criaram a liberdade relativa do trabalhador sem de fato emancipá-lo, sem criar a contratualidade das relações de trabalho com base na sua efetiva igualdade jurídica. Postergaram o problema. Criaram um regime de propriedade que tinha por objetivo, mais do que assegurar seus próprios privilégios, gerar uma massa de trabalhadores rurais dependentes e não-emancipados. Gestaram a contradição que permaneceria latente por longo tempo, para finalmente explodir como problema social de nosso tempo.

No geral, os grupos ativistas e de ação antigovernista de hoje tendem a questionar a falta de radicalidade da reforma agrária, o que é apenas uma dimensão do questionamento. Questionamento que só pode se constituir em efetiva fonte de tomada de consciência dos impasses históricos se for completado com outro: o das razões da prioridade do seu próprio radicalismo em face do amplo leque de alternativas sociais e políticas que a questão agrária abre. O que é devido, justamente, à diversidade de mediações intervenientes, referidas a situações sociais e de classe que têm seu próprio, específico e limitado horizonte histórico. Devido, ao mesmo tempo, à mescla histórica da questão do trabalho com a questão da terra, que tem dificultado a emergência de um sujeito de reivindicação com perfil menos impreciso e demanda social mais definida.

As tensões manifestas no aparecimento das Ligas Camponesas expressavam a obsolescência histórica das relações de trabalho, mas também, secundariamente, a obsolescência do regime de propriedade de que decorriam. As limitações institucionais da luta social, porém, punham em primeiro plano o direito de propriedade e só em segundo plano os direitos trabalhistas. Uma inversão na relação entre a ordem das causas e a ordem da consciência e da luta sociais.

A demorada sobrevida de relações arcaicas de trabalho tinha e tem causas várias. A Revolução de 30 conseguira impor um código do trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho, já no final do regime de Vargas. Mas limitou-o ao mundo urbano, mantendo as relações de trabalho rurais no âmbito da tradição e os trabalhadores rurais como uma espécie de categoria residual da sociedade brasileira. Trabalhadores presos ainda a formas relacionais arcaicas, em que a exploração econômica aparecia embutida em sujeição pessoal. Foi

essa uma forma de assegurar a paz política no campo e o apoio das oligarquias à modernização econômica parcial e setorial da sociedade brasileira. Foi, ao mesmo tempo, o meio de assegurar uma espécie de institucionalização da acumulação primitiva às custas da superexploração do trabalho e da segregação dos trabalhadores rurais em relação aos benefícios do desenvolvimento industrial. Sem contar a função de exército industrial de reserva em que veio a se constituir a massa dos trabalhadores rurais. Um meio, portanto, de subsidiar a industrialização e a acumulação do capital às custas de um trabalhador rural de baixo perfil. Um trabalhador conformado, confinado nos limites tépidos de necessidades sociais circunscritas, privado de direitos sociais reconhecidos.

Essa ambigüidade de situação social e de orientação política se manifestou, igualmente, na crise das relações de trabalho dos diferentes setores da economia rural, nos anos 50. Foi o momento do esgotamento do modelo de relações ambíguas de propriedade e de trabalho instituídas pela Lei de Terras. Crise que coincidiu com acentuado desenvolvimento da economia industrial e transformações na agricultura de exportação, sobretudo de café e açúcar.

Se o bloqueio da solução da questão social no campo por meio da legislação trabalhista a transformou num componente da questão agrária, ao mesmo tempo levou essa ambigüidade às decisões e orientações de outros atores que nela acabaram se envolvendo. O que foi possível, no meu modo de ver, em decorrência do descompasso que assinalei e da hegemonia que nas tensões do campo assumiram os setores médios urbanos mais esclarecidos e inquietos com o atraso social e econômico do país. Esses setores, porém, como os partidos de esquerda e a Igreja, estavam, como estão, divididos ideologicamente, doutrinariamente fragmentados e desencontrados, com diferentes interpretações do problema e com diferentes orientações em relação a projetos históricos que pudessem e possam tirar o país dos impasses que o atormentam.

A essas características do momento histórico veio se juntar o advento do regime militar, a adoção de medidas de reforma agrária imunes ao protesto social e o estabelecimento de uma política de expansão territorial do grande capital. O recrudescimento do conflito trabalhista no campo, num momento de transição das relações de trabalho, foi engolfado pela subseqüente expansão da fronteira, não raro a ocupação ilegal de terras devolutas por grileiros e especuladores, com o conseqüente recrudescimento do conflito fundiário. Uma expansão que se apoiou amplamente no banditismo fundiário e na ação violenta de pistoleiros e exércitos privados de fazendeiros e empresas.

A expansão da fronteira acentuou a secundarização do caráter trabalhista do conflito social no campo e parece ter posto duradouramente no centro da questão social o problema da ocupação da terra e do regime de propriedade.

O diagnóstico político que então surgiu para a questão agrária, o do *grande discurso*, não derivou diretamente da própria questão e do modo como se deu a ver. Ele constituía um diagnóstico de conjunto sobre a realidade social e política brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista no país, segundo a perspectiva de grupos militantes minoritários da classe média e da classe operária. Representava uma tentativa de compreender os impasses históricos do país de "fora" para "dentro", a partir da práxis de grupos sociais desvinculados da problemática agrícola, da questão agrária e do mundo rural. O diagnóstico era mais um programa de desenvolvimento histórico e de aceleração da história em nome de interesses políticos mais amplos do que objetiva expressão de um conflito de fato revelador de um impasse social e político. Como acontecera no fim da escravidão, setores sociais esclarecidos identificavam fatores de atraso social, político e econômico que os próprios protagonistas do atraso e as vítimas do atraso não podiam ver.

Esse tem sido um fator significativo de bloqueio da transformação social no Brasil. É um processo característico, não raro marcado por intervenções voluntaristas de grupos relativamente estranhos aos problemas que motivam sua intervenção. Nele tem-se aberto espaço para uma difusa consciência de problemas históricos e impasses políticos. E, também, espaço para inserção de lutas sociais, reivindicações e protagonistas que atuam num cenário de, supostamente, *grandes decisões históricas*, mesmo através de *formas toscas, simples e limitadas de ação e reivindicação*. Isto é, sem elaboração propriamente política.

Essa fratura tem sido responsável por reiteradas ocorrências de *contextualização radical* das lutas sociais combinada com *reivindicações limitadas* que, com facilidade, conduzem ao conformismo. O desen-

contro entre o discurso contestador e radical das organizações políticas e sindicais, de um lado, sobretudo dos grupos de mediação nelas envolvidos, e a prática efetiva dos grupos sociais que reivindicam, tem se manifestado de vários modos. No geral, o *grande diagnóstico* dos primeiros ultrapassa o *pequeno diagnóstico* do efetivo sujeito social de necessidades. Na maioria das vezes, as *necessidades políticas* da sociedade vão muito além das *necessidades sociais imediatas* de grupos circunscritos. Nem sempre as transformações profundas, implícitas nas primeiras, são inevitáveis em face das mudanças limitadas anunciadas nas segundas. O agente efetivo das necessidades imediatas pode ser saciado, e tem sido, com providências extraídas do estoque de soluções disponíveis no armazém da ordem, como se tem visto nos estados governados por partidos à esquerda do governo central.

A difusão de um certo fundamentalismo interpretativo da realidade social, apoiado na experiência dos grupos populares, tem sido uma característica forte da sociedade brasileira quando determinados grupos sociais tentam traduzir seus impasses e crises em ações concretas de mudança. O que faz com que a prática fundada no *pequeno diagnóstico* raramente corresponda, de fato, ao projeto histórico anunciado no *grande diagnóstico*. E, certamente, não correspondem ambos ao diagnóstico das possibilidades históricas efetivas, de que as crises constituem um anúncio e a consciência social viabilizada pelos grupos de mediação constitui um limite de compreensão e uma limitação da ação.

Um segundo tema que engrossou a denúncia social como denúncia da questão agrária foi a do desencontro entre as migrações do Nordeste para a Amazônia e, ao mesmo tempo, o recrudescimento da ocupação latifundista dessa região, com a conseqüente expulsão de posseiros antigos e recentes. Essa disputa pelas terras novas propôs-se como disputa de modelos de ocupação econômica: grande fazenda ou agricultura familiar (e, nesta, num segundo momento, agricultura de excedentes dos posseiros ou agricultura comercial de pequenos e médios proprietários). O primeiro modelo era viabilizado pelos subsídios, pela força e pela repressão. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, na ocupação da fronteira, aqui essa ocupação por parte do agricultor familiar foi na prática definida como ocupação criminosa e tratada como questão policial. Ou mesmo como indesejável irracionalidade histórica.

A solução para legalizar o ilegal, representado pelos pequenos agricultores pobres, foi a de declarar legal o latifúndio mesmo grilado, ao se propor a sua desapropriação como meio de resolver os conflitos. Em outros termos, o Estado reconheceu a ocupação documental, mesmo falsa, como equivalente da ocupação territorial efetiva. Foi o ardil de reconhecer a renda fundiária como legítimo meio de acumulação e negar ao trabalho efetivo a virtude de meio de afirmação do direito de posse. De certa maneira, o trabalho continuou a ser desqualificado como meio de afirmação de identidade e de direitos. O que constituiu, ao mesmo tempo, afirmação de que a riqueza é a legítima fonte da própria riqueza e de que o poder é fonte adicional de riqueza. Afirmação, portanto, da tradição patrimonial do Estado brasileiro.

O fim do regime militar e o advento de um regime civil e democrático não alterou substancialmente a orientação da política agrária herdada. O novo regime herdou também o temor de que o conflito fundiário se desdobrasse numa conflitividade mais ampla, capaz de comprometer as próprias bases do pacto de transição democrática. Ao menos, era isso que o *grande discurso* anunciava. De fato, a conflitividade se acentuou. De um lado, porque os trabalhadores e, sobretudo, as agências de mediação que vinham fazendo a ponte entre o *pequeno diagnóstico* e o *grande diagnóstico*, isto é, o grande projeto de transformação política, de fato tinham expectativas de ampliar os ganhos sociais derivados da mudança de regime que tivessem como eixo a luta pela terra. De outro, porque os setores latifundistas mais envolvidos, sobretudo, em ações ilegais de ocupação das novas terras da fronteira, também se sentiram liberados das pressões que de algum modo o regime militar fizera para conter a conflitividade no âmbito do controle político. Intensificaram, pois, as ações violentas de expulsão dos trabalhadores da terra, multiplicando os conflitos e aumentando impunemente o número de vítimas do arbítrio privado, mesmo o de mortos e feridos. Mais do que isso, destroçaram os agentes de mediação que na transição procuraram fazer das necessidades imediatas dos que lutavam pela terra o princípio ativo, o móvel, das grandes transformações de que se propunham como a única e legítima "correia de transmissão", como único e legítimo tradutor da carência em ação.

O novo regime civil se organizou de maneira a dar continuidade à política de contenção dos conflitos sem questionar de frente o

regime de propriedade que os causava, sobretudo os notórios abusos que dele decorriam e decorrem. A agressividade parlamentar dos chamados ruralistas parecia recomendar a prudência como forma de resguardar a ordem política nascente dos riscos de enfrentamentos em torno de questões institucionais delicadas, como a do regime de propriedade. Tanto que os interesses dos grandes proprietários atenuaram, na nova Constituição, de 1988, o alcance do Estatuto da Terra aprovado durante a ditadura. A premissa de que a função social da propriedade se cumpre no seu caráter produtivo saiu lesada pelas ambigüidades no conceito introduzidas.

A reforma agrária continuou limitada a procedimentos de intervenção tópica, sem qualquer vínculo claro com um projeto social e histórico que definisse um protagonista em torno do qual a reforma pudesse ter sentido. Os sujeitos da reforma agrária tópica e de emergência continuaram sendo sujeitos sociais residuais. Eram reconhecidos ao acaso de estatísticas precárias que falavam ao país, como expressou o presidente eleito da República, Tancredo Neves, num banho de sangue que precisava ser urgentemente contido. O novo regime entendeu que a reforma não deveria ser a reforma suposta implicitamente no *grande diagnóstico*, cuja referência mal explicitada estava nos grupos populares envolvidos nas lutas locais pela terra e estava também nos grupos de mediação, em particular a Igreja. Além do que, o novo regime não tinha uma interpretação consistente do problema que fosse além da mera conduta reativa e localizada em face de demandas dramáticas e, não raro, trágicas.

Encaminhamentos recentes

No início de seu primeiro mandato, o governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade a essa linha de política agrária, baseado na premissa do declínio da população rural e agrícola e na sua relativa inexpressividade numérica. Figuras responsáveis por decisões nessa área chegaram a mencionar a possibilidade de uma política de subsídios sociais, do tipo seguro-desemprego, que atenuasse ao mesmo tempo a pobreza no campo e as repercussões políticas da conflitividade relacionada com a luta pela terra.

Naquele momento, havia setores no governo que ainda não tinham entendido a necessidade da reforma e a viam como um paliativo para a agressividade dos movimentos sociais e das organizações de oposição. Algo como um desativador de tensões e, portanto, como um preço a pagar mais do que um projeto a desenvolver, mais do que uma alternativa de humanização da política econômica.

Duas grandes tragédias ocorridas nesse período, a de Corumbiara, em Rondônia, e a de Eldorado de Carajás, no Pará, com muitos mortos, envolvendo ações repressivas das polícias estaduais, fora de controle, parecem ter sugerido que o Estado deveria assumir outra conduta em face da questão agrária e da questão do trabalho nela embutida.

Prioritária era, nesse caso, sem dúvida, a engenharia de edificar a arquitetura de uma intervenção efetiva no regime de propriedade que atenuasse as graves irracionalidades da Lei de Terras de 1850 e seus efeitos ao longo de quase um século e meio de orientação latifundista da economia nacional.

Essa engenharia, no momento histórico, e do ponto de vista político, é certamente mais importante do que os números de redistribuição de terra através do programa de reforma agrária e de regularizações da situação fundiária de pequenos agricultores e posseiros ameaçados ou sob risco de expulsão da terra. De fato, boa parte dos problemas sociais no campo decorrem dos efeitos da velha lei promulgada para assegurar as condições da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O regime de propriedade de 1850 tinha por objetivo criar mecanismos de interdição à livre posse da terra e, portanto, criar meios institucionais de gestação de uma superpopulação relativa à disposição das grandes fazendas. Desse modo, assegurar que o fim da escravidão não seria também o fim da grande lavoura de exportação.

Além disso, os graves conflitos na região amazônica o mostraram e mostram, a inspiração latifundista e de classe da legislação fundiária brasileira abriu espaço para a prática de ilegalidades na posse da terra. Sobretudo através da troca de favores políticos por conivência na regularização do irregular modo de obtenção de grandes extensões territoriais. O número mais expressivo de sangrentos conflitos fundiários diz respeito às regiões em que mais

intensamente se tem praticado a grilagem de terras. É esse um fenômeno claramente associado ao domínio que sobre as terras devolutas ganharam as províncias na estrutura federativa da República de 1889. A questão do território passou ao controle das oligarquias regionais e reforçou substancialmente a dominação patrimonial como eixo duradouro do regime republicano.

Portanto, nenhuma reforma agrária seria possível no Brasil se não envolvesse uma orientação séria e agressiva do Estado brasileiro contra os meios de obtenção ilegal de terras. Contra, portanto, os arcaísmos da estrutura política e do republicanismo oligárquico que entre nós se impôs. Ao menos, uma institucionalização do regime de propriedade que eliminasse suas ambigüidades e eliminasse o favorecimento de meios ilícitos de acesso à terra tornou-se condição de intervenção nos mecanismos da injustiça fundiária.

O problema maior estava justamente na identificação e definição do sujeito social da reforma, um sujeito de destino, que indicasse um protagonista histórico coletivo não só do uso das terras alcançadas pela reforma, mas também de um setor alternativo da economia que tivesse identidade consistente. Era o caso dos pequenos agricultores que, ao longo do tempo, gravitaram marginalmente em torno da agricultura de exportação e de suas crises e vicissitudes. Nunca no centro dos projetos nacionais.

Isso se fez com a identificação da agricultura familiar como sujeito social de uma reforma agrária, e de acesso à terra, e de um direito alternativo de uso da terra. A reforma, no período recente, se propôs como reforço numa realidade já existente que podia emergir com identidade política própria, a da chamada agricultura familiar.

Os conflitos desocultaram e estão desocultando a agricultura familiar que ficara embutida na grande propriedade ou na sua periferia, ou nas áreas abandonadas ou desprezadas pela agricultura de exportação ou pela pecuária. Embutida como modo de vida residual e como economia residual de um país que havia optado historicamente por um regime latifundista de propriedade. A crise social e política libertou e liberta esse sujeito tutelado e confinado na economia maior, que, a partir dos conflitos, vem se tornando sujeito e protagonista de reivindicações sociais e de direitos.

As ambigüidades que cercaram a questão do trabalho, metamorfoseada em questão agrária e agravada pela expansão territorial do capital, deram vida e oportunidade histórica à agricultura familiar. A sociedade brasileira, portanto, está sendo posta diante da necessidade de reconhecer a legitimidade histórica desse sujeito. E reconhecer, também, a oportunidade histórica da sua institucionalização como capital social propício, numa conjuntura em que sua existência não é incompatível com as opções econômicas que parecem prevalecer no país, a de um certo ecumenismo na economia.

A anulação dos títulos duvidosos de propriedade, quando era ministro Raul Jungmann, correspondentes a uma enorme área do país, mais de 60 milhões de hectares, sua reversão para o fundo de reforma agrária e o estabelecimento de uma política econômica específica para a agricultura familiar constituem a base, no meu modo de ver, de uma reforma social que assegura um lugar no desenvolvimento brasileiro para aquela parcela da população que permanece nas atividades definidas como rurais ou mesmo agrícolas.

Portanto, o Estado teve que atuar no limite de uma política econômica que não se orienta propriamente pela prioridade das questões sociais a curto prazo. Mesmo assim atalhou a margem de ilegalidade da questão fundiária, combatendo a grilagem. No meio da difusa reivindicação, reconheceu a identidade social da agricultura familiar e a reconheceu como protagonista de um projeto econômico viável. Não um projeto alternativo, como querem os grupos de mediação e reivindicação, e sim projeto auxiliar e complementar. Desse modo, mesmo que atuando no âmbito da recusa política do projeto implícito no *grande discurso*, criou um canal de expressão social e econômica dos sujeitos do *pequeno discurso*. Basicamente, o governo abriu espaço para que a agricultura familiar encontre abrigo e identidade no projeto histórico que é hoje poder. Um projeto que deriva, portanto, do grande diagnóstico alternativo, ainda que circunscrito, que assegurou as bases de uma conciliação política nacional e a governabilidade pós-ditatorial. O que inclui as condições de um projeto de participação para populações condenadas à exclusão social. Necessário se faz agora observar e aferir os seus resultados sociais no curto e no longo prazo.

Nessa perspectiva, é possível pensar além da situação específica dos que demandam soluções para um problema que é, simultanea-

mente, de desocupação e pobreza, cuja resposta específica tende a ser predominantemente a redistribuição de terras, a reforma agrária e a abertura da possibilidade de acesso à propriedade da terra. Pouco se tem pensado nos outros desdobramentos da reforma agrária, dos assentamentos, das regularizações fundiárias e das políticas de preservação da permanência da família agrícola na terra, cujos efeitos não estritamente econômicos no fortalecimento da agricultura familiar também precisam ser avaliados.

Penso numa espécie de efeito keynesiano ampliado da reforma, no efeito multiplicador da agricultura familiar: multiplicação de cidades e de equipamentos urbanos e conseqüente fortalecimento da sociedade civil. Refiro-me aos efeitos sociais e culturais do rompimento das barreiras autoprotetoras do rural propriamente dito e ao desencadeamento da possibilidade de que a sociedade brasileira como um todo se torne uma sociedade urbana. Os efeitos civilizadores desse processo e das mudanças que acarreta são, certamente, de manifestação lenta, o que não anula a sua dimensão positiva.

Certamente, há problemas no fato de que a questão agrária chega à cena política canalizada por mediações intervenientes derivadas de outras motivações ideológicas, partidárias e, também, culturais. Sobretudo a das igrejas, cujas principais bases sociais estão hoje nas paróquias predominantemente rurais e nas paróquias de periferia. Portanto, os valores que norteiam as mediações não são valores da racionalidade da política e sim valores da economia moral do campesinato. Mediações referidas, pois, à tradição conservadora, o que acarreta problemas, sobretudo no plano político e no bloqueio à modernização do Estado. Na linguagem da mediação radical e conservadora, tudo o que questiona os corporativismos é interpretado, demonizado e impugnado como neoliberal. Uma impropriedade conceitual e interpretativa que bloqueia a compreensão do que é hoje uma complexa e desencontrada trama de relações não só econômicas, mas também sociais, culturais e políticas. Quando, com razão, se diz que o rural é mais amplo que o que é oficialmente reconhecido como tal[36] e que o rural já não está reduzido ao agrícola, é inevitável reconsiderar o reordenamento historicamente havido de relações e hierarquias entre esses diferentes planos da vida social.

[36] Ver Silva e Del Grossi ([s.d.]), Silva (2001) e, especialmente, Veiga (2002).

A questão agrária chega, também, como consciência social retardatária quanto à oportunidade histórica da solução preconizada pelos grupos de mediação. Por seu desenraizamento em relação à situação social dos protagonistas, apresenta-se como consciência constituída por colagens ideológicas de tempos sociais desencontrados, cuja "cola" nem sempre apropriada é a ideologia operária, nos partidos, e o personalismo filosófico, nas igrejas.

De um lado, essas orientações tiram a questão agrária (e a questão do trabalho nela embutida) do leito natural da política. Mas, de outro, o filtro dos valores referidos lança luz e perspectiva em relação a grupos humanos que a racionalidade política raramente tem condições de reconhecer como protagonistas relevantes de mudanças sociais necessárias.

O Estado, portanto, criou no período recente as instituições próprias à efetivação da reforma agrária congruente com esse quadro heterogêneo de causas e com esse complicado quadro de mediações pré-políticas, sobretudo de inspiração religiosa. O essencial, porém, pôde ser resgatado, a agricultura familiar como novo sujeito de política econômica e social e a reforma agrária como sua base e instrumento de revisão da orientação latifundista da política territorial.

Aqui, também, há problemas estruturais nos próprios organismos da luta social levada adiante em nome dos pobres da terra. O MST nasce em função de um latente conflito dos militantes de base, os agentes de pastoral, com a hierarquia católica, que pretendia limitar sua própria ação sobre a questão fundiária aos aspectos propriamente pastorais. Os militantes leigos questionavam a concepção de uma pastoral de suplência em relação às questões sociais e políticas que, até então, tiveram amplo envolvimento da hierarquia. As demandas sociais, reguladas pelos grupos de mediação, estavam desencontradas em relação à própria competência de atuar dos bispos e religiosos. De certo modo, os filhos diletos da Ação Católica rebelaram-se contra o próprio pai e inverteram a relação de domínio: o dominado passou a dominar, na disputa pela hegemonia na definição teórica e na condução das lutas sociais.

O grande problema do MST, ainda hoje, é que parece atuar mais como organização de agentes de pastoral do que como organização de agentes políticos. Ao invés de atuarem em nome de específicas reivindicações sociais, a do seu próprio campo, questionam a sociedade em conjunto e o Estado em conjunto. Impugnam o presente e o passado em nome de uma utopia que perdeu o seu conteúdo utópico e a sua catolicidade porque se tornou híbrida, contaminada e, portanto, ideológica. É em parte o que explica a situação de anomia em que estão mergulhados os movimentos sociais na atualidade, não só os referidos à agricultura e ao mundo rural, mas também os diferentes movimentos sociais urbanos, cuja clientela tem raízes na situação social do campo.

Capturados pelas agências de mediação e privados da liberdade criativa que lhes asseguraria eficácia, movem-se numa temporalidade fantasiosa. Não conseguem inscrever *diretamente* suas demandas na pauta do Estado, segundo uma própria e autêntica concepção de sua inserção nas transformações sociais historicamente possíveis. Isto é, as que são viáveis, mas estão politicamente bloqueadas, de cujo bloqueio, aliás, participam os próprios grupos de mediação na sua orientação anômica.

Esses impasses estão presentes até nas efetivas conquistas dos trabalhadores, socializados, contaminados e de vários modos capturados pela cultura do rentismo e do capitalismo rentista. Os encaminhamentos dados pelo Estado a esses problemas do território e do campo, ao definirem uma via institucional para reacomodar ciclicamente a questão agrária e as tensões sociais e, nelas, as tendências concentracionistas do regime de propriedade, vão confirmando que o uso especulativo da terra e o rentismo estão disseminados na sociedade inteira. Não se limitam aos grandes grileiros. O que complica e muito não só a política de reforma agrária, como também complica a inclusão da agricultura familiar num projeto nacional, com identidade própria. Recentes informações relativas à anulação de títulos de assentados, que revenderam seus lotes, indicam que o problema está disseminado e é tão grave quanto em relação aos grandes episódios de grilagem de terra.

Ocorrências recentes no Rio Grande do Sul, relativas a conflitos entre assentados ligados ao MST e assentados envolvidos em revenda de lotes, que culminaram em um assassinato, indicam, além do mais, que o próprio MST tem dificuldades para lidar com o problema. Sobretudo, lida mal com ele justamente em virtude da falta de mecanismos ágeis de justiça fundiária e de funcionamento do próprio aparelho de justiça. Os desentendimentos crônicos entre MST e governo bloqueiam o uso da via institucional para impedir essas ocorrências e definir uma política fundiária que não fique tolhida por barreiras "de classe" ou barreiras corporativas de grupos que tendem a uma problemática autogestão sem limites.

Problemas e perspectivas[37]

Questionado pela indignação moral e pré-política das lutas pela reforma agrária, inspiradas sobretudo no ideário católico, o Estado não tem conseguido estabelecer um diálogo com os grupos que, mais do que reivindicar, pressionam e, mais do que pressionar, impugnam. Essencialmente, apesar de todos os esforços, o Estado não tem conseguido politizar a pressão social pré-política. Em grande parte porque a questão foi problematizada eleitoralmente pelos grupos de oposição, na esperança de fazer dela um aglutinador de descontentamentos que viabilizem uma alternância de poder, ou uma sucessão supostamente à esquerda da atual aliança política. Entretanto, esse bloqueio provavelmente comprometerá a execução de uma política agrária pelos sucessores do governo de Fernando Henrique Cardoso. É pouco provável que haja viabilidade para uma política agrária reformista e transformadora, no futuro próximo, que não se apóie nas bases com paciência e dificuldade estabelecidas pela engenharia da reforma naquele governo.

A experiência histórica brasileira mostra que a politização das demandas camponesas, quando ocorreu, se deu de "fora para dentro", isto é, sem efetiva incorporação direta dos pobres ao processo de decisões políticas. A politização se deu após a imposição de derrotas militares e policiais aos que lutavam, como ocorreu em Canu-

[37] Esta parte prospectiva do capítulo foi substancialmente reformulada, sobretudo no seu final, em relação à edição original do artigo, para atualizá-la.

dos e no Contestado e, de certo modo, durante a ditadura militar recente. Portanto, após a destruição da identidade precária e transicional dos que reivindicavam, sem dar-lhes oportunidade de emergirem como legítima identidade de um sujeito social que veio com vontade de ficar e participar. Mas reconhecendo, ao mesmo tempo, que as lutas indicavam problemas na estrutura social e política do país.

Daí os ajustes lentos, sem a participação das vítimas, procedimentos próprios de uma elite iluminista e até de setores politicamente conservadores. Eles estão distribuídos tanto nos partidos de direita quanto nos partidos de esquerda, e foram constituídos na cultura da tutela e remotamente originados na escravidão. São aqueles setores da sociedade que, no afã generoso de ajudar os pobres e as vítimas das injustiças, acabam com sua ajuda cerceando-os e bloqueando sua imaginação e sua criatividade social e política. Esse é o traço próprio das mediações a que me refiro, cuja monumentalidade geralmente se ignora. Nessas mediações há uma dimensão essencial à compreensão dos desencontros do presente, mas também dos dilemas e dificuldades do futuro.

Dentre os vários problemas que cercam a reforma agrária e o futuro da agricultura familiar, o principal tem sido o das dificuldades políticas para confirmar e legitimar a institucionalização da reforma por parte, justamente, de grupos de esquerda. Isso ocorreu mais por necessidade eleitoral de questionar os acertos da política social do governo de Fernando Henrique Cardoso do que por clareza na compreensão do processo político. Sobretudo, dificuldade para intuir a dinâmica cíclica que da reforma faça um meio de contínua desconcentração compensatória da propriedade. Essa seria uma alternativa às tendências concentracionistas do regime fundiário, cuja modificação é problemática. Mesmo que venham a ser adotadas medidas legais que estabeleçam um tamanho máximo para a propriedade fundiária,[38] não

[38] Refiro-me à Campanha Nacional pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra no Brasil, lançada no final de 2001 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra e do MST, dentre outras entidades. Essa campanha teria efetivamente sentido social, econômico e político se fosse pela regulamentação da renda da terra, estabelecendo-lhe limites e condições. Como proposta de regulamentação do tamanho da propriedade deixa a renda territorial intocada e legitima o mesmo circuito de irracionalidades que ela representa.

há segurança de que mecanismos de burla e escape não se difundam. De certo modo, isso já aconteceu: a Constituição de 1946 fixava em três mil hectares o tamanho máximo do estabelecimento rural de um proprietário num município para que pudesse ser constituído sem autorização do Senado. Vários recursos acabaram se desenvolvendo para escamotear o espírito da lei e viabilizar que a ele se sobrepusessem as regras do mercado, os interesses dos grandes proprietários e, sobretudo, dos especuladores imobiliários.

Nessa perspectiva, a principal dúvida diz respeito a eventuais oscilações partidárias na política brasileira. O fato de que haja uma discordância verbal e, aparentemente, radical quanto à forma da reforma agrária entre os contendores políticos não anula, obviamente, o enorme esforço feito até agora em relação ao problema da terra. Esse esforço assegurou, no âmbito da aliança política do governo de Fernando Henrique Cardoso, uma certa unanimidade na aceitação do advento da agricultura familiar como sujeito social de políticas públicas. E, conseqüentemente, da reforma agrária como meio de assegurar a presença regulamentadora do Estado na gestão do território e na redistribuição social da terra como fundamento da existência desse sujeito. A indiferença de amplos setores da sociedade, na cidade e no campo, em relação a esse tema, indiferença que contamina não poucos partidos políticos, tem sido, sem dúvida, um fator de acomodação que contribui para uma legitimação passiva das opções adotadas. Porém, em que medida a mudança de governo implicará modificação dessas vias de solução parcial para o problema agrário?

No Brasil a questão agrária não se dá a ver como questão estrutural (embora seja), relativa à irracionalidade econômica da renda da terra para a reprodução ampliada do capital. O capital se revela, nos episódios da ocupação da Amazônia e da resistência à reforma agrária, nas últimas décadas, como capital rentista, diverso do capital produtivo e do modelo de capitalismo próprio dos países desenvolvidos. A questão agrária se apresenta como questão social, o desenraizamento como fonte de injustiças e problemas sociais. Ao mesmo tempo, a consciência empresarial e o capital que nela se expressa não parecem alcançados pelas irracionalidades do regime de propriedade fundiária, em particular a redução do mercado interno, suas limitações e sua pobreza.

Só a partir da forma assumida pela questão social da terra é que ela se propõe como questão política. Menos pelo fato de que os pobres por ela vitimados tenham em algum momento desenvolvido uma consciência propriamente política da sua situação e das suas dificuldades, e mais porque os grupos de mediação o fizeram. Ao fazê-lo, porém, interpretam os problemas e a vontade política dos pobres em conformidade com sua própria vontade política de classe média, deixando aos pobres como única alternativa de linguagem política a que foi definida por esses grupos de mediação. De certo modo, é essa mais uma mediação instrumental para resolver problemas sociais de um certo modo do que propriamente uma mediação política emancipadora.

Mesmo assim, essa expressão fenomênica da questão agrária tem grande poder de arregimentação, com base mais numa indignação moral do que propriamente num projeto político. Essa a razão de seu impasse. Mesmo mediatizada por um partido político e, portanto, por uma tutela de tipo tradicional e clientelista, ainda que atualizada por uma ideologia de esquerda, é na prática um questionamento da política porque não emancipa o trabalhador.

Para falar em perspectivas relativas aos dois temas, reforma agrária e agricultura familiar, é necessário ter em conta as dificuldades que impedem que o sujeito social que daí decorre atue em nome de um projeto social próprio e eficaz. Ao que se junta a dificuldade adicional de que o problema social do campo tende a não aparecer apenas e sobretudo no campo, mas sim na cidade, entre migrantes que vivem não raro miseravelmente. O próprio efetivo conceito de cidade, mesmo quando aplicado a cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro, precisa ser nuançado. As áreas metropolitanas contêm grandes bolsões de cultura rural e modos de vida rurais. Um rural desruralizado pela adaptação à realidade e aos contrastes urbanos, formas residuais de viver e pensar não raro associadas a uma recusa radical do que o rural ainda é entre nós, como lugar de privações e insuficiências. Uma recusa, porém, sem características que afirmem o propriamente urbano.

Por outro lado, o quadro da evolução recente da situação relativa à agricultura familiar e à própria reforma agrária ainda depende de exame amplo e comparativo das informações, sobretudo relativas às inflexões decorrentes da intervenção governamental nos dois âmbitos. Os dados de que se dispõe não são do tipo e da qualidade que permitam avaliar corretamente o impacto da reforma agrária. Permitem intuí-lo até fundamentadamente. Mas não permitem, por exemplo, avaliar os aspectos negativos da reforma e da atuação das organizações de mediação, em particular a infiltração oportunista de pequenos rentistas, interessados, através do uso de testas-de-ferro, em obter os lotes para revendê-los. As cada vez mais freqüentes notícias sobre essas ocorrências e a anulação de títulos e revendas sugerem que o problema é mais grave do que parece. Os incidentes envolvendo o MST no Rio Grande do Sul, recentemente, já mencionados, com o assassinato de um assentado identificado com essa orientação e, por esse motivo, em conflito com a organização, indicam a gravidade das tensões daí derivadas. No mínimo sugerem que um exame de conjunto da reforma agrária e suas dificuldades leve em conta o poder do rentismo não só na mentalidade das elites, mas também na mentalidade popular, um resquício poderoso do Estado patrimonial que oferece grandes obstáculos à reforma e à própria consolidação da agricultura familiar.

Estamos em face da reiteração da renda da terra como fonte de acumulação tanto entre grandes proprietários como entre pequenos, a despeito de uma difusa ideologia popular e partidária que privilegia os valores propriamente sociais da luta pela terra. Uma luta de qualquer modo vulnerável ao rentismo e às possibilidades de enriquecimento não institucional, no afã de ascensão social. Formas propriamente mercantis de inserção na realidade econômica e social, distantes da tradicional e clássica valorização do trabalho que marcou profundamente o mundo dos trabalhadores rurais e urbanos desde o final da escravidão.

Os desafios são agora relativos à manutenção da institucionalidade da reforma estabelecida pelo governo. São relativos à institucionalização de mecanismos de reforma agrária cíclica, de periódico restabelecimento do estoque de terras alocadas à agricultura familiar, impedindo a concentração ou compensando-a com novas desconcentrações. Sobretudo, o desafio de firmar a concepção de que a agricultura familiar é hoje parte constitutiva da revolução urbana e da solução dos graves problemas da urbanização patológica no Brasil.

A continuidade dessa orientação depende de um pacto político que garanta que esse básico será preservado, a partir do costurado pacto com os proprietários, que os dividiu em empresários e especuladores. Qualquer tentativa de juntá-los num único bloco ideológico e social, como se prevê em relação à influência do MST no PT e no governo, anulará o que já se fez e tornará seus efeitos imprevisíveis. A não legitimação plena da reforma agrária instituída, pelos partidos e facções partidárias e não partidárias, como as igrejas, deixa aberto um amplo espaço de não institucionalidade da reforma e do sujeito social que a personifica.[39] Com a mudança de governo, essa falta de legitimação suprapartidária reporá a necessidade de um novo pacto em torno da questão da propriedade fundiária e da reforma agrária de difícil concretização. Isso aconteceu na fase da Constituinte que levaria à Constituição de 1988: a falta de ampla e indiscutível legitimação do Estatuto da Terra, por parte dos partidos de esquerda e dos grupos de mediação que se interpuseram entre os trabalhadores rurais e o Estado, exigiu um recomeço que culminou no retrocesso fundiário da nova Lei Maior.

O que falta, portanto, é um conjunto de mecanismos restaurativos de um nível de equilíbrio social baseado na idéia não só da justiça econômica (salarial, fundiária, etc.), mas da justiça social (acesso de todos às possibilidades de inserção eunômica na ordem vigente). A sociedade desregulamentada pede, na verdade, novas modalidades de regulamentação, de ordem. Nesse caso, em particular, é preciso legislar prospectivamente em favor das novas gerações, antecipar as condições de vida das gerações futuras, assumir as responsabilidades próprias das gerações mais velhas em relação às gerações mais novas. Assumir a tarefa de não deixar como herança as fontes de problemas sociais. Nesse sentido, se é difícil assegurar plenamente a justiça social no presente, caberia tentar ao menos um pacto social em favor da próxima geração, que regulamente e limite o direito de propriedade, de um lado, e as condições de trabalho, de outro. E, certamente, estabelecer mecanismos de controle social e político que garantam a continuidade de um pacto dos pais em favor dos filhos. Os partidos, porém, não parecem preparados para semelhante hipótese.

[39] O tema da institucionalidade das reformas estruturais na América Latina e sua debilidade é examinado de maneira ampla no estudo de Gustavo Gordillo ([s.d.]).

Alguns cenários podem ser antecipados quanto ao futuro próximo. O primeiro é o da continuidade do pacto político em que tem tido lugar a engenharia que assegurou o programa de desenvolvimento agrário, isto é, de reforma agrária e de agricultura familiar do governo de Fernando Henrique Cardoso. Se esse programa não se institucionalizar, isto é, se não for claramente legitimado pelos efetivos beneficiários e interessados, há riscos de retrocessos. Convém lembrar que o programa era, em grande parte, o que se poderia definir quase como um programa pessoal do presidente da República. De certo modo, o programa era uma anomalia na aliança governamental. De um lado, porque os setores conservadores apenas silenciaram em relação a ele. Tranqüilizados pela linha geral de atuação não conflitiva do governo, optaram pela negociação. Havia uma espécie de trégua política que demarca os limites desse programa. De outro lado, porque os setores tecnocráticos do governo, quando em relação a esse tema tiveram visibilidade, preferiram uma política de subsídios sociais às vítimas das transformações econômicas. Algo como um salário desemprego compensatório pela anulação de postos de trabalho que, de algum modo, têm sido assegurados e, provavelmente, ampliados pela agricultura familiar.

A eventual vitória eleitoral da aliança no governo não era uma clara garantia de continuidade do programa. Em grande parte, justamente, porque a reivindicação popular dos interessados, capturada pelos grupos de mediação oposicionistas, não tinha condição, naquela altura, de ser canalizada para a legitimação ampla do programa. Ela estava sendo instrumentalizada para reforçar as oportunidades eleitorais do candidato que viesse a polarizar as intenções de voto na oposição ao governo nos grupos partidários populistas de esquerda, o PT, o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Esta hipótese tem a ver com o fato de que setores influentes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) não entenderam a reforma e a viram como paliativo para a agressividade dos movimentos sociais e das organizações de oposição. Algo como um desativador de tensões e, portanto, como um preço a pagar mais do que um projeto a desenvolver, uma alternativa de humanização da política econômica.

Tendo vencido as eleições de 2002 uma aliança polarizada pelo PT, nessa área o partido terá muitos problemas. Em primeiro lugar, porque o partido tem reduzidíssimo domínio sobre programas, ações e decisões nesse âmbito. Dificilmente poderá fazer algo que não venha do estoque de soluções predefinidas do MST. A agricultura familiar tem sido objeto de crítica de ideólogos do movimento, que parecem preferir a constituição de empreendimentos baseados em tentativas de coletivização do trabalho, cujo êxito nem sempre tem sido claro, sobretudo em conseqüência de resistências culturais e sociais dos envolvidos. Tensões recentes, graves, apontam nessa direção, e desarranjos têm sido registrados por dirigentes da organização.

No estoque de soluções presumíveis estão também as demandas ideológicas radicais das igrejas, em particular da Comissão Pastoral da Terra. A exigência de uma revisão drástica do regime fundiário, mas também das ilegalidades na obtenção de terras ao longo da vigência desse regime, desde logo inviabiliza ou, ao menos, limita o âmbito político de acordos e pactos que possam assegurar a eventual reforma agrária petista, uma reforma cujo projeto ainda está sujeito aos embates internos do partido.

O PT tem se limitado ao conforto de considerações de natureza administrativa e econômica a respeito. Nada, porém, tem conseguido dizer a respeito da base propriamente política e partidária de sua reforma agrária. A exigência de cancelamento de todos os títulos de propriedade viciados na origem pela grilagem, uma das exigências da Comissão Pastoral da Terra, alcança não só grandes fazendas surgidas ao longo, sobretudo, da história republicana, mas alcança, também, um grande número de pequenos e médios proprietários rurais e urbanos. Nem a Igreja nem o PT têm informações seguras a respeito da extensão do problema no terreno que presumem ser o de seus aliados e clientes. Como, do mesmo modo, perderam de vista o arraigado direitismo anti-reformista dos pequenos proprietários de terra do Sul e do Sudeste do país, durante décadas a grande força de resistência política contra a reforma agrária e grande apoio silencioso dos grupos golpistas e de extrema direita.

Aliás, tanto MST quanto Igreja e PT não tem a menor clareza quanto às orientações altamente conservadoras dos valores fundantes das demandas sociais de sua clientela: a religião, a família, a propriedade, a comunidade, o trabalho familiar. O abismo claro entre a retórica radical, supostamente de esquerda, e as características sociais próprias dos grupos em nome dos quais falam, já tem se revelado em vários episódios e desencontros, sobretudo após a realização do assentamento dos reivindicantes de reforma agrária.

A experiência de "reentrar" na sociedade através de um assentamento, que é um instrumento da ordem, ainda que com progresso, e, por meio dele, de um compromisso com a ordem, muda substancialmente a situação social dos interessados e reorienta suas condutas e suas expectativas. Abre condições para que as orientações referidas aos valores acima mencionados ganhem corpo e se tornem efetivas. O período da luta social, dos movimentos coletivos capturados por grupos de orientação ideológica, é sabidamente uma espécie de intervalo temporário na vida social dos trabalhadores envolvidos. Uma espécie de colocação entre parênteses dos valores e aspirações que lhes são mais caros. No geral, essa contradição aparente indica (como indica, também, em outros movimentos sociais) uma orientação preferencial em favor da ordem, portanto, uma aspiração política conservadora.

No poder, o PT poderá ter que se defrontar com a detonação dessas lealdades precárias, já que Igreja, MST e o próprio PT concentraram sua pedagogia política na idéia maniqueísta de que a luta pela terra é uma luta entre o bem e o mal e que o mal é o governo, isto é, o Estado, quando se recusa a continuar desempenhando a função arcaica de pai provedor. No governo, assume o partido compulsoriamente as funções históricas que esses grupos demonizaram e o faz sem condições políticas de cumprir a maior parte das expectativas radicais gestadas ao longo de anos. Nesse caso, o temor maior deve ser o de que o desencanto favoreça política e eleitoralmente os grupos de extrema direita.

Não é demais lembrar que o partido vem fazendo alianças tópicas no Parlamento com grupos de direita ligados à terra e eleitoralmente associou-se a um partido de direita, o PL. Terá, ainda, que se defrontar, na esquerda, com a facção católica e sua própria crise em face da hierarquia. Encurralado entre esses antagonismos e compromissos, não seria grande surpresa se subscrevesse sem grandes modificações o programa agrário do governo de Fernando Henri-

que Cardoso, já como parte da inércia que se pode prever num quadro de polarizações e desentendimentos. No meu modo de ver, no poder, o PT se defronta com uma situação oposta à do governo Cardoso. Atualmente, os grupos que balizariam uma orientação diversa num governo petista e suas alianças estão fora do poder de decisão sobre o conjunto dos processos econômicos e políticos que o governo deve administrar. Não tiveram e não têm, portanto, condições de interferir direta e decisivamente na definição da engenharia de reconhecimento do protagonismo social da agricultura familiar e da reforma agrária que o reforça. O governo de Fernando Henrique Cardoso teve mais liberdade de ação para definir essa política do que vem tendo e terá o governo petista. No mínimo, um governo petista teria que subscrever o já feito para, ao menos, legitimar sua própria política agrária em face dos grandes interesses econômicos e políticos relacionados com a propriedade da terra.

O terceiro cenário, que não se concretizou nos resultados das eleições de 2002, poderia ser concebido como aquele resultante de uma inversão de hegemonia no âmbito da aliança política que sustentou o governo Cardoso. Isso aproximaria um governo do Partido da Frente Liberal (PFL) ou do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de grupos mais à direita, claramente reacionários a qualquer interferência no regime de propriedade e no concentracionismo fundiário a ele associado. Essa hipótese não está afastada em relação a possíveis sucessores do presidente Luiz Inácio no governo. Nesse caso, seria de se prever ou retrocessos em relação aos avanços que culminaram com a formação do Ministério de Desenvolvimento Agrário ou, o mais provável, uma paralisia de iniciativas, uma resistência passiva apoiada sobretudo nos ativistas da inércia fortemente presentes nos setores burocráticos do Estado brasileiro. Foi o que ocorreu durante o governo Sarney. Sem a reforma do Estado, esses setores continuarão sendo os reguladores das decisões governamentais, venham de onde vierem e com que inspiração tiverem. Muito provavelmente, a agricultura familiar ficará à mercê das duras leis do mercado e sem qualquer apoio institucional que assegure sua sobrevivência e expansão.

Não seria surpresa se os setores radicais da reforma fossem cooptados num cenário político assim, pois isso já ocorreu no governo Sarney. Seria uma forma de deixar que os militantes e ativistas da reforma agrária radical se triturassem a si mesmos e assumissem a face política de uma reforma que estará sendo boicotada no próprio núcleo do poder. Até hoje, aliás, não se fez uma avaliação crítica serena das adversidades que cercaram a reforma durante o primeiro governo pós-ditatorial nem se tem clareza sobre toda a manha política que norteou a ação do Estado, desde a escolha do ministro até a proposital desmoralização pública dos agentes da reforma.

A reforma agrária, como técnica política de transformações estruturais induzidas, depende de um conjunto grande de fatores e de específicas circunstâncias, especialmente do quadro geral de exacerbação da luta de classes. Isto é, depende de um proletariado fabril forte e convergente no questionamento estrutural da sociedade. Ora, no Brasil, a reestruturação produtiva da indústria enfraqueceu o operariado, levou-o para os caminhos da conciliação política e da negociação econômica. A eleição do presidente Luiz Inácio é uma expressão dessa reorientação dos setores dirigentes da classe operária.

Nesse sentido, a política agrária que vem sendo exigida do Estado brasileiro está solitariamente distante das possibilidades do momento histórico. Em diferentes países, diferentes modalidades de reforma agrária dependeram, nas décadas recentes, de rupturas, conflitos e crises mais amplos do que a mera motivação ou a mera demanda do campesinato. O cenário da chamada "guerra fria" favoreceu a leitura política das tensões sociais derivadas da questão agrária e tanto gerou reformas promovidas por governos nacionalistas ou de esquerda, como na Bolívia, em Cuba ou no Chile, quanto gerou reformas promovidas por governos de direita, como foi o caso da reforma preconizada e iniciada sob inspiração do Estatuto da Terra, no Brasil.

As reformas agrárias também dependem profundamente do modo como a questão agrária se propõe em cada sociedade. Isto é, dependem de como a questão da propriedade da terra se propõe na ordenação das relações sociais, particularmente as relações de classe, na ordenação do sistema econômico e na ordenação do sistema político. É essencial entender que "direita" também faz reforma agrária. Em termos clássicos, a questão agrária, enquanto problema estrutural, é primariamente uma questão para o capital e só residualmente o é para os trabalhadores.

No Brasil, justamente, como já disse, as características da nossa economia desde o século XIX e as características do processo político, desde a Revolução de 30, não viabilizaram a aliança entre o capital e o trabalho contra a renda fundiária. Sobretudo, na medida em que o capital se tornou proprietário de terra e a burguesia agrária se diversificou em burguesia industrial, comercial e financeira. As tensões e irracionalidades representadas pela renda da terra tendem a se resolver no âmbito da própria dinâmica do capital, sem que a sociedade possa nela interferir e, sobretudo, se dê conta de como interferir. Foi o que claramente se viu durante o regime militar. A política de incentivos fiscais na região amazônica socializou as irracionalidades econômicas ao favorecer o pagamento da renda da terra pelos empresários mediante subsídios financeiros compensatórios para o próprio capital, concedidos pelo governo. Sem contar, obviamente, que a grilagem de terras e a violência contra seus ocupantes, índios ou posseiros, na complacência do Estado e na lenta reação das instituições em favor da lei e da justiça social, coroaram a conversão do problema estrutural em problema social, com envio da conta para as próprias vítimas.

É a partir desse quadro que se pode perceber que as organizações que fizeram da reforma agrária um princípio pétreo da ação política são organizações que têm uma solução, a reforma, mas não têm um problema para essa solução, ou seja, não têm uma definição e uma compreensão da questão agrária. Nessa causa sem estrutura aprisionaram tanto as igrejas quanto o partido que acaba de chegar ao poder. Esse é particularmente o caso do MST, sem espaço para reordenar sua inteligência do processo político no período pós-eleitoral e em face de um governo que não parece ter a sua própria margem de reorientação em relação a essa dificuldade, como tem tido em relação a outras. O risco de desdobramentos violentos da quebra do pacto agrário, que nos rege desde meados do Império, é enorme, e suas conseqüências políticas são imprevisíveis.

Capítulo Três

A luta pela terra no Brasil e o conflito de suas mediações políticas*

Luta pela terra: a difícil gestação da modernidade

A visibilidade interna e internacional que a luta pela terra no Brasil ganhou no último quarto de século e, em especial, na última década, desafia as ciências sociais à atualização de sua compreensão da questão agrária e da sua compreensão das lutas camponesas no país. Como abre, ao mesmo tempo, perspectivas a respeito das limitações e possibilidades dessas lutas sociais. Sobretudo os embates brasileiros recentes, centrados no tema da reforma agrária, sugerem que os pesquisadores deveriam se demorar mais no exame das funções sociais cumpridas pelos que vou chamar, neste texto, de *agentes de mediação*. Refiro-me aos grupos e instituições, especialmente desvinculados do Estado, como é o caso das igrejas, em particular a Igreja Católica, que vem atuando de maneira significativa para viabilizar o protesto indígena e o protesto camponês.[40]

* Uma versão mais longa deste texto, adaptada para o leitor estrangeiro, com base em extensos comentários e sugestões de Tom Brass, foi publicada em *The Journal of Peasant Studies* (Martins, 2002b); esse número especial da revista foi reeditado em forma de livro: ver Brass (2003).

[40] Um cuidadoso balanço do complicado processo de interveniências na luta pela reforma agrária encontra-se em Medeiros (1993).

Seria inútil tentar uma análise dessa ordem sem eliminar alguns pressupostos equivocados em relação à questão fundiária no Brasil e aos conflitos que dela decorrem. Antes de tudo convém ter em conta que no caso brasileiro o problema agrário se propõe de modo diverso daquele de sua clássica formulação latino-americana. A grande propriedade territorial no Brasil, voltada para a produção de artigos tropicais destinados à exportação, como o açúcar e o café, foi responsável pela constituição de uma burguesia agrária que teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico brasileiro. Em casos como o da região cafeeira de São Paulo, essa burguesia desdobrou-se numa dinâmica burguesia comercial, industrial e financeira, ainda no século XIX. Foi essa fração da burguesia de origem agrária grandemente responsável pelo surto industrial do Sudeste do país, hoje o centro da economia brasileira. Uma burguesia cuja visão política e social teve desdobramentos de grande significado social e político, como o do seu envolvimento direto na fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, hoje o maior centro brasileiro de ensino superior e de produção de conhecimento técnico e científico.

É como burguesia que a classe dos proprietários de terra deve ser sociologicamente estudada, ainda que seus interesses de classe incluam a renda da terra e seu caráter especulativo e irracional no próprio desenvolvimento capitalista. Mas, certamente, seria minúscula a compreensão de seu lugar na história contemporânea do Brasil se a definíssemos apenas como parasitária categoria pré-capitalista de proprietários rentistas. O que, evidentemente, não quer dizer que se deva ignorar que nesse período uma poderosa facção tenha agido como mera corporação de especuladores fundiários, mais interessados em receber o tributo de ganhos especulativos no preço da terra do que em fazê-la produzir.

A história contemporânea do país, sobretudo a que se desenrola a partir do golpe de Estado de 1964, que implantou por vinte anos uma ditadura militar, vem propondo que se examine a questão agrária e as lutas camponesas numa perspectiva compatível com a realidade histórica da sociedade brasileira. Sobretudo admitindo a contemporaneidade das diferentes classes e categorias sociais, bem como o sentido contemporâneo dos conflitos, especialmente os do

campo. Com isso quero dizer que fica difícil compreender as lutas camponesas se não o fizermos considerando-as como expressão do contemporâneo e da contemporaneidade de uma "classe" social que, não raro, tem sido considerada uma retardatária categoria do passado.

Fica muito difícil reduzir a história recente das lutas camponesas no Brasil ao estereótipo consagrado da história camponesa do México, da América Central, da Bolívia ou do Peru. A situação social em que os conflitos ganham sentido no país é bem diversa e pede uma interpretação compatível com as características que lhe são próprias.

No período recente, a mídia internacional, e mesmo pesquisadores acadêmicos, tem associado o conflito de Chiapas, no México, e o movimento zapatista, com a luta do MST. Excetuada a tática similar de dar visibilidade sobretudo internacional às demandas dos trabalhadores rurais, bem como o nível razoavelmente eficaz de organização em ambos os casos e a participação ativa da Igreja Católica na organização de quadros e na produção de uma rede de apoio, nada propriamente substantivo aproxima os dois casos. Portanto, não vou considerar aqui a situação brasileira como um episódio de um suposto panorama caracteristicamente latino-americano de violência e pobreza rural, resultante da vitalidade do latifundismo pré-capitalista que ainda persistiria no país. Aqui o problema se apresenta sob outras formas, a partir de causas singulares e características. Aqui a questão fundiária e as lutas sociais dela decorrentes são expressões do moderno e da modernidade, sobretudo componentes das contradições que engendram e reproduzem a sociedade moderna no Brasil.

Evito fazer a associação fácil e indevida entre Chiapas e o MST, como evito também reduzir toda a complexa diversidade da problemática agrária e camponesa no Brasil aos acontecimentos centrados na ação do MST (que atua em nome de alguns *milhares* de candidatos potenciais aos benefícios do programa de reforma agrária), simplesmente porque são os melhor divulgados. Isso, evidentemente, sem desconhecer-lhe a vitalidade, mas lembrando que outro agente importante e bem mais antigo de atuação no cenário rural brasileiro, a Contag tem sido protagonista histórico dos con-

flitos sociais no campo e representa os *milhões* de trabalhadores rurais vinculados ao sistema sindical. Sem contar entidades e movimentos menos expressivos e visíveis que têm presença localizada em vários pontos do país.

A reação internacional a movimentos como o de Chiapas e a ações de organizações como o MST é a de pressupor que se trata de novos movimentos, uma novidade nas lutas camponesas, um esperado renascimento da insurgência camponesa para redimir os últimos seres não emancipados da sociedade contemporânea.

Esses movimentos contêm, de fato, algumas novidades que não podem deixar de ser consideradas. Em primeiro lugar, o caráter moderno e empresarial da sua organização, sobretudo nas relações internacionais. Que o Comandante Zero tenha iniciado a revolta zapatista ao mesmo tempo em que a anunciava, por via eletrônica, ao *The New York Times* é algo sem dúvida inédito na história das lutas camponesas. Do mesmo modo que o MST conta com mais de duas dezenas de entidades de apoio no exterior, sobretudo na Europa. Essas entidades aglutinam a favor de sua causa os generosos sentimentos e recursos de setores da classe média européia. Algo que é, sem dúvida, relativamente novo e muito significativo, especialmente em relação aos trabalhadores rurais do Brasil. Sem contar que o cuidado em estabelecer e administrar essas relações constitui, sem dúvida, a maior das novidades na história do campesinato contemporâneo.

Em segundo lugar, a eficácia das relações dessas organizações com a mídia, uma eficácia relativa na medida em que a mídia não tem razões especiais para abandonar os interesses de seus patrocinadores em favor de uma massa relativamente insignificante de potenciais consumidores. Nesse segundo caso, é evidente (e inteligente) o intuito de lidar com a dimensão imaginária das lutas camponesas e da história do campesinato, tão intensamente trabalhada pela literatura e pelo cinema nas últimas décadas. O campesinato, sem dúvida, entrou no imaginário ocidental como a massa desenraizada dos últimos seres humanos a chegarem ao mundo moderno, os últimos dos últimos como assinalam militantes da causa ligados às igrejas. Ao que se junta a eficácia do imaginário ecológico dos últimos tempos e nele as populações sobreviventes, como as indígenas. Desses encontros

resulta uma espécie de culpa coletiva e de celebração nostálgica da vida camponesa. De certo modo, por esse meio, antes de ocupar a terra, os camponeses e indígenas ocuparam o imaginário das elites e da classe média, algo bem diferente dos muitos problemas que o campesinato sempre teve com os partidos de esquerda e com os ideólogos de partido, a contar do próprio Marx e de Lênin.[41]

Uma grande mudança, sem dúvida, mesmo em relação às populações camponesas, que a literatura política, especialmente de esquerda, e o próprio Marx, consideravam o peso morto da História, os bárbaros incapazes de consciência política e de ação política eficaz e competente.[42]

As organizações políticas que elegeram o campesinato como seu sujeito de referência têm sabido aproveitar a ampla margem de ação que esse imaginário tem aberto para suas lutas. Não se deve, portanto, subestimar os amplos efeitos socialmente positivos dessas novidades, positivos não só para as populações rurais diretamente envolvidas, mas positivos, também, para a sociedade inteira. Sobretudo nos efeitos humanizadores em um desenvolvimento econômico profundamente marcado por drástica coisificação dos seres humanos que ficaram à margem de seus benefícios mais notórios.

---

[41] Ver Crisenoy (1978).

[42] Essa concepção tem estado, de modo geral, referida a uma simplificadora interpretação da obra de Marx no Brasil, sobretudo a partir de meados dos anos 50. A presença dos comunistas nas lutas sociais no campo baseava-se da pressuposição de que a tarefa histórica do Partido era remover os supostos resquícios feudais e pré-capitalistas que entravavam o desenvolvimento capitalista. E, conseqüentemente, entravavam o caminho e as possibilidades de uma revolução socialista e proletária. A doutrina soviética da "coexistência pacífica" criou outros tantos bloqueios a uma compreensão do presente como história e uma história marcada por contradições próprias do capitalismo nos países subdesenvolvidos. Isto é, um capitalismo que cria e necessita de relações não capitalistas de produção para suprir a ausência da acumulação primitiva em moldes clássicos, sobretudo na transição para formas modernas de acumulação de capital e de reprodução das relações de produção caracteristicamente capitalistas. Além disso, Marx teve contraditórias posições em relação a esse tema. De fato, sua inconclusa análise do papel histórico do campesinato na sociedade capitalista está dominada por circunstâncias e acontecimentos historicamente conjunturais, embora apontem claramente na direção de uma teoria das classes sociais no capitalismo, bem mais complexa e bem mais interessante do que fazem supor os "porta-vozes" oficiais do pensamento de Marx. Seu texto mais problemático nas interpretações politicamente prevalecentes é *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (Marx; Engels, [s.d.], p. 199-285).

As lutas camponesas no Brasil se distinguem das lutas camponesas na América espanhola. A história do campesinato é outra, as tradições são outras, é outra a cultura e as instituições são outras. As dificuldades que alguns autores encontram para encaixar organizações camponesas recentes, no Brasil, em esquemas "latino-americanos" são bem indicativas de diferenças que não podem deixar de ser encontradas. Um modelo latino-americano de campesinato e de lutas camponesas tem escassa possibilidade de corresponder ao que de fato tem acontecido no Brasil. Até as periodizações são outras.

O campesinato brasileiro é constituído por uma certa diversidade de grupos sociais oriundos de situações históricas muito distintas entre si: índios aculturados que foram libertados da servidão no século XVIII e mantidos no círculo de dependentes do poder pessoal dos potentados rurais; mestiços de índias e brancos que têm vagado pelo território sem *status* social definido deste os tempos coloniais; descendentes de colonos estrangeiros imigrados a partir do século XIX; brancos pobres ou empobrecidos que desde a colônia devotam-se à agricultura de subsistência; negros libertos que se tornaram sitiantes. Até fazendeiros brancos decadentes, cujas famílias foram no passado senhoras de escravos. E os muitos cruzamentos que resultaram do encontro desses diferentes grupos. Essas amplas diferenças étnicas e culturais nunca promoveram uma convergência efetiva e duradoura de perspectivas, de interesses e de projetos sociais e políticos.

Diferente do que aconteceu em outros países latino-americanos, cujo campesinato tem um perfil étnico e histórico razoavelmente definido na origem indígena, no Brasil fica até difícil falar em campesinato. Pois vários desses grupos não procedem de tradições culturais e históricas propriamente camponesas, não têm uma estrutura orgânica definida nem uma identidade compartilhada.

A compreensão da situação atual desse campesinato, suas lutas, seus impasses, suas dificuldades, suas contradições, suas vitórias, suas derrotas, suas transformações, depende da reconstituição da diversidade dessas histórias. Um ponto essencial é o da relação entre essa diversidade histórica e a tentativa de reuni-las num projeto histórico único, externo às próprias lutas sociais, como se vê na ação do MST. O que reflete sobretudo uma ideologia de classe média urbana que tenta aglutinar e dirigir as categorias sociais residuais que não foram cooptadas ou não encontraram lugar ativo no cenário do desenvolvimento capitalista dependente. A que se acresce, também, no eixo dessa aglutinação ideológica, um certo nacionalismo residual da globalização que intenta cooptar, articular e dirigir as lutas do campo como lutas nacionais e nacionalistas. Uma negação das diferenças apoiada na articulação mística de religião, ecologia e nacionalidade que, por meio de referenciais periféricos e divergentes dos diferentes grupos dessa diversidade, faz de um mínimo de convergências um máximo de unificação.

No interior desse intento de unificação, é necessário considerar que as agências de mediação que procuram instituir seu direcionamento sobre a diversidade das demandas camponesas inevitavelmente são agências de conexão da inquietação camponesa com projetos sociais e políticos de que os trabalhadores rurais são meros e secundários coadjuvantes. Para compreender o quadro atual é necessário levar em conta que não há no Brasil nenhum projeto político centrado no reconhecimento de virtualidades transformadoras nas populações do campo. O contrário, portanto, das promessas transformadoras e socialmente emancipadoras que os teóricos do socialismo reconhecem na classe operária.

A partir daí pode-se ver que há, na situação atual, uma *disputa de formas* no direcionamento das reivindicações contidas nessas lutas e no estabelecimento dessa hegemonia. De um lado, os grupos propriamente sindicais, como a Contag, na tradição do sindicalismo brasileiro e da luta de classes. De outro lado, os grupos, sobretudo de inspiração religiosa, que atuam a partir de uma utopia comunitária, centrada na família, como é o caso do MST e da CPT, apesar da contradição de sua ideologia leninista. De um lado, portanto, o princípio do contrato e da contratualidade das relações sociais. De outro, o princípio dos vínculos morais e da concepção conservadora de um mundo centrado nos valores da comunidade e do comunitarismo.

Essa é a grande disputa que está em jogo. É o que explica que o Estado brasileiro tenha sido relativamente indiferente em relação aos movimentos sociais, essencialmente articulados nesses valores por um agente extrapolítico, que é a Igreja. Essas lutas têm se desenvolvido fora da contratualidade da política e do moderno. O Estado tem

trabalhado com a hipótese do esgotamento histórico natural dessas formas residuais de reivindicação e luta sociais. Elas, no entanto, ganham vida nova através das agências de mediação e, sobretudo, da incapacidade do Estado para compreender, traduzir e incorporar esse sujeito teoricamente anômalo no pacto político e no pacto social.

Qual é a questão?

Para analisar em que consistem os movimentos camponeses no Brasil, suas possibilidades e dificuldades, é necessário compreender em que consiste aí a questão agrária. O que é, teoricamente, todos sabemos: questão estrutural em que a renda da terra bloqueia o desenvolvimento do capital, dado o seu caráter de tributo irracional que o proprietário de terra cobra do capitalista para que o capital se desenvolva onde a atividade econômica dependa da terra.

Mas no Brasil a moderna propriedade da terra foi instituída, pela Lei de Terras de 1850, com o objetivo de criar mecanismos que tornassem compulsório o trabalho nas grandes fazendas, especialmente as de café, no século XIX. Foi estabelecida como contrafação de uma acumulação primitiva que não tivemos nem tínhamos condições de ter, na falta de um campesinato a ser expropriado e proletarizado e permanecer na terra sob o jugo de novas relações de produção. É processo diverso do que ocorreu nos países europeus, cuja realidade e cuja história funda a teoria da acumulação primitiva. Tratava-se de criar uma carência compulsória, uma pobreza compulsória, meios de recrutamento compulsório de trabalhadores, para assegurar a força de trabalho que, em grande quantidade, era necessária ao desenvolvimento da cafeicultura e à continuidade da economia do açúcar na cessação próxima e previsível da escravidão negra. O que, de fato, acabou ocorrendo em 1888.

Rebaixando o custo da força de trabalho através de um regime muito próximo da servidão da chamada peonagem, e não raro com ela confundido, essa medida de certo modo transferiu para as privações do novo trabalhador livre o ônus pela abolição da escravatura. Ao mesmo tempo, fazendo dos excedentes eventuais dessa força de trabalho um exército industrial de reserva que foi fundamental para constituição de um operariado fabril barato. Finalmente, assegurando que as populações rurais das fazendas, através de uma economia de excedentes dos próprios colonos e moradores, sem custos capitalistas, subsidiasse a reprodução da força de trabalho da indústria, barateando para o capital a subsistência do trabalhador. Desse modo, o Brasil teve sua própria fonte colonial interna de excedentes econômicos que, em última instância, ainda que em parte, assegurou a acumulação propriamente capitalista nos setores conspícuos da economia – na indústria, no comércio, nos bancos.

No caso brasileiro, a questão agrária se manifesta em dois planos. De um lado, a propriedade da terra, e a trama política de que faz parte no sistema clientelista e oligárquico, constituiu, até pelo menos a época do golpe de Estado de 1964, recompensa econômica por lealdades políticas. Nas áreas mais atrasadas do país, até os anos da ditadura militar, terras obtidas, no passado recente, por meios políticos apareciam como base dos conflitos fundiários e da violência contra os trabalhadores. A Constituição republicana de 1891 transferiu aos estados da federação o domínio das terras devolutas e fez delas moeda de troca no mercado político da dominação oligárquica.

De outro lado, mais especificamente, no monopólio da terra como recurso de exploração monopolística da força de trabalho. Até os anos 50, o país usou o monopólio da terra como meio de assegurar a dependência compulsória do trabalhador em relação ao fazendeiro. Criava, assim, a massa de mão-de-obra necessária à grande lavoura. A partir dos anos 30, com a crise do café, o quadro começa a se reverter. Sobretudo a partir dos anos 50, com o novo surto industrial, a demanda urbana de produtos agrícolas dá visibilidade à terra como reserva de valor. A renda da terra, que fora meio de coerção do trabalho, é convertida em mero meio de ganhos especulativos.

Os conflitos rurais brasileiros no período contemporâneo não derivam *diretamente* do caráter concentrado da propriedade fundiária no país. O latifúndio é certamente *causa remota* ou causa em última instância da situação social adversa. Qualquer análise terá que chegar a ele, enquanto fonte última dos problemas sociais no campo. Mas entre o latifúndio e a manifestação dos problemas sociais que cria há mediações históricas, culturais e políticas que não podem ser ignoradas e que são decisivas no formato das demandas e lutas sociais, pois aí estão as *causas imediatas*, que definem o modo como as ten-

sões geradas pelo latifundismo chegam ao cenário dos conflitos políticos contemporâneos.

Ao falar dessas mediações falo, também, dos desencontros, tensões, conflitos e disputas entre seus agentes, no partidarismo que lhes é constitutivo. Seria um erro supor que essa diversidade desaparecesse nas falsas unanimidades da militância política e partidária que procura dar direção e sentido aos efeitos sociais do consórcio entre a propriedade da terra e o capital.

Por isso, é essencial compreender que os conflitos atuais, e as soluções que lhes são oferecidas, derivam menos do latifúndio do que da desorganização das relações de trabalho que se disseminaram no país com a crise do trabalho escravo, no século XIX, e o fim da escravidão. E, num segundo momento, que vem até a atualidade, a crise e desorganização das relações de trabalho que, por um século, substituíram a escravidão. Concentro-me em três grandes cenários fundamentais, as três diversificadas soluções que as elites regionais brasileiras desenvolveram para substituir o trabalho escravo e assegurar, ao mesmo tempo, especialmente a continuidade da grande lavoura de exportação.

As causas das mudanças nas relações de trabalho estavam na crise do comércio mundial de escravos, sobretudo a abolição da escravatura nas colônias inglesas do Caribe e a conseqüente pressão desse país para fazer cessar o tráfico negreiro.[43] Apesar das motivações humanitárias que, já nessa época, cercavam na Inglaterra o interesse pelo fim do problema da escravidão negra, havia, também, motivações econômicas. O fim do trabalho escravo em certas regiões evitava que o açúcar produzido por meio de trabalho livre não tivesse que competir com o trabalho mais barato do escravo onde ele ainda prevalecia. A Inglaterra obtivera do Brasil o direito de abordagem, pela Marinha Inglesa, dos navios negreiros a seus portos destinados, libertação desses cativos e sua transferência para suas próprias colônias do Caribe e confisco das embarcações. Mas só em 1850 o Brasil aprovou finalmente uma lei que proibia o tráfico e a entrada de escravos procedentes da África. Foi o que selou o destino da escravidão no Brasil.

Em poucos dias o país aprovou, também, uma nova Lei de Terras, que substituía o regime de sesmarias herdado de Portugal, e suspenso já em 1822. Por esse regime antigo, a ocupação da terra era livre e se consolidava mediante cultura efetiva e morada habitual, mas estava restrita às pessoas livres, brancas e católicas, aos puros de sangue e puros de fé. Conservava, porém, o rei, isto é o Estado, o domínio eminente da terra em face de sua posse útil. Em nome desse domínio, podia a Coroa arrecadar terras já concedidas, mas sem uso, cedendo-as novamente a interessados que as solicitassem. Porque, de fato, a Lei de Sesmarias do reino de Portugal foi, no século XIV, uma lei de reforma agrária, embutindo na sua aplicação uma certa justiça fundiária. Equivocadamente, no Brasil, se atribui a essa lei a causa da formação do latifúndio, quando, na verdade, o latifúndio brasileiro decorria da escravidão, tanto a indígena quanto a africana. A sesmaria foi meramente subsidiária do latifundismo no país.

Pela nova Lei de Terras, o Estado brasileiro abria mão do domínio sobre as terras concedidas, fazendo do titular do direito de propriedade senhor de posse e domínio, instituindo a propriedade plena da terra. Por outro lado, abolia interdições étnicas e raciais, mas instituía interdições econômicas no acesso à terra. Isto é, estabelecia que a terra não poderia ser obtida por outro meio que não fosse a compra, seja ao particular seja ao Estado. A Lei previa a imigração maciça de estrangeiros para trabalhar na terra em lugar dos escravos que desapareceriam naturalmente com a cessação do tráfico e a não renovação da população cativa na proporção necessária às crescentes necessidades da chamada grande lavoura. A cessação do tráfico negreiro, aliás, promoveu um aumento substancial no preço dos escravos, o que tornou a abolição da escravatura, em 1888, inevitável sobretudo por razões de custos. Dois anos antes da abolição, o próprio governo brasileiro já promovia a chamada Grande Imigração, desencadeando um fluxo de centenas de milhares de imigrantes originários sobretudo da Itália, da Espanha, de Portugal, da Alemanha, da Suíça e, mais tarde, do Japão, em direção ao Sul e, sobretudo, ao Sudeste cafeeiro do país.

No caso do café, além das transformações nas relações de trabalho, é necessário levar em conta que nessa mesma época essa cultura se expandiu para o Oeste da província de São Paulo, empurrando a fronteira econômica e ocupando terras virgens, sobretudo as chamadas terras roxas, de alta fertilidade. Esse deslocamento ecológico e a

[43] Ver o livro referencial de Eric Williams, *Capitalism and Slavery* (Williams, 1994).

crise da escravidão promoveram uma dupla decadência da rica cafeicultura, de mais baixa produtividade, na área do Sudeste tributária do porto do Rio de Janeiro. De um lado, a decadência econômica conseqüente da produtividade comparativa mais baixa dos cafezais. De outro lado, a decadência da aristocracia do café, dos barões senhores de escravos, em conseqüência da cessação do tráfico negreiro. No Oeste paulista se difunde um empresariado agrícola dinâmico, baseado em novas relações de trabalho, a do chamado colonato.[44]

Ao contrário do que às vezes se diz, a escravidão no Brasil não foi substituída pelo trabalho assalariado. Os fazendeiros fizeram várias tentativas de criar uma nova instituição do trabalho que, sobretudo, assegurasse que a agricultura de exportação continuaria sendo baseada na grande propriedade fundiária gerida de modo capitalista. Já havia sido pensada, no Rio de Janeiro, a alternativa de introdução de "coolies" chineses, que seriam submetidos a uma servidão temporária nas fazendas de café, mas não deu certo. Tentou-se a parceria agrícola, já em São Paulo, que também não deu certo em virtude do endividamento do trabalhador para pagar sua passagem e de sua família desde a Europa até o local de trabalho.[45]

Finalmente, chegou-se à fórmula do colonato, que vingou e deu certo por cerca de um século. O colonato combinava várias e diferentes relações de trabalho numa só. Havia três modalidades de trabalho no interior de uma fazenda de café. De um lado, o trato, o cuidado das plantas: manter o cafezal limpo de ervas daninhas mediante duas ou três carpas anuais. Esse trabalho era pago em dinheiro, uma quantia fixa por número de cafeeiros tratados. Acrescia-se a permissão para que o colono fizesse cultivos de subsistência entre as fileiras de café, como o milho, o feijão e até o arroz. De outro lado, a colheita, que era paga em dinheiro, por volume de café colhido, ou paga em regime de parceria. De outro lado, ainda, o trabalhador estava sujeito a dar gratuitamente vários dias de trabalho à fazenda: limpar os pastos, limpar e conservar caminhos e estradas, consertar cercas, apagar incêndios. Adicionalmente, membros da família podiam receber o pagamento de um salário por trabalho no beneficiamento do café.

[44] Ver Beiguelman (1968), especialmente p. 71-72.

[45] Ver Davatz (1941).

O contrato era um contrato de trabalho familiar, toda a família se envolvia no trabalho na fazenda, mesmo as crianças. Por isso, havia clara preferência por famílias, e famílias numerosas, e não por trabalhadores avulsos. A família residia em casas nas colônias, aglomerações de residências no interior da fazenda, as maiores com várias dessas grandes aglomerações, verdadeiras vilas rurais. Além da casa, tinha direito a um quintal para plantio de hortaliças e criação de animais domésticos. E, finalmente, tinha direito a manter dois animais de transporte e trabalho no pasto da fazenda. A relação de trabalho do colonato incluía ainda a possibilidade de que o colono contratasse trabalhadores assalariados para ajudá-lo na colheita do café e no cumprimento do contrato quanto a prazos e quantidades de café colhido.

Portanto, era o colonato uma relação diversificada e complexa, que combinava assalariamento, pagamento de renda em trabalho e em espécie, além de prestações gratuitas de serviços e produção direta dos meios de vida. Um misto de campesinato em decomposição e operariado em surgimento. Uma relação de trabalho em que os pagamentos em dinheiro constituíam menos da metade das retribuições, no geral cerca de um terço. Os pesquisadores que atribuíram ao colono a condição de assalariado têm buscado evidências de seu comportamento operário, sobretudo na participação em greves. Mas essas evidências foram poucas, desproporcionais ao enorme número de trabalhadores nessa condição. A condição de operário e o comportamento propriamente operário exigem um trabalhador reduzido à condição de indivíduo, singular. A condição de colono fazia da família, numerosa, o sujeito da relação de trabalho. Há muitas evidências documentais de que essa foi uma escolha proposital, a instituição da família operando como agente de controle social, atenuando a possibilidade da luta de classes e do conflito pelo temor do colono de se ver subitamente com a família, sobretudo a mulher e os filhos pequenos, expulso da fazenda em conseqüência de um deslize qualquer, trabalhista ou não.

No início, a principal dificuldade a ameaçar a nova relação de trabalho era a dívida pela viagem desde a Europa. Ela implicava uma servidão de muitos anos para toda a família, o que os colonos não aceitavam. Uma revolta de colonos suíços acabou levando o governo imperial a estabelecer, com a aproximação da abolição da escra-

vatura, então em debate no Parlamento, a imigração subvencionada. No que foi secundado pela intervenção do governo da província de São Paulo, que também instituiu um poderoso programa de imigração subsidiada para atrair os imigrantes para o café.

O governo organizou a imigração, nomeou e contratou agentes de recrutamento na Europa, criou hospedarias para o alojamento provisório dos imigrantes no período entre o desembarque e o encaminhamento às fazendas, instituiu meios racionais e eficazes de gerenciamento da demanda de mão-de-obra pelas grandes fazendas e de organização da sua oferta. O governo pagava a passagem da família e praticamente doava essa mão-de-obra ao fazendeiro. Essa foi, de fato, a compensação econômica que o governo deu os fazendeiros pelo fim da escravidão, socializando os custos de formação da força de trabalho substitutiva, especialmente na expansão territorial das grandes fazendas de café. Essa providência foi fundamental na criação do mercado interno e no primeiro impulso da industrialização, logo depois da abolição da escravatura.

No Nordeste, na mais importante região de produção de cana e de produção de açúcar, a crise da escravidão assumiu outras características. A cultura da cana, nessa época, se diferençava da cultura do café de vários modos. Em primeiro lugar, porque vinha sendo cultivada na região desde o século XVI, enquanto o café só se tornou uma economia substantiva no Sudeste no século XIX, especialmente a partir de 1860. Essa diferença de idade afetou profundamente os costumes, tanto dos trabalhadores quanto dos fazendeiros. Em segundo lugar, a cultura da cana praticamente se circunscreveu por longo tempo a uma mesma região no Nordeste, próxima ao litoral. Houve uma grande mancha de cultura de cana também no interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, que não chegou a produzir costumes estáveis como no Nordeste.

Já o café transformou-se num meio de deslocamento da fronteira econômica, movendo-se para o interior e durante várias décadas para novas terras em regiões ainda virgens, ocupadas por florestas nativas. A cana produziu uma elite conspícua, sedentária, enraizada, enobrecida e no geral conservadora quanto às relações sociais e à hierarquia social e aos costumes. O café produziu uma elite aberta à incorporação de novos fazendeiros, justamente em decorrência

da sua expansão territorial. Uma elite de fazendeiros obrigada a construir a fazenda desde o começo: a derrubada da mata, o preparo do terreno, o plantio do cafezal, a espera de quatro a cinco anos até que começasse a produzir, tudo baseado em relações temporárias de trabalho formalmente não-capitalistas. Só depois entravam os colonos residentes para o trato e a colheita do café.

Porque mais antiga, a cultura da cana preservou no interior das grandes fazendas uma grande massa de moradores originários da escravidão indígena, abolida em meados do século XVIII, e originários da mestiçagem de índias e brancos. Modalidade de escravidão que o café não conheceu. Ao serem libertados, esses moradores (equivalentes do que seriam depois os colonos de café), não obtiveram propriamente condições de sobreviver civilmente de maneira autônoma. Ficaram nas fazendas de seus antigos senhores, sob proteção e tutela, cultivando nas terras marginais não apropriadas para a cana os produtos de sua própria subsistência. Pagavam ao fazendeiro o cambão, um certo número de dias de trabalho por ano, no canavial, como renda em trabalho pela permissão do cultivo próprio. Podiam vender os excedentes de sua subsistência a quem quisessem, mas não raro a preços vis ao próprio fazendeiro.

Desde muito cedo, por interesse da própria Coroa portuguesa, que tinha o monopólio do tráfico negreiro, os fazendeiros foram obrigados a comprar escravos negros para trabalhar em seus canaviais. Quando, com a cessação do tráfico, começou a escassear a mão-de-obra escrava, tanto no Nordeste açucareiro quanto no Sudeste cafeeiro, os preços dos escravos se elevaram. Os fazendeiros de açúcar passaram a vender seus escravos para os grandes fazendeiros de café do Sudeste, no chamado tráfico interprovincial. Substituíram-nos, cobrando de seus moradores, livres, dias adicionais de cambão nos canaviais para que pudessem continuar cultivando o próprio sítio no interior das fazendas. Por esse meio, foi disseminada a relação de trabalho da cana-de-açúcar que permaneceria até meados dos anos 50 do século XX, a do morador.

Um terceiro núcleo de atividade econômica e de específicas relações de trabalho foi o dos seringais da Amazônia, destinados à produção da borracha. Diferente da cana e do café, o seringal é indústria extrativa, que se desenvolve nas grandes concentrações nativas

de seringueiras no meio da floresta. Aproximadamente a partir de 1870, essa atividade econômica começa a ganhar importância na região. Ali a escravidão negra fora insignificante, em manchas agrícolas mais próximas da costa. E a escravidão indígena fora abolida em meados do século XVIII, como mencionei. A nova atividade econômica se baseou no trabalho de migrantes, oriundos sobretudo do Nordeste semi-árido (não o Nordeste da cana), levados para a Amazônia por traficantes de mão-de-obra, sob pretextos vários, mas sobretudo expulsos da região de origem pela seca, em especial a seca de 1877. Expulsos pela fome. Nos seringais eram subjugados por meio da escravidão por dívida, pelo endividamento no chamado "barracão", o armazém que fornecia as mercadorias de subsistência do seringueiro, a crédito, para serem pagas em borracha ao fim da estação propícia. O seringueiro era um trabalhador que vivia solitariamente na mata, cujo único ponto de referência era o barracão do "dono", que o proibia de comprar e vender a estranhos, medida assegurada por pistoleiros, que também o impediam de fugir mediante o controle dos rios de acesso à área dos seringais. Essa relação prevaleceu até há poucos anos e foi a base da escravização no chamado regime de peonagem.[46]

A crise da economia da borracha, diferente da economia da cana e da economia do café, manifestou-se a partir de 1911 em virtude da entrada, no mercado internacional, da borracha produzida na Malásia.[47] Com índices de produtividade comparativamente muito baixos, a economia extrativa prosseguiu sem o esplendor que a caracterizara nos cerca de 20 anos de sua maior expressão. Esse foi o período em que sobretudo a cidade de Belém, na entrada da Amazônia, era, nos hábitos de consumo e na ostentação, praticamente uma extensão de Paris nos trópicos, de que há sinais até hoje na arquitetura. Em algumas áreas os seringais foram abandonados e os trabalhadores prosseguiram trabalhando por conta própria, na condição de posseiros da terra.[48]

[46] Ver Cunha (1946).

[47] Um trabalho completo sobre o tema é o de Roberto Santos, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)* (Santos, R., 1980).

[48] Ver Ianni (1978).

Houve outras economias cujas vicissitudes contribuíram para a crise camponesa do período contemporâneo. Elas nos falam de um quarto cenário de crise social que resulta na situação atual. Em especial no Sul do Brasil, desenvolveu-se uma importante economia familiar baseada na pequena propriedade agrícola. Na mesma fase de recrutamento de colonos para as fazendas de café, na Europa, o governo brasileiro destinou parte dos imigrantes para núcleos de colonização baseados na agricultura da família. Em boa parte o objetivo era o de produzir um efeito de demonstração nas áreas de recrutamento dos emigrantes, para difundir a informação de que o trabalho nas fazendas seria recompensado finalmente com a transformação do colono em proprietário de sua própria terra. No Sul, estabeleceram-se especialmente colonos de origem italiana, alemã e polonesa. Tratava-se de uma economia autárquica, ainda hoje muito significativa, praticada por um campesinato literalmente transplantado da Europa para o Sul do Brasil.

Cada uma dessas economias teve o seu momento de crise e de transformação social. Excetuada a borracha, que teve sua crise mais cedo, a cana, o café e a agricultura familiar do Sul passaram a ter problemas, por diferentes causas, a partir dos anos 50. Essas diferentes crises estão na raiz do problema social que acabou ganhando evidência e consistência nas décadas recentes. A quase coincidência cronológica das mudanças nesses diferentes setores da agricultura em diferentes regiões certamente deu-lhes maior relevância política e, através das agências de mediação, até uma certa força política. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade das causas e a diversidade das conseqüências sociais tornou difícil a politização dos problemas, enfraquecendo as respectivas demandas e relativizando a eficácia da ação das mediações políticas.

Em busca da saída

As diferentes crises setoriais tiveram como principal conseqüência social o desenraizamento dos trabalhadores residentes e, como alternativa, a migração. Uma alternativa clássica no caso brasileiro, desde o século XIX, foi a da migração para a fronteira, o deslocamento da frente de expansão econômica na ocupação do território,

a lenta marcha para o Oeste. Isso ocorreu tanto no Sul quanto no Sudeste e no Nordeste.

Não só os grandes fazendeiros de café do Sudeste devotaram-se à ocupação de novas terras, mas também os camponeses pobres do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul deslocaram-se para terras novas não disputadas ainda pelos grandes fazendeiros. O deslocamento dos pobres, nas várias regiões, sempre esteve muito ligado à agricultura de roça (*shifting cultivation*): derrubar a mata, cultivar a terra por alguns anos, fazer novo deslocamento para terras livres das proximidades e permitir que a terra ocupada anteriormente se recupere para ser novamente ocupada mais adiante. Um ciclo lento e repetitivo, de grande pobreza técnica, fortemente vinculado à subsistência do agricultor e sua família. Uma economia complementada com a venda de excedentes agrícolas no precário mercado local. São os chamados posseiros, ocupantes sem título legal de propriedade, sujeitos a disputas pela posse da terra. Os posseiros foram e têm sido protagonistas importantes do deslocamento da fronteira agrícola e de seus conflitos com os grandes fazendeiros e empresas, que também procuravam se assenhorear das mesmas terras. A revolta camponesa do Contestado (1912/1916), ainda que uma revolta basicamente religiosa, e a revolta camponesa do Sudoeste do Paraná (1957), ambas no Sul, tiveram como causa remota ou imediata essa disputa. Outras revoltas menores, fragmentárias e disseminadas, continuaram ocorrendo em várias regiões e chegaram até nós, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia.

O deslocamento da fronteira tem ainda hoje uma função na absorção dessas populações marginais em relação à grande lavoura e às grandes fazendas. Teve uma função ampliada entre os anos 30 e os anos 60, justamente o período de grandes transformações na economia brasileira, com a intensificação da industrialização. A fronteira contribuiu para assegurar a sobrevivência e, mesmo, a expansão da pequena agricultura. Embora, nos últimos anos, a oportunidade do campesinato se reproduzir por esse meio tenha sido amplamente reduzida, especialmente durante o regime militar (1964-1985), em face daquilo que alguns definem como "fechamento da fronteira".

Alternativamente, especialmente de regiões mais ligadas ao mercado, foram e têm sido significativas as migrações do Nordeste

e de algumas regiões agrícolas do próprio Sudeste para as regiões urbanas, especialmente para a região industrial de São Paulo. Nos anos 30, a crise do café foi responsável por grandes deslocamentos para a indústria, num momento, porém, em que a indústria já estava em expansão e absorvia intensamente a mão-de-obra dos migrantes. Essa função da indústria se prolongou até os anos 60, coincidindo com a época do golpe de Estado. No início, depois de receber os migrantes saídos dos cafezais, recebeu os migrantes oriundos do Nordeste por causa da seca e da pobreza, e de Minas Gerais em decorrência da expansão da pecuária de leite em terras agrícolas.

Esse acolhimento de migrantes internos começou a declinar com a acentuada modernização tecnológica da indústria, que hoje marcadamente se expande ao mesmo tempo em que expande apenas modestamente o número de empregos. São geralmente empregos tecnologicamente sofisticados, que exigem grande qualificação educacional e técnica, e que, portanto, não são acessíveis a trabalhadores de baixo perfil educacional, oriundos das regiões rurais. Na melhor das hipóteses, há cerca de 30 anos a cidade continua acolhendo migrantes em funções subsidiárias no setor de serviços e do pequeno comércio. Essas funções subsidiárias reduziram muito a oportunidade de ascensão social, que fora tão característica da história dos migrantes que chegaram à cidade entre os anos 30 e os anos 60. Em duas ou três gerações podiam ter os descendentes na universidade e nas ocupações conspícuas dos setores mais avançados da economia. Não só a expectativa da ascensão rápida aumentou, como a oportunidade de que ocorra diminuiu na proporção inversa da impaciência para conseguí-la.

Nas cidades, essas migrações sem oportunidade de inserção plena na economia moderna criaram nas três últimas décadas a figura do socialmente excluído, as multidões de moradores em favelas e cortiços, em condições sub-humanas, com acentuada degradação social e disseminada situação de anomia, famílias desorganizadas, criminalidade, uso e tráfico de drogas. Algo muito distante da cidade acolhedora que os migrantes encontravam até os anos 60.

No campo, também houve problemas. O fechamento da fronteira à, ainda que ilegal, livre ocupação da terra, dificultou o reenraizamento das populações mais pobres procedentes ao longo do tempo dos limites das regiões de grandes fazendas.

O problema da falta de alternativas foi particularmente agravado pelas transformações nas relações de trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café, sobretudo a partir dos anos 50. Nas fazendas de cana, que viviam um momento de decadência, os fazendeiros procuraram compensar-se com o aumento dos dias de trabalho gratuito de seus moradores nos canaviais. Mais adiante, repercutiu na situação a Revolução Cubana, pela redistribuição das cotas americanas de açúcar a outros países produtores, um dos quais o Brasil. O recrudescimento da demanda e, portanto, da necessidade de trabalho foi resolvido de modo conservador e até arcaico. Os fazendeiros continuaram a se aproveitar do trabalho gratuito e a exigir de seus moradores dias adicionais de trabalho nos canaviais, em pagamento pelo uso da terra em cultivos próprios, na produção de alimentos, o chamado foro ou cambão. Isto é, a relação de trabalho era formalmente uma relação invertida em que, ao invés do fazendeiro aparecer como patrão e empregador, o trabalhador é que aparecia como inquilino. Portanto, o trabalhador era de fato um camponês que pagava em trabalho no canavial a renda da terra que usava para sua subsistência. E o fazendeiro, ao invés de entrar nas relações sociais como empresário, entrava como rentista.[49]

Essa mudança impunha uma redução nas já precárias condições de vida dos trabalhadores das fazendas. A conseqüência política mais importante foi o aparecimento das Ligas Camponesas, em meados dos anos cinqüenta, e sua reivindicação de uma reforma agrária radical.[50] A demanda das Ligas foi interrompida pelo golpe de 1964, sendo a ação delas, aliás, um dos motivos da intervenção militar. No plano econômico, as demandas das Ligas passavam também pelos tribunais, em busca de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

De certo modo, esses fatos acabaram determinando a expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas de cana, sua migração para os povoados próximos e seu retorno aos canaviais como assalariados temporários, regionalmente chamados de clandestinos. A acomodação que na figura do morador se criara para enfrentar a crise da escravidão chegava ao fim, um século depois, com sua conversão, finalmente, em trabalhador assalariado puro. Sem que essas mudanças nas relações de produção tivessem resultado de qualquer transformação no processo de trabalho das plantações de cana. Ou seja, uma indicação diversa do modelo teórico clássico. A expansão capitalista pode dispor de recursos e técnicas sociais para atenuar e ajustar mudanças nas relações de produção aquém daquilo que seria lógico e, supostamente, racional. Mudaram as relações de produção sem que mudasse o processo de trabalho.[51]

Nas fazendas de café, houve um processo equivalente, embora diverso. Desde a instituição do regime de colonato mudanças ocorreram, seja por alterações no modo de cultivar a planta, seja no uso de variedades novas. Na sua concepção original, nas regiões de cafezais velhos e terras de fertilidade decadente, o colonato assumiu predominantemente a forma de parceria agrícola na partilha do café colhido. Mas, na ampla, dinâmica e em expansão região dos cafezais novos, no Oeste de São Paulo, o colonato teve claramente as características mencionadas de uma combinação híbrida de relações de produção, que atenuava significativamente a conversão das relações de trabalho em relações salariais, ao mesmo tempo em que acentuava a identidade e as aspirações camponesas do colono.

No colonato, um ponto fundamental era o direito do colono cultivar para si, ou em parceria com o fazendeiro, entre as fileiras de café, produtos de subsistência cujos excedentes podiam eventualmente ser comercializados. A chamada cultura intercalar assegurava que o trabalhador fizesse correta e regularmente a limpeza do cafezal, removendo as ervas daninhas concorrentes. Ao mesmo tempo em que fazia o seu próprio cultivo de feijão ou milho, cultivo de seu interesse, entre os cafeeiros, no mesmo trabalho limpava o terreno. E, na ocasião oportuna, preparava o solo ao redor do pé de café para receber os grãos derrubados na colheita. Portanto, uma racional articulação de processos de trabalho em que o colono, ao trabalhar para si, trabalhava também para o fazendeiro.

No entanto, ao longo do século do colonato, os fazendeiros e os agrônomos se deram conta de que a cultura intercalar destruía as

[49] Uma visão de conjunto das transformações econômicas e sociais no Nordeste, associadas à crise do regime de escravidão, encontra-se em Andrade (1962), especialmente a partir da p. 92.

[50] Ver Julião (1962, 1972).

[51] Ver Sigaud (1979).

raízes superficiais dos cafeeiros, afetando a produção. Além disso, novas e mais produtivas variedades de café começaram a ser introduzidas. Mas eram variedades que exigiam sombra e, portanto, compatível redução da distância entre os cafeeiros. Esses fatos recomendavam a supressão da cultura intercalar, o que de fato acabou acontecendo, sobretudo nas novas fazendas da frente de expansão. Como compensação, os colonos receberam terras para cultivos de subsistência fora do cafezal, terras impróprias para o café, mas boas para esses cultivos. De fato, essa mudança resultou numa duplicação da jornada de trabalho, a do café e a da subsistência, cuja coincidência cronológica acabou impondo, sobretudo, o envolvimento das mulheres no trabalho da roça e o dos homens no trabalho do café.

Já nos anos 50, o surto industrial dessa época e o crescimento do mercado interno de produtos alimentícios afetaram a situação do colono. O potencial econômico das terras usadas pelos colonos para produzir sua própria subsistência e algum excedente, medido em termos de renda da terra, tornou desinteressante para os fazendeiros a continuidade do regime de colonato. Houve fazendeiros que preferiram pagar ao colono em dinheiro a quantia equivalente ao que conseguia no mercado com seus produtos, ou aquilo de que precisava para subsistir. Ampliou-se a dimensão salarial da remuneração do trabalho. Em troca, suprimiram o direito de uso de terras da fazenda para cultivos próprios.

Nessa mesma época, o governo federal desenvolveu uma política de racionalização da cultura cafeeira, subsidiando a erradicação dos cafezais velhos e sua substituição por cafezais novos, em extensões reduzidas, e outras culturas comerciais ou mesmo pastagens. Em conseqüência, na prática, ficou diminuída a possibilidade de manter o regime de colonato como meio de assegurar mão-de-obra nas fazendas.

As mudanças foram aceleradas em virtude dos recursos judiciais que associações de trabalhadores rurais começaram a propor contra rompimento do vínculo de colonato e expulsão dos trabalhadores das fazendas. A aprovação de um Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, deu base legal às reivindicações trabalhistas, o que tornou o colonato um ônus para os fazendeiros. Consumou-se então a expulsão dos trabalhadores, não raro mediante acordos extrajudiciais. Essa massa desenraizada foi habitar as pequenas cidades em meio às regiões de fazendas, e reempregada nas mesmas fazendas na condição de assalariados temporários. Surgiram os recrutadores de mão-de-obra e organizadores dos times de trabalho, que negociavam e negociam com os fazendeiros o número de trabalhadores necessários para determinada tarefa. Esses trabalhadores vieram a ser conhecidos como "bóias-frias", porque levavam e levam de casa, em marmitas, o almoço a ser consumido, geralmente frio, no próprio local de trabalho.

Paralelamente, a ampla mecanização e quimificação da lavoura no Brasil, subsidiada a juros baixos, substituiu mão-de-obra em vários momentos do processo de trabalho, embora não em todos. No café a colheita continuou a ser feita manualmente, enquanto o nascimento de ervas daninhas passou a ser evitado com herbicidas. Nos canaviais, o preparo anual do solo e o plantio da cana passaram a ser feitos por máquinas, e o corte continuou a ser feito manualmente. Ou seja, o processo de trabalho seqüencial nessas culturas foi fragmentado em momentos que ainda empregavam trabalho manual e momentos que já não o empregavam.[52] Com isso, a mão-de-obra agrícola passou a ter largos períodos de desemprego sazonal, tendo o trabalhador que migrar para regiões distantes à procura de trabalho em outras culturas. Ou na mesma: não raro, os mesmos trabalhadores que cortam cana no Nordeste vão, na entressafra, cortar cana no Sudeste ou no Centro-Oeste.

Na Amazônia, as mudanças que desembocaram na crise social foram completamente diferentes das ocorridas em outras regiões. A economia extrativa de borracha entrou em decadência já nas primeiras décadas do século XX. Mas sobreviveria precariamente.

Essa economia foi sacudida e renasceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Ocidente teve o acesso cortado aos seringais da Malásia. Já como parte do esforço de guerra, o governo brasileiro desenvolveu um programa de estímulo à economia da borracha e estimulou migrações do Nordeste semi-árido para a região. Mas, de fato, essas medidas não promoveram mudanças nas relações de trabalho. Ao contrário, a revitalização econômica se fez também como revitalização da peonagem, a servidão por dívida.

[52] Ver Silva (1980).

A situação começou a mudar e a crise social se instalou abertamente quando o governo militar, em 1965, pôs em prática, por razões estratégicas, um programa amplo de desenvolvimento econômico na Amazônia. Através de uma política de incentivos fiscais, o governo federal concedia isenção de 50% no imposto de renda das empresas já instaladas em outras regiões que decidissem ampliar suas atividades para a região amazônica. A importância poupada com essa isenção deveria ser aplicada em investimentos na Amazônia, até o limite de 75% do capital da nova empresa. A maioria dos investidores fez opção pela agropecuária. Nesse sentido, a demanda por terras para plantação de pastagens cresceu repentinamente, numa região em que supostamente a maior parte do território era constituída de terras devolutas.

O que o regime militar supunha ser um território vazio a ser ocupado em nome da segurança nacional, era, na verdade, ocupado de um modo peculiar e propriamente amazônico. De um lado, era ali o último refúgio de tribos indígenas nativas da região. Era, também, refúgio de tribos que, descobriu-se desde então, estavam fugindo dos brancos para as cabeceiras dos grandes rios desde o início da Conquista, no século XVI.

Populações camponesas, em décadas passadas, empurradas do Nordeste para o Oeste também foram encontradas na condição de posseiros, sem títulos das terras ocupadas numa agricultura de subsistência. Além dos próprios seringueiros, sobretudo no Acre, trabalhando para patrões que não eram, de fato, os proprietários da terra.

Uma imensa irregularidade fundiária foi o cenário da nova política de ocupação da Amazônia. Os donos dos seringais tinham, quando muito, títulos de arrendamento das terras do respectivo estado, títulos que venderam às empresas interessadas nos incentivos fiscais do governo federal, como se fossem títulos de propriedade. Em relação a terras de índios e de posseiros surgiram títulos falsificados, produzidos numa imensa e poderosa indústria de falsificação de documentos, que foram igualmente vendidos às empresas interessadas. Compravam-se papéis, não se comprava terra. Não raro, a justiça foi envolvida no despejo de populações camponesas para assegurar direitos supostamente contidos nesses papéis nem sempre legítimos. Terras indígenas foram invadidas por grandes empresas,

não obstante a Constituição assegurar que as terras de posse imemorial dos povos indígenas são intocáveis. O volume das irregularidades pode ser avaliado pela anulação, no governo de Fernando Henrique Cardoso, de títulos de propriedade relativos a 63 milhões de hectares de terra em todo o país.

Paralelamente, a ação endêmica de pistoleiros na região ampliou-se significativamente. Foram eles utilizados, e ainda são, na expulsão ilegal de posseiros cujas terras são pretendidas pelos adquirentes dos títulos, em especial, de procedência duvidosa. O número de assassinatos de camponeses multiplicou-se, sobretudo nos anos 70 e 80. No caso das terras indígenas, diversas tribos reagiram, fecharam e destruíram estradas que o governo tinha aberto a partir do eixo da rodovia Transamazônica. Fizeram reféns, atacaram fazendas. Durante 20 anos criou-se na Amazônia uma situação de guerra tribal que foi básica para evitar um genocídio generalizado. Não obstante, a maioria das tribos contatadas nesse período teve reduções demográficas drásticas, não raro com a morte de dois terços de suas populações.

Já os camponeses tiveram reações débeis, locais, de pouco alcance. Não chegaram a construir um projeto ativo e eficaz de afirmação de identidade, perdidos na fragmentação extensa de povoados e sítios facilmente atingidos pela violência de pistoleiros de aluguel. É significativo que não tenha havido nenhuma aproximação política com as populações indígenas, até porque estas últimas estavam e ainda estão mergulhadas na cultura de seu universo tribal, legalmente tuteladas pelo Estado. Ao contrário, os camponeses da região, não raro mestiços descendentes de índios, cultivam grande preconceito contra os índios, os quais geralmente não consideram humanos, especialmente pelo fato de serem pagãos, isto é, não batizados. Um resquício do trabalho missionário dos tempos coloniais. Diferentes grupos indígenas, do mesmo modo, situam o branco na mesma categoria dos animais ferozes e predadores, justamente em conseqüência da violência ecológica contra o ambiente e da violência étnica contra os índios.

Esses fatos fizeram da Amazônia, nos últimos 35 anos, o cenário dos mais violentos conflitos envolvendo populações camponesas e também populações indígenas completamente indefesas. Nesse cenário, o capitalismo em processo de expansão territorial chegou

ao limite do humano. Nada parecido com qualquer coisa que os grandes teóricos já tenham escrito sobre a acumulação primitiva e o desenvolvimento capitalista. Na Amazônia, o capitalismo em expansão se propôs negando a condição humana, realizando o extremo da coisificação da pessoa que lhe é própria. A ponto de que as novas empresas, não raro multinacionais afamadas, grandes bancos, grandes indústrias, grandes conglomerados comerciais, não tiveram qualquer problema em utilizar em suas fazendas, amplamente, a peonagem, a escravidão por dívida, nos demorados e penosos trabalhos de derrubar a floresta, limpar o terreno e semear o pasto. Estima-se que nos anos 70 o número de peões escravizados por essas empresas modernas tenha chegado a 400 mil pessoas.[53] A suposição corrente nas concepções evolucionistas do marxismo, de que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta o desenvolvimento das relações de produção e a disseminação do trabalho assalariado, foi ali completamente negada na fase de implantação das fazendas. O tráfico de pessoas estava por toda parte, até mesmo os traficantes fornecendo recibo dos peões vendidos aos gerentes das fazendas, como se tratasse de uma atividade lícita.

Finalmente, a região da agricultura familiar do Sul também teve sua crise, cujas primeiras indicações surgem já nos anos 60 e se estendem até a atualidade. Essencialmente, crise derivada das dificuldades para assegurar a reprodução social do campesinato de origem européia, sobretudo italiana e alemã. Esse campesinato se radicou no Brasil, originalmente, nos núcleos coloniais criados pelo governo imperial no século XIX e também em núcleos particulares. No último meio século, esse campesinato politicamente conservador e tradicionalmente vinculado à direita no Sul, sobretudo em função de sua forte formação religiosa, especialmente católica, passou a ter dificuldades para assegurar às novas gerações o acesso à terra. Os limites econômicos dos empreendimentos familiares dificultavam para muitos a disponibilidade de recursos para aquisição de terras num período em que a terra, por força do desenvolvimento industrial, da demanda de produtos alimentares e também da crescente inflação, tornou-se uma reserva de valor altamente vulnerável à especulação.

[53] Ver Branford e Glock (1985).

Enquanto foi possível aos jovens migrarem para as cidades e se dedicarem a atividades urbanas, o problema não teve uma clara conotação de crise e de impasse. Mecanismos culturais de acomodação foram registrados entre descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, a institucionalização do minorato.[54] Os filhos e filhas iam se casando na seqüência da idade. O último a casar, o mais jovem, ficando na casa dos pais e herdando a terra em troca do cuidado aos genitores na velhice.

Um primeiro movimento dos trabalhadores sem terra (Master) surgiu no Rio Grande do Sul, já antes do golpe de 1964, promovido pelo Partido Trabalhista Brasileiro, do já então falecido presidente Vargas. Agia em favor de uma reforma agrária que resolvesse o problema do minifúndio, numa época em que não havia no país uma legislação para assegurá-la nem havia órgãos públicos voltados para a solução de problemas sociais no campo.

Essas primeiras pressões por uma mudança na estrutura fundiária no Sul já haviam sido precedidas do movimento dos moradores das fazendas de cana do Nordeste, que culminaram com a organização das Ligas Camponesas em 1955 e sua rápida evolução no sentido de se bater por uma reforma agrária radical. A principal liderança das Ligas veio a ser Francisco Julião, do Partido Socialista.

Na região do café, sobretudo São Paulo, os problemas do campo acabaram sendo encaminhados individualmente à Justiça do Trabalho, como questões trabalhistas, e resolvidos geralmente por negociação com base da Consolidação das Leis do Trabalho, um código aplicado de maneira restrita ao trabalho urbano. Atuaram nesses casos geralmente as Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade.

As lutas sociais no campo se organizaram em torno de dois temas opostos, que combatiam entre si. Um, a reforma agrária, pela qual se batiam os membros das Ligas Camponesas e se batiam também os dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (filo soviéti-

[54] Ver Santos, J. V. (1978).

co), o PC do B (filo chinês) na época um agrupamento de pouca penetração no campo e na cidade. Entendiam que os trabalhadores rurais eram camponeses que estavam sendo expropriados e não trabalhadores assalariados explorados. Outro, a adoção de uma legislação do trabalho rural que reconhecesse como questão trabalhista as demandas de colonos e moradores. Essa era, predominantemente, a posição e a ação do Partido Comunista Brasileiro.

A disputa quanto ao que social e juridicamente fossem os trabalhadores rurais envolvidos em relações de produção híbridas, camponeses ou operários, tinham menos a ver com o que efetivamente pensavam os trabalhadores e mais a ver com as disputas ideológicas de facções e partidos políticos.

É no conjunto dessas dilacerações que se constitui a situação social e política do aparecimento e da ação do MST e outras organizações que atuam na questão agrária. Sobre as diferentes crises e conflitos atuaram a Igreja Católica e a Igreja Luterana, conjuntamente, a partir de 1973. Nesse momento mais grave da repressão política no Brasil, a questão indígena e a questão agrária surgem na consciência dos bispos como violação dos direitos humanos, como extremas manifestações de uma negação da condição humana, especialmente na fronteira econômica, onde as pessoas eram brutalizadas para que o capital se expandisse territorialmente. A Igreja, que relutara até o golpe de Estado em relação à reforma agrária e que apoiara o golpe por temer que o direito de propriedade estivesse ameaçado pelas lutas camponesas, em particular pelas Ligas, muda de orientação. Descobre que o mesmo direito era fonte e pretexto da violação do direito mais fundamental, que é o direito da pessoa. O direito de propriedade e a grande propriedade territorial se mostravam, assim, como fontes de graves injustiças sociais e violências contra populações simples e indefesas.

Essa consciência resulta no estabelecimento das pastorais sociais específicas, voltadas para a situação dos povos indígenas e, especialmente, dos posseiros da região amazônica. O envolvimento dos leigos na ação pastoral, no clima político polarizado da ditadura militar, estabelecera frentes de convivência e cooperação política entre opositores do regime militar que tinham várias e contraditórias extrações, não raro compartilhando uma longa história

de conflitos entre si: católicos, protestantes, comunistas de várias orientações e as chamadas tendências partidárias clandestinas, que haviam se envolvido em vários episódios de luta armada.

Quando terminou o regime militar, desenvolveu-se entre os bispos a opção por afastar-se de envolvimentos políticos, mais apropriados para os leigos. O MST nasceu nesse momento, de forte convivência ideológica com grupos marxistas.

Uma iniciativa de lavradores pobres e sem terra, de Goiás, foi incorporada pela nova organização como meio de luta e de afirmação de identidade. Esses lavradores começaram a acampar na chamada "faixa de servidão pública", a faixa de terreno entre a cerca de arame farpado das fazendas e o leito das estradas, uma área destinada aos serviços de conservação de rodovias. Essa faixa não foi só ocupada para instalação de barracos de plástico preto, para moradia dos ocupantes, foi ocupada, também, para o cultivo de roças. Essa tática rapidamente se converteu na invasão de fazendas improdutivas. No início, o MST tentava legitimar suas ações através da lei, do Estatuto da Terra. Usava o princípio legal, mas se antecipava ao governo invadindo a terra e criando situações de fato.

De quem é a luta?

O Brasil é um país em que, por razões históricas, as populações rurais, e não só os trabalhadores rurais, sempre estiveram à margem do Brasil que se reconhecia como um país civilizado e digno desse nome. Não só e especificamente o Brasil urbano. Mas o Brasil que, além de urbano, estivesse regularmente conectado com a Europa e a vida européia – o Brasil produzido e recriado pela agricultura de exportação, o Brasil dos vínculos com o que se podia reconhecer como mundo civilizado.

A cultura brasileira foi durante longo tempo, e dela ainda há resquícios, uma cultura liminar e, não raro, uma cultura da imitação, uma cultura propriamente colonial. O nacionalismo cultural que ganha corpo com a Revolução de 30 começa a demolir essa visão do país e a recuperar e dar sentido àquilo que era próprio dele, nas artes, nas técnicas, no modo de vida, nos costumes. O mundo

rural foi e tem sido, sem dúvida, a fonte inspiradora dessa busca de identidade nacional e de referências culturais na elaboração de uma consciência brasileira do Brasil.

Não obstante, as populações rurais, enquanto fontes de uma nostalgia fundante da identidade nacional moderna, foram mantidas à margem dessa mesma consciência enquanto cidadãos potenciais, enquanto sujeitos de direitos sociais e políticos. Nesse descompasso entre o reconhecimento de virtudes culturais e a negação de qualidades sociais, situa-se o amplo e complicado quadro de referência para que se possam compreender disputas e conflitos políticos na atualidade do país.

De fato, os protagonistas sociais da luta pela terra, os camponeses sem terra ou ameaçados de expulsão da terra, não são, essencialmente, os protagonistas políticos da luta pela reforma agrária. Explico-me: no Brasil, a chamada luta pela terra, que explode especialmente a partir dos anos 70, é a luta dos trabalhadores, sobretudo na Amazônia, para não serem expulsos das terras que ocuparam na suposição de que fossem devolutas. É a luta imediata pelo instrumento de trabalho necessário à sobrevivência. Essa luta não tem dimensão política explícita nem carrega consigo uma consciência política reconhecível como tal. O mesmo ocorre com os pequenos agricultores do Sul e de parte do Sudeste, que se angustiam em face da história interrompida de um campesinato que já não vê alternativas de continuidade e de reprodução social. Um campesinato que se sente condenado a uma espécie de morte social. Mesmo os assalariados temporários, que eventualmente são atraídos por essas lutas, têm uma motivação limitada. Todos esses grupos e a maioria de seus membros interpretam a política como o ato de boa vontade do governante que pode ser bondoso e na sua bondade "dar terra" para os pobres.

A dimensão propriamente política da questão agrária está no discurso e nas ações do que se pode chamar de agentes de mediação das lutas camponesas. São os grupos propriamente políticos, inspirados por doutrinas e ideologias partidárias, que interpretam a luta pela terra como luta pela reforma agrária. E não primariamente os trabalhadores rurais. Isto é, como luta política e luta de classes por uma revisão radical da estrutura fundiária do país, não

raro em nome do socialismo.[55] No geral, esses grupos de mediação são grupos de classe média, intelectuais, agentes religiosos e agentes partidários, educadores, ainda que dentre eles muitos tenham origem próxima ou remota em famílias camponesas, especialmente do Sul. É o caso de muitos dirigentes da MST e de muitos agentes da CPT.

Ou seja, são grupos que têm consciência de que a consciência dos próprios camponeses e trabalhadores rurais é limitada ao imediato e à sobrevivência, uma consciência destituída de dimensão política. Justamente por isso, a história brasileira recente da politização das lutas camponesas é uma história em que a consciência política dos agentes de mediação não raro se move sem uma ligação consistente com as motivações daqueles que seriam delas seus efetivos atores. A consciência que dos problemas têm os agentes de mediação é uma consciência vicária e não uma consciência original.

Em conseqüência, as ricas virtualidades sociais e políticas da *luta pela terra* têm sido reduzidas, na luta pela *reforma agrária*, àquilo que é propriamente fundiário. A inventividade social dos pobres da terra em situações de crise e mudança tem sido, de certo modo, canalizada para objetivos sociais e políticos que não coincidem necessaria-

[55] Dom Tomás Balduíno, bispo jubilado de Goiás Velho e coordenador da Comissão Pastoral da Terra, assinala, em entrevista recente, que, "de fato, o socialismo é o horizonte..." Balduíno (2001). No entanto, esse socialismo ideológico e vago, socialismo da produção, tem seu primeiro obstáculo nas motivações miúdas da luta pela reforma agrária e o que a fundamenta, que é a propriedade privada. As experiências de agricultura comunitária e de agricultura coletiva, postiças, como em tantos outros lugares, não prosperaram e não prosperam no Brasil porque estranhas às tradições populares, à cultura brasileira e às próprias motivações do engajamento na demanda por reforma agrária. Sobretudo porque são tentativas de "socializar" numa sociedade em que o eixo jurídico do ter é a propriedade privada. Como em todas as sociedades capitalistas, o que a questão agrária propõe, com a reforma agrária, é o próprio capitalismo, ainda que adoçado pelo que se poderia definir como "economia social". Diferente da condição operária, não há nada na questão agrária que aponte para o socialismo. No entanto, eu lembraria que os bolsões de economia social que existem em países de capitalismo avançado, como a Inglaterra e a Itália, mostram que não há uma incompatibilidade entre o capitalismo avançado (que é o que está nas doutrinas políticas) e essa modalidade de economia de escala local (politicamente ignorada). As formas de solidariedade que essa economia gera e ampara são justamente aquelas que nos falam de um socialismo prático, tolerante e democrático, que redistribui como dividendos sociais e comunitários parte dos benefícios colhidos com base na propriedade privada e familiar.

mente com aquilo que os pobres querem e podem. O que tem dado à luta pela reforma agrária características de uma luta por objetivos da própria classe média militante. Sobretudo como meio de luta pelo poder dos partidos e organizações cuja ação em grande parte se nutre das tensões de grupos desencontrados e que nem sempre acabam se cristalizando num coerente projeto abrangente. Estamos em face de um quadro social e histórico de desencontro entre doutrina e prática, entre ideologia e situação social. O que dá uma autonomia peculiar e problemática aos agentes de mediação.

A interveniência política dos vários grupos de classe média dá características especiais às lutas camponesas. Num plano muito geral e histórico passa-se do desprezo à tutela. A marginalidade histórica das populações camponesas no Brasil decorre da cultura e da orientação política das elites, mencionadas antes, que chegaram até à classe média e ao operariado. Ao longo do tempo, consubstanciaram-se numa cultura do desprezo, uma cultura anticamponesa. Mas esses mesmos setores, que foram instrumentalizados por essa cultura, passaram nos últimos anos por uma conversão política e cultural ampla. Da cultura do desprezo passou-se à cultura da tutela, que na verdade é outra forma do desprezo: a idéia de que os pobres do campo precisam de quem fale e aja por eles. Sua própria fala e sua própria ação padeceriam de uma insuficiência política, de uma incapacidade de compreender a dimensão propriamente política das lutas sociais que travam.

Criaram-se, a partir daí, redes "de apoio" ou grupos de mediação com alto grau de organização e eficiência, maiores do que a própria capacidade de atuação dos trabalhadores. Isso os colocou sob uma dependência, não mais econômica e eleitoral, mas política e partidária.[56]

No entanto, é a continuidade das mediações que, na descontinuidade dos eventos, tem assegurado a permanência da presença do campesinato no cenário político do país. Apesar do fato de que cada momento das últimas décadas tenha uma região e um protagonista dominante e específico. Ou seja, não obstante a descontinuidade das

[56] O tema da nova tutela de esquerda sobre os camponeses no Brasil, em lugar da dominação tradicional, foi examinado pela primeira vez por Galjart (1964).

demandas efetivas e dos protagonistas, o campesinato tem tido uma contínua visibilidade política. As mediações asseguraram que a diversidade das tensões sociais e das respectivas demandas, derivadas de causas desencontradas e desiguais e de relações entre si diversas com a posse da terra, convergissem para o tema único da reforma agrária. Não obstante, com exceção da crise dos pequenos agricultores do Sul do país, todos os outros casos envolvessem relações de produção que, de diferentes modos, resultavam da híbrida combinação de relações próprias do campesinato e próprias do operariado agrícola. Relações cuja crise poderia ser resolvida de modo "moderno", pelo seu reconhecimento como relações de trabalho assalariado, como entendiam as esquerdas identificadas com a linha ideológica do Partido Comunista Brasileiro. Ou relações cuja crise poderia ser resolvida de modo "atrasado", pelo seu reconhecimento como relações camponesas de arrendamento com os donos de terra e, nesse caso, por meio de uma reforma agrária, como entendiam as Ligas Camponesas e o Partido Comunista do Brasil (filo chinês).

A primeira alternativa se resolveu com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, ainda antes do golpe de 1964, o que acelerou o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas grandes fazendas e sua rápida redução à condição de assalariados puros e temporários. A segunda alternativa criou o impasse de implicar uma revisão do direito de propriedade, que alguns, como as Ligas, pretendiam que se faria por meio de uma reforma agrária radical. Portanto, uma orientação que aos olhos de muitos, sobretudo das elites do país, implicava questionar a própria ordem econômica capitalista e o poder que lhe era correlato. Já não se trataria de uma reforma social, mas de uma revolução de orientação socialista. Os contatos com Cuba e a função inspiradora da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa acentuavam essa identificação e ampliavam o abismo com os setores da sociedade que temiam a reforma.

O resultado foi o golpe militar e o encaminhamento, pela ditadura, no mesmo ano, de um projeto de revisão constitucional que tornava possível a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Ao mesmo tempo, foi aprovado um Estatuto da Terra que, pela primeira vez na história do país, estabelecia parâmetros e critérios para definição das terras desapropriáveis e para a realização da reforma

agrária. À divisão e aos impasses das esquerdas, que haviam levado o país à crise política incontornável, respondia a direita com uma lei social de grande importância, equivocada, porém, na junção que o regime militar faria da reforma agrária com a segurança nacional, uma lei, portanto, de desativação de focos de subversão política.[57] O uso militar da lei comprometeu-a durante os vinte anos da ditadura.

As esquerdas, já antes do golpe, definiram doutrinas de intervenção tanto na questão do trabalho quanto na questão agrária que não se baseavam em descobertas teóricas fundadas na análise sociológica, antropológica e política da situação real dos grupos sociais ameaçados pelas respectivas crises. Grupos que, nas diferentes regiões, a partir de diferentes causas, entravam em processo de desagregação e desencadeavam demandas de política social.

Mais do que um sujeito político que se alçou sobre os próprios pés a partir das contradições de sua situação social, tivemos uma antecipação de condutas por parte dos grupos partidários e, mais adiante, por parte do que estou chamando de grupos de mediação, não só partidos políticos. Ocorreu de fato uma importação ideológica de formas (e formatações) políticas e partidárias para despertar o sujeito histórico diluído e adormecido nas indefinições de um processo de realizações históricas parciais e incompletas.

Estimulado pelo voluntarismo político dos agentes de mediação, esse sujeito "desperta" pela metade, cumprindo preguiçosamente suas potencialidades, mais presumíveis do que efetivas. Torna-se prisioneiro dessa formatação que aniquila sua suposta indefinição como potencial fonte de conhecimento (e teoria), perdido em fórmulas teóricas referidas a outra práxis, a outro momento da história social, a outras realidades sociais, de outros países inspiradores.

[57] Desde o Império, o Brasil parece cumprir uma estranha sina política. As reformas sociais são agitadas e propostas por grupos e partidos de oposição, que poderiam ser definidos como de "esquerda", mas são "formatadas" e viabilizadas por grupos e partidos governantes, conservadores em relação às suas oposições, até "de direita". Essa tem sido a "regra" até os dias de hoje: quem propõe as inovações não é quem as viabiliza. Esse tem sido o pacto político implícito de nossa história republicana, o pacto da governabilidade. Mesmo num governo que foi proposto e anunciado como de esquerda, o do presidente Luiz Inácio, essa "regra" vem se confirmando: um governo "de esquerda" que se dispõe a cumprir programas econômicos e sociais "de direita".

Uma consideração histórica de longo curso, no Brasil, não pode deixar de sublinhar as etapas significativas na constituição de uma identidade política do que, no fundo, são os campesinatos brasileiros, mais do que um campesinato brasileiro. Uma história induzida que é também, e talvez sobretudo, a história das classes subalternas frágeis em busca de um lugar na História. Conseqüentemente, um processo permanentemente viciado por uma impotência de origem e pela força de mediações como o Estado e os grupos políticos e, agora, também os grupos religiosos. História de uma impotência política estrutural, do ator que atua através de intermediários, cuja ação é desconstruída e fragilizada a partir dos códigos dos mediadores. O que tem sentido na sua ação é o que não lhe tem sentido. Daí os afastamentos, os conflitos no interior dos próprios movimentos, as situações de anomia. No fundo, uma sociedade incapaz de reconhecer uma identidade legítima naquilo que o trabalhador rural efetivamente é. E que prefere fazê-lo naquilo que gostaria que ele fosse: mudo, privado de fala, imaturo, civilmente incapaz.

Essas distorções refletem sem dúvida a conflitividade própria das polarizações geradas durante a "guerra fria", que dominaram o processo político latino-americano durante o longo período de sua duração. No Brasil, o MST e o PT ainda tentam preservar a contextualização herdada desse momento de confronto. Procuram situar a luta pela terra no âmbito da luta de classes e da luta antiimperialista. Portanto, no âmbito das polarizações extremas da "guerra fria". De certo modo, preservando as concepções leninistas de um campesinato subsidiário da classe operária, força auxiliar do operariado nas transformações sociais profundas. Esdrúxula orientação, porém, num momento em que o operariado brasileiro recua, chega ao poder pela conciliação e já não responde ao que deveriam ser as motivações próprias da luta de classes nem pode fazê-lo sem arruinar as bases de sustentação de seu próprio governo.

Não obstante seu artificialismo em relação à situação brasileira, as polarizações ideológicas e a conflitividade próprias da "guerra fria" engendraram *sujeitos de ação* e constituíram-se em referências fechadas para atuação desses sujeitos. A própria repressão do Estado militar e policial, na história recente, recaiu sobre esses sujeitos fictícios. Foi uma repressão desproporcional e mesmo desca-

bida. Não raro, modestos posseiros, inteiramente despolitizados, foram presos e levados aos tribunais militares sob acusação de subversão e comunismo, palavras cujo sentido não compreendiam. Simplesmente porque suas reivindicações e sua resistência à violência e ao desaparecimento os enquadravam automaticamente no estereótipo de quem a Lei de Segurança Nacional definia como criminoso político e inimigo do país. Qualquer ato ou mesmo palavra de reivindicação social que ultrapassasse os limites estreitos da reivindicação tolerada caía na classificação de subversiva e desencadeava a repressão correspondente. Isso era particularmente claro no campo. Terminada a ditadura e terminada a "guerra fria", forças policiais ainda treinadas na ideologia do combate ao "inimigo interno" atuam violentamente como se os códigos de conduta política ainda fossem os mesmos daquela época. Atuação induzida pelos grupos oligárquicos e do poder local, ainda muito vinculados ao latifúndio e seus interesses.

O governo de Fernando Henrique Cardoso esmerou-se solitariamente no sentido de criar um quadro institucional de reconhecimento da legitimidade das lutas sociais, juntamente com o combate à violação dos direitos humanos que o desconhecimento dessa legitimidade quase sempre acarreta. No entanto, Igreja e MST continuaram atuando de conformidade com o prescrito a grupos semelhantes aos do estereótipo produzido na ditadura e na "guerra fria", o estereótipo demonizador que justificava a repressão e a violência. A retórica desses grupos está marcada por essa limitação histórica. Ainda é a retórica de quem quer ser demonizado porque daí retira sua força e a força de seu combate.

O fim da "guerra fria" desmontou a estrutura do confronto e seus efeitos polarizadores, que reduziam todos os conflitos ao estar de um lado ou de outro. De certo modo, as inquietações sociais ganharam mais liberdade de expressão e mais autenticidade. As lutas camponesas deixaram de se expressar como movimentos de classe social e passaram a ser interpretadas como movimentos de "minorias", associadas a indígenas e ambientalistas, uma espécie de últimos cavaleiros andantes da natureza e sua defesa. O essencial é que o caráter de classe das lutas camponesas refluiu. O "sujeito" vem se tornando um novo sujeito a partir das determinações de uma nova con-

textualização, *um novo cenário, em que o trabalhador rural aparece mais como pobre e excluído em resistência do que como classe social em luta.*

Há aí dois problemas conjugados: a) os grupos de mediação como grupos com dinâmica própria que não formulam nem representam fiel e necessariamente o projeto implícito e possível na práxis das diversificadas populações rurais; b) as limitações históricas que os processos mediadores do sistema político e econômico representam para o desenvolvimento e realização desse projeto, em particular o Estado, mas não só ele: a urbanização, a expansão territorial e simbólica da cidade (nos sítios de fim de semana), a inevitabilidade da interferência do capital, o mercado, a dinâmica econômica internacional.

O tema da tutela parece associado à condição e ao destino das populações camponesas. Ele nos fala da suposição de incapacidade histórica do campesinato de propor e realizar transformações históricas profundas. Fala-nos de suas limitações. No caso brasileiro, entretanto, convém ressaltar outros aspectos da realidade social associada ao campesinato que atenuam as objeções aos atributos limitantes do campesinato. As populações camponesas, mesmo emergindo na cena histórica através dos grupos de mediação, no seu retardamento histórico, acabariam onerando o desenvolvimento econômico e comprometendo o desenvolvimento social e político. Mesmo que os argumentos políticos dos grupos de mediação não sejam explicitamente esses, mesmo que atribuam aos camponeses um papel histórico que não podem nem conseguem ter, mobilizando-os, organizando-os e tentando dirigi-los, de algum modo politizam as demandas sociais do campo enquanto demandas de mudança da sociedade inteira. O desencontro entre o comportamento eleitoral conservador da população e o apoio emocional à luta pela terra nos fala justamente de outra tutela: a tutela da sociedade, o apoio condicional às lutas e demandas das populações do campo e o não reconhecimento de um protagonismo privilegiado das populações camponesas.

No conjunto dos elementos desencontrados e postiços que permeiam as relações políticas com a terra, convém destacar os diferentes poderes nelas envolvidos. De um lado, o Estado tem tido, em particular a partir dos anos 50, condições políticas de promover

subsidiada modernização tecnológica poupadora de mão-de-obra num ambiente de mão-de-obra abundante. Tem tido condições de atender uma demanda socialmente iníqua das oligarquias e das elites rurais. De outro lado, lentamente, a massa dispersa e inorganizada dos trabalhadores rurais encontrou nas agências de mediação a constituição de uma ideologia de mudança, ainda profundamente subinformada. De modo que, ao invés de agir informada técnica e cientificamente, acabou limitando-se à informação ideológica, o que é hoje muito mais evidente na ação da Igreja do que do MST.

Isso impediu que a ação fosse fundada num competente conhecimento do ajuste cíclico recíproco entre a estrutura fundiária e as necessidades sociais (e possibilidades) dos agricultores e trabalhadores em desvantagem em relação aos grandes proprietários. O tamanho da propriedade responde à circunstância histórica, a determinações e condicionamentos, como se viu nos anos 30, com a crise do café e a multiplicação da pequena propriedade.

Convém não esquecer que a precária inserção da reforma agrária na ordem do dia da política do país, antes do golpe, praticamente desapareceu a partir do golpe. Reprimidos, os não muitos ativistas da reforma ou foram para a cadeia, ou foram para o exílio ou, simplesmente, silenciaram, na clandestinidade ou não. De modo geral, o êxito do golpe parece ter convencido a muitos de que a reforma agrária já não tinha lugar nas demandas políticas do país, simplesmente porque deixara de tê-lo no protesto social. Os próprios grupos de esquerda desenvolveram e ampliaram o discurso de que o desenvolvimento capitalista da agricultura propunha outro tipo de luta social: pela sindicalização, pelo salário, pelos direitos trabalhistas e pelo sindicalismo autêntico. Foi um período em que quem falasse em reforma agrária era tratado como ingênuo, populista e conservador, longe de uma moderna concepção do socialismo e das lutas sociais. Foi só no final do regime militar que a questão recrudesceu, não só pelo aumento da violência no campo, como também pela legitimação da luta pela reforma agrária como solução para os conflitos por parte da Igreja.

A crise da transição política, com o fim do regime autoritário, e a abertura de um período de estabelecimento das bases institucionais de uma nova ordem política, com a convocação da assembléia nacional

constituinte, puseram entre parênteses todas as certezas institucionais existentes, especialmente aquelas que podiam ser alcançadas pelas crescentes demandas de direitos sociais, o que incluía a reforma agrária. Os conflitos pela terra acabaram produzindo o efeito inesperado de pôr na agenda da Constituinte a rediscussão do direito de propriedade, sua regulamentação e seus limites. De modo que o que tinha tido uma importância apenas relativa, até então, ganhou um destaque desproporcional no debate político e na formação de alianças. As esquerdas se viram obrigadas a defender aquilo que, a rigor, não haviam defendido durante a ditadura, que era o Estatuto da Terra. E não haviam defendido basicamente porque havia outras prioridades, como a da restauração da democracia. E defenderam mal, negociaram mal, radicalizaram indevidamente e inviabilizaram a consolidação, pelo Parlamento, das bases de uma reforma social essencial. De fato, a nova Constituição, de 1988, representa um recuo em relação ao Estatuto.

* * *

A premissa de que a luta pela reforma agrária se move no eixo da luta de classes, tendo por referência um campesinato com identidade de classe, no caso brasileiro tem se revelado uma premissa falsa. Em primeiro lugar, pela diversidade dos grupos sociais e das correspondentes identificações que participam da luta pela terra e dos desencontros com a luta pela reforma agrária propriamente dita. Em segundo lugar, pelo tipo de esvaziamento que a reforma promove nos quadros dos que da luta participam. Em terceiro lugar, pela múltipla disponibilidade de ação das diferentes agências de mediação na reforma agrária. Isso parece indicar diferentes projetos nos diferentes grupos.

O núcleo da demanda por terra, que alimenta tanto a reforma agrária que o Estado realiza quanto a luta dos mediadores por "outra reforma", é a família.

É, sem dúvida, um sujeito orientado para o moderno, voltado para o mercado e para a modernização. Sua luta é mais uma luta pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que para refluir ao modo de subsistência. Trata-se,

no fundo, de um trabalhador-empreendedor em conflito com a grande economia impessoal. Um sujeito cuja ação é orientada pelos valores da economia moral[58] e pelo primado da família nos benefícios da atividade econômica. Mas o moderno (e capitalista) aparece nessas lutas como afirmação de valores da tradição conservadora: família, comunidade, terra, trabalho e religião. Esse é o núcleo de valores que dá sentido aos movimentos camponeses no Brasil.

Essa referência nos revela a gestação de um sujeito social constituído a partir da demanda de *terra de trabalho*, e não simplesmente de terra. A história recente atesta seu êxito político mais consistente: o Estado elaborando o corpo de regras legais para reconhecer os direitos desse sujeito, definir o seu lugar social e demarcar os limites de sua existência. Revela, finalmente, a tumultuada constituição desse sujeito social como sujeito político a partir das agências de mediação e de grupos pré-políticos, como as Igrejas.

A emergência das populações do campo como sujeito social, através da agricultura familiar, nos fala também do encontro de uma via possível de inserção econômica de um sujeito de supostamente inviáveis demandas sociais. Um sujeito que revela uma certa competência adaptativa num cenário econômico internacional e interno que parece abrir-se para oportunidades de inserção ativa da agricultura familiar. A agricultura familiar parece viver um momento de encontro, de convergência, de oportunidades e possibilidades. Mas isso, justamente, reduz significativamente suas funções no imaginário da transformação revolucionária da sociedade. Sua missão transformadora parece se confinar nos limites do seu maior ganho, o seu reconhecimento como sujeito tanto de demandas transformadoras e atualizadoras da sociedade quanto de políticas públicas, quanto de possibilidades econômicas. Um sujeito que traz consigo a possibilidade de mudanças sociais que desafiam a si próprio e a diferentes setores da sociedade e do Estado. No fundo, um sujeito que afirma e confirma o capitalismo, transformando-o por meio da abertura de um espaço político essencial à sua incorporação como agente não-típico de desenvolvimento econômico, em conflito com a amplitude destrutiva da racionalidade coisificadora do capital.

[58] Uso o conceito de economia moral no sentido que lhe dá Thompson (1993).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY Ricardo (Coord.). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Brasília: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Rural, 2001.

ANDRADE Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

ARRUDA, Roldão. Mobilização de sem-terra vai muito além do MST. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A8, 16 mar. 2003.

BALDUÍNO, Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural [entrevista]. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 43, p. 18, set./dez. 2001.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*: aspectos políticos. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANFORD, Sue; GLOCK, Oriel. *The last frontier*: fighting over land in the Amazon. London: Zed Books, 1985.

BRASS, Tom (Ed.). *Latin American peasants*. London: Frank Cass, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

COLETTI, Claudinei. *Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal*. 2003. Texto difundido pelo autor por meios eletrônicos.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Paris: Seuil, 1978.

CUNHA, Euclydes da. *À margem da História*. 6. ed. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, 1946.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERRAZ, Brenno. *Cidades vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores, 1924.

FOSTER, George. Peasant society and the image of limited good. *American Anthropologist*, v. 67, p. 293-315, 1965.

GALJART, Benno. Class and "following" in rural Brazil. *América Latina*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 3, p. 3-23, jul./set. 1964.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 6. ed. Traduçãode Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1995.

GORDILLO, Gustavo. *La ansiedad por concluir*: la débil institucionalidad de las reformas estructurales en América Latina, Santiago de Chile: FAO, [s.d.].

GUANZIROLI, Carlos et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. *Cambão – the yoke*: the hidden face of Brazil. Translated by John Butt. Harmondsworth: Penguin, 1972.

LAZZAROTTI FILHO, Ari. *O processo educativo da luta pela terra*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Educação, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

LEHMANN, David. Hacia un análisis de la conciencia de los campesinos. In: LEHMANN, David; ZEMELMAN, Hugo. *El campesinato*: clase y conciencia de clase. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972. p. 69-113.

LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza*. Barcelona: Editorial Anagrama, [s.d.].

LOPES, Juarez Brandão; GARCIA, Danilo Prado. Agrarian reform, population and environment. In: POPULATION and Environment in Brasil: Rio+10. Campinas: CNDP: ABEP: NEPO, 2002. p. 277-305.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. *A terra era liberta*: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré, MA. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1983.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis:Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002a.

MARTINS, José de Souza. Representing the peasantry? Struggles for/about land in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 29, n. 3 and 4, p. 300-335, Apr./July 2002b.

MARTINS, José de Souza (Coord.) et al. *Travessias*: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, [s.d.]. v. 1.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *Reforma agrária*: concepções, controvérsias e questões. Data Terra, 1993. Publicação eletrônica.

MERTON, Robert K. *Teoría y estructura sociales*. Traducción Florentino M. Torner. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MORSE, Richard M. *De comunidade à metrópole*: biografia de São Paulo. Tradução de Maria Apparecida Madeira Kerberg. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAVARRO, Zander. *MST*: decifrar é preciso. Porto Alegre, 2000. Manuscrito não publicado.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Edusp, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e o direito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Tese (Doutorado)–Unicamp, Campinas, 1980. Mimeografado.

SILVA, José Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/1997*. Campinas: Unicamp, [s.d.].

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Traducción Eva Rodríguez. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. In: CUSTOMS in common. Harmondsworth: Penguin Books, 1993. p. 185-258.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.